

Justiça do Trabalho

Justiça

em números

2014



PODER JUDICIÁRIO



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

Justiça em Números 2013

Conselho Nacional de Justiça

Presidente Ministro Ayres Britto

Corregedora Nacional de Justiça Ministra Nancy Andrighi

Conselheiros Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ana Maria Duarte Amarante Brito
Deborah Ciocci
Guilherme Calmon Nogueira da Gama
Saulo José Casali Bahia
Flavio Portinho Sirangelo
Rubens Curado Silveira
Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
Gilberto Valente Martins
Gisela Gondin Ramos
Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira
Emmanoel Campelo de Souza
Fabiano Augusto Martins Silveira

Secretário-Geral Fabricio Bittencourt da Cruz

Diretor-Geral Carlos Roberto Gonçalves

Departamento de Pesquisas Judiciárias

Diretor Executivo Fabyano Alberto Stalschmidt Prestes

Diretora de Projetos Fernanda Paixão Araújo Pinto

Diretora Técnica Thamara Duarte Cunha Medeiros

Pesquisadores Daniel Augusto Vila-Nova
Ganem Amiden Neto
Paula Karina Rodriguez Ballesteros
Santiago Falluh Varela

Estatísticos Filipe Pereira da Silva
Gabriela Moreira
Jaqueline Barbão
Igor Stemler

Apoio à Pesquisa Danielly dos Santos Queiros
Pâmela Tieme Barbosa Aoyama
Pedro Amorim
Raquel da Veiga Araújo de Meneses
Raquel Wanderley da Cunha
Ricardo Marques

Sumário

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.	6
1.1. Recursos Financeiros	6
1.1.1. G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB	6
1.1.2. G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública	9
1.1.3a. DRH - Despesa com Recursos Humanos	12
1.1.3b. G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	15
1.1.4. G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça	18
1.1.5. G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça	21
1.1.6. G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça	24
1.1.7. G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça	27
1.1.8. G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça	30
1.1.9. G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)	33
1.1.10. Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça	36
1.1.11. I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça	39
1.1.12. I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça	42
1.1.13. I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça	45
1.1.14. I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça	48
1.1.15. I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	51
1.1.16. I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça	54
1.1.17. I7 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça	57
1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos	60
1.2.1. MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes	60
1.2.2. Mag - Total de Magistrados	63
1.2.3. SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária	66
1.2.4. TS - Total de Servidores	69
1.2.5. FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados	72
1.2.6. F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes	75
1.2.7. F2 - Magistrados por 100.000 habitantes	78
1.2.8. F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes	81
1.2.9. F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes	84
1.2.10. F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes	87
1.2.11. F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes	90
1.2.12. F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes	93
1.2.13. Inf2 - Número de Computadores por Usuário	96
1.2.14. Dm ² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)	99
1.2.15. Pm ² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)	102
1.2.16. ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)	105

2. Litigiosidade.	108
2.1. Litigiosidade de 2º grau	108
2.1.1. Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau	108
2.1.2. Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau	111
2.1.3. Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau	114
2.1.4. K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau	117
2.1.5. TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau	120
2.1.6. DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau	123
2.1.7. ProcEl2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau	126
2.1.8. TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau	129
2.1.9. Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau	132
2.1.10. RxAl2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST	135
2.1.11. Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau	138
2.1.12. Rin2ºa - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau	141
2.1.13. Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau	144
2.1.14. Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau	147
2.2. Litigiosidade de 1º grau	150
2.2.1. CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	150
2.2.2. CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	153
2.2.3. CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	156
2.2.4. CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	159
2.2.5. TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	162
2.2.6. TBAixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	165
2.2.7. SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	168
2.2.8. SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau	171
2.2.9. IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau	174
2.2.10. IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau	177
2.2.11. ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau	180
2.2.12. Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau	183
2.2.13. Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau	186
2.2.14. Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau	189
2.2.15. PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau	192
2.2.16. PEXSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau	195
2.2.17. PEXS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau	198
2.2.18. KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	201
2.2.19. KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	204
2.2.20. K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau	207
2.2.21. TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau	210
2.2.22. TCEX1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau	213
2.2.23. TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau	216
2.2.24. SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	219
2.2.25. SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	222
2.2.26. SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau	225
2.2.27. ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau	228
2.2.28. TbCnC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau	231
2.2.29. TbCnEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau	234
2.2.30. TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau	237
2.2.31. RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau	240
2.2.32. RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau	243
2.2.33. Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau	246
2.2.34. Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau	249

2.3. Litigiosidade Total	252
2.3.1. Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes	252
2.3.2. Cm - Casos Novos por Magistrado	255
2.3.3. Cs - Casos Novos por Servidor	258
2.3.4. K - Carga de Trabalho dos Magistrados	261
2.3.5. TC - Taxa de Congestionamento	264
2.3.6. SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado	267
2.3.7. ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos	270
2.3.8. TbCn - Processos Baixados por Caso Novo	273
3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.	276
3.1. A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho	276
3.2. A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)	279
3.3. Dem - Demandantes	282
3.4. Poder Público como Demandante.	285
3.4.1. DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:	285
3.4.2. DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:	288
3.5. Poder Público como Demandado.	291
3.5.1. DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:	291
3.5.2. DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:	294

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

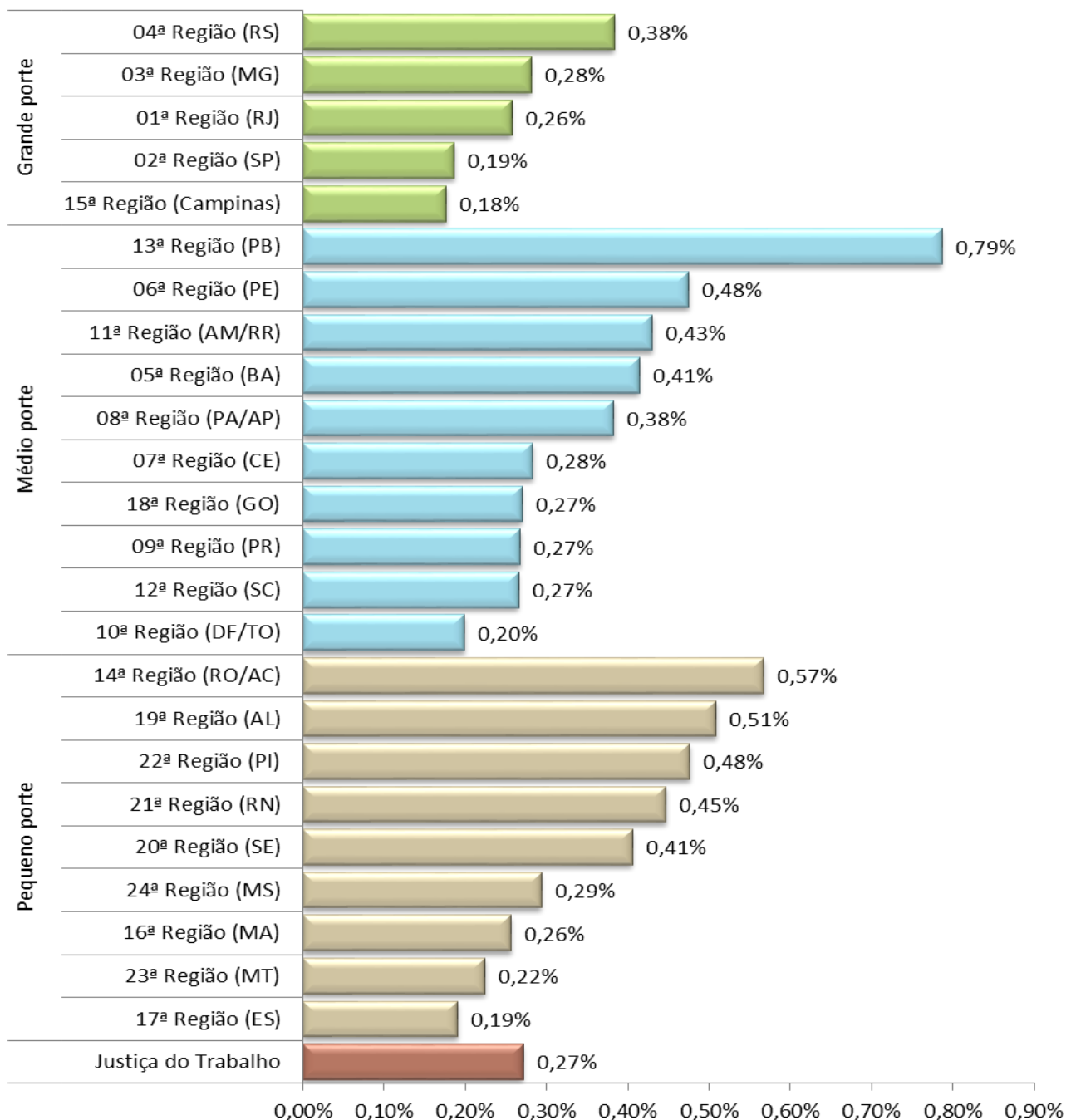
1.1.1. G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Tabela 1.1 G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Tribunal Regional do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	PIB - Produto Interno Bruto	G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB
01ª Região (RJ)	1.388.891.644	539.933.810.437	0,26%
02ª Região (SP)	1.760.434.592	943.279.346.442	0,19%
03ª Região (MG)	1.268.486.704	450.928.211.229	0,28%
04ª Região (RS)	1.180.911.500	307.854.475.349	0,38%
05ª Região (BA)	773.148.696	186.684.498.411	0,41%
06ª Região (PE)	579.343.539	121.904.714.342	0,48%
07ª Região (CE)	291.089.407	102.740.363.270	0,28%
08ª Região (PA/AP)	435.505.662	113.665.933.960	0,38%
09ª Região (PR)	748.178.277	279.516.549.038	0,27%
10ª Região (DF/TO)	425.200.486	213.160.217.405	0,20%
11ª Região (AM/RR)	359.557.528	83.500.895.815	0,43%
12ª Região (SC)	524.530.926	197.405.392.081	0,27%
13ª Região (PB)	325.672.239	41.389.073.790	0,79%
14ª Região (RO/AC)	242.866.956	42.778.300.458	0,57%
15ª Região (Campinas)	1.117.389.917	632.541.039.337	0,18%
16ª Região (MA)	156.497.118	60.940.929.410	0,26%
17ª Região (ES)	217.646.099	114.080.266.665	0,19%
18ª Região (GO)	351.193.382	129.932.407.188	0,27%
19ª Região (AL)	169.517.320	33.327.569.091	0,51%
20ª Região (SE)	124.291.886	30.593.434.857	0,41%
21ª Região (RN)	188.416.388	42.159.044.676	0,45%
22ª Região (PI)	136.935.166	28.734.309.695	0,48%
23ª Região (MT)	187.322.964	83.397.214.293	0,22%
24ª Região (MS)	169.006.376	57.502.002.760	0,29%
Justiça do Trabalho	13.122.034.771	4.837.949.999.999	0,27%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.1 G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB



Glossário:

G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Finalidade: Medir quanto a despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias representa em relação ao PIB produzido na respectiva Região no ano-base.

Fórmula: $G1 = Dpj / PIB$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- PIB - Produto Interno Bruto: Representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos na região sob jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho durante um período determinado (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

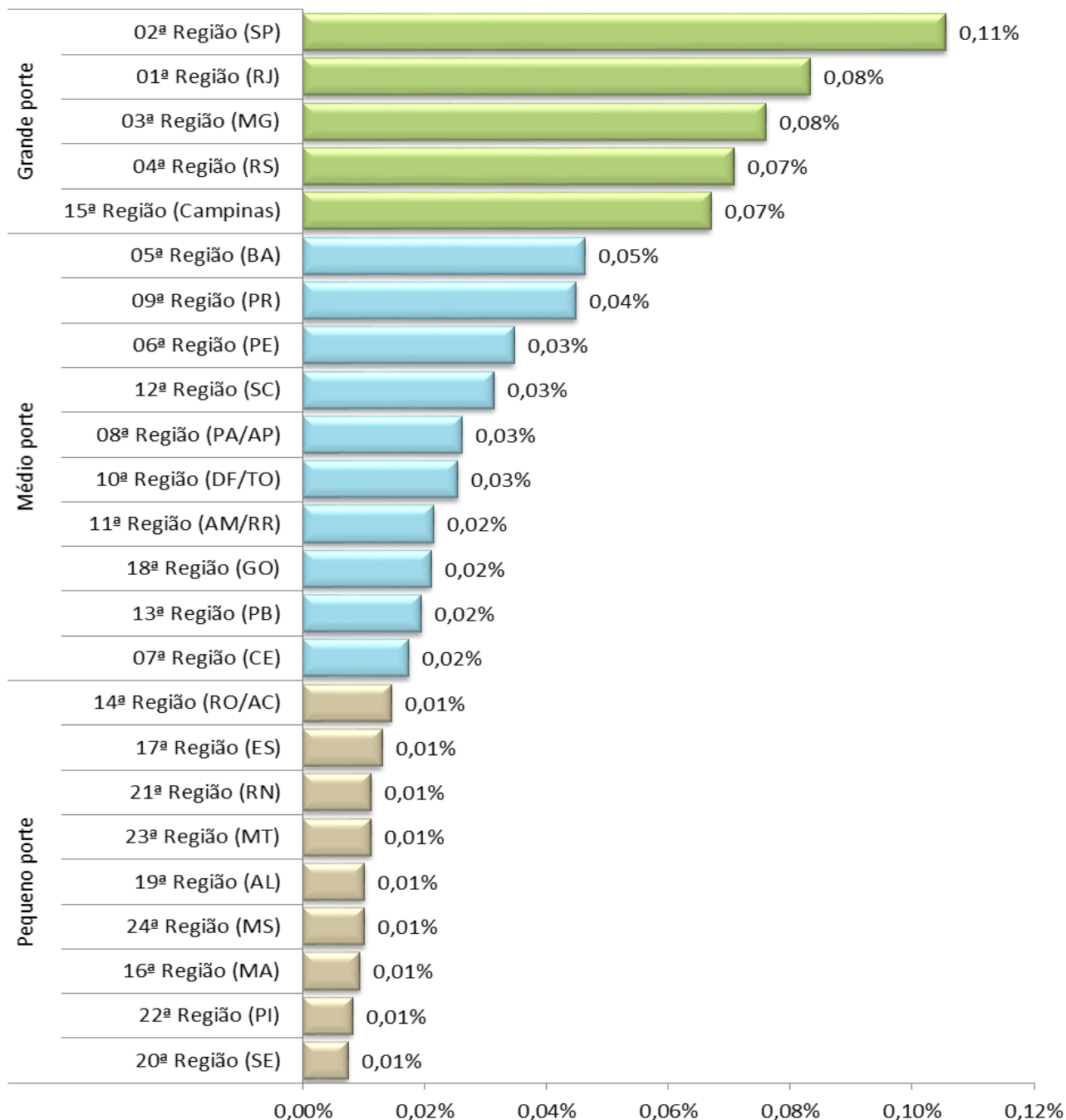
1.1.2. G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública

Tabela 1.2 G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública

Tribunal Regional do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	GT - Gastos Totais	G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública
01ª Região (RJ)	1.388.891.644	1.667.660.463.126	0,08%
02ª Região (SP)	1.760.434.592	1.667.660.463.126	0,11%
03ª Região (MG)	1.268.486.704	1.667.660.463.126	0,08%
04ª Região (RS)	1.180.911.500	1.667.660.463.126	0,07%
05ª Região (BA)	773.148.696	1.667.660.463.126	0,05%
06ª Região (PE)	579.343.539	1.667.660.463.126	0,03%
07ª Região (CE)	291.089.407	1.667.660.463.126	0,02%
08ª Região (PA/AP)	435.505.662	1.667.660.463.126	0,03%
09ª Região (PR)	748.178.277	1.667.660.463.126	0,04%
10ª Região (DF/TO)	425.200.486	1.667.660.463.126	0,03%
11ª Região (AM/RR)	359.557.528	1.667.660.463.126	0,02%
12ª Região (SC)	524.530.926	1.667.660.463.126	0,03%
13ª Região (PB)	325.672.239	1.667.660.463.126	0,02%
14ª Região (RO/AC)	242.866.956	1.667.660.463.126	0,01%
15ª Região (Campinas)	1.117.389.917	1.667.660.463.126	0,07%
16ª Região (MA)	156.497.118	1.667.660.463.126	0,01%
17ª Região (ES)	217.646.099	1.667.660.463.126	0,01%
18ª Região (GO)	351.193.382	1.667.660.463.126	0,02%
19ª Região (AL)	169.517.320	1.667.660.463.126	0,01%
20ª Região (SE)	124.291.886	1.667.660.463.126	0,01%
21ª Região (RN)	188.416.388	1.667.660.463.126	0,01%
22ª Região (PI)	136.935.166	1.667.660.463.126	0,01%
23ª Região (MT)	187.322.964	1.667.660.463.126	0,01%
24ª Região (MS)	169.006.376	1.667.660.463.126	0,01%
Justiça do Trabalho	13.122.034.771	1.667.660.463.126	0,79%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.2 G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública



Glossário:

G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública

Finalidade: Medir quanto a despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias representa em relação à despesa pública total da União no ano-base.

Fórmula: $G2 = Dpj / GT$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- GT - Gastos Totais: O total da Despesa Pública da União (Fonte: STN).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

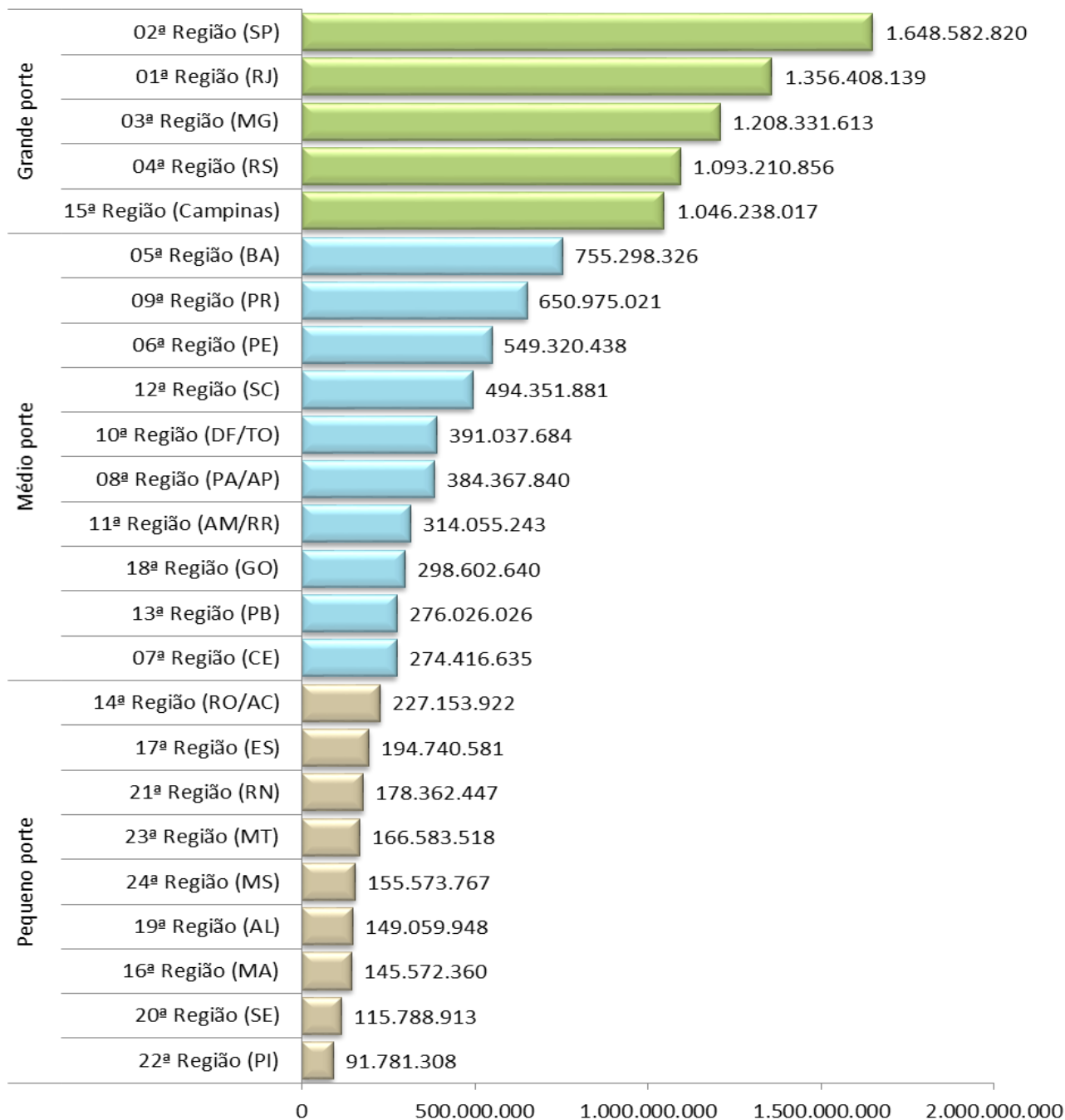
1.1.3a. DRH - Despesa com Recursos Humanos

Tabela 1.3 DRH - Despesa com Recursos Humanos

Tribunal Regional do Trabalho	DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão	DBen - Despesas com Benefícios	DEnc - Despesas com Encargos	DTer+DEst - Despesas com Terceirizados e Estagiários	Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos
01ª Região (RJ)	1.101.635.449	64.193.543	128.792.442	52.196.129	9.590.576
02ª Região (SP)	1.335.409.929	87.969.276	173.009.798	40.038.551	12.155.266
03ª Região (MG)	986.238.519	58.305.932	119.481.176	32.836.655	11.469.331
04ª Região (RS)	896.472.668	55.221.171	111.502.730	18.463.670	11.550.616
05ª Região (BA)	599.940.428	41.344.687	81.808.126	20.577.135	11.627.951
06ª Região (PE)	444.000.897	28.884.153	59.427.783	11.617.414	5.390.191
07ª Região (CE)	220.299.119	15.289.656	29.167.537	7.604.197	2.056.126
08ª Região (PA/AP)	307.798.282	17.808.560	38.171.344	13.300.704	7.288.950
09ª Região (PR)	522.221.020	33.723.030	73.695.669	13.427.485	7.907.817
10ª Região (DF/TO)	310.934.529	18.100.850	41.279.144	15.634.637	5.088.524
11ª Região (AM/RR)	253.158.527	15.456.992	35.873.187	8.344.042	1.222.495
12ª Região (SC)	410.995.173	19.844.949	53.020.556	5.990.758	4.500.444
13ª Região (PB)	217.679.657	14.928.693	34.880.891	5.500.747	3.036.039
14ª Região (RO/AC)	179.675.802	11.399.128	26.746.886	6.030.468	3.301.638
15ª Região (Campinas)	823.944.611	54.995.239	119.407.355	29.448.592	18.442.221
16ª Região (MA)	108.640.191	8.821.496	17.537.769	7.093.062	3.479.841
17ª Região (ES)	148.990.209	11.583.005	24.728.047	6.943.773	2.495.547
18ª Região (GO)	222.651.382	19.024.452	35.822.874	11.048.864	10.055.068
19ª Região (AL)	112.631.092	9.298.053	18.585.196	5.982.660	2.562.947
20ª Região (SE)	89.944.803	6.103.471	14.416.114	3.206.300	2.118.225
21ª Região (RN)	138.317.316	11.541.652	22.788.538	4.524.374	1.190.568
22ª Região (PI)	69.016.396	5.974.957	11.799.932	3.397.121	1.592.904
23ª Região (MT)	127.052.325	10.189.811	20.880.761	5.739.482	2.721.139
24ª Região (MS)	120.248.168	8.946.846	19.830.333	3.395.714	3.152.706
Justiça do Trabalho	9.747.896.492	628.949.600	1.312.654.188	332.342.533	143.997.129

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.3 DRH - Despesa com Recursos Humanos



Glossário:

DRH - Despesa com Recursos Humanos

Fórmula: $DRH = DRem + DBen + DEnc + DTer + DEst + Dip$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão:** As despesas efetivamente realizadas com remuneração, proventos e pensão, independentemente da nomenclatura adotada (subsídio, vencimentos, gratificações, vantagens pessoais; adicionais; abonos, parcelas incorporadas, férias), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DBen - Despesas com Benefícios:** As despesas efetivamente realizadas com benefícios, independentemente da nomenclatura adotada (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidez, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DEnc - Despesas com Encargos:** As despesas efetivamente realizadas com encargos incidentes sobre a folha de pessoal, referentes a magistrados e servidores ativos, inclusive os servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DTer+DEst - Despesas com Terceirizados e Estagiários:** As despesas efetivamente realizadas com terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e estagiários, incluída, no caso de autônomos, a contribuição patronal pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.).
- **Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos:** As despesas efetivamente realizadas com indenizações (ajuda de custo, diárias, transporte, auxílio moradia, licença-prêmio convertida em pecúnia) e as indiretas relacionadas a recursos humanos (passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

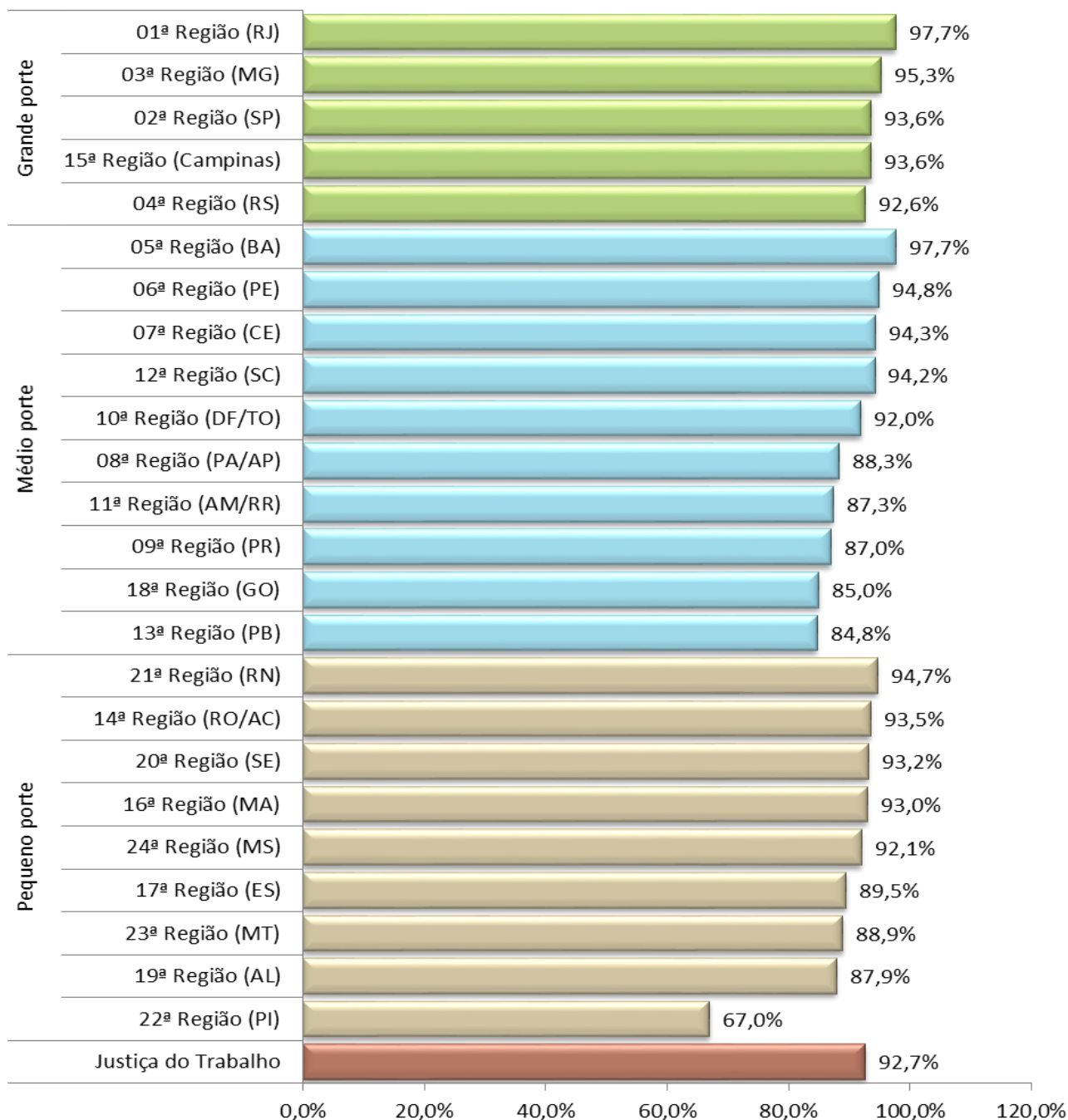
1.1.3b. G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.4 G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DRH - Despesa com Recursos Humanos	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	1.356.408.139	1.388.891.644	97,7%
02ª Região (SP)	1.648.582.820	1.760.434.592	93,6%
03ª Região (MG)	1.208.331.613	1.268.486.704	95,3%
04ª Região (RS)	1.093.210.856	1.180.911.500	92,6%
05ª Região (BA)	755.298.326	773.148.696	97,7%
06ª Região (PE)	549.320.438	579.343.539	94,8%
07ª Região (CE)	274.416.635	291.089.407	94,3%
08ª Região (PA/AP)	384.367.840	435.505.662	88,3%
09ª Região (PR)	650.975.021	748.178.277	87,0%
10ª Região (DF/TO)	391.037.684	425.200.486	92,0%
11ª Região (AM/RR)	314.055.243	359.557.528	87,3%
12ª Região (SC)	494.351.881	524.530.926	94,2%
13ª Região (PB)	276.026.026	325.672.239	84,8%
14ª Região (RO/AC)	227.153.922	242.866.956	93,5%
15ª Região (Campinas)	1.046.238.017	1.117.389.917	93,6%
16ª Região (MA)	145.572.360	156.497.118	93,0%
17ª Região (ES)	194.740.581	217.646.099	89,5%
18ª Região (GO)	298.602.640	351.193.382	85,0%
19ª Região (AL)	149.059.948	169.517.320	87,9%
20ª Região (SE)	115.788.913	124.291.886	93,2%
21ª Região (RN)	178.362.447	188.416.388	94,7%
22ª Região (PI)	91.781.308	136.935.166	67,0%
23ª Região (MT)	166.583.518	187.322.964	88,9%
24ª Região (MS)	155.573.767	169.006.376	92,1%
Justiça do Trabalho	12.165.839.943	13.122.034.771	92,7%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.4 G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa com recursos humanos representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G3 = DRH / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DRH - Despesas com Recursos Humanos: As despesas com recursos humanos efetivamente realizadas, independentemente da nomenclatura adotada (remuneração, ajuda de custo, diárias, passagens e locomoções, auxílio moradia, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio pré-escolar, auxílio-funeral, auxílio-natalidade, assistência médica e odontológica, encargos, gastos com cursos de treinamento e de capacitação, e outros benefícios assistenciais), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), estagiários e terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviços que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas etc.).
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

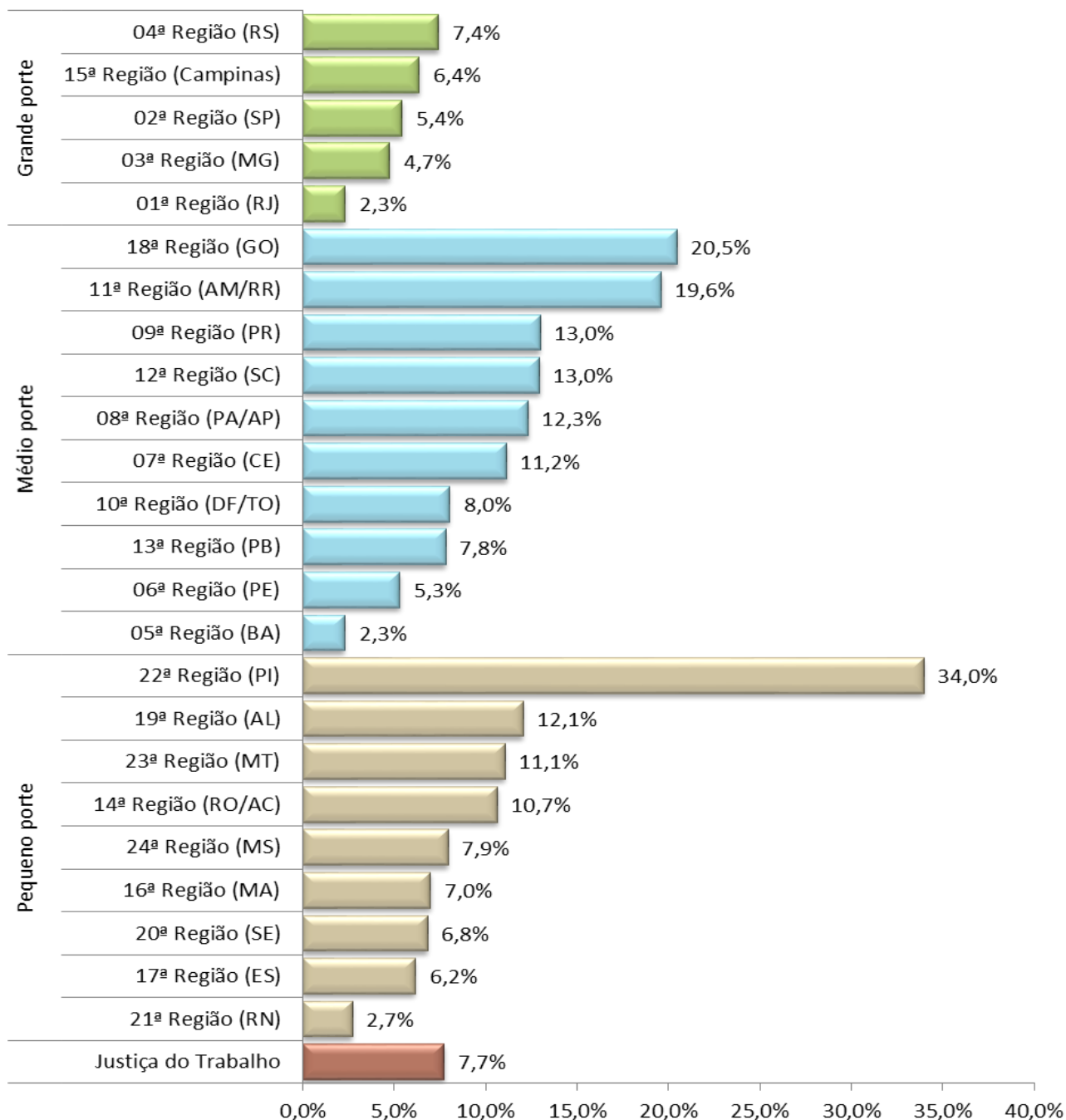
1.1.4. G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.5 G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DBS - Despesa com Bens e Serviços e de Capital	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	32.483.505	1.388.891.644	2,3%
02ª Região (SP)	95.759.771	1.760.434.592	5,4%
03ª Região (MG)	60.155.090	1.268.486.704	4,7%
04ª Região (RS)	87.700.644	1.180.911.500	7,4%
05ª Região (BA)	17.850.370	773.148.696	2,3%
06ª Região (PE)	30.754.192	579.343.539	5,3%
07ª Região (CE)	32.530.071	291.089.407	11,2%
08ª Região (PA/AP)	53.742.172	435.505.662	12,3%
09ª Região (PR)	97.203.256	748.178.277	13,0%
10ª Região (DF/TO)	34.162.802	425.200.486	8,0%
11ª Região (AM/RR)	70.525.814	359.557.528	19,6%
12ª Região (SC)	67.997.924	524.530.926	13,0%
13ª Região (PB)	25.516.432	325.672.239	7,8%
14ª Região (RO/AC)	25.939.360	242.866.956	10,7%
15ª Região (Campinas)	71.151.900	1.117.389.917	6,4%
16ª Região (MA)	10.924.759	156.497.118	7,0%
17ª Região (ES)	13.403.760	217.646.099	6,2%
18ª Região (GO)	71.993.122	351.193.382	20,5%
19ª Região (AL)	20.457.372	169.517.320	12,1%
20ª Região (SE)	8.502.973	124.291.886	6,8%
21ª Região (RN)	5.123.906	188.416.388	2,7%
22ª Região (PI)	46.537.663	136.935.166	34,0%
23ª Região (MT)	20.739.446	187.322.964	11,1%
24ª Região (MS)	13.432.609	169.006.376	7,9%
Justiça do Trabalho	1.014.588.915	13.122.034.771	7,7%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.5 G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com bens e serviços e de capital representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G4 = DBS / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DBS - Despesa com Bens e Serviços e de Capital: As despesas com bens e serviços e de capital, incluídas as inscritas em “restos a pagar”, realizadas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores e as despesas que, embora relacionadas a bens e serviços e de capital, já foram consideradas no conceito de despesas com recursos humanos - DRH (contratos de terceirização de mão de obra e de estagiários, passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação).
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

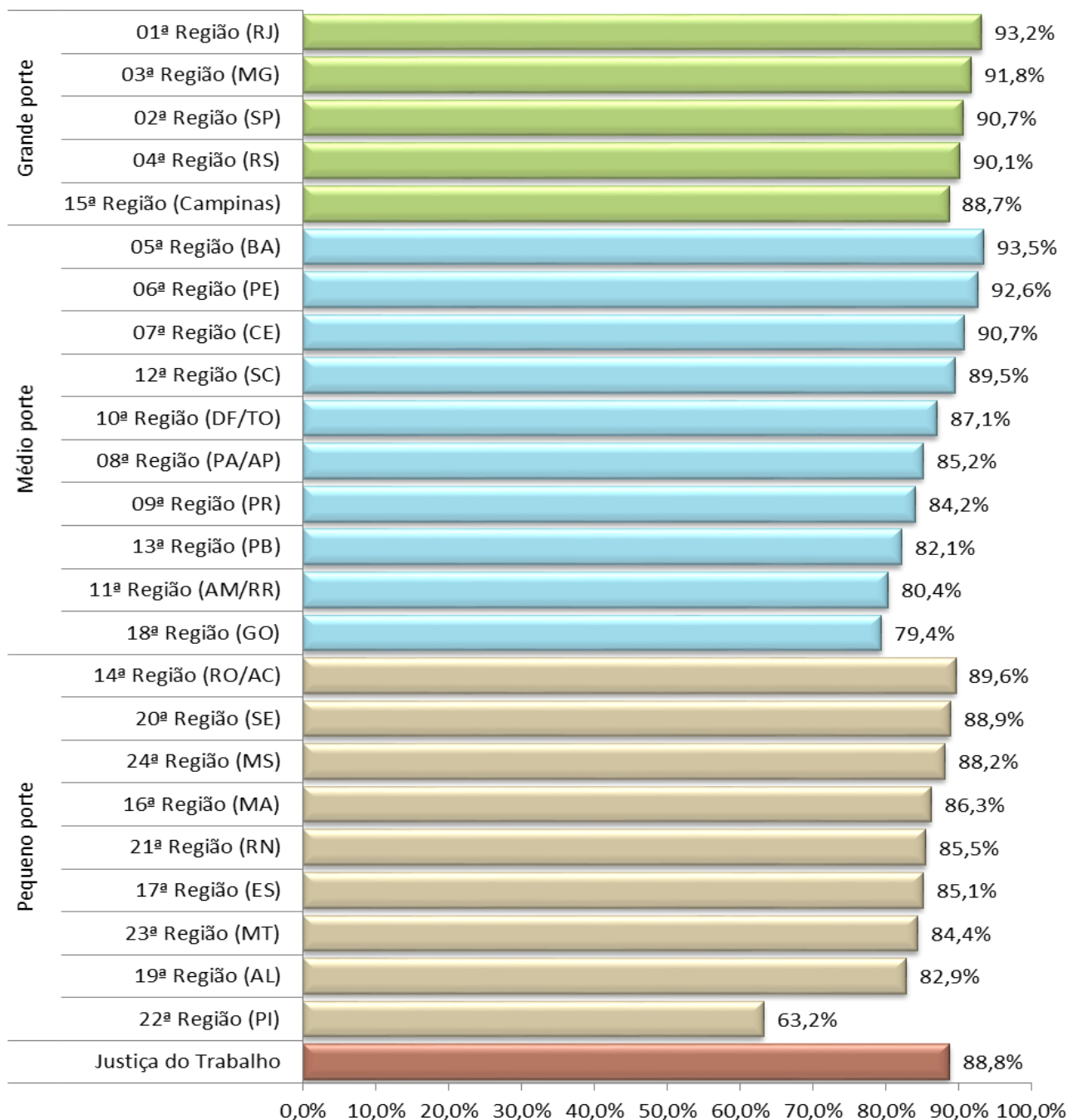
1.1.5. G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.6 G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DPE - Despesa com Pessoal e Encargos	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	1.294.621.435	1.388.891.644	93,2%
02ª Região (SP)	1.596.389.003	1.760.434.592	90,7%
03ª Região (MG)	1.164.025.627	1.268.486.704	91,8%
04ª Região (RS)	1.064.468.747	1.180.911.500	90,1%
05ª Região (BA)	723.093.241	773.148.696	93,5%
06ª Região (PE)	536.731.161	579.343.539	92,6%
07ª Região (CE)	264.154.740	291.089.407	90,7%
08ª Região (PA/AP)	370.874.444	435.505.662	85,2%
09ª Região (PR)	629.639.719	748.178.277	84,2%
10ª Região (DF/TO)	370.314.522	425.200.486	87,1%
11ª Região (AM/RR)	289.031.714	359.557.528	80,4%
12ª Região (SC)	469.427.819	524.530.926	89,5%
13ª Região (PB)	267.489.240	325.672.239	82,1%
14ª Região (RO/AC)	217.681.991	242.866.956	89,6%
15ª Região (Campinas)	991.036.939	1.117.389.917	88,7%
16ª Região (MA)	134.999.456	156.497.118	86,3%
17ª Região (ES)	185.301.261	217.646.099	85,1%
18ª Região (GO)	278.852.296	351.193.382	79,4%
19ª Região (AL)	140.514.341	169.517.320	82,9%
20ª Região (SE)	110.464.389	124.291.886	88,9%
21ª Região (RN)	161.105.854	188.416.388	85,5%
22ª Região (PI)	86.594.030	136.935.166	63,2%
23ª Região (MT)	158.122.897	187.322.964	84,4%
24ª Região (MS)	149.025.346	169.006.376	88,2%
Justiça do Trabalho	11.653.960.214	13.122.034.771	88,8%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.6 G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal e encargos representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G5 = DPE / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPE - Despesa com Pessoal e Encargos: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com todos os servidores e magistrados do quadro permanente, ativos e inativos, e com os instituidores de pensão e os servidores requisitados, além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidéz, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

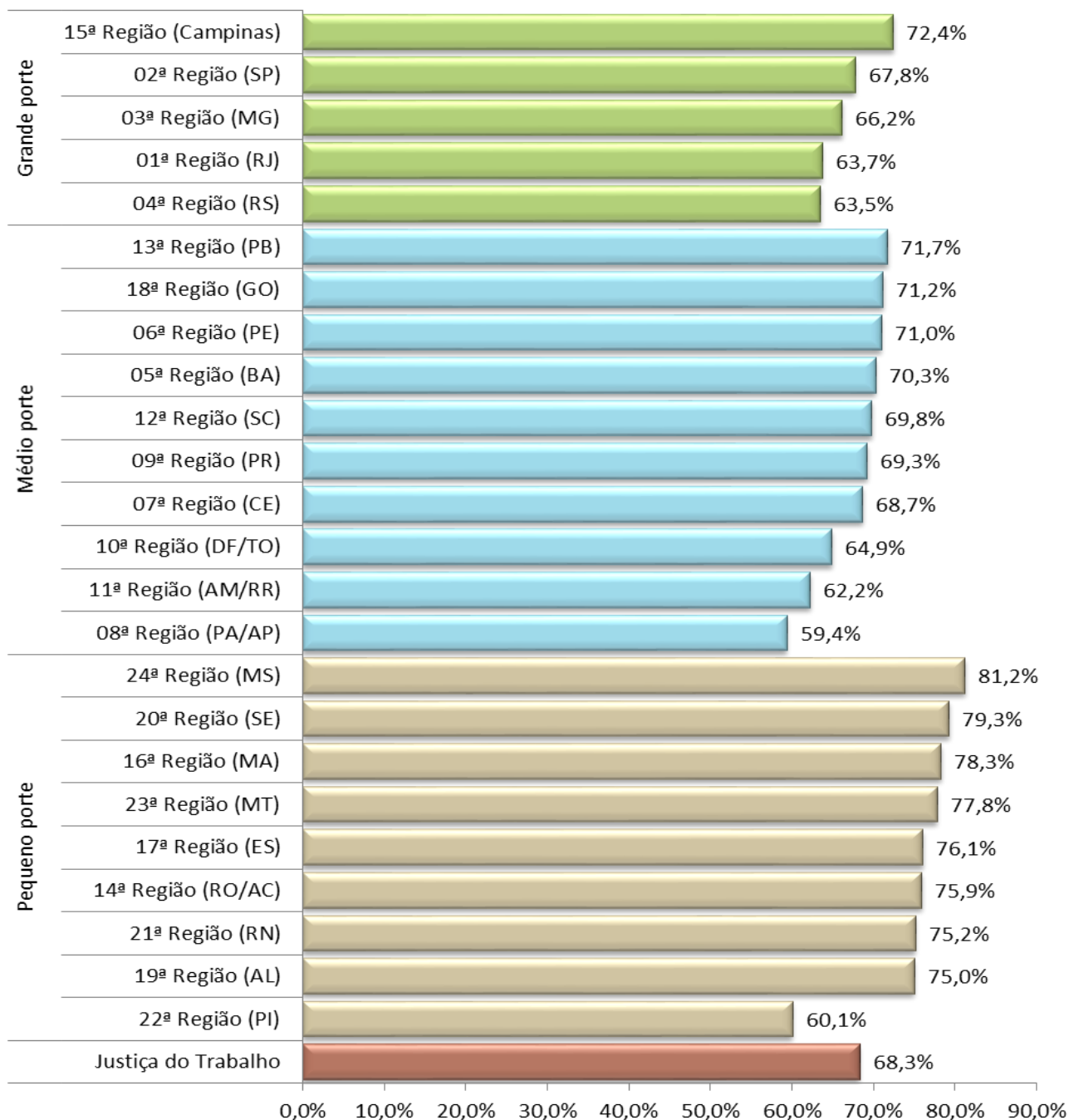
1.1.6. G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.7 G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DPEA - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	885.406.994	1.388.891.644	63,7%
02ª Região (SP)	1.193.528.490	1.760.434.592	67,8%
03ª Região (MG)	839.407.303	1.268.486.704	66,2%
04ª Região (RS)	750.321.246	1.180.911.500	63,5%
05ª Região (BA)	543.200.089	773.148.696	70,3%
06ª Região (PE)	411.176.295	579.343.539	71,0%
07ª Região (CE)	199.854.891	291.089.407	68,7%
08ª Região (PA/AP)	258.619.811	435.505.662	59,4%
09ª Região (PR)	518.122.737	748.178.277	69,3%
10ª Região (DF/TO)	276.063.565	425.200.486	64,9%
11ª Região (AM/RR)	223.800.467	359.557.528	62,2%
12ª Região (SC)	365.902.273	524.530.926	69,8%
13ª Região (PB)	233.563.242	325.672.239	71,7%
14ª Região (RO/AC)	184.430.781	242.866.956	75,9%
15ª Região (Campinas)	809.256.280	1.117.389.917	72,4%
16ª Região (MA)	122.529.444	156.497.118	78,3%
17ª Região (ES)	165.611.849	217.646.099	76,1%
18ª Região (GO)	250.026.578	351.193.382	71,2%
19ª Região (AL)	127.181.374	169.517.320	75,0%
20ª Região (SE)	98.525.999	124.291.886	79,3%
21ª Região (RN)	141.672.665	188.416.388	75,2%
22ª Região (PI)	82.324.580	136.935.166	60,1%
23ª Região (MT)	145.763.914	187.322.964	77,8%
24ª Região (MS)	137.253.533	169.006.376	81,2%
Justiça do Trabalho	8.963.544.401	13.122.034.771	68,3%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.7 G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal ativo e encargos representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G5a = DPEA / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPEA - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados ativos do quadro permanente, incluídos os servidores requisitados, além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidéz, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

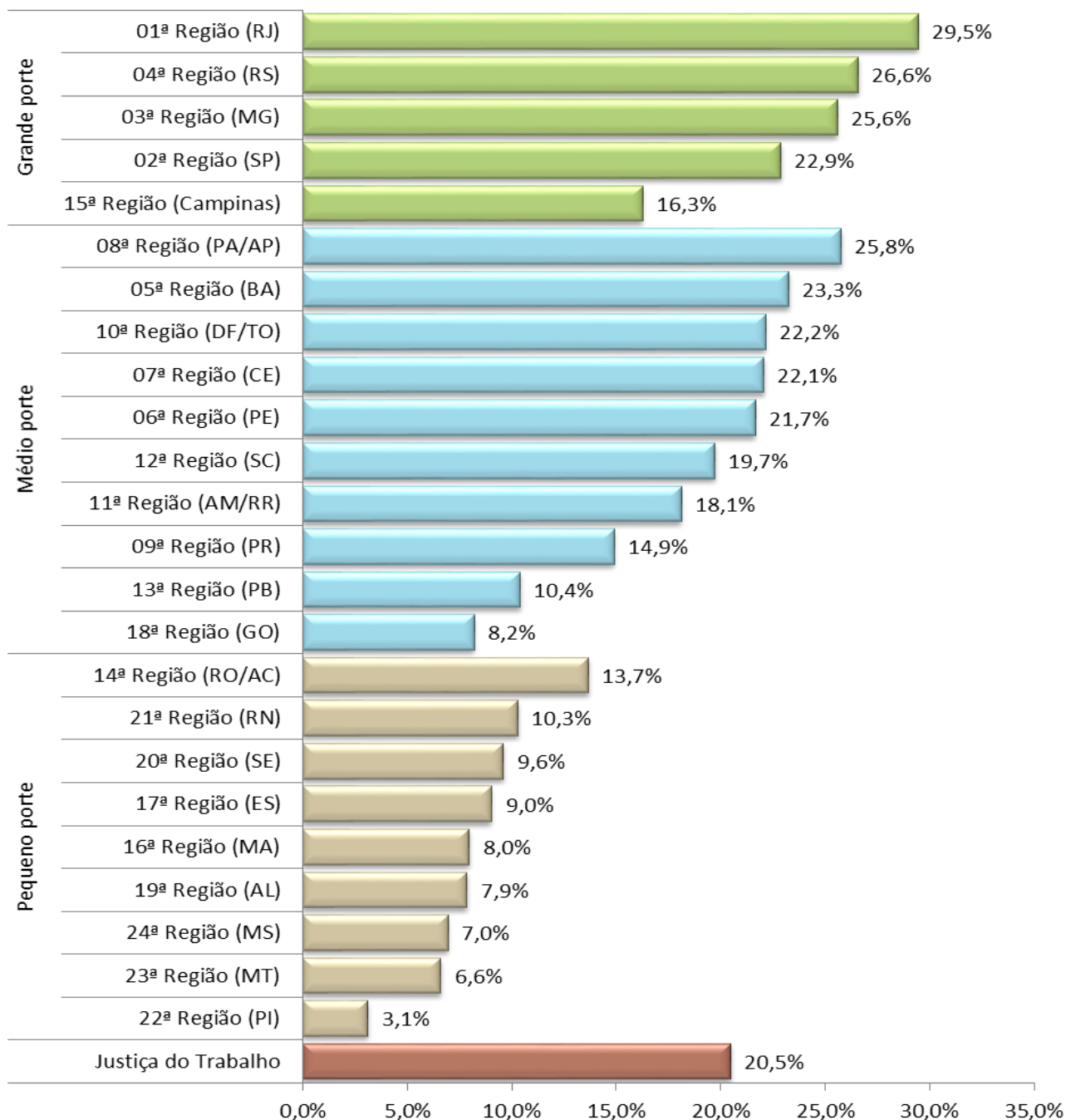
1.1.7. G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.8 G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DPeI - Despesa com Pessoal do Quadro Inativo	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	409.214.440	1.388.891.644	29,5%
02ª Região (SP)	402.860.513	1.760.434.592	22,9%
03ª Região (MG)	324.618.325	1.268.486.704	25,6%
04ª Região (RS)	314.147.501	1.180.911.500	26,6%
05ª Região (BA)	179.893.152	773.148.696	23,3%
06ª Região (PE)	125.554.866	579.343.539	21,7%
07ª Região (CE)	64.299.848	291.089.407	22,1%
08ª Região (PA/AP)	112.254.633	435.505.662	25,8%
09ª Região (PR)	111.516.981	748.178.277	14,9%
10ª Região (DF/TO)	94.250.958	425.200.486	22,2%
11ª Região (AM/RR)	65.231.247	359.557.528	18,1%
12ª Região (SC)	103.525.546	524.530.926	19,7%
13ª Região (PB)	33.925.998	325.672.239	10,4%
14ª Região (RO/AC)	33.251.210	242.866.956	13,7%
15ª Região (Campinas)	181.780.659	1.117.389.917	16,3%
16ª Região (MA)	12.470.012	156.497.118	8,0%
17ª Região (ES)	19.689.412	217.646.099	9,0%
18ª Região (GO)	28.825.718	351.193.382	8,2%
19ª Região (AL)	13.332.967	169.517.320	7,9%
20ª Região (SE)	11.938.390	124.291.886	9,6%
21ª Região (RN)	19.433.189	188.416.388	10,3%
22ª Região (PI)	4.269.451	136.935.166	3,1%
23ª Região (MT)	12.358.983	187.322.964	6,6%
24ª Região (MS)	11.771.814	169.006.376	7,0%
Justiça do Trabalho	2.690.415.813	13.122.034.771	20,5%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.8 G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal inativo e com instituidores de pensão representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G5b = DPel / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPel - Despesa com Pessoal do Quadro Inativo: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados inativos, e com instituidores de pensão, além dos benefícios sociais (assistência médica e odontológica, plano de saúde, auxílio-saúde, auxílio-natalidade, auxílio-funeral e auxílio-creche). Excluem-se as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

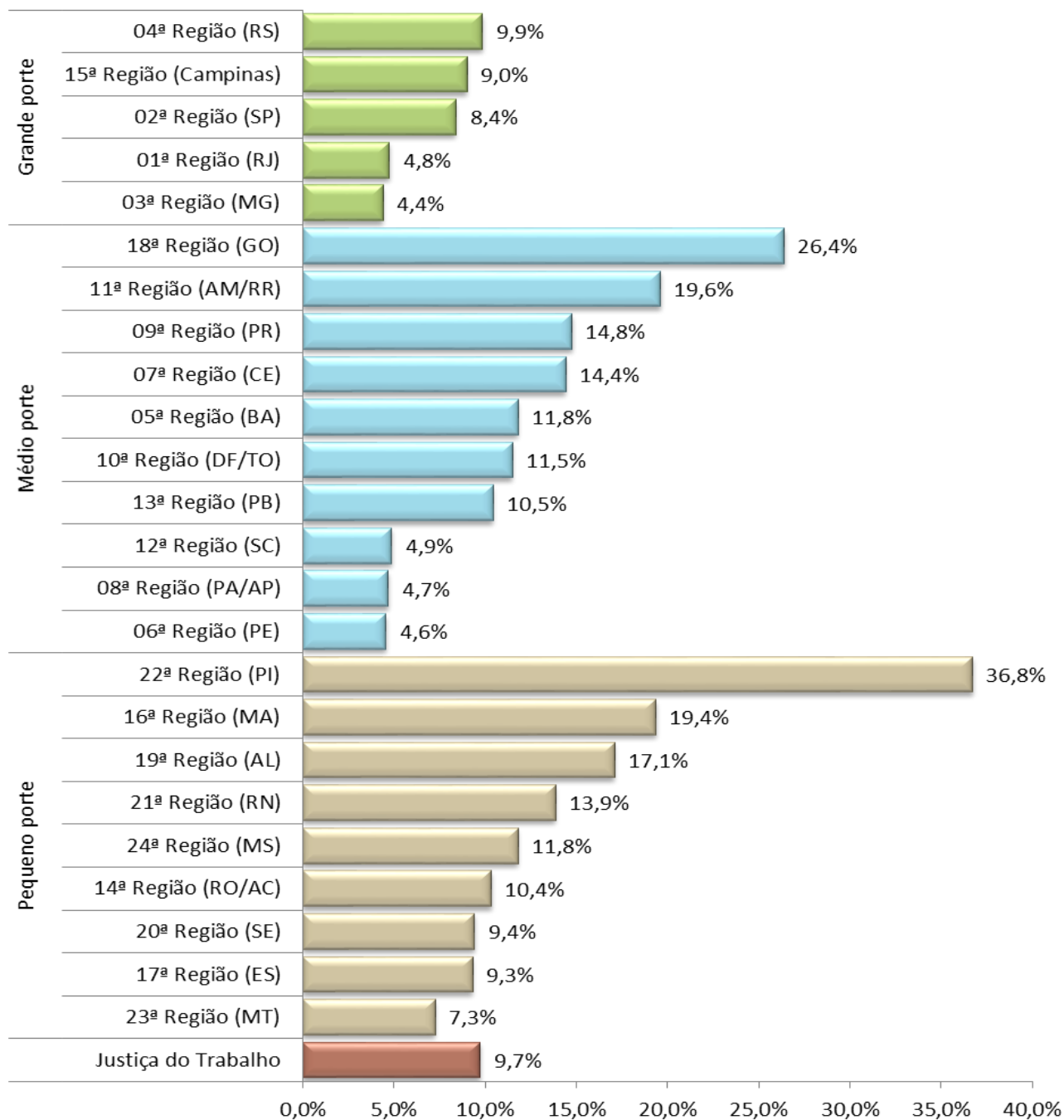
1.1.8. G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.9 G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	DCt - Despesa com Custeio	Dk - Despesa com Capital	G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	1.388.891.644	55.638.888	10.566.790	4,8%
02ª Região (SP)	1.760.434.592	129.737.526	18.216.062	8,4%
03ª Região (MG)	1.268.486.704	36.172.278	19.621.650	4,4%
04ª Região (RS)	1.180.911.500	88.957.138	27.485.616	9,9%
05ª Região (BA)	773.148.696	82.196.619	9.203.523	11,8%
06ª Região (PE)	579.343.539	18.561.855	7.941.039	4,6%
07ª Região (CE)	291.089.407	35.547.949	6.502.802	14,4%
08ª Região (PA/AP)	435.505.662	11.895.914	8.499.278	4,7%
09ª Região (PR)	748.178.277	45.878.805	64.751.936	14,8%
10ª Região (DF/TO)	425.200.486	33.735.487	15.157.447	11,5%
11ª Região (AM/RR)	359.557.528	45.249.936	25.275.878	19,6%
12ª Região (SC)	524.530.926	6.089.625	19.479.344	4,9%
13ª Região (PB)	325.672.239	31.165.928	2.887.291	10,5%
14ª Região (RO/AC)	242.866.956	19.374.569	5.810.395	10,4%
15ª Região (Campinas)	1.117.389.917	82.070.040	18.530.452	9,0%
16ª Região (MA)	156.497.118	25.977.870	4.341.289	19,4%
17ª Região (ES)	217.646.099	16.609.860	3.700.814	9,3%
18ª Região (GO)	351.193.382	51.718.352	41.000.775	26,4%
19ª Região (AL)	169.517.320	15.521.511	13.481.468	17,1%
20ª Região (SE)	124.291.886	9.200.405	2.508.867	9,4%
21ª Região (RN)	188.416.388	22.561.860	3.558.106	13,9%
22ª Região (PI)	136.935.166	10.102.312	40.223.875	36,8%
23ª Região (MT)	187.322.964	5.913.062	7.718.215	7,3%
24ª Região (MS)	169.006.376	14.998.700	4.982.329	11,8%
Justiça do Trabalho	13.122.034.771	894.876.489	381.445.242	9,7%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.9 G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com custeio e capital, incluindo as relativas a pessoal e encargos dos servidores que não integram o quadro permanente, representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G6 = DCCa / Dpj$ $DCCa = Dct + Dk$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- Dct - Despesa com Custeio: As despesas com custeio, abrangendo as despesas com remuneração, benefícios e encargos referentes a estagiários, terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e a contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- Dk - Despesa com Capital: As despesas com capital pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

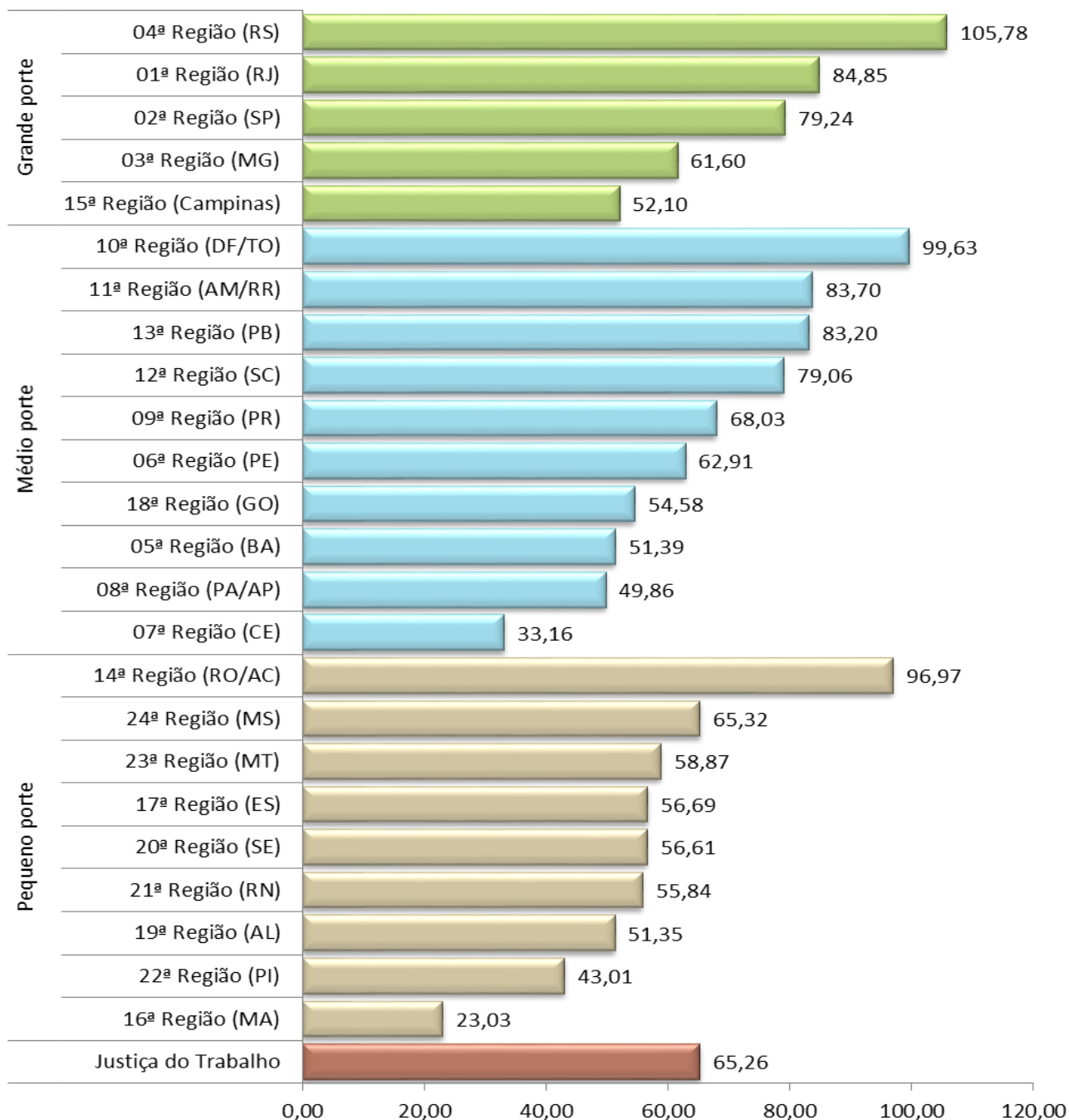
1.1.9. G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)

Tabela 1.10 G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)

Tribunal Regional do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	h1 - Número de Habitantes	G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)
01ª Região (RJ)	1.388.891.644	16.369.179	84,85
02ª Região (SP)	1.760.434.592	22.216.673	79,24
03ª Região (MG)	1.268.486.704	20.593.356	61,60
04ª Região (RS)	1.180.911.500	11.164.043	105,78
05ª Região (BA)	773.148.696	15.044.137	51,39
06ª Região (PE)	579.343.539	9.208.550	62,91
07ª Região (CE)	291.089.407	8.778.576	33,16
08ª Região (PA/AP)	435.505.662	8.734.725	49,86
09ª Região (PR)	748.178.277	10.997.465	68,03
10ª Região (DF/TO)	425.200.486	4.267.925	99,63
11ª Região (AM/RR)	359.557.528	4.295.993	83,70
12ª Região (SC)	524.530.926	6.634.254	79,06
13ª Região (PB)	325.672.239	3.914.421	83,20
14ª Região (RO/AC)	242.866.956	2.504.677	96,97
15ª Região (Campinas)	1.117.389.917	21.446.996	52,10
16ª Região (MA)	156.497.118	6.794.301	23,03
17ª Região (ES)	217.646.099	3.839.366	56,69
18ª Região (GO)	351.193.382	6.434.048	54,58
19ª Região (AL)	169.517.320	3.300.935	51,35
20ª Região (SE)	124.291.886	2.195.662	56,61
21ª Região (RN)	188.416.388	3.373.959	55,84
22ª Região (PI)	136.935.166	3.184.166	43,01
23ª Região (MT)	187.322.964	3.182.113	58,87
24ª Região (MS)	169.006.376	2.587.269	65,32
Justiça do Trabalho	13.122.034.771	201.062.789	65,26

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.10 G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)



Glossário:

G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)

Finalidade: Medir a despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias em relação à população da Região no ano-base.

Fórmula: $G7 = Dpj / h1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- h1 - Número de Habitantes: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

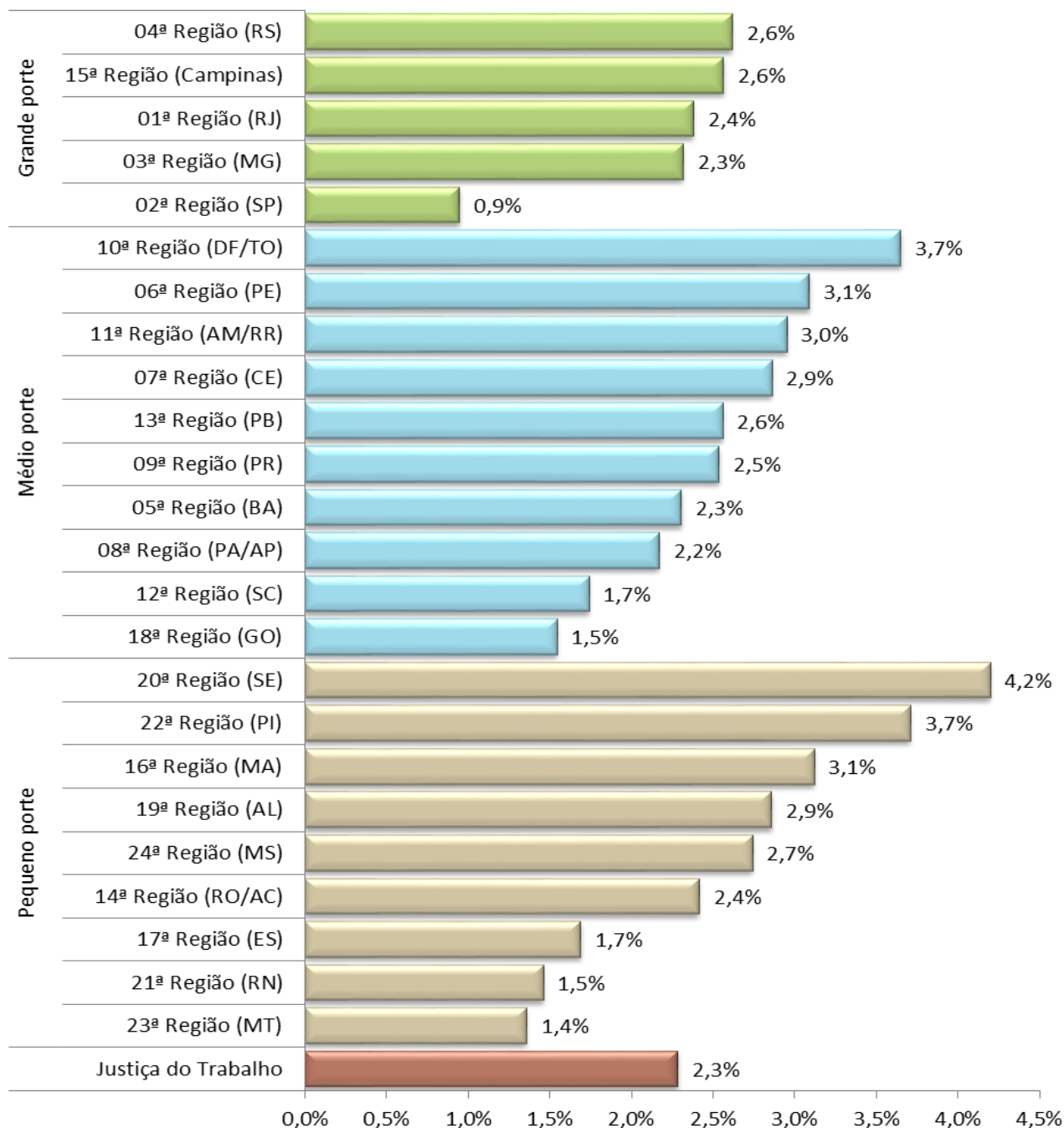
1.1.10. Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.11 Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	Dinf1 - Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho	Dinf2 - Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho	Dinf3 - Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	5.438.698	23.953.843	3.671.011	1.388.891.644	2,4%
02ª Região (SP)	10.234.993	2.373.282	4.093.587	1.760.434.592	0,9%
03ª Região (MG)	7.574.496	20.872.036	962.999	1.268.486.704	2,3%
04ª Região (RS)	13.408.606	13.153.820	4.361.216	1.180.911.500	2,6%
05ª Região (BA)	1.521.743	11.851.110	4.467.348	773.148.696	2,3%
06ª Região (PE)	3.438.912	12.934.733	1.532.661	579.343.539	3,1%
07ª Região (CE)	2.568.501	5.391.585	373.003	291.089.407	2,9%
08ª Região (PA/AP)	1.889.043	5.999.344	1.565.285	435.505.662	2,2%
09ª Região (PR)	12.664.538	1.556.915	4.758.449	748.178.277	2,5%
10ª Região (DF/TO)	8.102.592	5.784.007	1.636.672	425.200.486	3,7%
11ª Região (AM/RR)	1.753.470	6.823.981	2.040.815	359.557.528	3,0%
12ª Região (SC)	1.338.878	4.272.606	3.530.169	524.530.926	1,7%
13ª Região (PB)	2.126.681	5.048.127	1.165.628	325.672.239	2,6%
14ª Região (RO/AC)	1.393.983	3.740.151	732.910	242.866.956	2,4%
15ª Região (Campinas)	11.622.414	13.749.450	3.308.435	1.117.389.917	2,6%
16ª Região (MA)	1.548.519	3.336.211	0	156.497.118	3,1%
17ª Região (ES)	2.838.140	256.277	587.764	217.646.099	1,7%
18ª Região (GO)	2.696.754	2.128.118	604.424	351.193.382	1,5%
19ª Região (AL)	3.579.754	538.744	730.508	169.517.320	2,9%
20ª Região (SE)	1.021.439	3.983.558	215.439	124.291.886	4,2%
21ª Região (RN)	1.866.356	435.866	451.623	188.416.388	1,5%
22ª Região (PI)	1.579.747	2.867.976	634.206	136.935.166	3,7%
23ª Região (MT)	1.378.461	531.834	634.205	187.322.964	1,4%
24ª Região (MS)	2.691.069	1.240.940	703.121	169.006.376	2,7%
Justiça do Trabalho	104.277.788	152.824.514	42.761.476	13.122.034.771	2,3%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.11 Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a despesa com a área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $\text{Inf1} = (\text{DInf1} + \text{DInf2} + \text{DInf3}) / \text{Dpj}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DInf1 - Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, com aquisição de software (pronto) e hardware de informática na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- DInf2 - Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base, com o custo de funcionamento e de manutenção da área de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), abrangendo as despesas com compras de suprimentos, despesas de pessoal com servidores do quadro efetivo e não efetivo, terceirizados, estagiários, diárias, deslocamentos, cursos de capacitação e treinamento, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- DInf3 - Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base, com contratos de prestação de serviços para o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

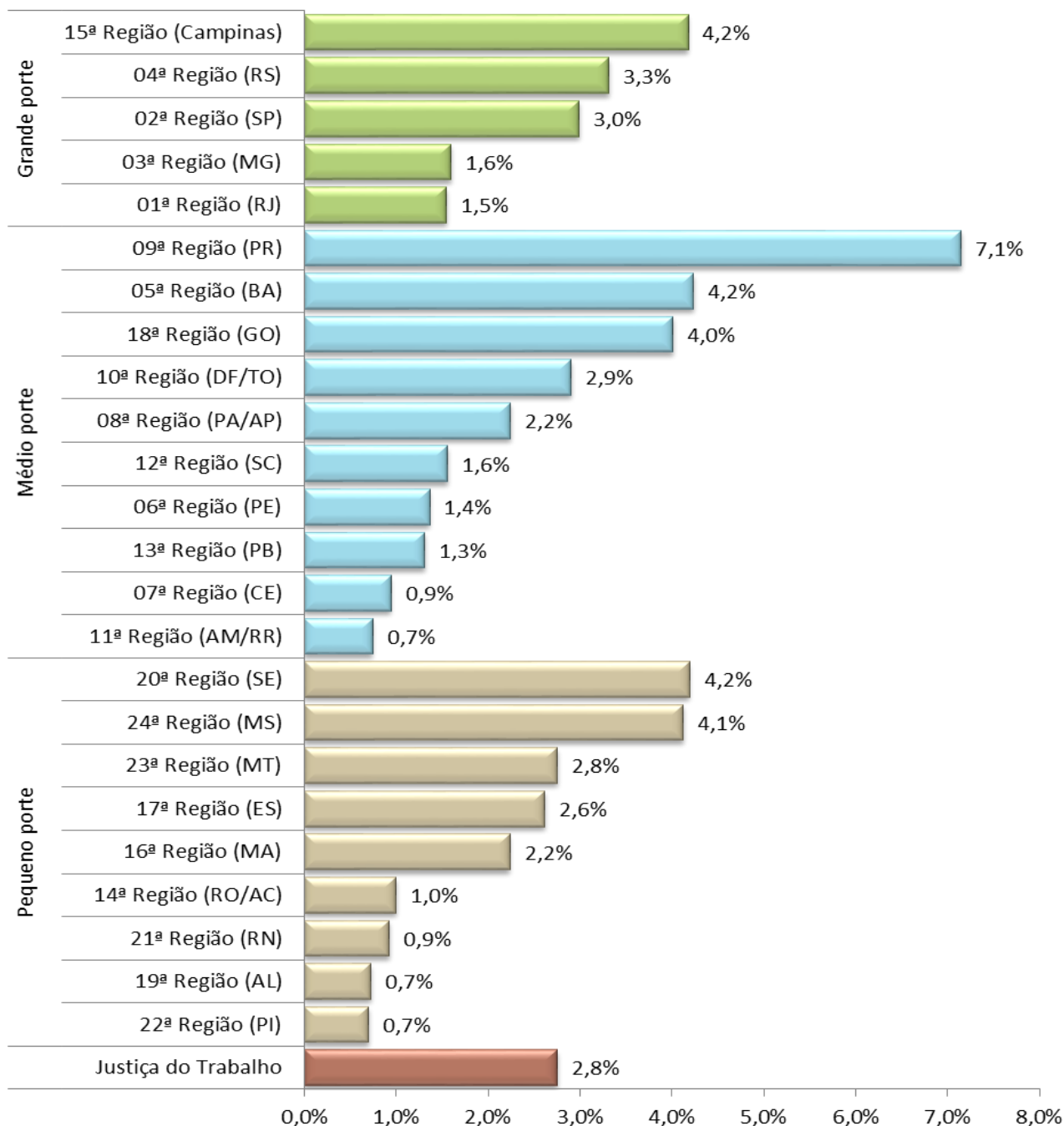
1.1.11. I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.12 I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	R - Recolhimentos Diversos	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	21.489.508	1.388.891.644	1,5%
02ª Região (SP)	52.676.200	1.760.434.592	3,0%
03ª Região (MG)	20.235.181	1.268.486.704	1,6%
04ª Região (RS)	39.177.434	1.180.911.500	3,3%
05ª Região (BA)	32.735.852	773.148.696	4,2%
06ª Região (PE)	7.922.658	579.343.539	1,4%
07ª Região (CE)	2.755.814	291.089.407	0,9%
08ª Região (PA/AP)	9.778.066	435.505.662	2,2%
09ª Região (PR)	53.491.771	748.178.277	7,1%
10ª Região (DF/TO)	12.364.598	425.200.486	2,9%
11ª Região (AM/RR)	2.684.903	359.557.528	0,7%
12ª Região (SC)	8.189.983	524.530.926	1,6%
13ª Região (PB)	4.261.639	325.672.239	1,3%
14ª Região (RO/AC)	2.428.246	242.866.956	1,0%
15ª Região (Campinas)	46.691.771	1.117.389.917	4,2%
16ª Região (MA)	3.507.873	156.497.118	2,2%
17ª Região (ES)	5.704.405	217.646.099	2,6%
18ª Região (GO)	14.092.631	351.193.382	4,0%
19ª Região (AL)	1.233.432	169.517.320	0,7%
20ª Região (SE)	5.214.668	124.291.886	4,2%
21ª Região (RN)	1.748.758	188.416.388	0,9%
22ª Região (PI)	962.499	136.935.166	0,7%
23ª Região (MT)	5.166.261	187.322.964	2,8%
24ª Região (MS)	6.971.569	169.006.376	4,1%
Justiça do Trabalho	361.485.723	13.122.034.771	2,8%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.12 I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a arrecadação com custas e emolumentos pela Justiça do Trabalho representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $I1 = R / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- R - Recolhimentos Diversos: Todos os recolhimentos arrecadados pela Justiça do Trabalho com custas (incluindo as da fase de execução) e emolumentos no ano-base e eventuais taxas.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

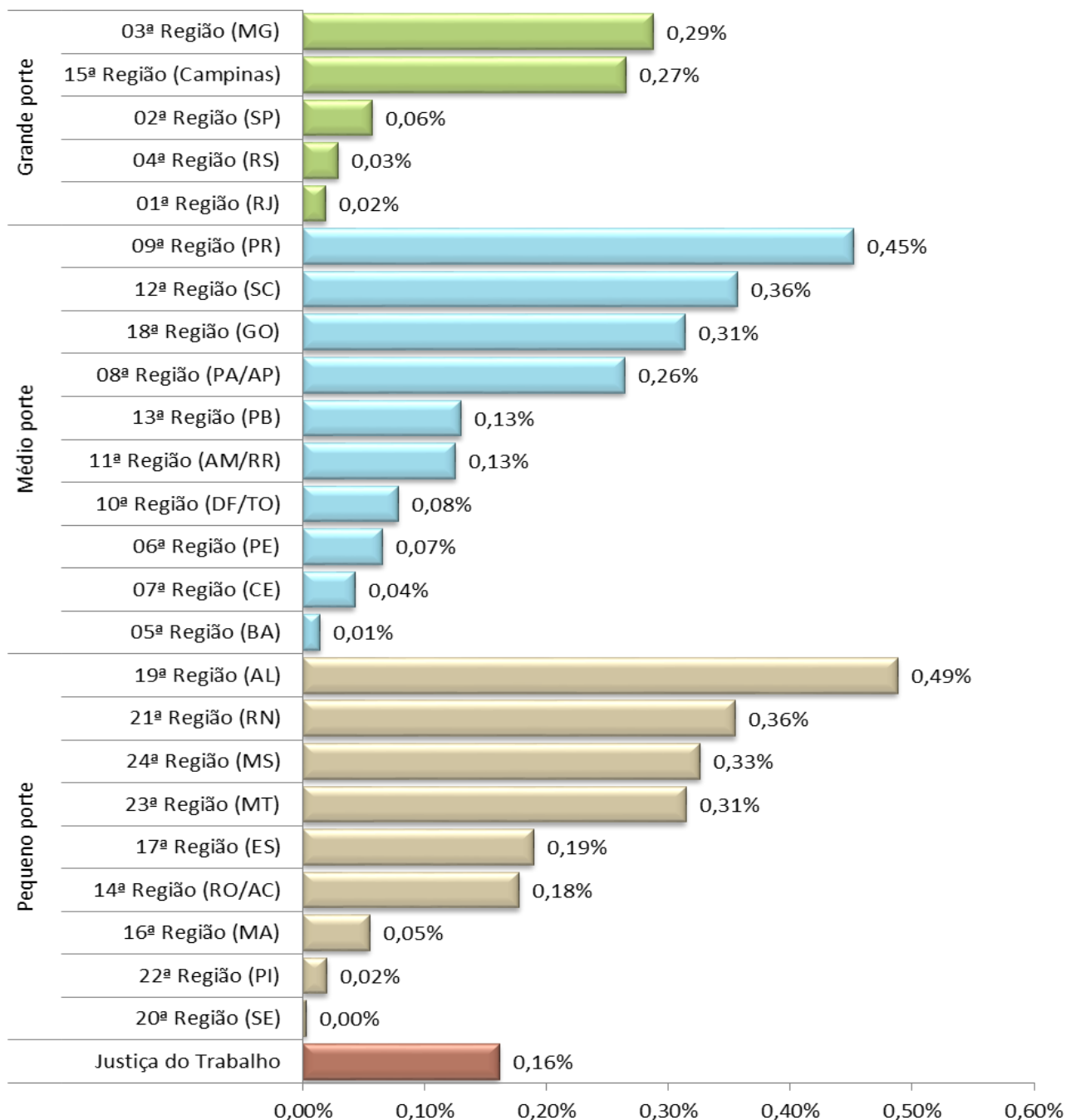
1.1.12. I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.13 I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	RERT - Receitas decorrentes de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	263.599	1.388.891.644	0,02%
02ª Região (SP)	1.008.723	1.760.434.592	0,06%
03ª Região (MG)	3.653.779	1.268.486.704	0,29%
04ª Região (RS)	348.491	1.180.911.500	0,03%
05ª Região (BA)	111.931	773.148.696	0,01%
06ª Região (PE)	381.313	579.343.539	0,07%
07ª Região (CE)	124.761	291.089.407	0,04%
08ª Região (PA/AP)	1.152.693	435.505.662	0,26%
09ª Região (PR)	3.382.222	748.178.277	0,45%
10ª Região (DF/TO)	333.093	425.200.486	0,08%
11ª Região (AM/RR)	451.848	359.557.528	0,13%
12ª Região (SC)	1.870.160	524.530.926	0,36%
13ª Região (PB)	424.259	325.672.239	0,13%
14ª Região (RO/AC)	431.257	242.866.956	0,18%
15ª Região (Campinas)	2.964.025	1.117.389.917	0,27%
16ª Região (MA)	85.791	156.497.118	0,05%
17ª Região (ES)	412.296	217.646.099	0,19%
18ª Região (GO)	1.101.060	351.193.382	0,31%
19ª Região (AL)	827.456	169.517.320	0,49%
20ª Região (SE)	3.974	124.291.886	0,00%
21ª Região (RN)	669.455	188.416.388	0,36%
22ª Região (PI)	27.329	136.935.166	0,02%
23ª Região (MT)	589.527	187.322.964	0,31%
24ª Região (MS)	551.185	169.006.376	0,33%
Justiça do Trabalho	21.170.225	13.122.034.771	0,16%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.13 I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a arrecadação fiscal da Justiça do Trabalho com a execução das penalidades impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $I2b = RERT / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RERT - Receitas decorrentes de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho: As receitas transferidas aos cofres da União em decorrência da atividade da Justiça do Trabalho de execução das penalidades impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

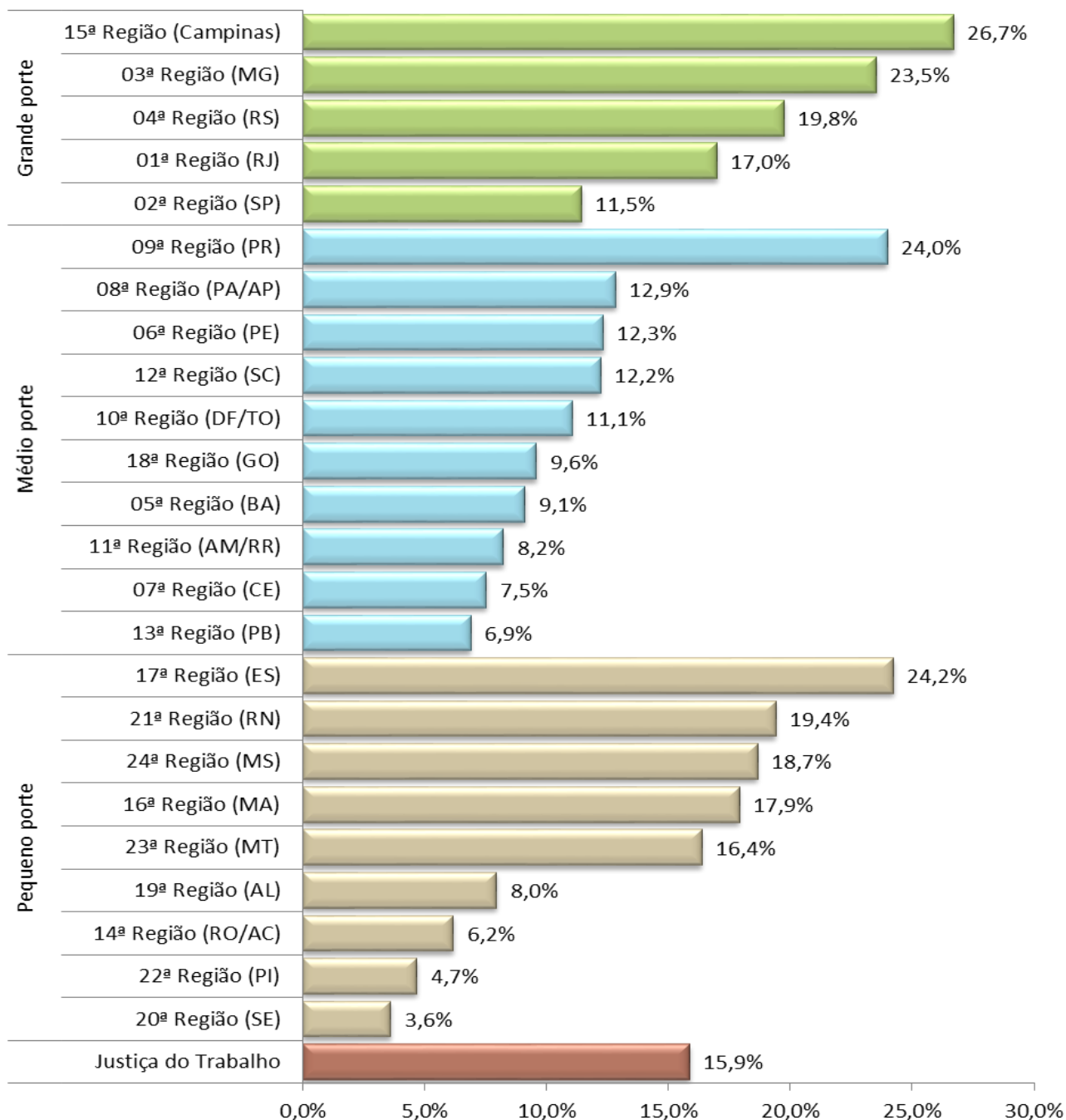
1.1.13. I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.14 I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	RPrev - Receitas de Execução Previdenciária	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	236.231.514	1.388.891.644	17,0%
02ª Região (SP)	201.652.658	1.760.434.592	11,5%
03ª Região (MG)	298.529.929	1.268.486.704	23,5%
04ª Região (RS)	233.477.559	1.180.911.500	19,8%
05ª Região (BA)	70.541.511	773.148.696	9,1%
06ª Região (PE)	71.471.237	579.343.539	12,3%
07ª Região (CE)	21.927.566	291.089.407	7,5%
08ª Região (PA/AP)	56.016.669	435.505.662	12,9%
09ª Região (PR)	179.464.977	748.178.277	24,0%
10ª Região (DF/TO)	47.054.572	425.200.486	11,1%
11ª Região (AM/RR)	29.628.623	359.557.528	8,2%
12ª Região (SC)	64.122.533	524.530.926	12,2%
13ª Região (PB)	22.460.775	325.672.239	6,9%
14ª Região (RO/AC)	15.008.418	242.866.956	6,2%
15ª Região (Campinas)	298.613.656	1.117.389.917	26,7%
16ª Região (MA)	28.037.321	156.497.118	17,9%
17ª Região (ES)	52.777.815	217.646.099	24,2%
18ª Região (GO)	33.649.486	351.193.382	9,6%
19ª Região (AL)	13.484.384	169.517.320	8,0%
20ª Região (SE)	4.500.818	124.291.886	3,6%
21ª Região (RN)	36.573.173	188.416.388	19,4%
22ª Região (PI)	6.417.969	136.935.166	4,7%
23ª Região (MT)	30.691.489	187.322.964	16,4%
24ª Região (MS)	31.557.819	169.006.376	18,7%
Justiça do Trabalho	2.083.892.470	13.122.034.771	15,9%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.14 13 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a arrecadação da Justiça do Trabalho com a execução das contribuições previdenciárias representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $I3 = RPrev / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RPrev - Receitas de Execução Previdenciária: As receitas transferidas pela Justiça do Trabalho aos cofres públicos em decorrência da execução das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, da Constituição, e seus acréscimos legais, no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

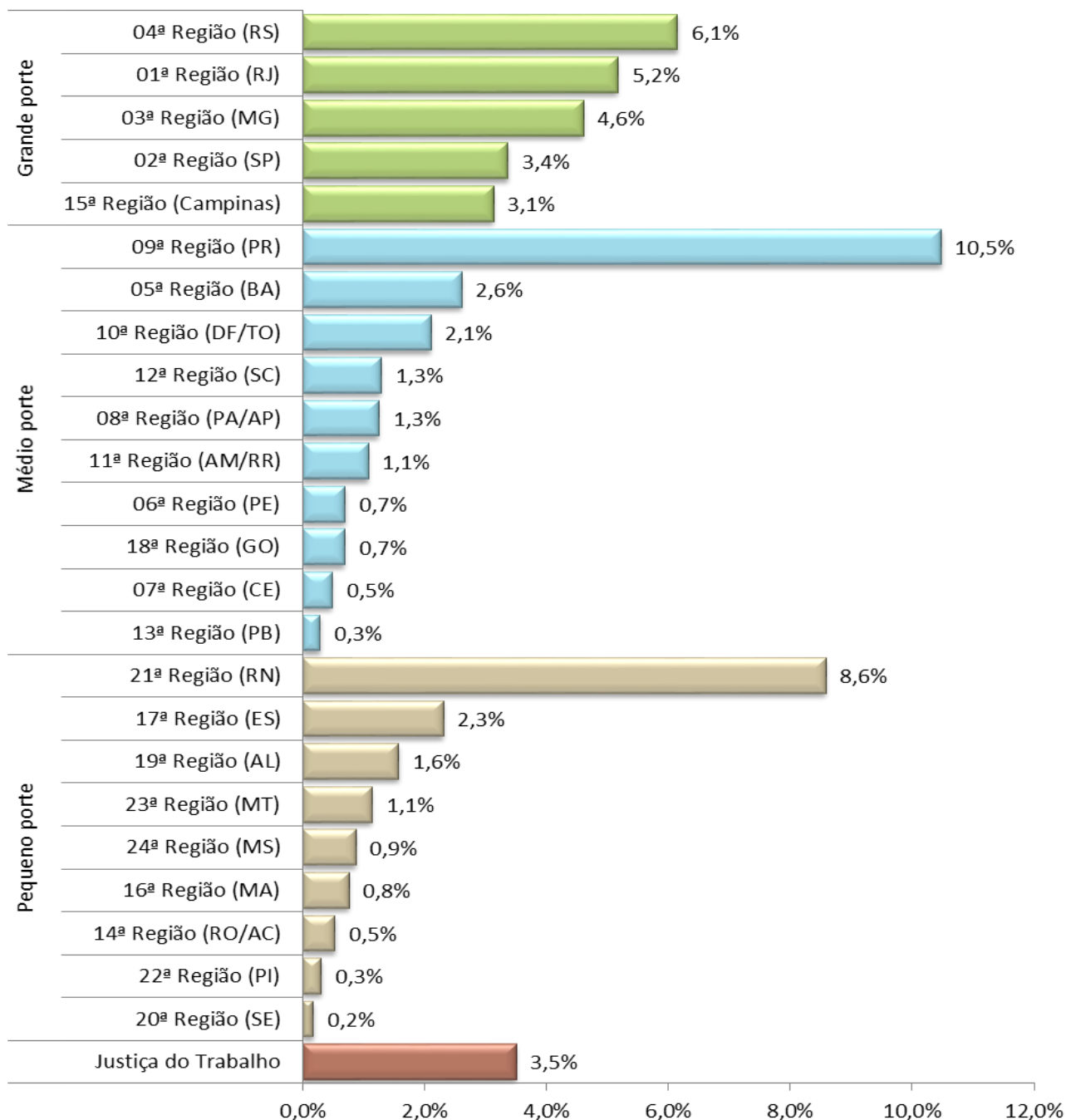
1.1.14. I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.15 I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	RIR - Receitas de Arrecadação de Imposto de Renda	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	71.824.743	1.388.891.644	5,2%
02ª Região (SP)	59.264.941	1.760.434.592	3,4%
03ª Região (MG)	58.463.215	1.268.486.704	4,6%
04ª Região (RS)	72.587.068	1.180.911.500	6,1%
05ª Região (BA)	20.166.988	773.148.696	2,6%
06ª Região (PE)	4.062.505	579.343.539	0,7%
07ª Região (CE)	1.417.452	291.089.407	0,5%
08ª Região (PA/AP)	5.453.384	435.505.662	1,3%
09ª Região (PR)	78.405.177	748.178.277	10,5%
10ª Região (DF/TO)	8.961.494	425.200.486	2,1%
11ª Região (AM/RR)	3.887.837	359.557.528	1,1%
12ª Região (SC)	6.752.356	524.530.926	1,3%
13ª Região (PB)	933.385	325.672.239	0,3%
14ª Região (RO/AC)	1.283.182	242.866.956	0,5%
15ª Região (Campinas)	35.015.068	1.117.389.917	3,1%
16ª Região (MA)	1.191.615	156.497.118	0,8%
17ª Região (ES)	5.030.114	217.646.099	2,3%
18ª Região (GO)	2.429.276	351.193.382	0,7%
19ª Região (AL)	2.671.197	169.517.320	1,6%
20ª Região (SE)	215.810	124.291.886	0,2%
21ª Região (RN)	16.179.518	188.416.388	8,6%
22ª Região (PI)	422.273	136.935.166	0,3%
23ª Região (MT)	2.136.044	187.322.964	1,1%
24ª Região (MS)	1.476.568	169.006.376	0,9%
Justiça do Trabalho	460.231.212	13.122.034.771	3,5%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.15 I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a arrecadação da Justiça do Trabalho com a retenção de imposto de renda representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $I4 = RIR / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RIR - Receitas de Arrecadação de Imposto de Renda: As receitas de imposto de renda transferidas aos cofres públicos decorrentes da atividade jurisdicional da Justiça do Trabalho no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

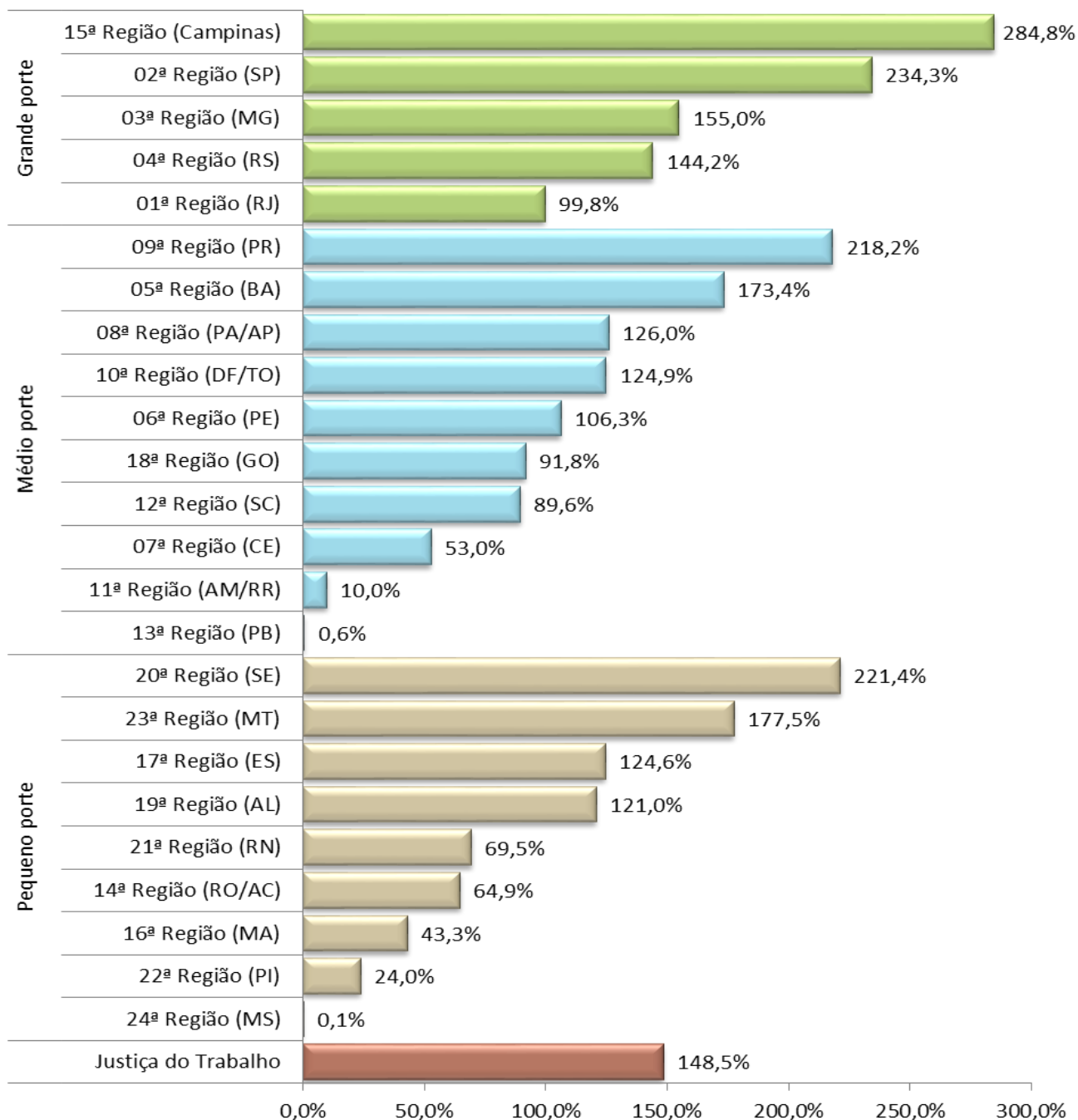
1.1.15. I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.16 I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	VPag - Valores Pagos aos Jurisdicionados	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	1.386.088.942	1.388.891.644	99,8%
02ª Região (SP)	4.124.615.858	1.760.434.592	234,3%
03ª Região (MG)	1.965.610.157	1.268.486.704	155,0%
04ª Região (RS)	1.702.663.790	1.180.911.500	144,2%
05ª Região (BA)	1.340.422.164	773.148.696	173,4%
06ª Região (PE)	615.873.634	579.343.539	106,3%
07ª Região (CE)	154.270.417	291.089.407	53,0%
08ª Região (PA/AP)	548.855.427	435.505.662	126,0%
09ª Região (PR)	1.632.576.128	748.178.277	218,2%
10ª Região (DF/TO)	531.259.823	425.200.486	124,9%
11ª Região (AM/RR)	36.029.384	359.557.528	10,0%
12ª Região (SC)	469.935.711	524.530.926	89,6%
13ª Região (PB)	1.831.819	325.672.239	0,6%
14ª Região (RO/AC)	157.516.107	242.866.956	64,9%
15ª Região (Campinas)	3.181.841.910	1.117.389.917	284,8%
16ª Região (MA)	67.839.402	156.497.118	43,3%
17ª Região (ES)	271.097.570	217.646.099	124,6%
18ª Região (GO)	322.235.655	351.193.382	91,8%
19ª Região (AL)	205.046.790	169.517.320	121,0%
20ª Região (SE)	275.186.372	124.291.886	221,4%
21ª Região (RN)	130.941.990	188.416.388	69,5%
22ª Região (PI)	32.801.094	136.935.166	24,0%
23ª Região (MT)	332.521.700	187.322.964	177,5%
24ª Região (MS)	185.679	169.006.376	0,1%
Justiça do Trabalho	19.487.247.522	13.122.034.771	148,5%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.16 I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que o montante dos valores pagos aos jurisdicionados em decorrência da atividade da Justiça do Trabalho representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.

Fórmula: $I5 = VPag / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- VPag - Valores Pagos aos Jurisdicionados: Total dos valores pagos aos demandantes em decorrência da atividade da Justiça do Trabalho durante o ano-base, inclusive os decorrentes de Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV's). Excluem-se os valores atinentes aos executivos fiscais e aos recolhimentos previdenciários e fiscais.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em "restos a pagar". Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

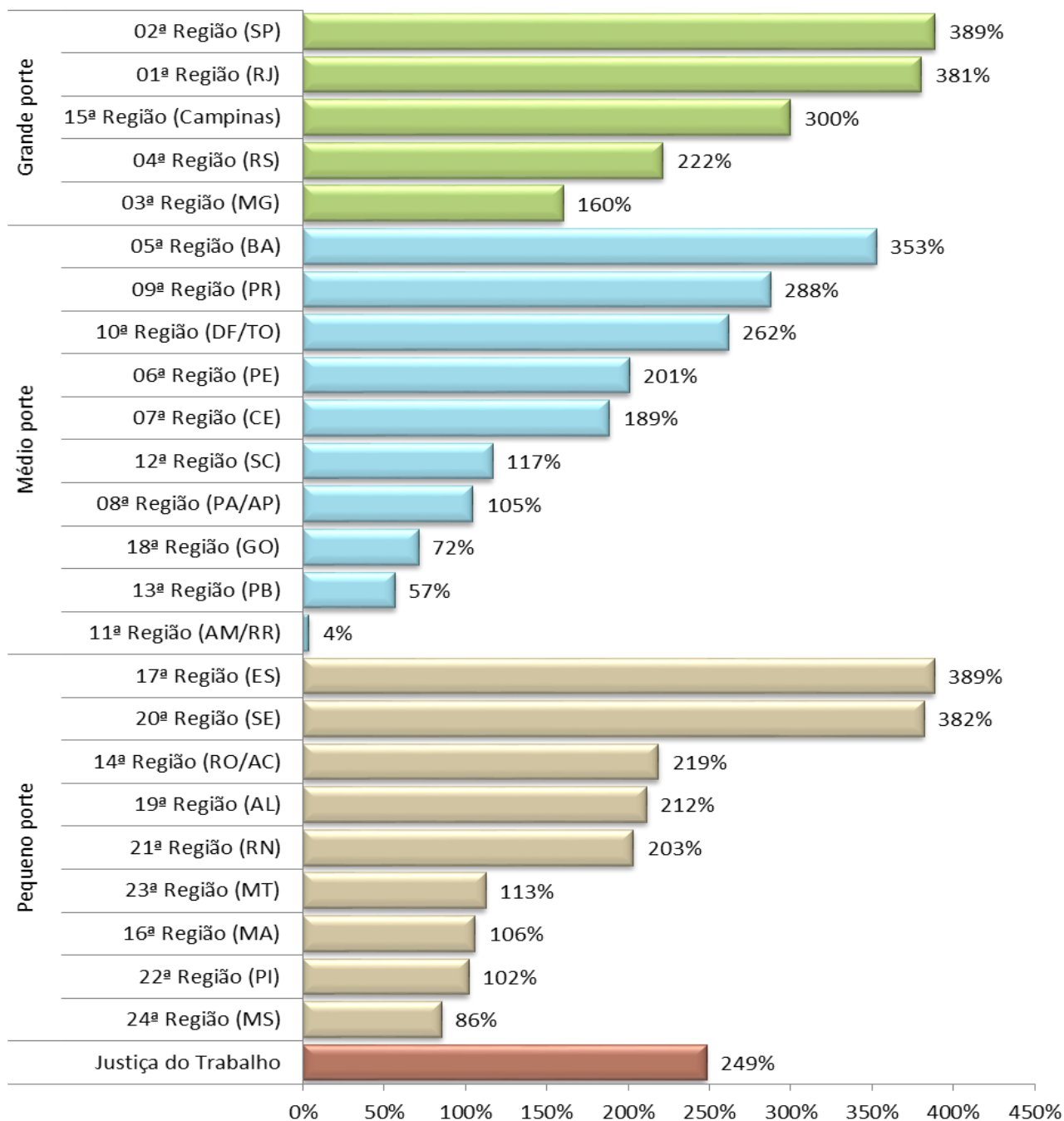
1.1.16. I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.17 I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DepJud - Saldo de Depósitos Judiciais	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	5.285.633.769	1.388.891.644	381%
02ª Região (SP)	6.849.120.948	1.760.434.592	389%
03ª Região (MG)	2.032.829.063	1.268.486.704	160%
04ª Região (RS)	2.615.941.658	1.180.911.500	222%
05ª Região (BA)	2.728.926.750	773.148.696	353%
06ª Região (PE)	1.165.157.131	579.343.539	201%
07ª Região (CE)	549.064.657	291.089.407	189%
08ª Região (PA/AP)	455.527.497	435.505.662	105%
09ª Região (PR)	2.152.926.913	748.178.277	288%
10ª Região (DF/TO)	1.112.522.581	425.200.486	262%
11ª Região (AM/RR)	13.412.068	359.557.528	4%
12ª Região (SC)	611.988.234	524.530.926	117%
13ª Região (PB)	185.607.741	325.672.239	57%
14ª Região (RO/AC)	531.245.346	242.866.956	219%
15ª Região (Campinas)	3.350.968.495	1.117.389.917	300%
16ª Região (MA)	165.881.273	156.497.118	106%
17ª Região (ES)	845.676.317	217.646.099	389%
18ª Região (GO)	251.739.947	351.193.382	72%
19ª Região (AL)	358.699.369	169.517.320	212%
20ª Região (SE)	475.237.628	124.291.886	382%
21ª Região (RN)	383.386.695	188.416.388	203%
22ª Região (PI)	140.082.061	136.935.166	102%
23ª Região (MT)	211.006.719	187.322.964	113%
24ª Região (MS)	144.702.691	169.006.376	86%
Justiça do Trabalho	32.617.285.550	13.122.034.771	249%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.17 I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que o montante dos valores dos depósitos judiciais no final do ano-base representam em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias

Fórmula: $I6 = \text{DepJud} / \text{Dpj}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DepJud - Saldo de Depósitos Judiciais: Saldo total de depósitos judiciais na Justiça do Trabalho no final do ano-base, incluindo os depósitos dos executivos fiscais.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.17. I7 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça

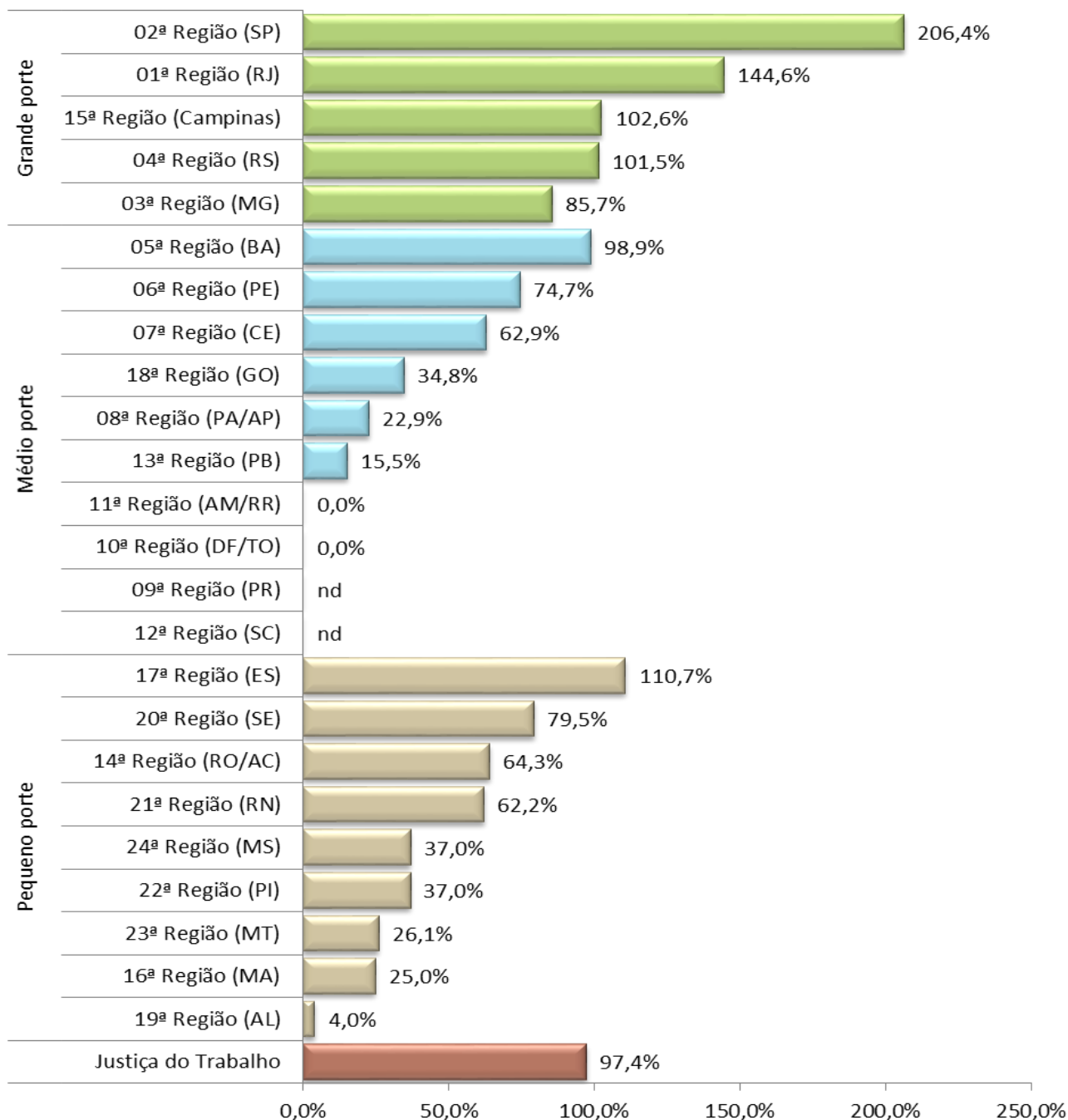
Tabela 1.18 I7 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DepRecP - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I7 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	2.007.749.542	1.388.891.644	144,6%
02ª Região (SP)	3.632.907.218	1.760.434.592	206,4%
03ª Região (MG)	1.086.676.061	1.268.486.704	85,7%
04ª Região (RS)	1.198.081.968	1.180.911.500	101,5%
05ª Região (BA)	764.712.875	773.148.696	98,9%
06ª Região (PE)	432.875.080	579.343.539	74,7%
07ª Região (CE)	183.218.314	291.089.407	62,9%
08ª Região (PA/AP)	99.636.800	435.505.662	22,9%
09ª Região (PR)	nd	748.178.277	nd
10ª Região (DF/TO)	0	425.200.486	0,0%
11ª Região (AM/RR)	0	359.557.528	0,0%
12ª Região (SC)	nd	524.530.926	nd
13ª Região (PB)	50.343.785	325.672.239	15,5%
14ª Região (RO/AC)	156.079.004	242.866.956	64,3%
15ª Região (Campinas)	1.145.980.680	1.117.389.917	102,6%
16ª Região (MA)	39.057.434	156.497.118	25,0%
17ª Região (ES)	240.952.699	217.646.099	110,7%
18ª Região (GO)	122.354.907	351.193.382	34,8%
19ª Região (AL)	6.849.730	169.517.320	4,0%
20ª Região (SE)	98.851.327	124.291.886	79,5%
21ª Região (RN)	117.151.435	188.416.388	62,2%
22ª Região (PI)	50.625.000	136.935.166	37,0%
23ª Região (MT)	48.945.261	187.322.964	26,1%
24ª Região (MS)	62.608.408	169.006.376	37,0%
Justiça do Trabalho	11.545.657.529	13.122.034.771	97,4%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.18 17 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

I7 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que o montante dos valores dos depósitos recursais pendentes de liberação pela Justiça do Trabalho no final do ano-base representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias.

Fórmula: $I7 = \text{DepRecP} / \text{Dpj}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DepRecP - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes: Saldo total de depósitos recursais pendentes de liberação pela Justiça do Trabalho no termo final do ano-base, incluindo o resíduo de depósitos recursais dos anos anteriores e aqueles realizados fora de conta vinculada em virtude de controvérsia sobre a existência de vínculo empregatício ou relação de trabalho.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

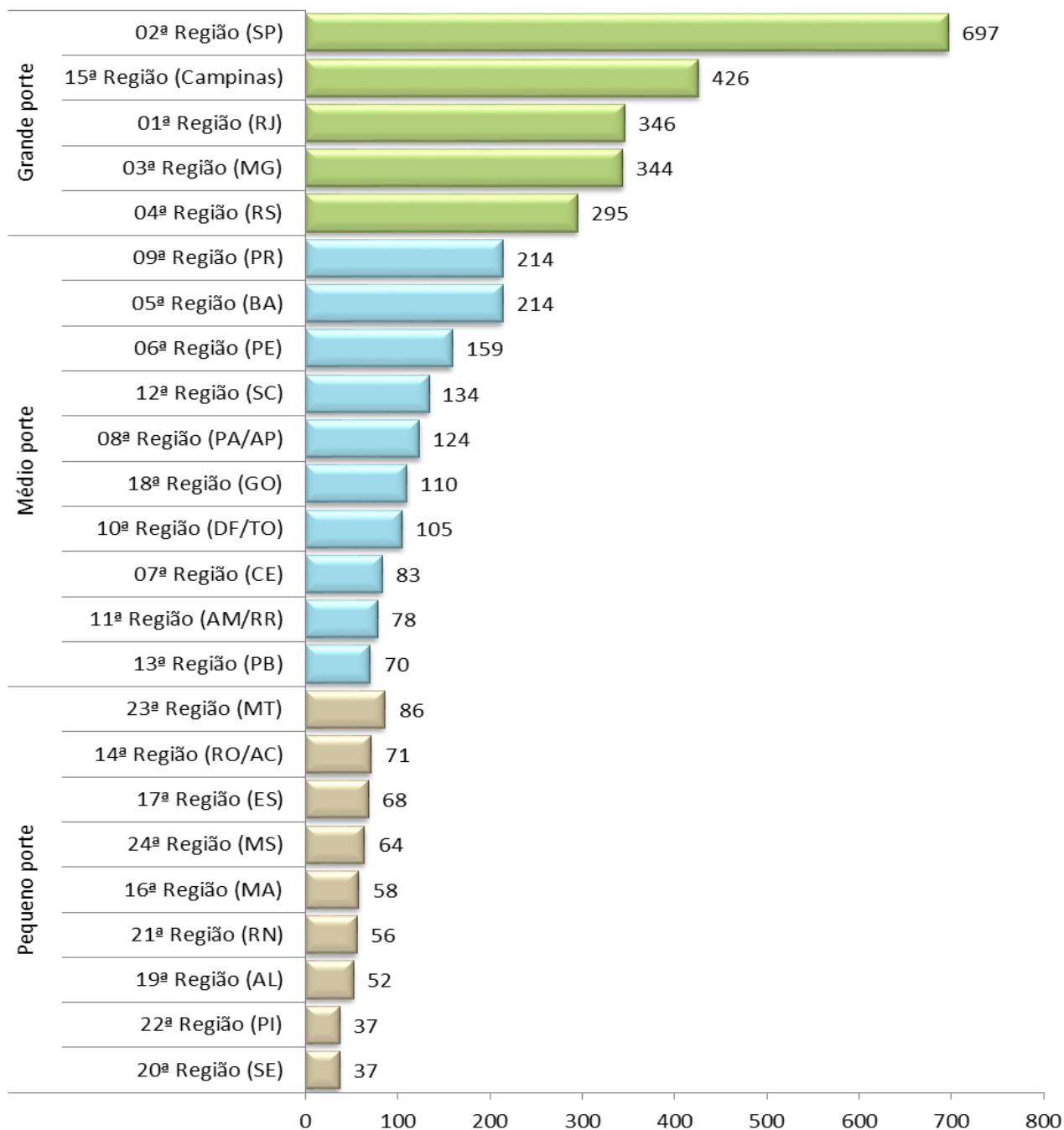
1.2.1. MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

Tabela 1.19 MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

Tribunal Regional do Trabalho	MagE2º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau	MagE1º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 1º Grau	MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes
01ª Região (RJ)	54	292	346
02ª Região (SP)	94	603	697
03ª Região (MG)	49	295	344
04ª Região (RS)	48	247	295
05ª Região (BA)	29	185	214
06ª Região (PE)	19	140	159
07ª Região (CE)	14	69	83
08ª Região (PA/AP)	23	101	124
09ª Região (PR)	31	183	214
10ª Região (DF/TO)	17	88	105
11ª Região (AM/RR)	14	64	78
12ª Região (SC)	18	116	134
13ª Região (PB)	10	60	70
14ª Região (RO/AC)	8	63	71
15ª Região (Campinas)	55	371	426
16ª Região (MA)	8	50	58
17ª Região (ES)	12	56	68
18ª Região (GO)	14	96	110
19ª Região (AL)	8	44	52
20ª Região (SE)	8	29	37
21ª Região (RN)	10	46	56
22ª Região (PI)	8	29	37
23ª Região (MT)	8	78	86
24ª Região (MS)	8	56	64
Justiça do Trabalho	567	3.361	3.928

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.19 MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes



Glossário:

MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrado existentes, providos ou não, em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

Fórmula: $\text{MagE} = \text{MagE2}^\circ + \text{MagE1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MagE2º** - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes no 2º Grau da Justiça do Trabalho no final do ano-base, providos ou não.
- **MagE1º** - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes, providos ou não, no 1º Grau da Justiça do Trabalho no final do ano-base. Incluem-se os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

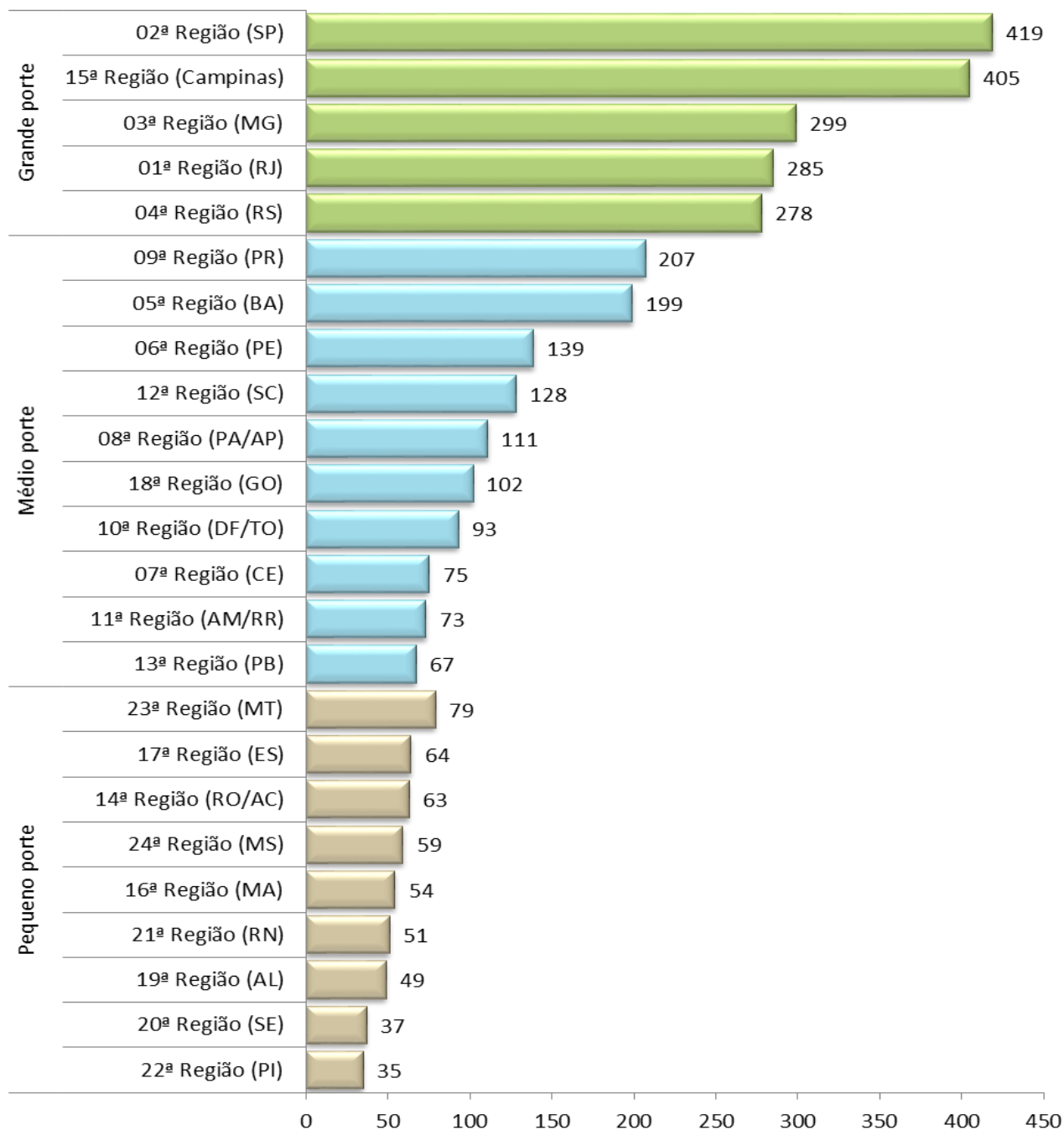
1.2.2. Mag - Total de Magistrados

Tabela 1.20 Mag - Total de Magistrados

Tribunal Regional do Trabalho	MagP2º - Número de Cargos Providos de Magistrado no 2º Grau	MagP1º - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau	MagAJ1º - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição no 1º Grau	Mag - Total de Magistrados
01ª Região (RJ)	54	241	10	285
02ª Região (SP)	84	356	21	419
03ª Região (MG)	37	273	11	299
04ª Região (RS)	48	240	10	278
05ª Região (BA)	28	175	4	199
06ª Região (PE)	18	121	0	139
07ª Região (CE)	13	62	0	75
08ª Região (PA/AP)	23	88	0	111
09ª Região (PR)	30	177	0	207
10ª Região (DF/TO)	17	82	6	93
11ª Região (AM/RR)	11	62	0	73
12ª Região (SC)	18	110	0	128
13ª Região (PB)	10	60	3	67
14ª Região (RO/AC)	8	60	5	63
15ª Região (Campinas)	52	370	17	405
16ª Região (MA)	7	49	2	54
17ª Região (ES)	12	55	3	64
18ª Região (GO)	13	90	1	102
19ª Região (AL)	6	44	1	49
20ª Região (SE)	8	29	0	37
21ª Região (RN)	8	44	1	51
22ª Região (PI)	8	28	1	35
23ª Região (MT)	8	78	7	79
24ª Região (MS)	8	55	4	59
Justiça do Trabalho	529	2.949	107	3.371

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.20 Mag - Total de Magistrados



Glossário:

Mag - Total de Magistrados

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrado providos, exceto aqueles afastados da atividade, em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

Fórmula: $\text{Mag} = \text{MagP2}^\circ + \text{MagP1}^\circ - \text{MagAJ1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MagP2º** - Número de Cargos Providos de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado providos no 2º Grau no final do período-base (semestre), providos ou não. Excluem-se os Juízes Substitutos em 2º grau.
- **MagP1º** - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado providos no 1º grau da Justiça do Trabalho no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos. Indicadores relacionados: Mag.
- **MagAJ1º** - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição no 1º Grau: Número de Magistrados da Justiça do Trabalho afastados da jurisdição de 1º grau, durante todo o período-base (semestre). Incluem-se os convocados para outro órgão.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

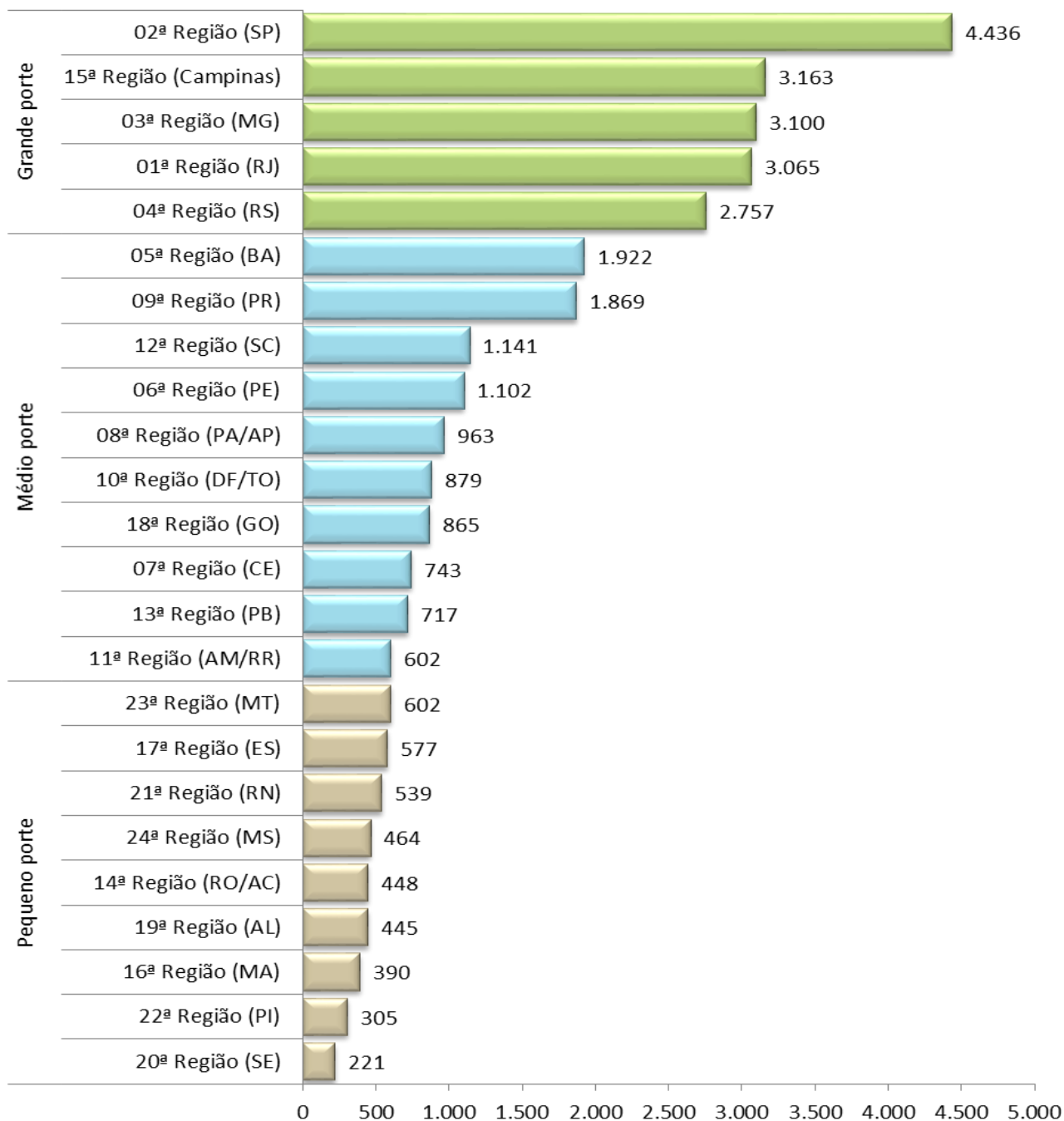
1.2.3. SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária

Tabela 1.21 SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária

Tribunal Regional do Trabalho	SaJud2º - Número de Servidores da Área Judiciária do 2º Grau	SaJud1º - Número de Servidores da Área Judiciária no 1º Grau	SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária
01ª Região (RJ)	949	2.116	3.065
02ª Região (SP)	1.165	3.271	4.436
03ª Região (MG)	786	2.314	3.100
04ª Região (RS)	771	1.986	2.757
05ª Região (BA)	410	1.512	1.922
06ª Região (PE)	278	824	1.102
07ª Região (CE)	242	501	743
08ª Região (PA/AP)	206	757	963
09ª Região (PR)	336	1.533	1.869
10ª Região (DF/TO)	305	574	879
11ª Região (AM/RR)	247	355	602
12ª Região (SC)	332	809	1.141
13ª Região (PB)	271	446	717
14ª Região (RO/AC)	68	380	448
15ª Região (Campinas)	728	2.435	3.163
16ª Região (MA)	129	261	390
17ª Região (ES)	207	370	577
18ª Região (GO)	219	646	865
19ª Região (AL)	131	314	445
20ª Região (SE)	60	161	221
21ª Região (RN)	188	351	539
22ª Região (PI)	128	177	305
23ª Região (MT)	156	446	602
24ª Região (MS)	145	319	464
Justiça do Trabalho	8.457	22.858	31.315

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.21 SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária



Glossário:

SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária

Finalidade: Indicar o número total de servidores lotados na área judiciária em efetiva atividade no final do período-base (semestre).

Fórmula: $SaJud = SaJud2 + SaJud1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SaJud2º - Número de Servidores da Área Judiciária do 2º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária do 2º grau da Justiça do Trabalho, em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.
- SaJud1º - Número de Servidores da Área Judiciária no 1º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária no 1º grau da Justiça do Trabalho, e que estão em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

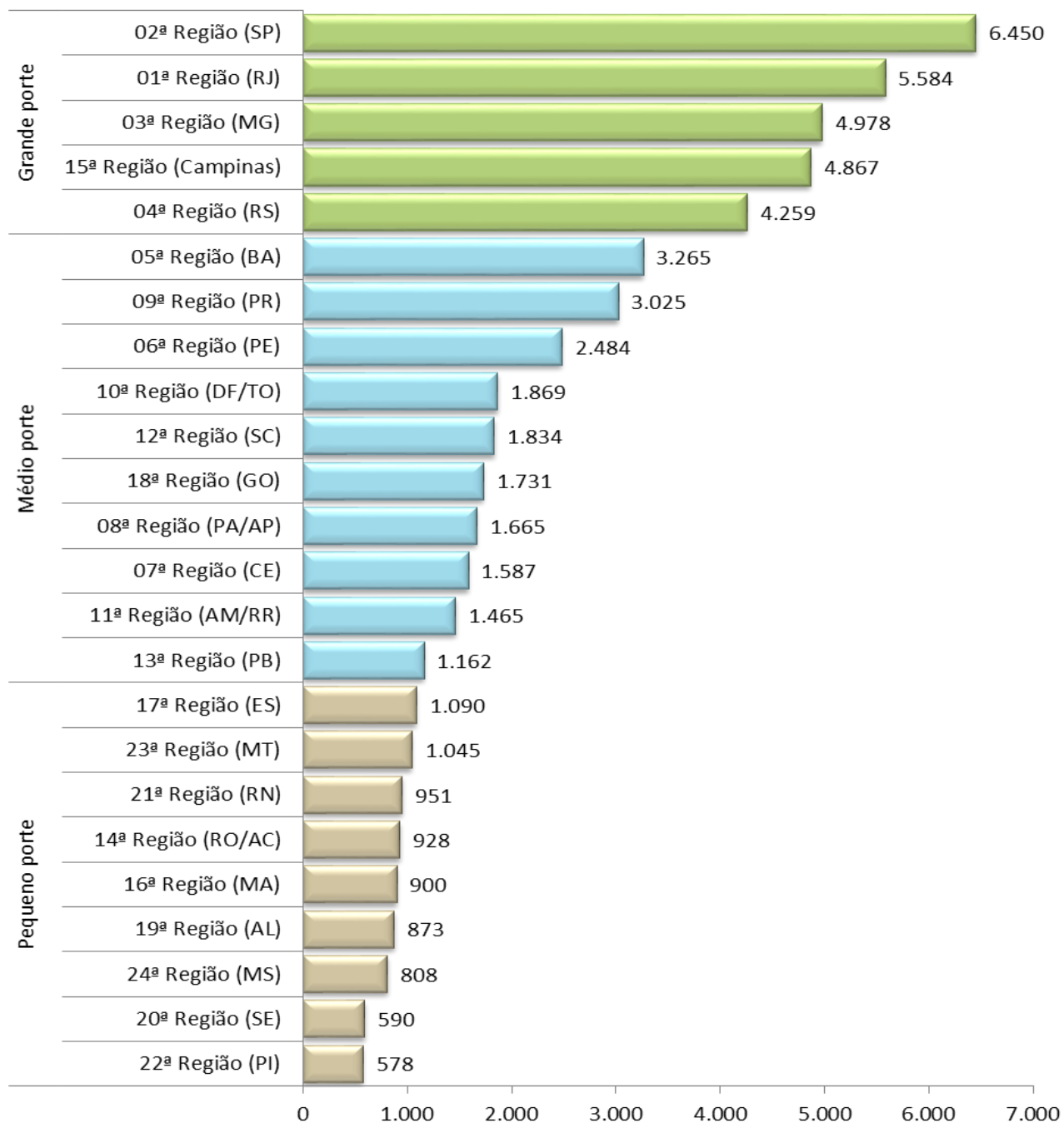
1.2.4. TS - Total de Servidores

Tabela 1.22 TS - Total de Servidores

Tribunal Regional do Trabalho	TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo	TPCed - Total de Pessoal Cedido	TPReq - Total de Pessoal Requisitado	TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar	TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo	TS - Total de Servidores
01ª Região (RJ)	3.945	201	228	1.581	31	5.584
02ª Região (SP)	5.496	443	243	1.142	12	6.450
03ª Região (MG)	3.532	13	229	1.218	12	4.978
04ª Região (RS)	3.436	18	3	837	1	4.259
05ª Região (BA)	2.245	140	283	864	13	3.265
06ª Região (PE)	1.745	38	178	592	7	2.484
07ª Região (CE)	913	77	231	514	6	1.587
08ª Região (PA/AP)	1.218	30	24	442	11	1.665
09ª Região (PR)	2.310	158	152	716	5	3.025
10ª Região (DF/TO)	1.070	129	227	699	2	1.869
11ª Região (AM/RR)	1.038	9	52	377	7	1.465
12ª Região (SC)	1.491	64	87	318	2	1.834
13ª Região (PB)	927	22	63	188	6	1.162
14ª Região (RO/AC)	762	40	16	188	2	928
15ª Região (Campinas)	3.233	17	406	1.232	13	4.867
16ª Região (MA)	516	64	67	369	12	900
17ª Região (ES)	683	79	166	318	2	1.090
18ª Região (GO)	1.110	13	156	477	1	1.731
19ª Região (AL)	520	74	158	266	3	873
20ª Região (SE)	401	38	74	152	1	590
21ª Região (RN)	588	76	131	288	20	951
22ª Região (PI)	325	31	116	163	5	578
23ª Região (MT)	815	48	32	244	2	1.045
24ª Região (MS)	546	46	121	184	3	808
Justiça do Trabalho	38.865	1.868	3.443	13.369	179	53.988

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.22 TS - Total de Servidores



Glossário:

TS - Total de Servidores

Finalidade: Indicar o número de servidores em atividade em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $TS = TPEfet - TPCed + TPREq + TFAux + TPSV$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TPEfet** - Total de Pessoal do Quadro Efetivo: Número total de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base, incluídos os cedidos a outros órgãos.
- **TPCed** - Total de Pessoal Cedido: Número total de servidores cedidos a outros órgãos, ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- **TPReq** - Total de Pessoal Requisitado: Número total de servidores requisitados de órgãos do Poder Judiciário e de órgãos fora do Poder Judiciário, que estão em atividade no Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- **TFAux** - Total da Força de Trabalho Auxiliar: Número total de terceirizados e estagiários do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- **TPSV** - Total de Pessoal sem Vínculo: Número total de servidores ocupantes apenas de cargo em comissão do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

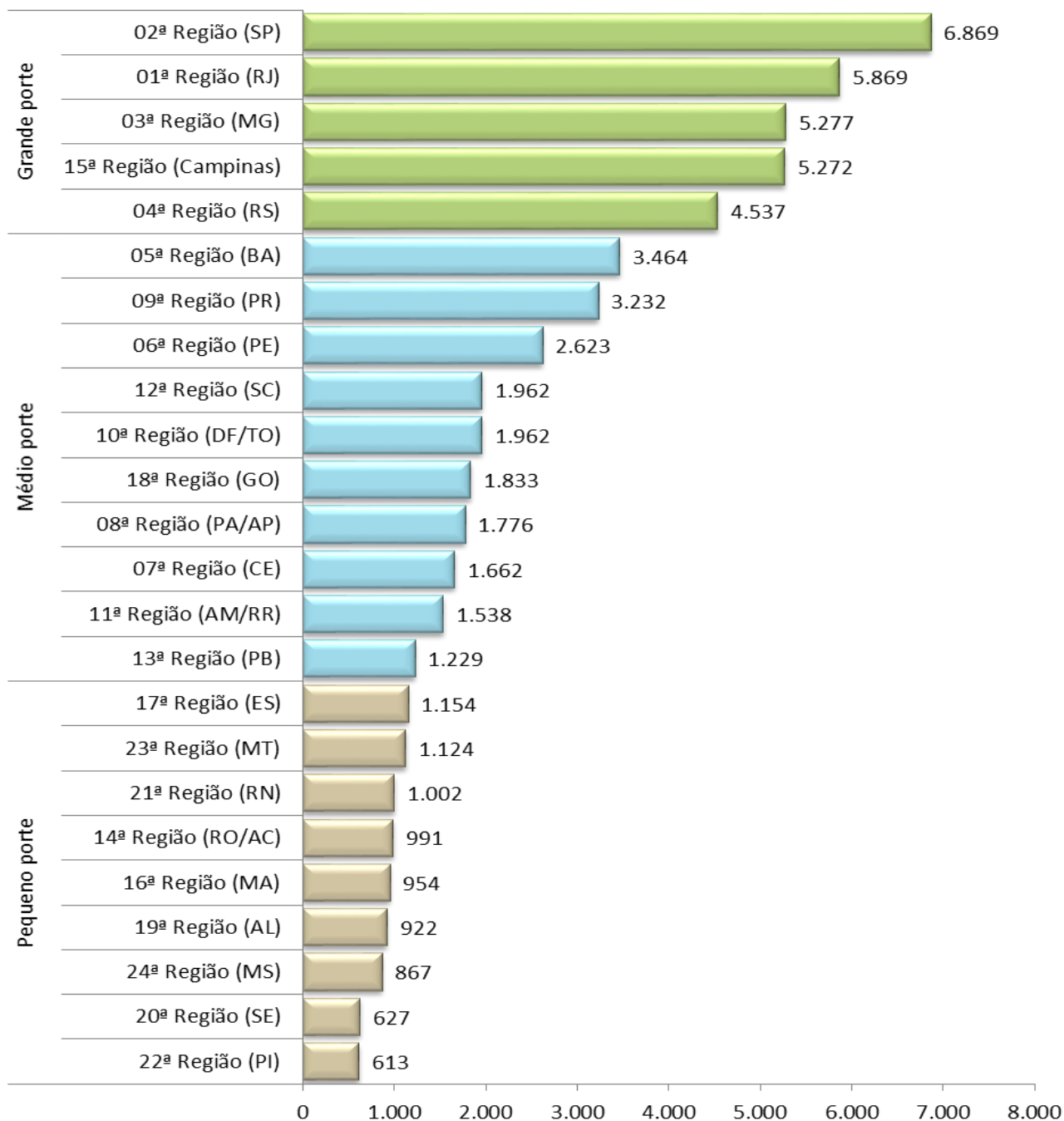
1.2.5. FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

Tabela 1.23 FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

Tribunal Regional do Trabalho	TS - Total de Servidores	Mag - Total de Magistrados	FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados
01ª Região (RJ)	5.584	285	5.869
02ª Região (SP)	6.450	419	6.869
03ª Região (MG)	4.978	299	5.277
04ª Região (RS)	4.259	278	4.537
05ª Região (BA)	3.265	199	3.464
06ª Região (PE)	2.484	139	2.623
07ª Região (CE)	1.587	75	1.662
08ª Região (PA/AP)	1.665	111	1.776
09ª Região (PR)	3.025	207	3.232
10ª Região (DF/TO)	1.869	93	1.962
11ª Região (AM/RR)	1.465	73	1.538
12ª Região (SC)	1.834	128	1.962
13ª Região (PB)	1.162	67	1.229
14ª Região (RO/AC)	928	63	991
15ª Região (Campinas)	4.867	405	5.272
16ª Região (MA)	900	54	954
17ª Região (ES)	1.090	64	1.154
18ª Região (GO)	1.731	102	1.833
19ª Região (AL)	873	49	922
20ª Região (SE)	590	37	627
21ª Região (RN)	951	51	1.002
22ª Região (PI)	578	35	613
23ª Região (MT)	1.045	79	1.124
24ª Região (MS)	808	59	867
Justiça do Trabalho	53.988	3.371	57.359

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.23 FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados



Glossário:

FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

Finalidade: Indicar Número total da força de trabalho em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base

Fórmula: $FTT = TS + Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TFAux + TPSV$
- $Mag = MagP2^o + MagP1^o - MagAJ1^o$

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

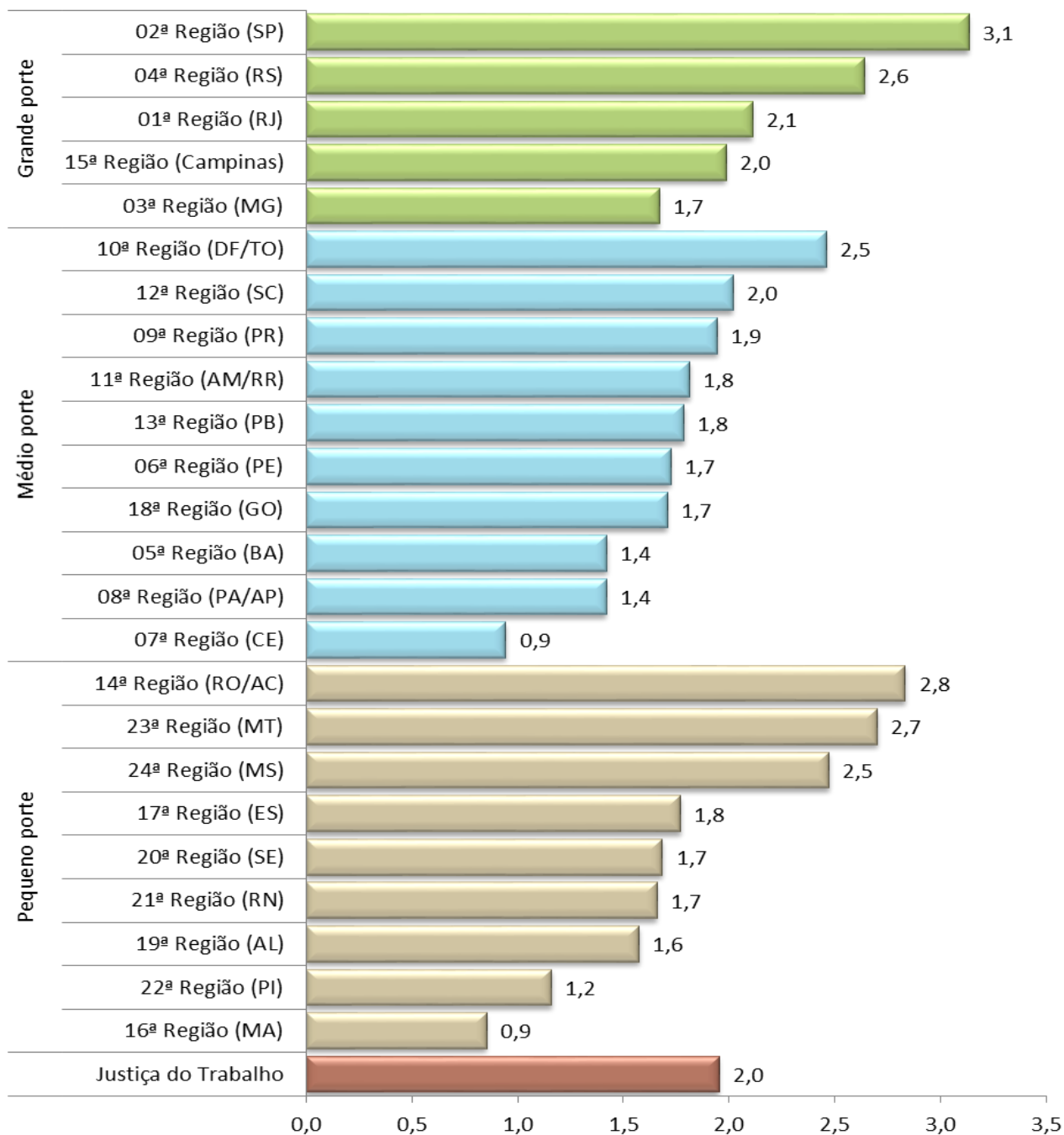
1.2.6. F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Tabela 1.24 F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	346	164	2,1
02ª Região (SP)	697	222	3,1
03ª Região (MG)	344	206	1,7
04ª Região (RS)	295	112	2,6
05ª Região (BA)	214	150	1,4
06ª Região (PE)	159	92	1,7
07ª Região (CE)	83	88	0,9
08ª Região (PA/AP)	124	87	1,4
09ª Região (PR)	214	110	1,9
10ª Região (DF/TO)	105	43	2,5
11ª Região (AM/RR)	78	43	1,8
12ª Região (SC)	134	66	2,0
13ª Região (PB)	70	39	1,8
14ª Região (RO/AC)	71	25	2,8
15ª Região (Campinas)	426	214	2,0
16ª Região (MA)	58	68	0,9
17ª Região (ES)	68	38	1,8
18ª Região (GO)	110	64	1,7
19ª Região (AL)	52	33	1,6
20ª Região (SE)	37	22	1,7
21ª Região (RN)	56	34	1,7
22ª Região (PI)	37	32	1,2
23ª Região (MT)	86	32	2,7
24ª Região (MS)	64	26	2,5
Justiça do Trabalho	3.928	2.011	2,0

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.24 F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes



Glossário:

F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrados existentes, providos ou não, em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $F1 = (\text{MagE}) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{MagE} = \text{MagE2}^{\circ} + \text{MagE1}^{\circ}$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

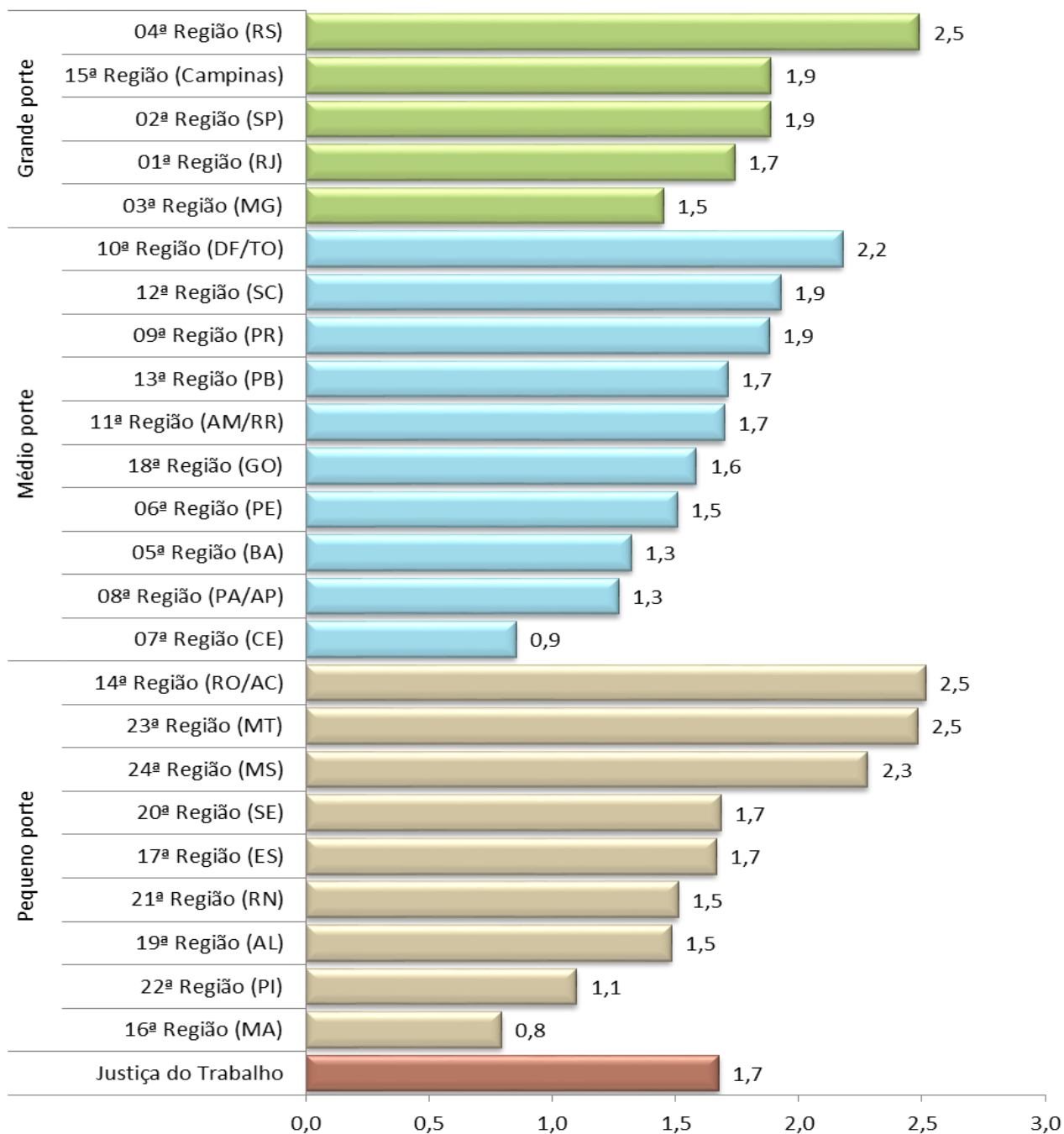
1.2.7. F2 - Magistrados por 100.000 habitantes

Tabela 1.25 F2 - Magistrados por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	Mag - Total de Magistrados	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F2 - Magistrados por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	285	164	1,7
02ª Região (SP)	419	222	1,9
03ª Região (MG)	299	206	1,5
04ª Região (RS)	278	112	2,5
05ª Região (BA)	199	150	1,3
06ª Região (PE)	139	92	1,5
07ª Região (CE)	75	88	0,9
08ª Região (PA/AP)	111	87	1,3
09ª Região (PR)	207	110	1,9
10ª Região (DF/TO)	93	43	2,2
11ª Região (AM/RR)	73	43	1,7
12ª Região (SC)	128	66	1,9
13ª Região (PB)	67	39	1,7
14ª Região (RO/AC)	63	25	2,5
15ª Região (Campinas)	405	214	1,9
16ª Região (MA)	54	68	0,8
17ª Região (ES)	64	38	1,7
18ª Região (GO)	102	64	1,6
19ª Região (AL)	49	33	1,5
20ª Região (SE)	37	22	1,7
21ª Região (RN)	51	34	1,5
22ª Região (PI)	35	32	1,1
23ª Região (MT)	79	32	2,5
24ª Região (MS)	59	26	2,3
Justiça do Trabalho	3.371	2.011	1,7

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.25 F2 - Magistrados por 100.000 habitantes



Glossário:

F2 - Magistrados por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de magistrados em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $F2 = (\text{Mag}) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{Mag} = \text{MagP2}^{\circ} + \text{MagP1}^{\circ} - \text{MagAJ1}^{\circ}$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

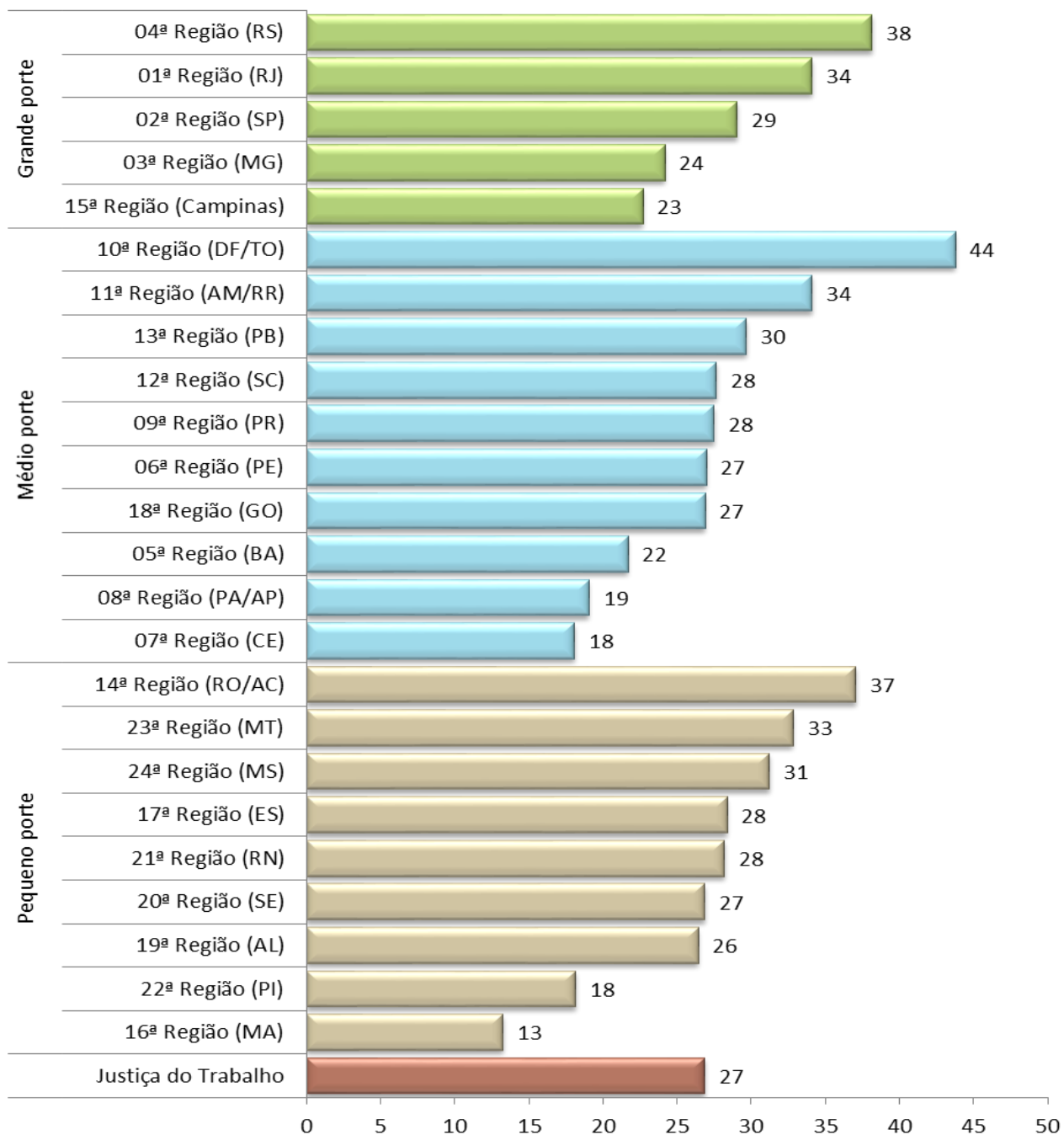
1.2.8. F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes

Tabela 1.26 F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	TS - Total de Servidores	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	5.584	164	34
02ª Região (SP)	6.450	222	29
03ª Região (MG)	4.978	206	24
04ª Região (RS)	4.259	112	38
05ª Região (BA)	3.265	150	22
06ª Região (PE)	2.484	92	27
07ª Região (CE)	1.587	88	18
08ª Região (PA/AP)	1.665	87	19
09ª Região (PR)	3.025	110	28
10ª Região (DF/TO)	1.869	43	44
11ª Região (AM/RR)	1.465	43	34
12ª Região (SC)	1.834	66	28
13ª Região (PB)	1.162	39	30
14ª Região (RO/AC)	928	25	37
15ª Região (Campinas)	4.867	214	23
16ª Região (MA)	900	68	13
17ª Região (ES)	1.090	38	28
18ª Região (GO)	1.731	64	27
19ª Região (AL)	873	33	26
20ª Região (SE)	590	22	27
21ª Região (RN)	951	34	28
22ª Região (PI)	578	32	18
23ª Região (MT)	1.045	32	33
24ª Região (MS)	808	26	31
Justiça do Trabalho	53.988	2.011	27

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.26 F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes



Glossário:

F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de força de trabalho total disponível em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $F3 = TS / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TFAux + TPSV$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

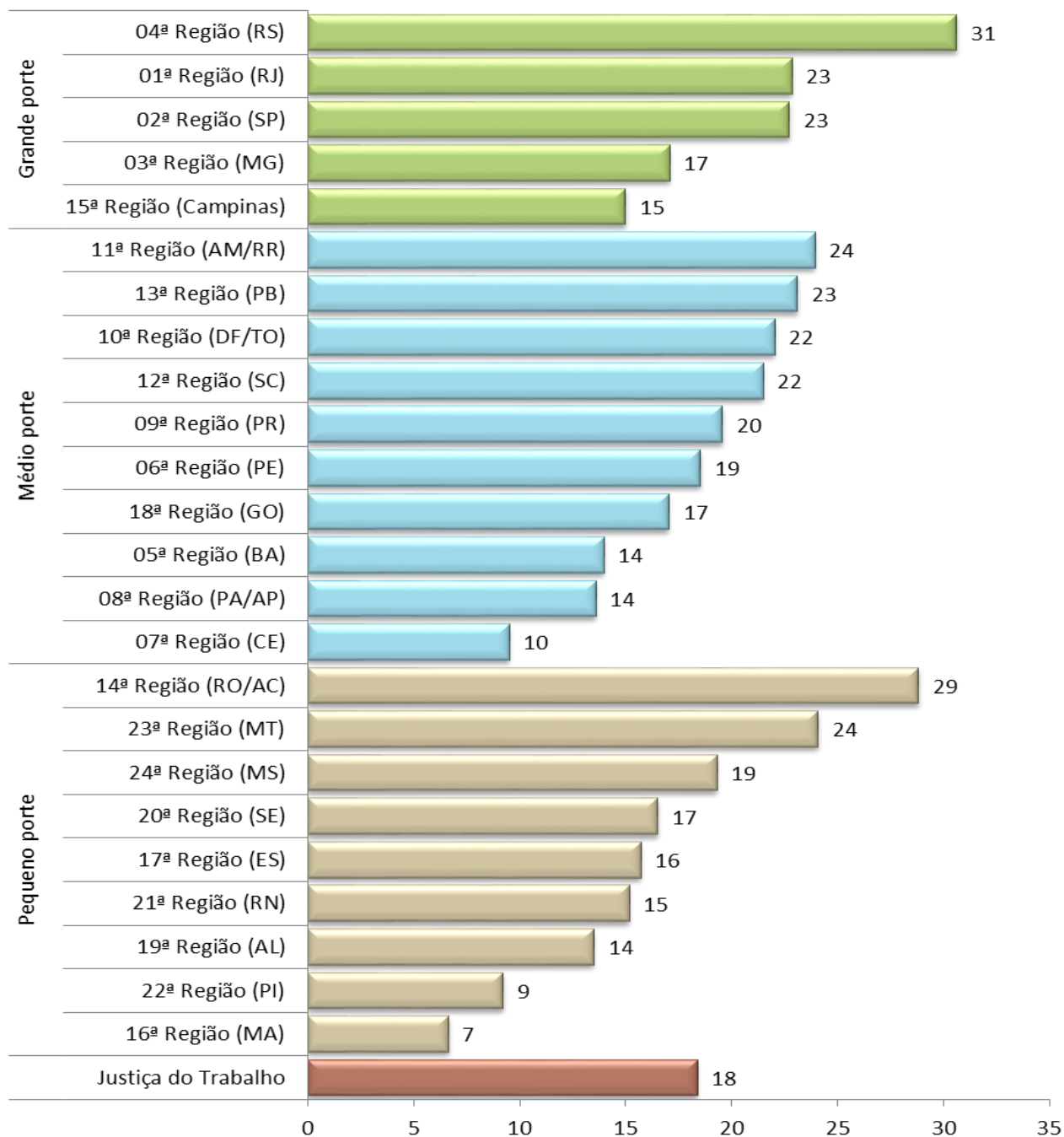
1.2.9. F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes

Tabela 1.27 F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo	TPCed - Total de Pessoal Cedido	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	3.945	201	164	23
02ª Região (SP)	5.496	443	222	23
03ª Região (MG)	3.532	13	206	17
04ª Região (RS)	3.436	18	112	31
05ª Região (BA)	2.245	140	150	14
06ª Região (PE)	1.745	38	92	19
07ª Região (CE)	913	77	88	10
08ª Região (PA/AP)	1.218	30	87	14
09ª Região (PR)	2.310	158	110	20
10ª Região (DF/TO)	1.070	129	43	22
11ª Região (AM/RR)	1.038	9	43	24
12ª Região (SC)	1.491	64	66	22
13ª Região (PB)	927	22	39	23
14ª Região (RO/AC)	762	40	25	29
15ª Região (Campinas)	3.233	17	214	15
16ª Região (MA)	516	64	68	7
17ª Região (ES)	683	79	38	16
18ª Região (GO)	1.110	13	64	17
19ª Região (AL)	520	74	33	14
20ª Região (SE)	401	38	22	17
21ª Região (RN)	588	76	34	15
22ª Região (PI)	325	31	32	9
23ª Região (MT)	815	48	32	24
24ª Região (MS)	546	46	26	19
Justiça do Trabalho	38.865	1.868	2.011	18

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.27 F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes



Glossário:

F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de servidores do quadro efetivo de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $F4a = (TPEfet - TPCed) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo: Número total de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base, incluídos os cedidos a outros órgãos.
- TPCed - Total de Pessoal Cedido: Número total de servidores cedidos a outros órgãos, ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

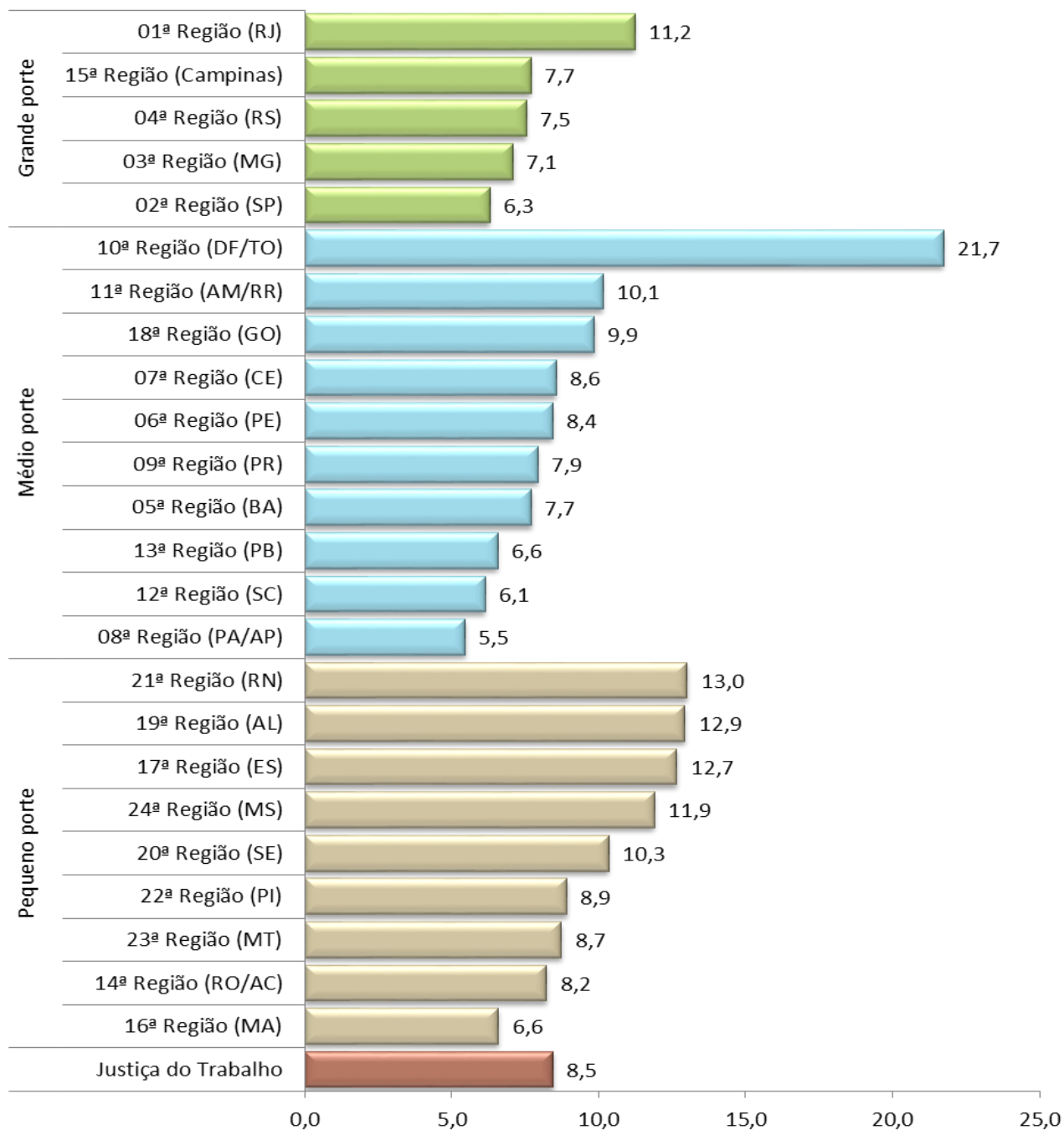
1.2.10. F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes

Tabela 1.28 F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo	TPReq - Total de Pessoal Requisitado	TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	31	228	1.581	164	11,2
02ª Região (SP)	12	243	1.142	222	6,3
03ª Região (MG)	12	229	1.218	206	7,1
04ª Região (RS)	1	3	837	112	7,5
05ª Região (BA)	13	283	864	150	7,7
06ª Região (PE)	7	178	592	92	8,4
07ª Região (CE)	6	231	514	88	8,6
08ª Região (PA/AP)	11	24	442	87	5,5
09ª Região (PR)	5	152	716	110	7,9
10ª Região (DF/TO)	2	227	699	43	21,7
11ª Região (AM/RR)	7	52	377	43	10,1
12ª Região (SC)	2	87	318	66	6,1
13ª Região (PB)	6	63	188	39	6,6
14ª Região (RO/AC)	2	16	188	25	8,2
15ª Região (Campinas)	13	406	1.232	214	7,7
16ª Região (MA)	12	67	369	68	6,6
17ª Região (ES)	2	166	318	38	12,7
18ª Região (GO)	1	156	477	64	9,9
19ª Região (AL)	3	158	266	33	12,9
20ª Região (SE)	1	74	152	22	10,3
21ª Região (RN)	20	131	288	34	13,0
22ª Região (PI)	5	116	163	32	8,9
23ª Região (MT)	2	32	244	32	8,7
24ª Região (MS)	3	121	184	26	11,9
Justiça do Trabalho	179	3.443	13.369	2.011	8,5

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.28 F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes



Glossário:

F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de força de trabalho auxiliar de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $F4b = (TPSV + TPReq + TFAux) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo:** Número total de servidores ocupantes apenas de cargo em comissão do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- **TPReq - Total de Pessoal Requisitado:** Número total de servidores requisitados de órgãos do Poder Judiciário e de órgãos fora do Poder Judiciário, que estão em atividade no Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- **TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar:** Número total de terceirizados e estagiários do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- **h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000:** Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

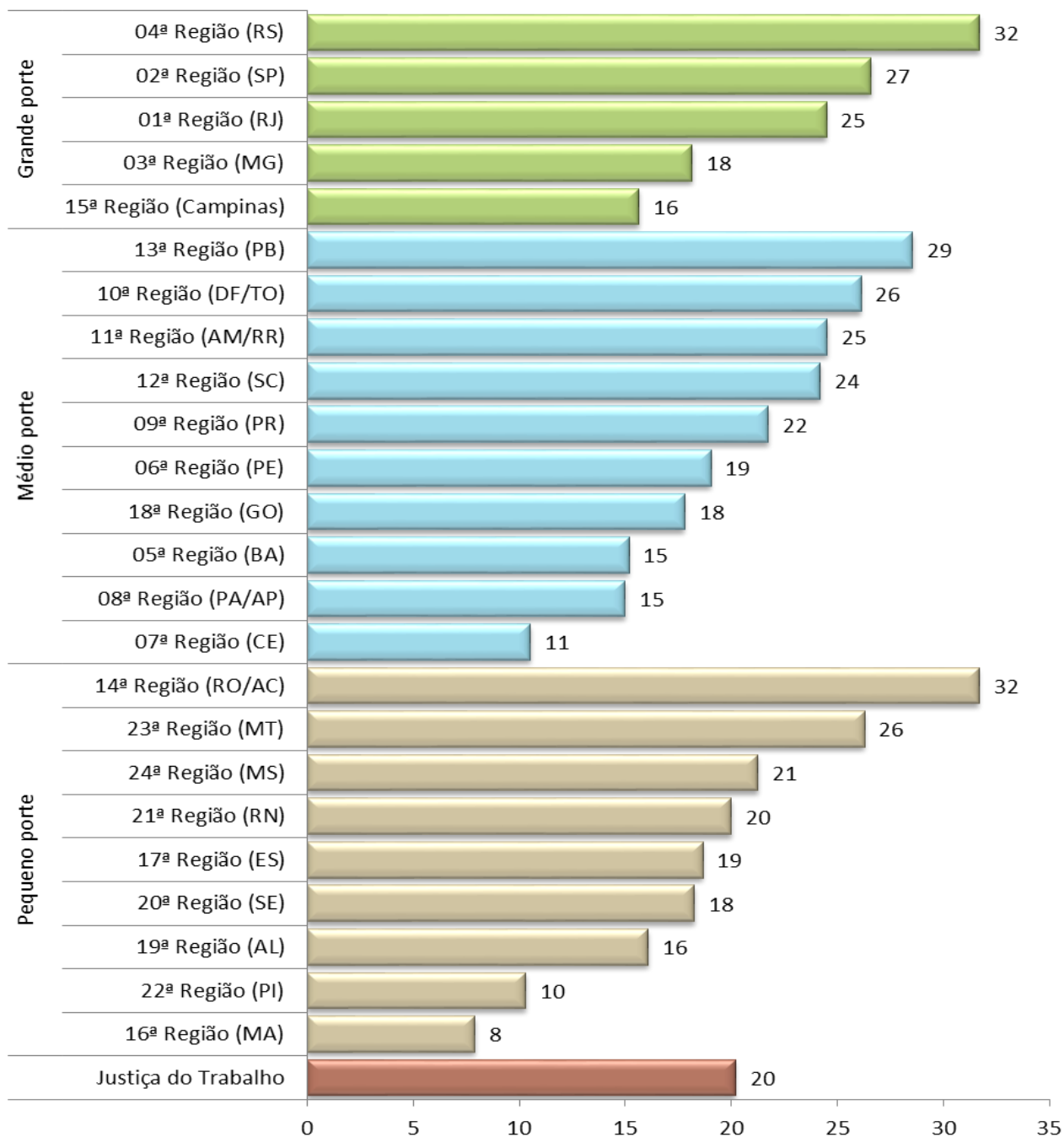
1.2.11. F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes

Tabela 1.29 F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	4.011	164	25
02ª Região (SP)	5.912	222	27
03ª Região (MG)	3.739	206	18
04ª Região (RS)	3.540	112	32
05ª Região (BA)	2.284	150	15
06ª Região (PE)	1.754	92	19
07ª Região (CE)	924	88	11
08ª Região (PA/AP)	1.311	87	15
09ª Região (PR)	2.391	110	22
10ª Região (DF/TO)	1.115	43	26
11ª Região (AM/RR)	1.054	43	25
12ª Região (SC)	1.606	66	24
13ª Região (PB)	1.118	39	29
14ª Região (RO/AC)	794	25	32
15ª Região (Campinas)	3.354	214	16
16ª Região (MA)	538	68	8
17ª Região (ES)	717	38	19
18ª Região (GO)	1.146	64	18
19ª Região (AL)	531	33	16
20ª Região (SE)	401	22	18
21ª Região (RN)	675	34	20
22ª Região (PI)	328	32	10
23ª Região (MT)	837	32	26
24ª Região (MS)	550	26	21
Justiça do Trabalho	40.630	2.011	20

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.29 F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes



Glossário:

F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de cargos de provimento efetivo existentes no quadro de pessoal de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $F4c = TCEfet / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes: Número total de cargos de provimento efetivo de servidor existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

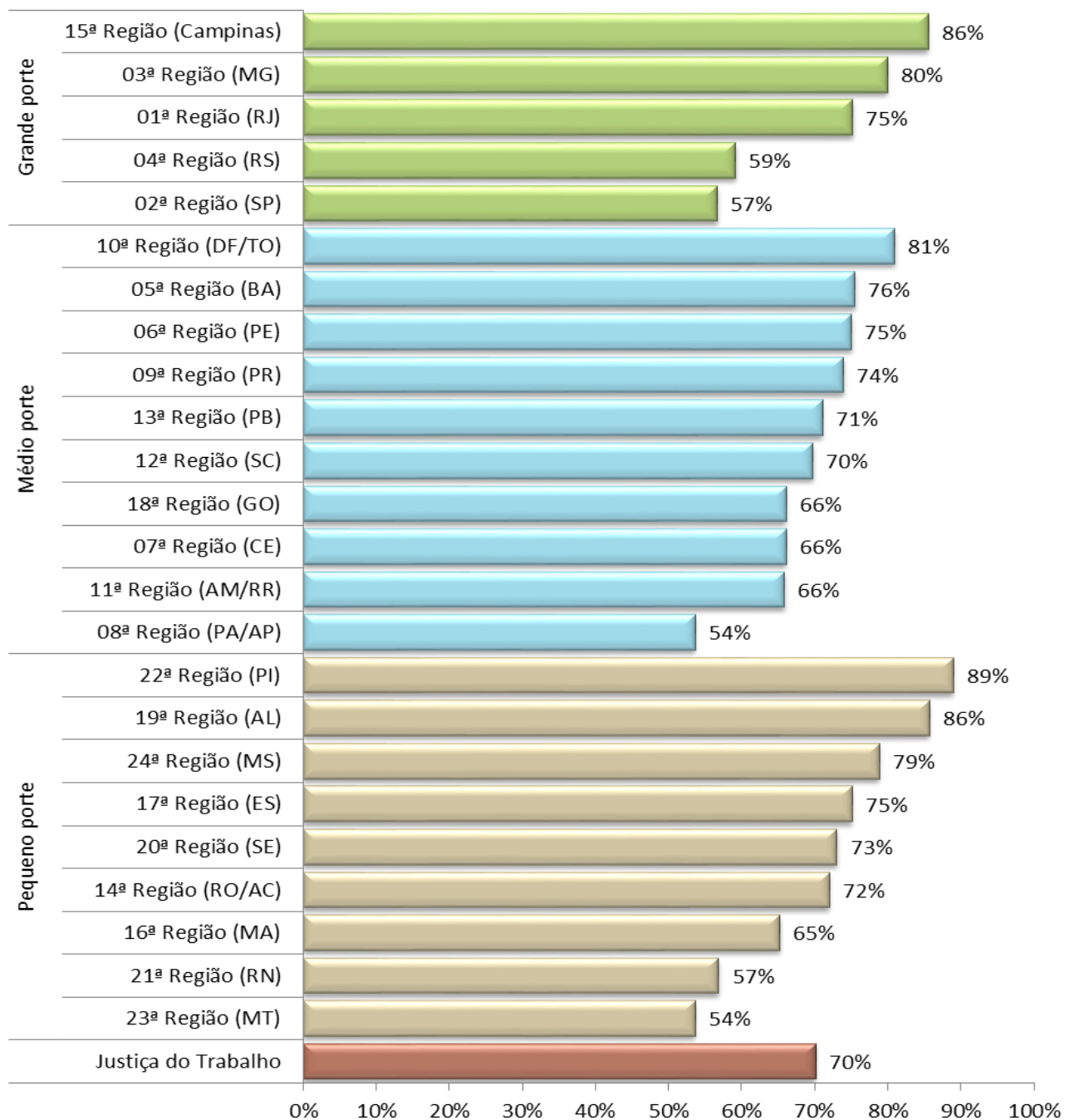
1.2.12. F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Tabela 1.30 F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Tribunal Regional do Trabalho	TCC - Total de Cargos em Comissão Existentes	TFc - Total de Funções Comissionadas Existentes	TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes	F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes
01ª Região (RJ)	0	2.525	4.011	75%
02ª Região (SP)	0	2.648	5.912	57%
03ª Região (MG)	0	2.732	3.739	80%
04ª Região (RS)	0	1.778	3.540	59%
05ª Região (BA)	1	1.565	2.284	76%
06ª Região (PE)	0	1.155	1.754	75%
07ª Região (CE)	0	526	924	66%
08ª Região (PA/AP)	0	594	1.311	54%
09ª Região (PR)	0	1.459	2.391	74%
10ª Região (DF/TO)	0	804	1.115	81%
11ª Região (AM/RR)	0	622	1.054	66%
12ª Região (SC)	1	882	1.606	70%
13ª Região (PB)	0	717	1.118	71%
14ª Região (RO/AC)	0	503	794	72%
15ª Região (Campinas)	0	2.526	3.354	86%
16ª Região (MA)	1	300	538	65%
17ª Região (ES)	0	480	717	75%
18ª Região (GO)	0	667	1.146	66%
19ª Região (AL)	0	400	531	86%
20ª Região (SE)	0	251	401	73%
21ª Região (RN)	0	327	675	57%
22ª Região (PI)	0	253	328	89%
23ª Região (MT)	0	352	837	54%
24ª Região (MS)	0	383	550	79%
Justiça do Trabalho	0	24.449	40.630	70%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.30 F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes



Glossário:

F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Finalidade: Indicar a proporção do número total de cargos em comissão e de funções comissionadas existentes no quadro de pessoal de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, em relação ao número total de cargos de provimento efetivo existentes no ano-base.

Fórmula: $F4d = (TCC + TFC) / TCEfet$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TCC - Total de Cargos em Comissão Existentes: Número total de cargos em comissão existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.
- TFC - Total de Funções Comissionadas Existentes: Número de funções comissionadas existentes, providas ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.
- TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes: Número total de cargos de provimento efetivo de servidor existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

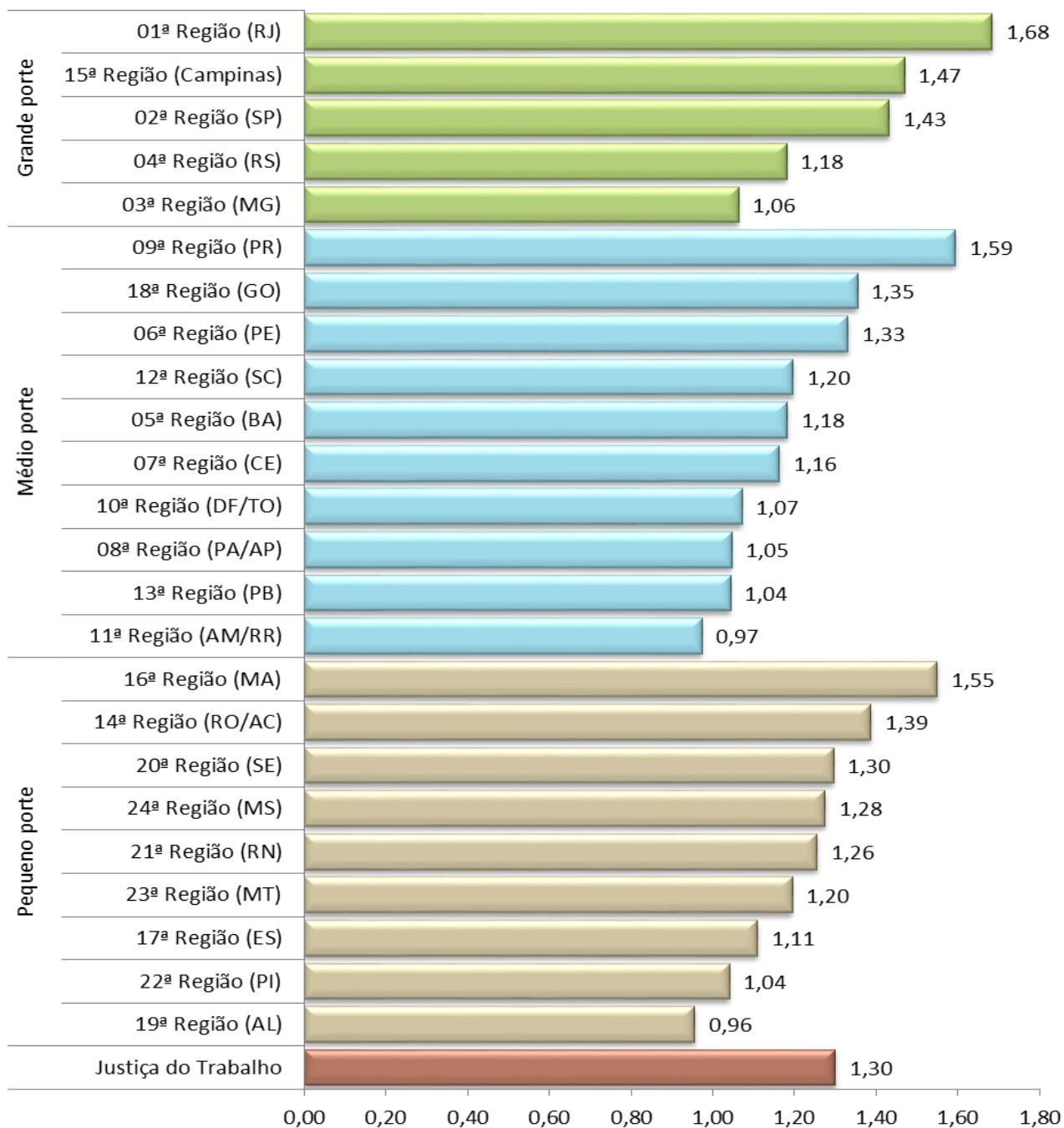
1.2.13. Inf2 - Número de Computadores por Usuário

Tabela 1.31 Inf2 - Número de Computadores por Usuário

Tribunal Regional do Trabalho	Comp - Número de computadores de uso pessoal	Ui - Usuários de computador	Inf2 - Número de Computadores por Usuário
01ª Região (RJ)	7.204	4.277	1,68
02ª Região (SP)	9.019	6.295	1,43
03ª Região (MG)	4.956	4.658	1,06
04ª Região (RS)	5.374	4.547	1,18
05ª Região (BA)	3.669	3.100	1,18
06ª Região (PE)	2.615	1.964	1,33
07ª Região (CE)	1.664	1.431	1,16
08ª Região (PA/AP)	1.609	1.536	1,05
09ª Região (PR)	4.413	2.768	1,59
10ª Região (DF/TO)	1.866	1.739	1,07
11ª Região (AM/RR)	1.186	1.217	0,97
12ª Região (SC)	2.100	1.755	1,20
13ª Região (PB)	1.122	1.075	1,04
14ª Região (RO/AC)	1.215	876	1,39
15ª Região (Campinas)	8.298	5.645	1,47
16ª Região (MA)	1.187	766	1,55
17ª Região (ES)	1.122	1.011	1,11
18ª Região (GO)	2.203	1.626	1,35
19ª Região (AL)	770	805	0,96
20ª Região (SE)	805	621	1,30
21ª Região (RN)	1.117	889	1,26
22ª Região (PI)	634	609	1,04
23ª Região (MT)	1.400	1.171	1,20
24ª Região (MS)	1.071	840	1,28
Justiça do Trabalho	66.619	51.221	1,30

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.31 Inf2 - Número de Computadores por Usuário



Glossário:

Inf2 - Número de Computadores por Usuário

Finalidade: Indicar o número de equipamentos de informática (microcomputadores e notebooks) para cada usuário em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $\text{Inf2} = \text{Comp} / \text{Ui}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **Comp** - Número de computadores de uso pessoal: O número de microcomputadores e de notebooks, em condições de uso, existentes no Tribunal Regional do Trabalho e em suas respectivas unidades judiciárias no ano-base. Excluem-se os terminais de consulta.
- **Ui** - Usuários de computador: Número total de magistrados, servidores do quadro permanente, terceirizados, estagiários e contratados que utilizam de forma contínua computadores e notebooks no Tribunal Regional do Trabalho e em suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

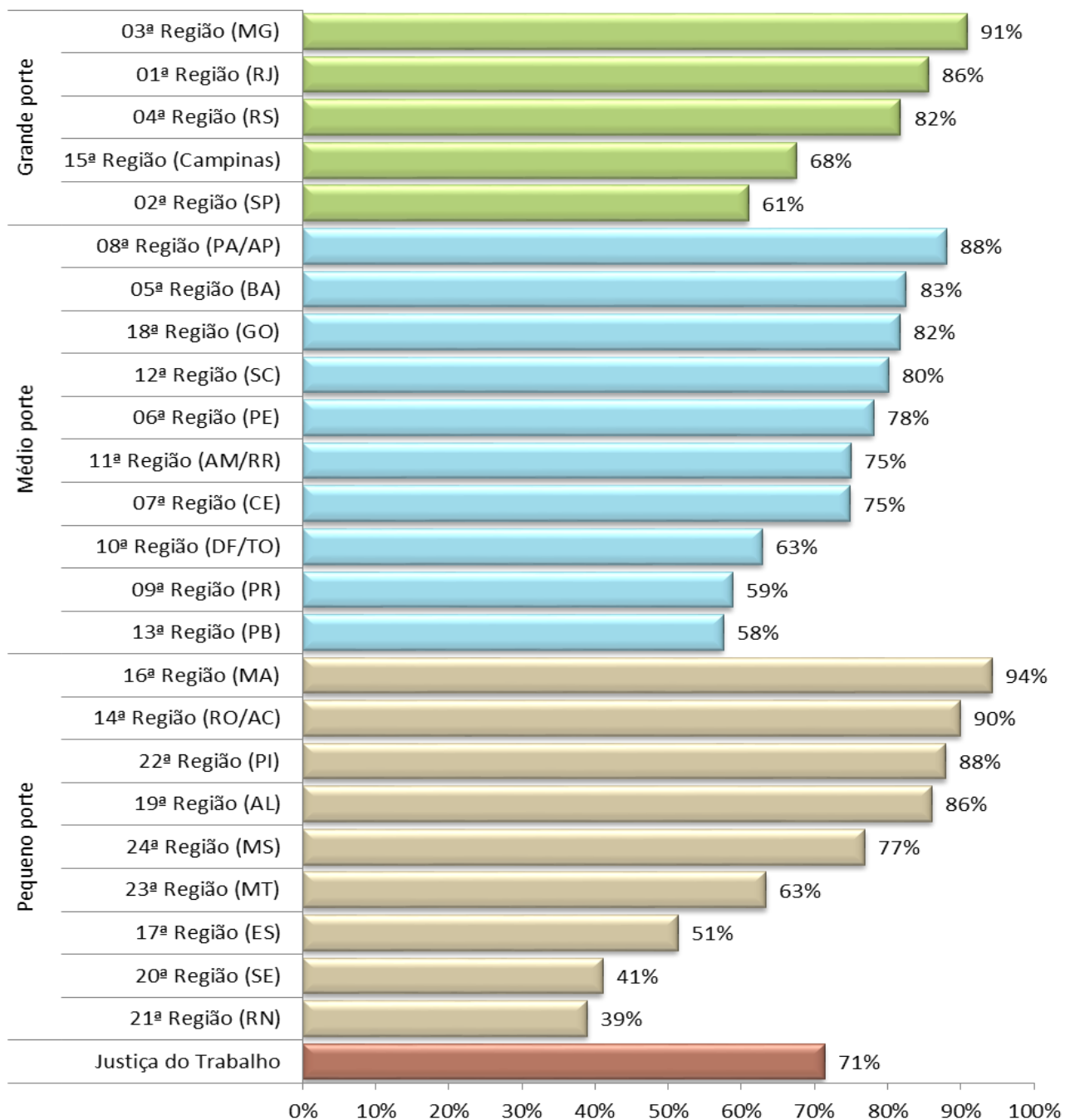
1.2.14. Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

Tabela 1.32 Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

Tribunal Regional do Trabalho	m ² Util - Área útil em metros quadrados	m ² Total - Área total em metros quadrados	Dm ² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)
01ª Região (RJ)	102.138	119.259	86%
02ª Região (SP)	148.627	243.707	61%
03ª Região (MG)	147.370	162.107	91%
04ª Região (RS)	100.372	122.727	82%
05ª Região (BA)	60.352	73.099	83%
06ª Região (PE)	61.392	78.622	78%
07ª Região (CE)	36.514	48.735	75%
08ª Região (PA/AP)	44.329	50.350	88%
09ª Região (PR)	105.724	179.866	59%
10ª Região (DF/TO)	37.128	59.012	63%
11ª Região (AM/RR)	36.020	48.043	75%
12ª Região (SC)	64.181	80.070	80%
13ª Região (PB)	26.944	46.840	58%
14ª Região (RO/AC)	26.360	29.298	90%
15ª Região (Campinas)	150.591	223.024	68%
16ª Região (MA)	28.784	30.532	94%
17ª Região (ES)	18.266	35.564	51%
18ª Região (GO)	45.111	55.258	82%
19ª Região (AL)	18.763	21.789	86%
20ª Região (SE)	20.325	49.500	41%
21ª Região (RN)	29.458	75.658	39%
22ª Região (PI)	12.454	14.159	88%
23ª Região (MT)	31.846	50.251	63%
24ª Região (MS)	28.122	36.549	77%
Justiça do Trabalho	1.381.171	1.934.019	71%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.32 Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)



Glossário:

Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

Finalidade: Indicar o número de metros quadrados de área útil em relação à área total existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura de cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $Dm^2 = m^2_{\text{util}} / m^2_{\text{total}}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- m²Util - Área útil em metros quadrados: A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.
- m²Total - Área total em metros quadrados: A área total de todos os prédios dos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, independentemente da finalidade, incluindo área para arquivos, depósitos, auditórios, museus, estacionamentos privativos e jardins, existente no final do ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

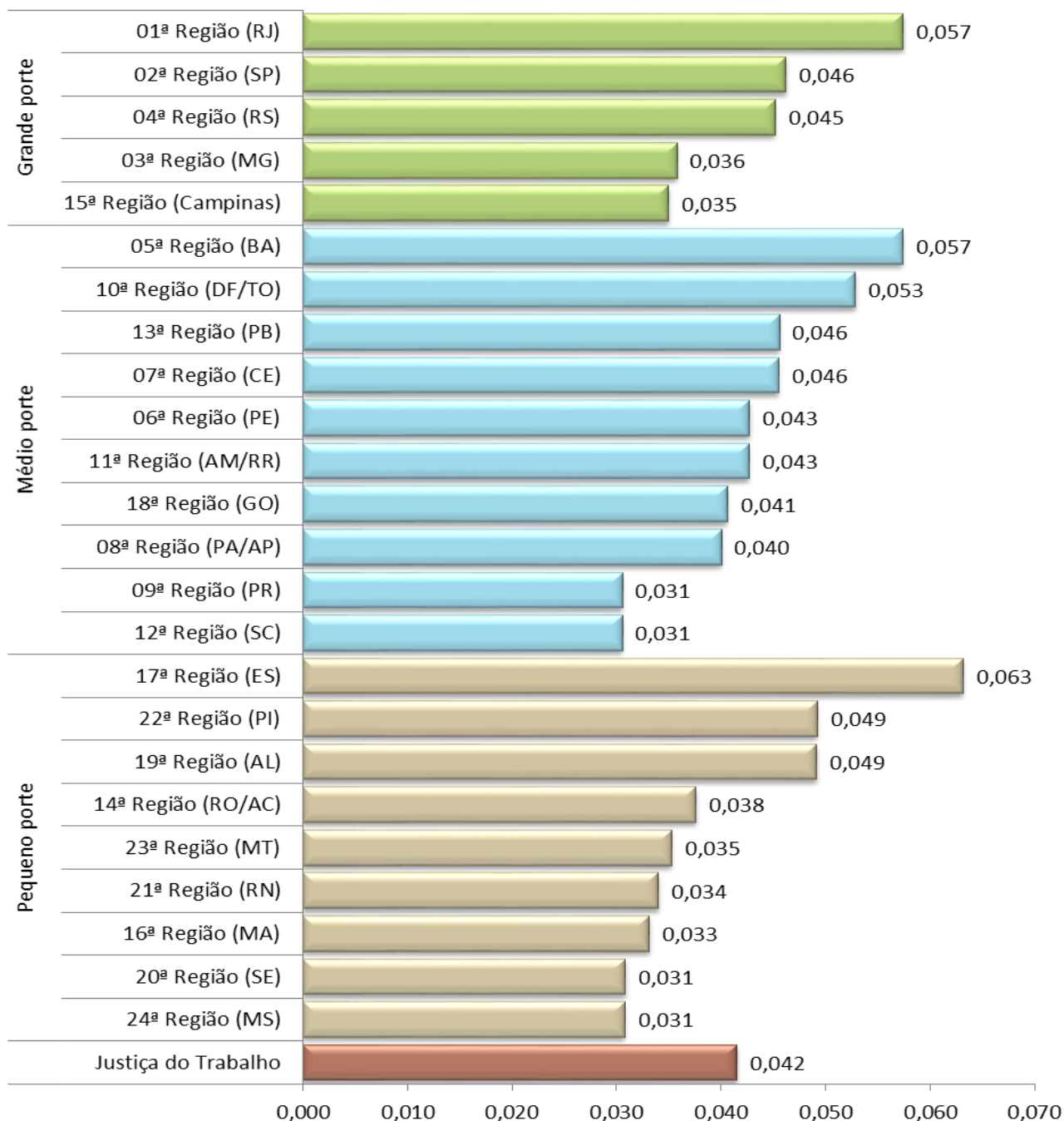
1.2.15. Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

Tabela 1.33 Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

Tribunal Regional do Trabalho	FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados	m ² Util - Área útil em metros quadrados	Pm ² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)
01ª Região (RJ)	5.869	102.138	0,057
02ª Região (SP)	6.869	148.627	0,046
03ª Região (MG)	5.277	147.370	0,036
04ª Região (RS)	4.537	100.372	0,045
05ª Região (BA)	3.464	60.352	0,057
06ª Região (PE)	2.623	61.392	0,043
07ª Região (CE)	1.662	36.514	0,046
08ª Região (PA/AP)	1.776	44.329	0,040
09ª Região (PR)	3.232	105.724	0,031
10ª Região (DF/TO)	1.962	37.128	0,053
11ª Região (AM/RR)	1.538	36.020	0,043
12ª Região (SC)	1.962	64.181	0,031
13ª Região (PB)	1.229	26.944	0,046
14ª Região (RO/AC)	991	26.360	0,038
15ª Região (Campinas)	5.272	150.591	0,035
16ª Região (MA)	954	28.784	0,033
17ª Região (ES)	1.154	18.266	0,063
18ª Região (GO)	1.833	45.111	0,041
19ª Região (AL)	922	18.763	0,049
20ª Região (SE)	627	20.325	0,031
21ª Região (RN)	1.002	29.458	0,034
22ª Região (PI)	613	12.454	0,049
23ª Região (MT)	1.124	31.846	0,035
24ª Região (MS)	867	28.122	0,031
Justiça do Trabalho	57.359	1.381.171	0,042

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 1.33 Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)



Glossário:

Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

Finalidade: Indicar o número total de força de trabalho em atividade (incluindo servidores efetivos, auxiliares e magistrados) em relação à área útil existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura de cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $Pm^2 = FTT / m^2_{\text{util}}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $FTT = TS + Mag$
- m^2_{Util} - Área útil em metros quadrados: A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.16. ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

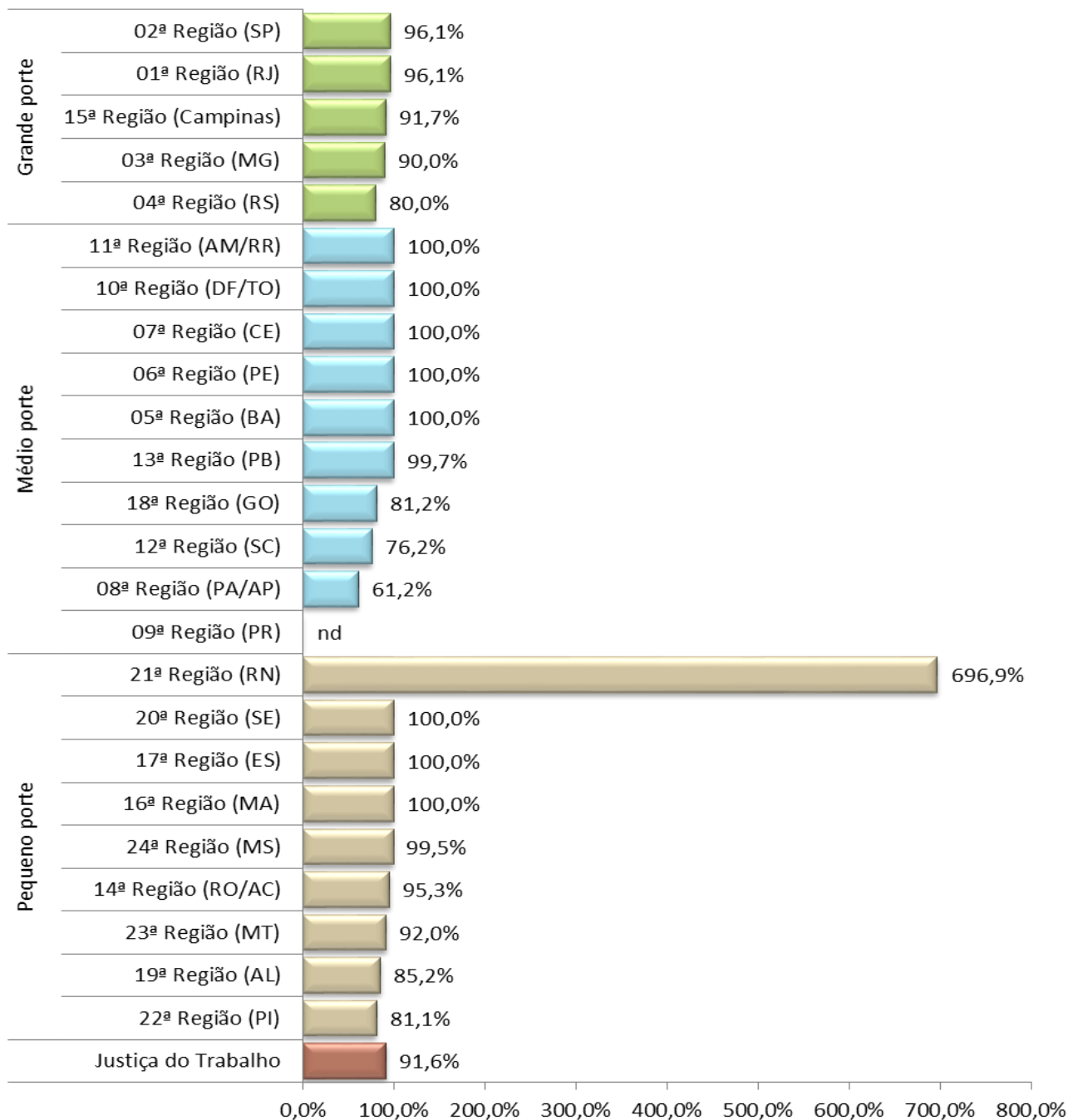
Tabela 1.34 ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

Tribunal Regional do Trabalho	MLUtilArq - Espaço utilizado com arquivo em metros lineares	MLDispArq - Espaço disponível de arquivo em metros lineares	ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)
01ª Região (RJ)	27.785	28.927	96,1%
02ª Região (SP)	76.346	79.416	96,1%
03ª Região (MG)	34.155	37.950	90,0%
04ª Região (RS)	71.711	89.639	80,0%
05ª Região (BA)	12.917	12.917	100,0%
06ª Região (PE)	15.188	15.188	100,0%
07ª Região (CE)	3.924	3.924	100,0%
08ª Região (PA/AP)	1.120	1.830	61,2%
09ª Região (PR)	nd	45.014	nd
10ª Região (DF/TO)	10.492	10.492	100,0%
11ª Região (AM/RR)	354	354	100,0%
12ª Região (SC)	5.974	7.841	76,2%
13ª Região (PB)	14.868	14.918	99,7%
14ª Região (RO/AC)	2.834	2.974	95,3%
15ª Região (Campinas)	16.884	18.412	91,7%
16ª Região (MA)	1.352	1.352	100,0%
17ª Região (ES)	2.403	2.403	100,0%
18ª Região (GO)	8.364	10.300	81,2%
19ª Região (AL)	1.028	1.207	85,2%
20ª Região (SE)	3.394	3.394	100,0%
21ª Região (RN)	3.108	446	696,9%
22ª Região (PI)	1.920	2.368	81,1%
23ª Região (MT)	9.866	10.725	92,0%
24ª Região (MS)	11.387	11.440	99,5%
Justiça do Trabalho	337.374	413.431	91,6%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.34 ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

Finalidade: Indicar a proporção, em metros lineares, do espaço utilizado com arquivamento de processos judiciais em relação ao espaço para arquivo disponível em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias. Consideram-se os documentos acondicionados na posição vertical (caixas de papelão ou de plástico, pastas "A" a "Z" ou suspensas, etc.),

Fórmula: $\text{ProcML} = \text{MLUtilArq} / \text{MLDispArq}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- MLUtilArq - Espaço utilizado com arquivo em metros lineares: espaço utilizado para arquivo de processos judiciais em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoadada utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento \times altura \times largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em m^3 por 12 (Fonte: Arquivo Nacional).
- MLDispArq - Espaço disponível de arquivo em metros lineares: espaço disponibilizado para arquivo de processos judiciais em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoadada utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento \times altura \times largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em m^3 por 12 (Fonte: Arquivo Nacional).

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

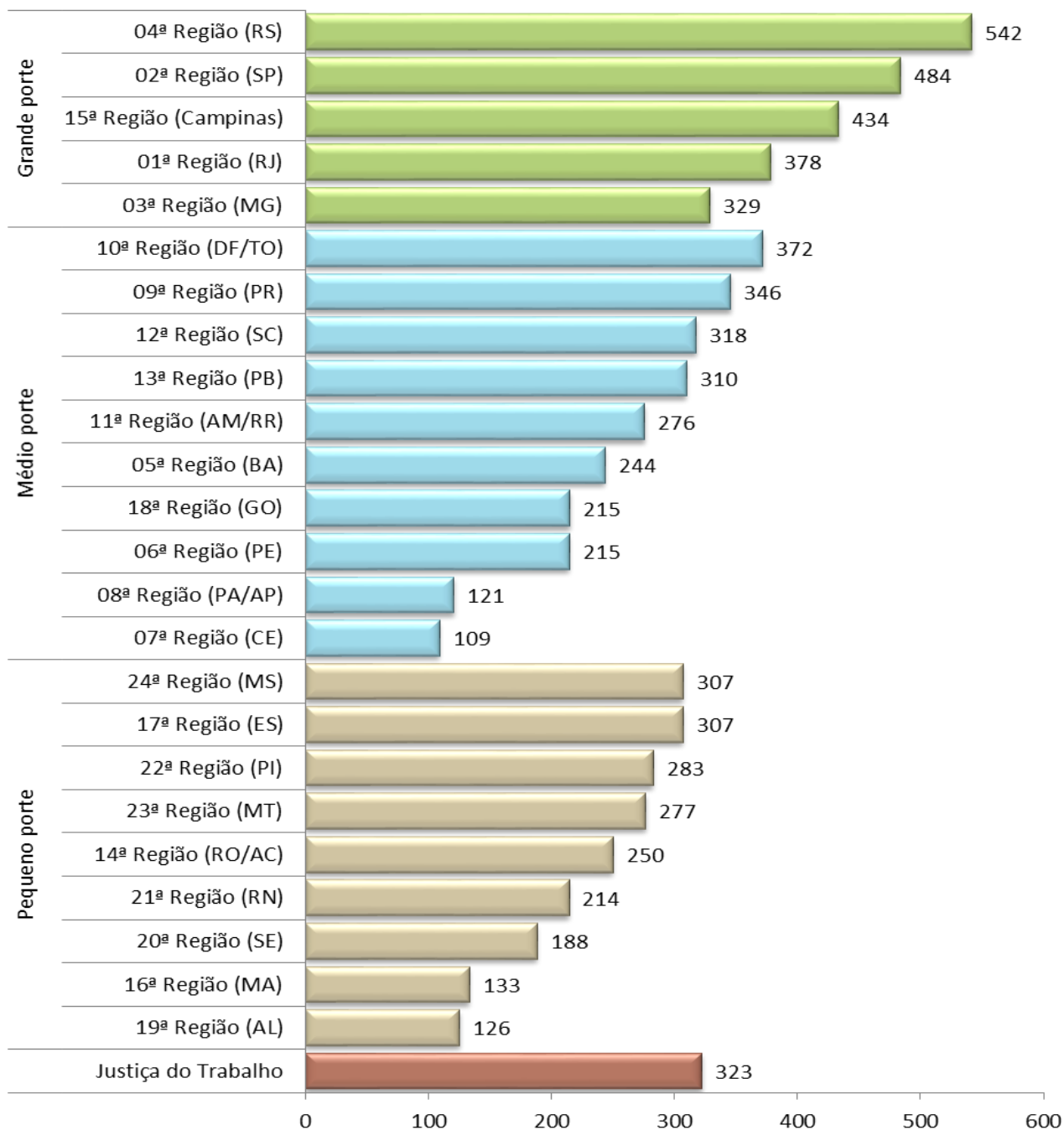
2.1.1. Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau

Tabela 2.1 - Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau
01ª Região (RJ)	61.925	164	378
02ª Região (SP)	107.539	222	484
03ª Região (MG)	67.752	206	329
04ª Região (RS)	60.475	112	542
05ª Região (BA)	36.666	150	244
06ª Região (PE)	19.781	92	215
07ª Região (CE)	9.575	88	109
08ª Região (PA/AP)	10.536	87	121
09ª Região (PR)	38.049	110	346
10ª Região (DF/TO)	15.871	43	372
11ª Região (AM/RR)	11.856	43	276
12ª Região (SC)	21.078	66	318
13ª Região (PB)	12.132	39	310
14ª Região (RO/AC)	6.266	25	250
15ª Região (Campinas)	93.016	214	434
16ª Região (MA)	9.060	68	133
17ª Região (ES)	11.797	38	307
18ª Região (GO)	13.825	64	215
19ª Região (AL)	4.148	33	126
20ª Região (SE)	4.135	22	188
21ª Região (RN)	7.235	34	214
22ª Região (PI)	9.000	32	283
23ª Região (MT)	8.811	32	277
24ª Região (MS)	7.950	26	307
Justiça do Trabalho	648.478	2.011	323

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.1 - Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau



Glossário:

Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 2º Grau da Justiça do Trabalho para cada 100.000 habitantes no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch2^\circ = Cn2^\circ / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

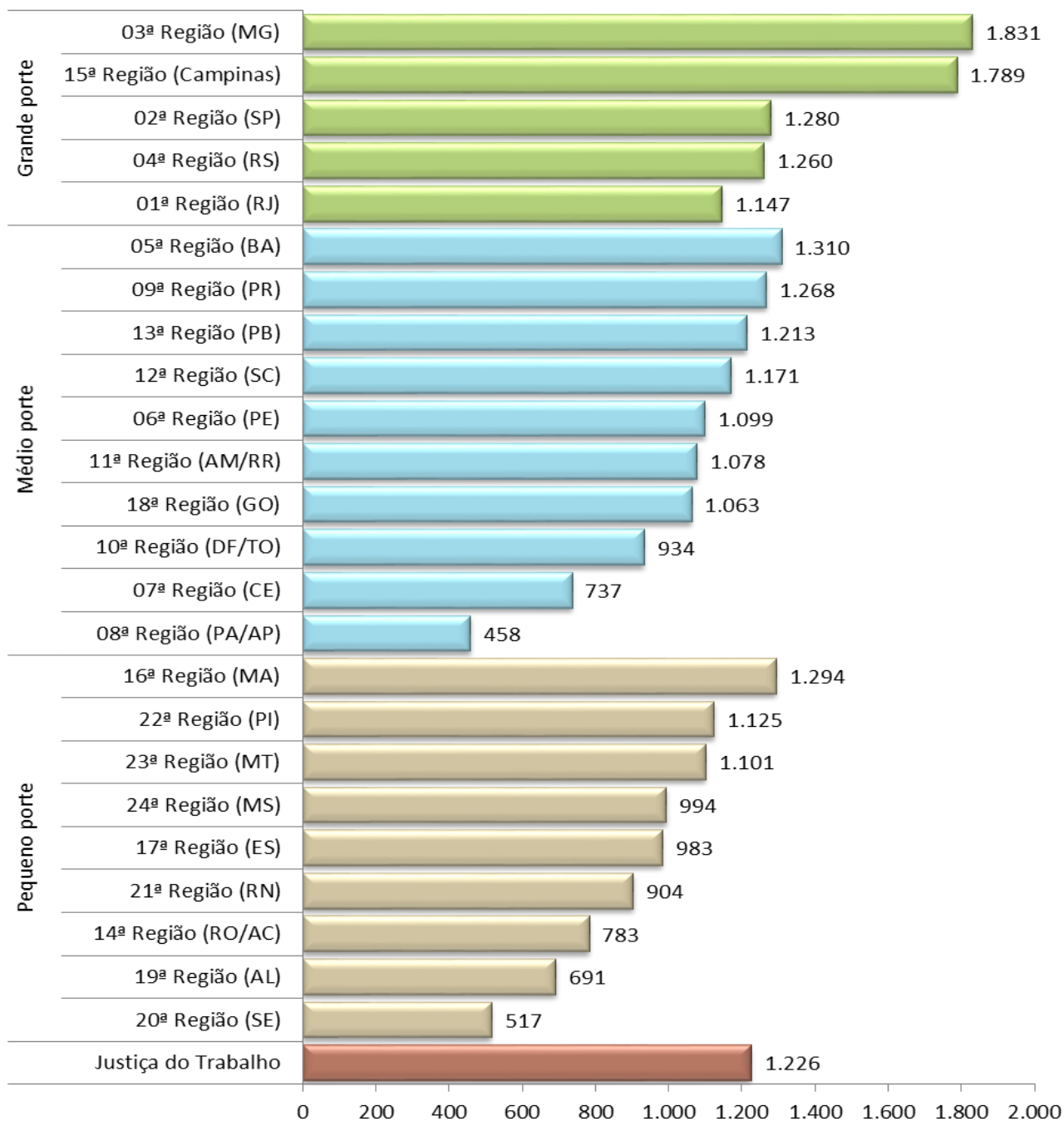
2.1.2. Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Tabela 2.2 - Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau
01ª Região (RJ)	61.925	54	1.147
02ª Região (SP)	107.539	84	1.280
03ª Região (MG)	67.752	37	1.831
04ª Região (RS)	60.475	48	1.260
05ª Região (BA)	36.666	28	1.310
06ª Região (PE)	19.781	18	1.099
07ª Região (CE)	9.575	13	737
08ª Região (PA/AP)	10.536	23	458
09ª Região (PR)	38.049	30	1.268
10ª Região (DF/TO)	15.871	17	934
11ª Região (AM/RR)	11.856	11	1.078
12ª Região (SC)	21.078	18	1.171
13ª Região (PB)	12.132	10	1.213
14ª Região (RO/AC)	6.266	8	783
15ª Região (Campinas)	93.016	52	1.789
16ª Região (MA)	9.060	7	1.294
17ª Região (ES)	11.797	12	983
18ª Região (GO)	13.825	13	1.063
19ª Região (AL)	4.148	6	691
20ª Região (SE)	4.135	8	517
21ª Região (RN)	7.235	8	904
22ª Região (PI)	9.000	8	1.125
23ª Região (MT)	8.811	8	1.101
24ª Região (MS)	7.950	8	994
Justiça do Trabalho	648.478	529	1.226

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.2 - Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau



Glossário:

Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 2º Grau, para cada magistrado na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm2^\circ = Cn2^\circ / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $Mag2^\circ = MagP2^\circ$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

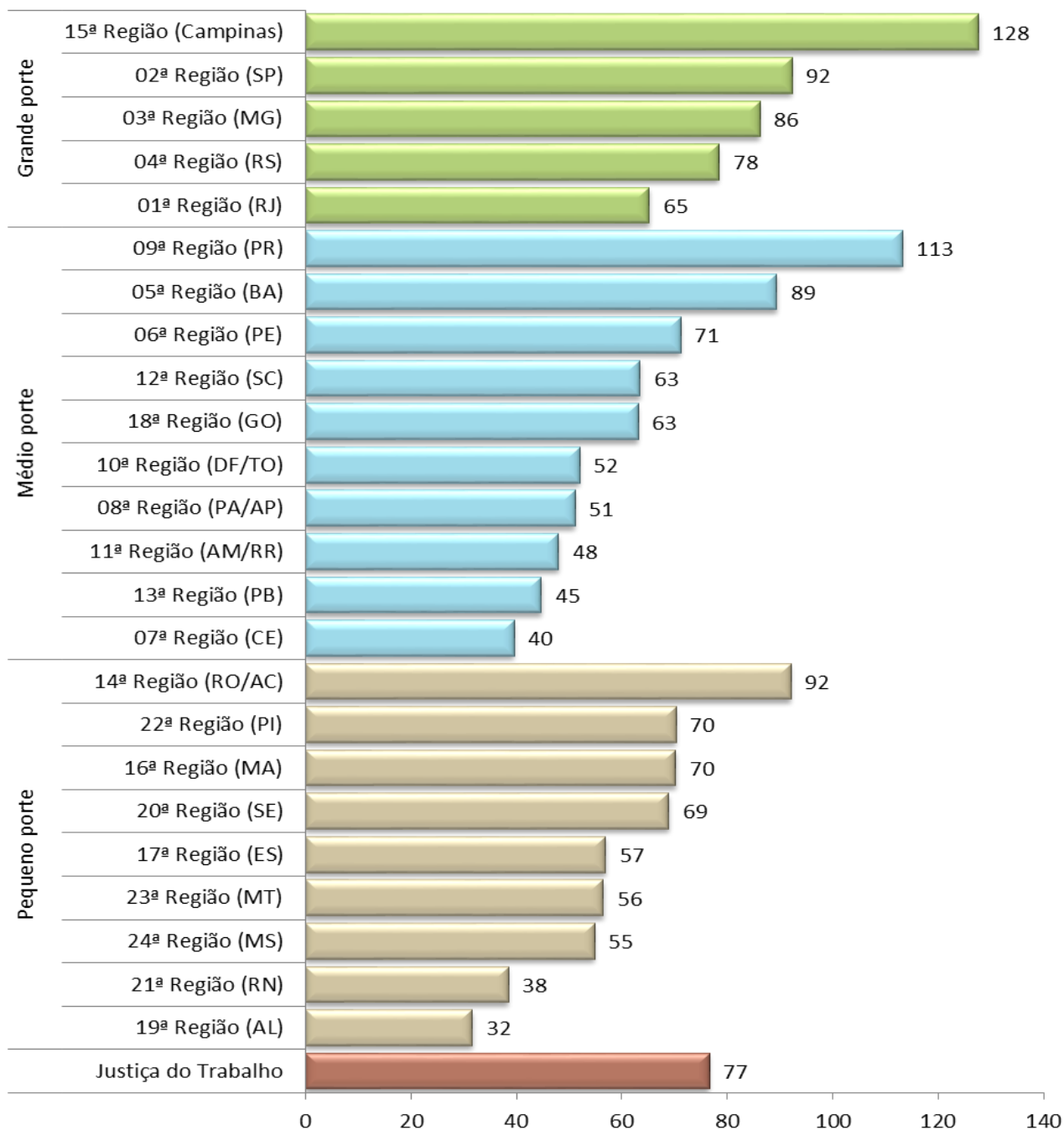
2.1.3. Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Tabela 2.3 - Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	SaJud2º - Número de Servidores da Área Judiciária do 2º Grau	Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau
01ª Região (RJ)	61.925	949	65
02ª Região (SP)	107.539	1.165	92
03ª Região (MG)	67.752	786	86
04ª Região (RS)	60.475	771	78
05ª Região (BA)	36.666	410	89
06ª Região (PE)	19.781	278	71
07ª Região (CE)	9.575	242	40
08ª Região (PA/AP)	10.536	206	51
09ª Região (PR)	38.049	336	113
10ª Região (DF/TO)	15.871	305	52
11ª Região (AM/RR)	11.856	247	48
12ª Região (SC)	21.078	332	63
13ª Região (PB)	12.132	271	45
14ª Região (RO/AC)	6.266	68	92
15ª Região (Campinas)	93.016	728	128
16ª Região (MA)	9.060	129	70
17ª Região (ES)	11.797	207	57
18ª Região (GO)	13.825	219	63
19ª Região (AL)	4.148	131	32
20ª Região (SE)	4.135	60	69
21ª Região (RN)	7.235	188	38
22ª Região (PI)	9.000	128	70
23ª Região (MT)	8.811	156	56
24ª Região (MS)	7.950	145	55
Justiça do Trabalho	648.478	8.457	77

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.3 - Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau



Glossário:

Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados Justiça do Trabalho de 2º Grau para cada servidor lotado na área judiciária da Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs2^\circ = Cn2^\circ / SaJud2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- SaJud2º - Número de Servidores da Área Judiciária do 2º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária do 2º grau da Justiça do Trabalho, em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

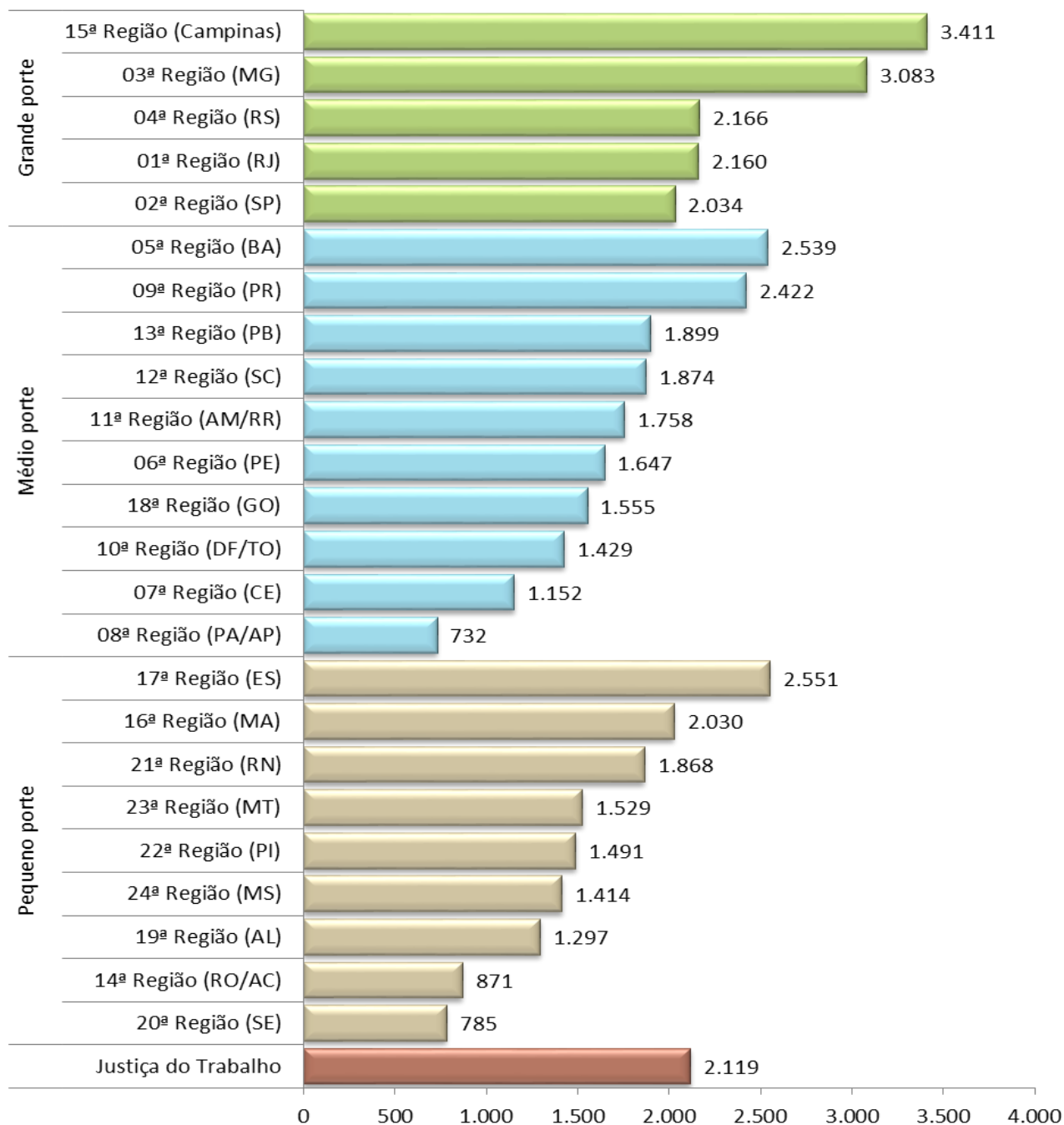
2.1.4. K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau

Tabela 2.4 - K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau	RIntP2º - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau
01ª Região (RJ)	61.925	34.028	18.388	2.288	54	2.160
02ª Região (SP)	107.539	26.380	31.134	5.791	84	2.034
03ª Região (MG)	67.752	26.993	18.906	438	37	3.083
04ª Região (RS)	60.475	29.672	13.024	796	48	2.166
05ª Região (BA)	36.666	21.671	11.198	1.565	28	2.539
06ª Região (PE)	19.781	5.122	4.501	245	18	1.647
07ª Região (CE)	9.575	1.881	3.244	282	13	1.152
08ª Região (PA/AP)	10.536	3.620	2.341	345	23	732
09ª Região (PR)	38.049	14.625	12.439	7.550	30	2.422
10ª Região (DF/TO)	15.871	3.364	4.399	652	17	1.429
11ª Região (AM/RR)	11.856	4.941	2.545	0	11	1.758
12ª Região (SC)	21.078	5.790	5.721	1.148	18	1.874
13ª Região (PB)	12.132	4.272	2.044	544	10	1.899
14ª Região (RO/AC)	6.266	16	681	1	8	871
15ª Região (Campinas)	93.016	61.766	22.254	346	52	3.411
16ª Região (MA)	9.060	4.159	830	159	7	2.030
17ª Região (ES)	11.797	13.277	4.956	587	12	2.551
18ª Região (GO)	13.825	3.851	2.368	165	13	1.555
19ª Região (AL)	4.148	2.799	823	14	6	1.297
20ª Região (SE)	4.135	1.245	841	58	8	785
21ª Região (RN)	7.235	6.174	1.331	203	8	1.868
22ª Região (PI)	9.000	1.154	1.338	436	8	1.491
23ª Região (MT)	8.811	1.883	1.521	14	8	1.529
24ª Região (MS)	7.950	1.918	1.373	71	8	1.414
Justiça do Trabalho	648.478	280.601	168.200	23.698	529	2.119

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.4 - K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau



Glossário:

K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos Magistrados da Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $K2^\circ = (Cn2^\circ + Cp2^\circ + RInt2^\circ + RIntP2^\circ) / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau: Saldo residual de processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau: Os recursos interpostos de decisão de 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período-base (semestre), abrangendo os embargos de declaração, os agravos regimentais e os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- RIntP2º - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau: Saldo residual de recursos interpostos contra decisão do 2º Grau, até o final do período anterior ao período-base (semestre), para julgamento no mesmo grau de jurisdição e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre), abrangendo embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- $Mag2^\circ = MagP2^\circ$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

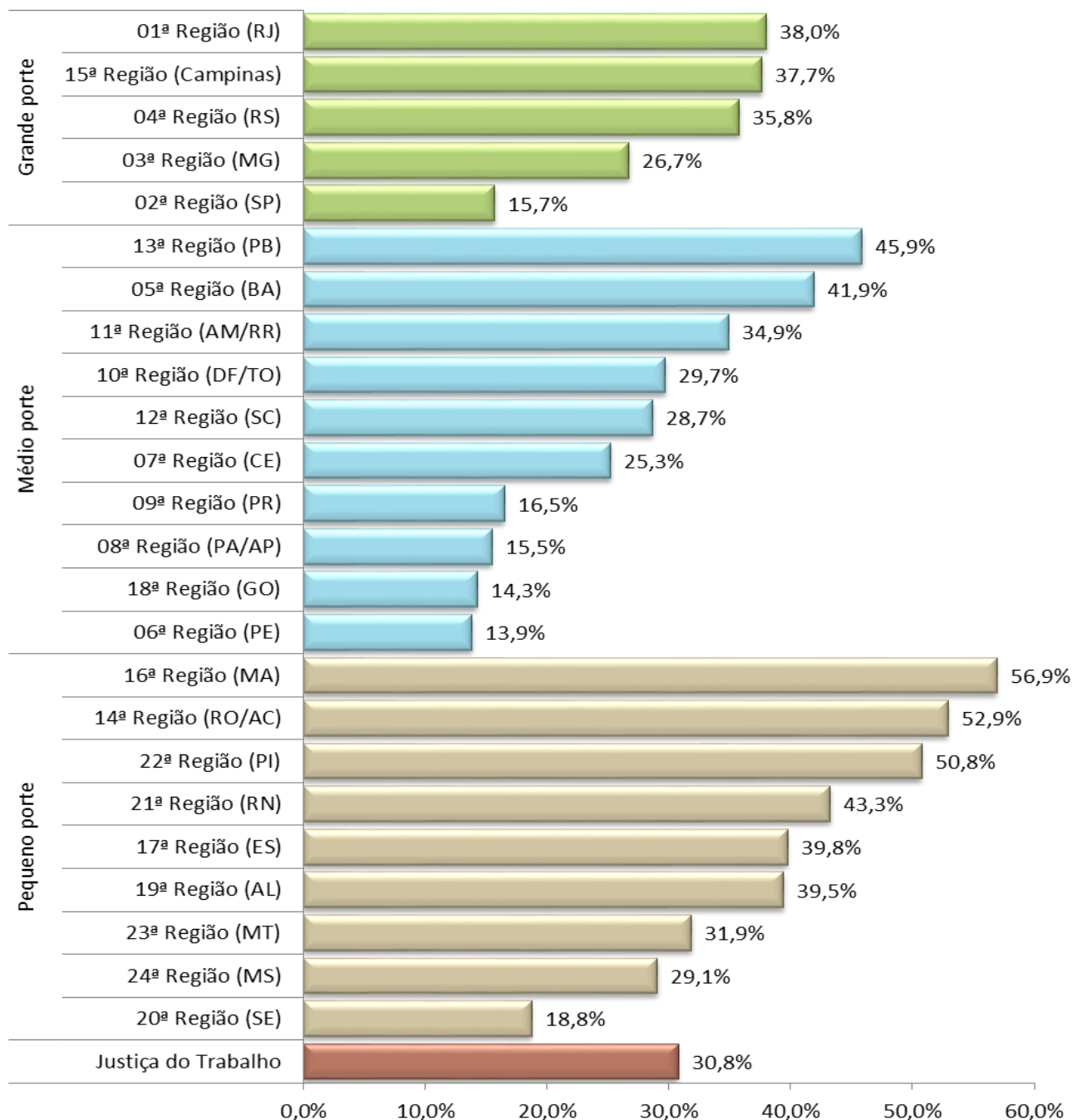
2.1.5. TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau

Tabela 2.5 - TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau
01ª Região (RJ)	59.449	61.925	34.028	38,0%
02ª Região (SP)	112.839	107.539	26.380	15,7%
03ª Região (MG)	69.404	67.752	26.993	26,7%
04ª Região (RS)	57.880	60.475	29.672	35,8%
05ª Região (BA)	33.895	36.666	21.671	41,9%
06ª Região (PE)	21.452	19.781	5.122	13,9%
07ª Região (CE)	8.563	9.575	1.881	25,3%
08ª Região (PA/AP)	11.963	10.536	3.620	15,5%
09ª Região (PR)	43.983	38.049	14.625	16,5%
10ª Região (DF/TO)	13.516	15.871	3.364	29,7%
11ª Região (AM/RR)	10.931	11.856	4.941	34,9%
12ª Região (SC)	19.159	21.078	5.790	28,7%
13ª Região (PB)	8.882	12.132	4.272	45,9%
14ª Região (RO/AC)	2.956	6.266	16	52,9%
15ª Região (Campinas)	96.471	93.016	61.766	37,7%
16ª Região (MA)	5.692	9.060	4.159	56,9%
17ª Região (ES)	15.105	11.797	13.277	39,8%
18ª Região (GO)	15.155	13.825	3.851	14,3%
19ª Região (AL)	4.206	4.148	2.799	39,5%
20ª Região (SE)	4.370	4.135	1.245	18,8%
21ª Região (RN)	7.608	7.235	6.174	43,3%
22ª Região (PI)	4.997	9.000	1.154	50,8%
23ª Região (MT)	7.284	8.811	1.883	31,9%
24ª Região (MS)	7.000	7.950	1.918	29,1%
Justiça do Trabalho	642.760	648.478	280.601	30,8%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.5 - TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau



Glossário:

TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento no 2º Grau da Justiça do Trabalho.

Fórmula: $TC2^\circ = 1 - (TBaix2^\circ / (Cn2^\circ + Cp2^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TBaix2º** - Total de Processos Baixados no 2º Grau : Os processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados pela Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável Cn2º - Casos Novos no 2º grau.
- **Cn2º** - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- **Cp2º** - Casos Pendentes no 2º Grau: Saldo residual de processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

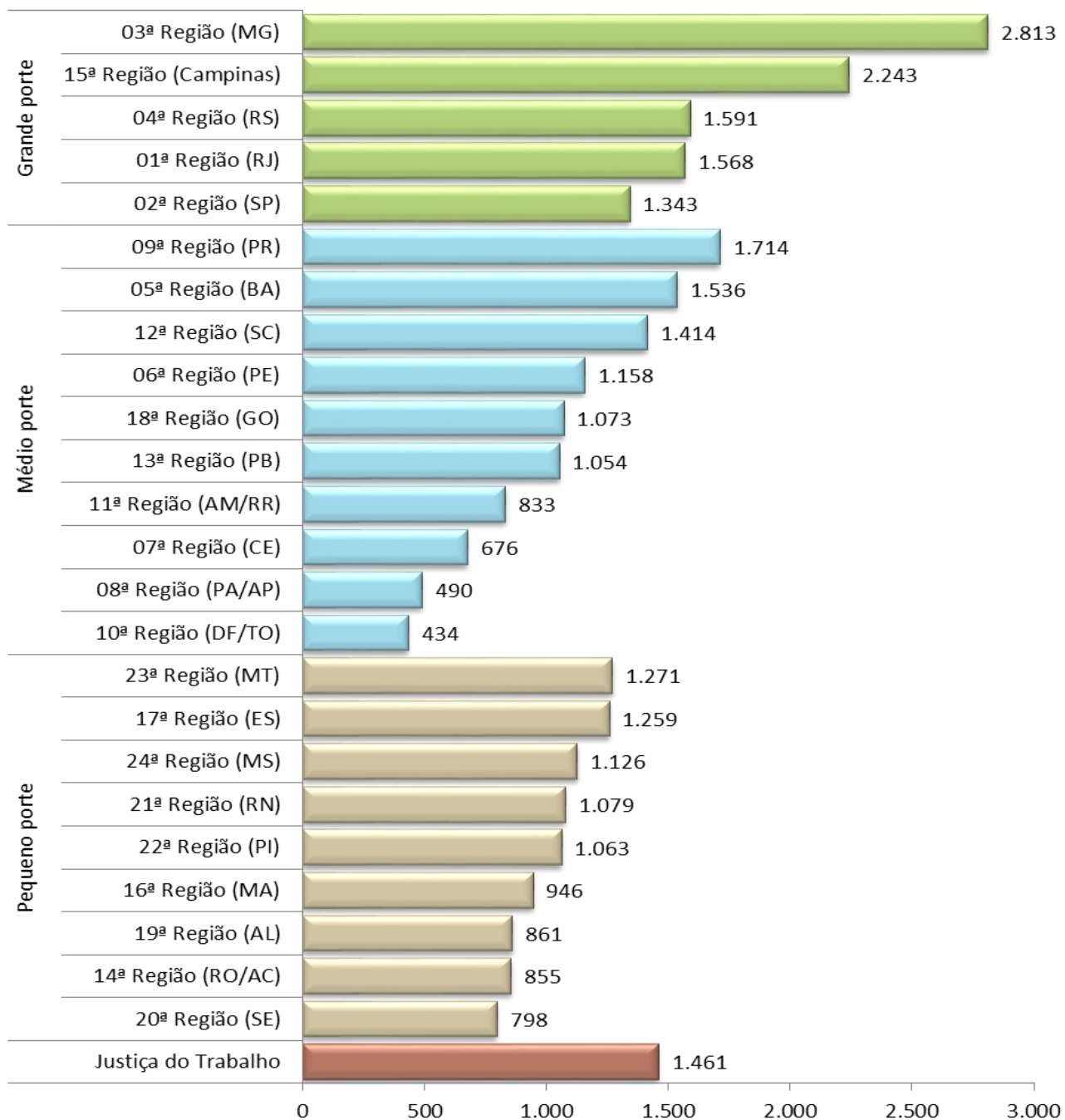
2.1.6. DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau

Tabela 2.6 - DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Dec2º - Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau
01ª Região (RJ)	84.669	54	1.568
02ª Região (SP)	112.839	84	1.343
03ª Região (MG)	104.071	37	2.813
04ª Região (RS)	76.358	48	1.591
05ª Região (BA)	43.020	28	1.536
06ª Região (PE)	20.839	18	1.158
07ª Região (CE)	8.792	13	676
08ª Região (PA/AP)	11.279	23	490
09ª Região (PR)	51.411	30	1.714
10ª Região (DF/TO)	7.374	17	434
11ª Região (AM/RR)	9.162	11	833
12ª Região (SC)	25.446	18	1.414
13ª Região (PB)	10.536	10	1.054
14ª Região (RO/AC)	6.843	8	855
15ª Região (Campinas)	116.639	52	2.243
16ª Região (MA)	6.623	7	946
17ª Região (ES)	15.105	12	1.259
18ª Região (GO)	13.943	13	1.073
19ª Região (AL)	5.167	6	861
20ª Região (SE)	6.383	8	798
21ª Região (RN)	8.630	8	1.079
22ª Região (PI)	8.506	8	1.063
23ª Região (MT)	10.171	8	1.271
24ª Região (MS)	9.007	8	1.126
Justiça do Trabalho	772.813	529	1.461

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.6 - DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau



Glossário:

DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau

Finalidade: Indicar a média de decisões terminativas de processo por Magistrado de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $DTM2^\circ = Dec2^\circ / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dec2º - Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau: Todas as decisões colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º Grau, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração no período-base (semestre). Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas na variável Cn2º - Casos Novos no 2º Grau.
- $Mag2^\circ = MagP2^\circ$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

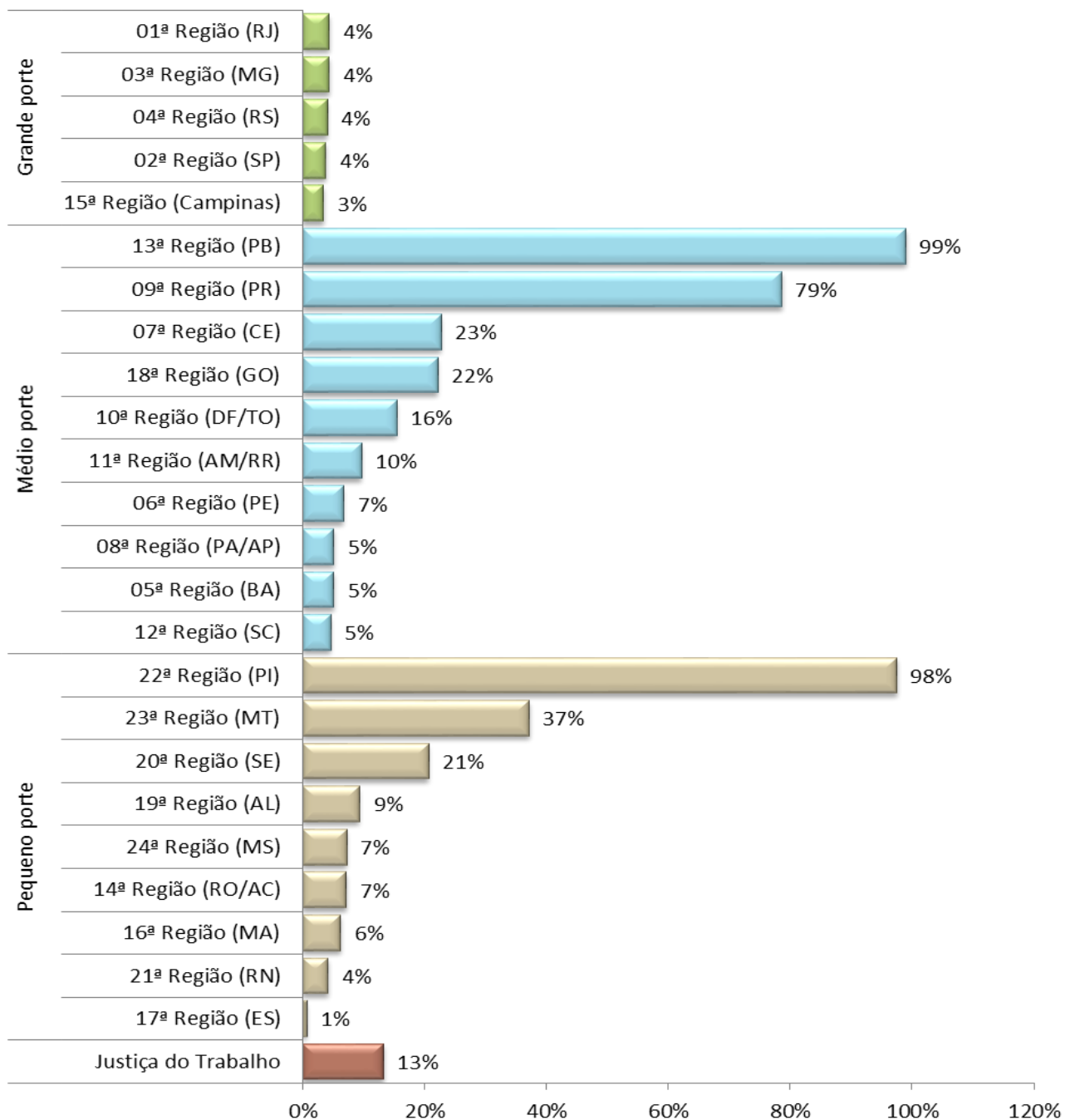
2.1.7. ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau

Tabela 2.7 - ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau
01ª Região (RJ)	2.718	61.925	4%
02ª Região (SP)	4.052	107.539	4%
03ª Região (MG)	2.930	67.752	4%
04ª Região (RS)	2.463	60.475	4%
05ª Região (BA)	1.882	36.666	5%
06ª Região (PE)	1.325	19.781	7%
07ª Região (CE)	2.180	9.575	23%
08ª Região (PA/AP)	543	10.536	5%
09ª Região (PR)	29.938	38.049	79%
10ª Região (DF/TO)	2.462	15.871	16%
11ª Região (AM/RR)	1.149	11.856	10%
12ª Região (SC)	975	21.078	5%
13ª Região (PB)	12.015	12.132	99%
14ª Região (RO/AC)	447	6.266	7%
15ª Região (Campinas)	3.219	93.016	3%
16ª Região (MA)	568	9.060	6%
17ª Região (ES)	84	11.797	1%
18ª Região (GO)	3.070	13.825	22%
19ª Região (AL)	386	4.148	9%
20ª Região (SE)	857	4.135	21%
21ª Região (RN)	299	7.235	4%
22ª Região (PI)	8.775	9.000	98%
23ª Região (MT)	3.278	8.811	37%
24ª Região (MS)	575	7.950	7%
Justiça do Trabalho	86.190	648.478	13%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.7 - ProcEIJ2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau



Glossário:

ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 2º grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEI2º} = \text{CnElet2º} / \text{Cn2º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau:** Os processos eletrônicos, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que ingressaram na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cn2º - Casos Novos de 2º Grau.
- **Cn2º - Casos Novos de 2º Grau:** Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

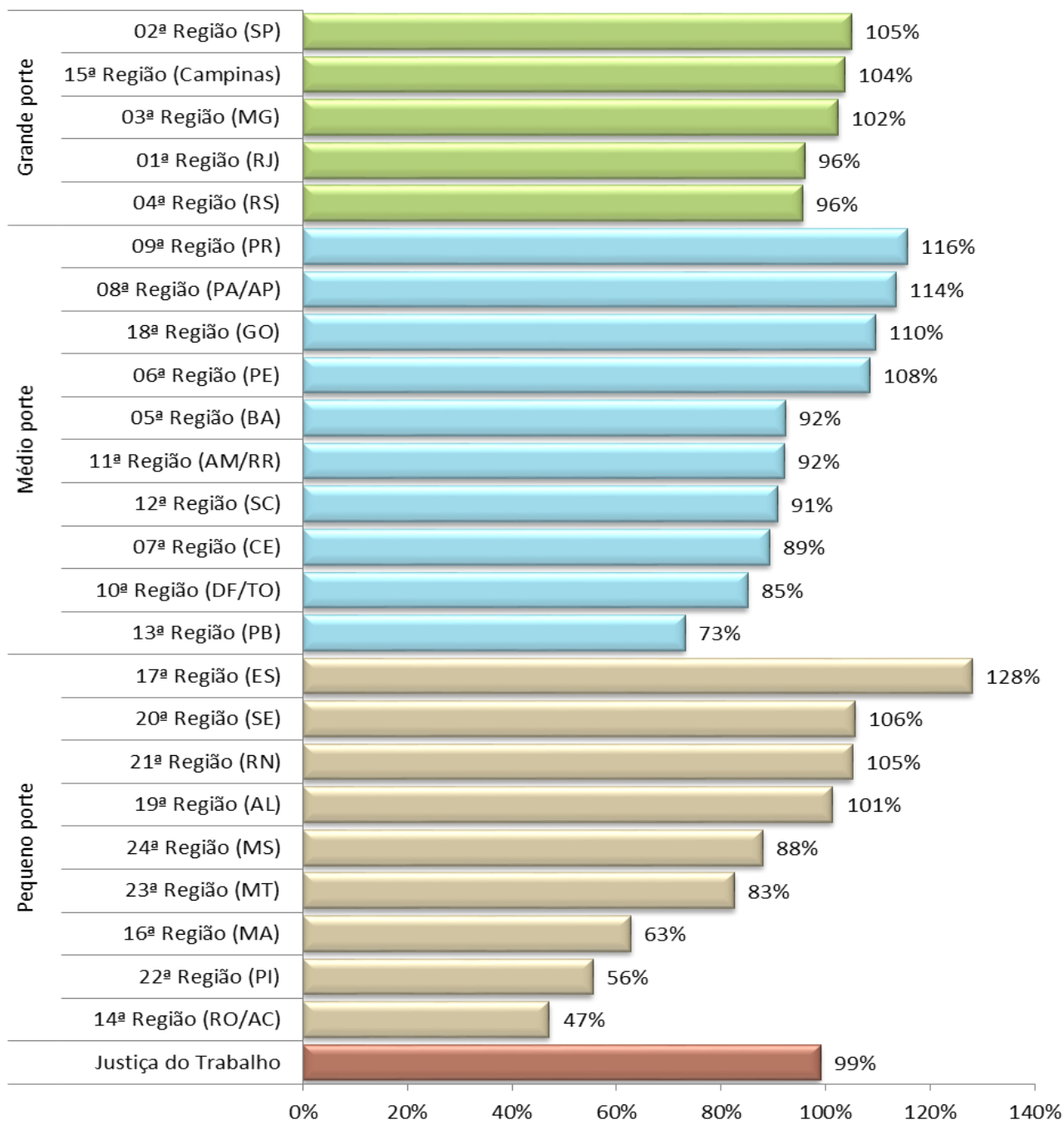
2.1.8. IAD2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Tabela 2.8 - IAD2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	IAD2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau
01ª Região (RJ)	59.449	61.925	96%
02ª Região (SP)	112.839	107.539	105%
03ª Região (MG)	69.404	67.752	102%
04ª Região (RS)	57.880	60.475	96%
05ª Região (BA)	33.895	36.666	92%
06ª Região (PE)	21.452	19.781	108%
07ª Região (CE)	8.563	9.575	89%
08ª Região (PA/AP)	11.963	10.536	114%
09ª Região (PR)	43.983	38.049	116%
10ª Região (DF/TO)	13.516	15.871	85%
11ª Região (AM/RR)	10.931	11.856	92%
12ª Região (SC)	19.159	21.078	91%
13ª Região (PB)	8.882	12.132	73%
14ª Região (RO/AC)	2.956	6.266	47%
15ª Região (Campinas)	96.471	93.016	104%
16ª Região (MA)	5.692	9.060	63%
17ª Região (ES)	15.105	11.797	128%
18ª Região (GO)	15.155	13.825	110%
19ª Região (AL)	4.206	4.148	101%
20ª Região (SE)	4.370	4.135	106%
21ª Região (RN)	7.608	7.235	105%
22ª Região (PI)	4.997	9.000	56%
23ª Região (MT)	7.284	8.811	83%
24ª Região (MS)	7.000	7.950	88%
Justiça do Trabalho	642.760	648.478	99%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.8 - IAD2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau



Glossário:

IAD2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos baixados em relação ao total de casos novos no 2º grau no período-base (semestre).

Fórmula: $IAD2^\circ = TBaix2^\circ / Cn2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TBaix2º** - Total de Processos Baixados no 2º Grau : Os processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados pela Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável Cn2º - Casos Novos no 2º grau.

- **Cn2º** - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

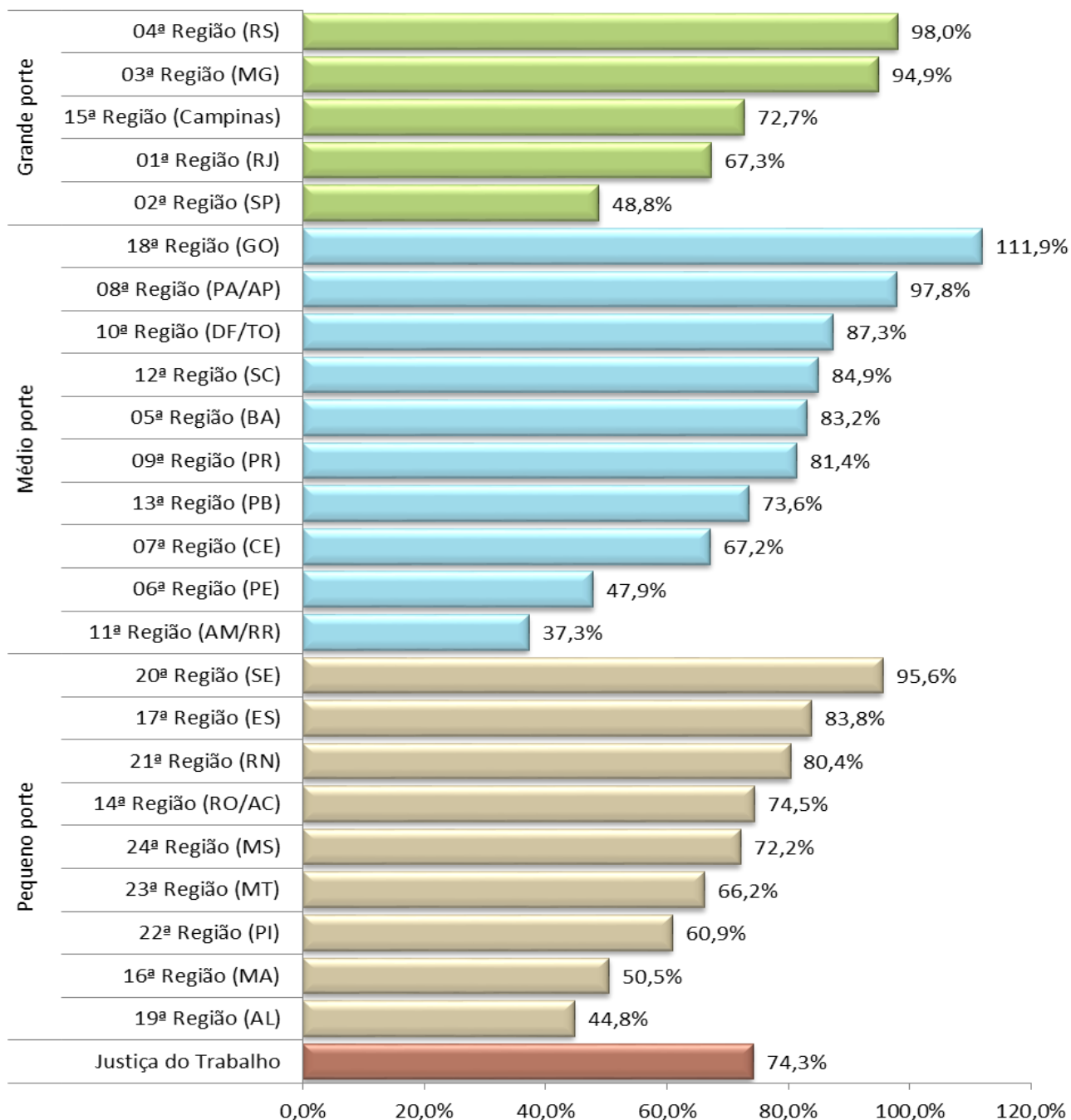
2.1.9. Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau

Tabela 2.9 - Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau

Tribunal Regional do Trabalho	Rsup2º - Recursos à Instância Superior no 2º Grau	Apublic2º - Acórdãos Publicados no 2º Grau	Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau
01ª Região (RJ)	41.896	62.273	67,3%
02ª Região (SP)	54.364	111.409	48,8%
03ª Região (MG)	67.416	71.076	94,9%
04ª Região (RS)	53.742	54.811	98,0%
05ª Região (BA)	28.958	34.818	83,2%
06ª Região (PE)	10.251	21.394	47,9%
07ª Região (CE)	7.059	10.503	67,2%
08ª Região (PA/AP)	10.114	10.339	97,8%
09ª Região (PR)	40.691	50.001	81,4%
10ª Região (DF/TO)	14.501	16.603	87,3%
11ª Região (AM/RR)	3.424	9.187	37,3%
12ª Região (SC)	16.731	19.712	84,9%
13ª Região (PB)	6.584	8.948	73,6%
14ª Região (RO/AC)	3.990	5.356	74,5%
15ª Região (Campinas)	70.237	96.611	72,7%
16ª Região (MA)	2.802	5.547	50,5%
17ª Região (ES)	9.994	11.924	83,8%
18ª Região (GO)	13.494	12.055	111,9%
19ª Região (AL)	1.692	3.778	44,8%
20ª Região (SE)	3.767	3.941	95,6%
21ª Região (RN)	6.563	8.166	80,4%
22ª Região (PI)	3.882	6.374	60,9%
23ª Região (MT)	5.164	7.796	66,2%
24ª Região (MS)	5.082	7.038	72,2%
Justiça do Trabalho	482.398	649.660	74,3%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.9 - Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau



Glossário:

Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau

Finalidade: Indicar o número de recursos endereçados aos Tribunais Superiores em relação ao número de acórdãos publicados pelos Tribunais Regionais do Trabalho passíveis de recurso no período-base (semestre).

Fórmula: $Rx2^\circ = R_{sup}2^\circ / A_{public}2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $R_{sup}2^\circ$ - Recursos à Instância Superior no 2º Grau: Os recursos interpostos de acórdãos em processos judiciais de Tribunais de 2º Grau e endereçados aos Tribunais Superiores no período-base (semestre).
- $A_{public}2^\circ$ - Acórdãos Publicados no 2º Grau: Os acórdãos em processos judiciais publicados pelo tribunal de 2º Grau passíveis de recurso para os Tribunais Superiores no período-base (semestre), excluídos os acórdãos proferidos em embargos de declaração.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

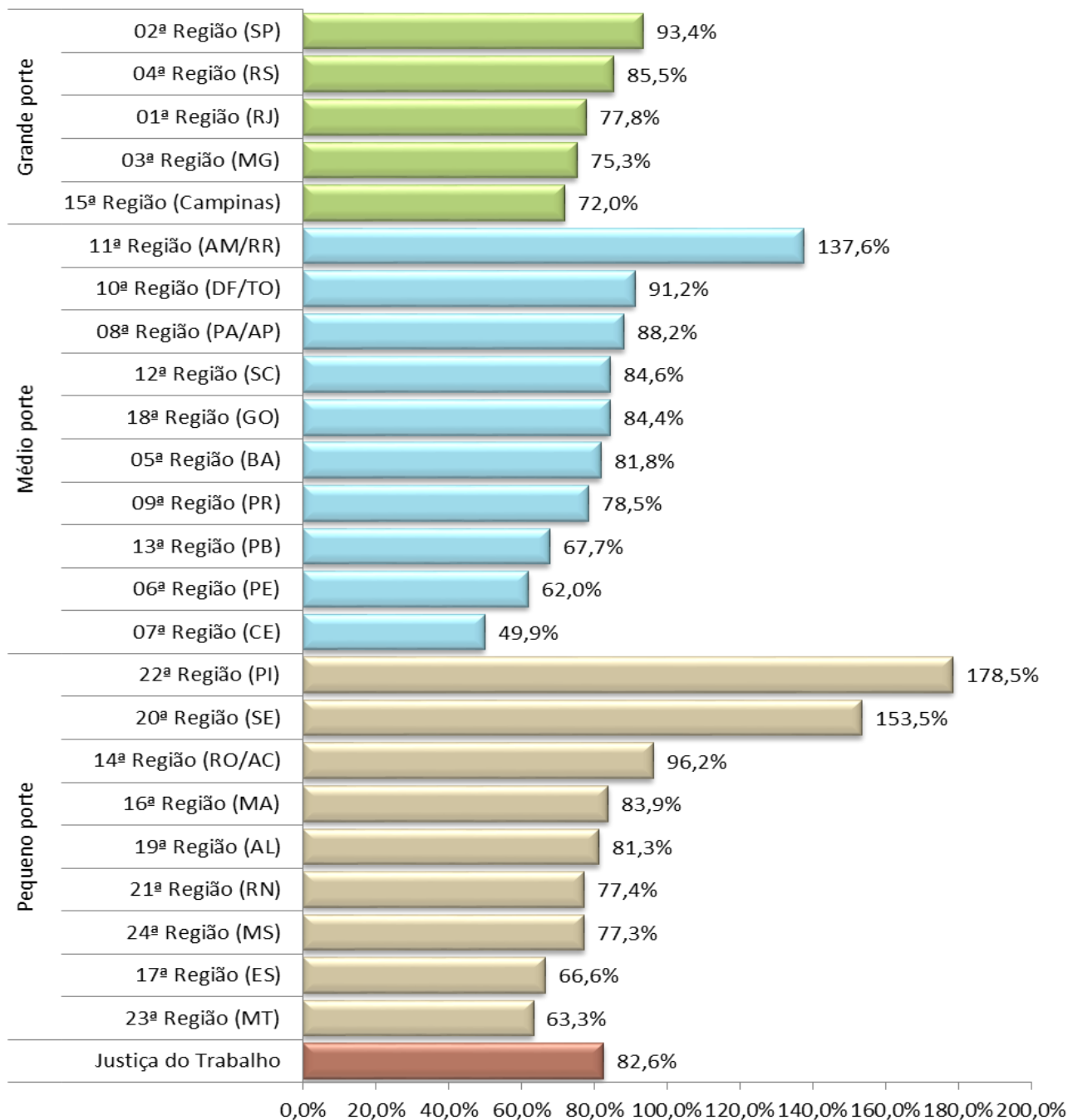
2.1.10. RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST

Tabela 2.10 - RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST

Tribunal Regional do Trabalho	AI2º - Agravos às Decisões Denegatórias de Admissibilidade de Recurso de Revista e Recurso Ordinário para o TST	DA2º - Decisões denegatórias de admissibilidade de Recurso de Revista e de Recurso Ordinário para o TST	RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST
01ª Região (RJ)	16.686	21.437	77,8%
02ª Região (SP)	44.368	47.527	93,4%
03ª Região (MG)	24.341	32.334	75,3%
04ª Região (RS)	19.129	22.382	85,5%
05ª Região (BA)	11.341	13.868	81,8%
06ª Região (PE)	5.083	8.194	62,0%
07ª Região (CE)	913	1.829	49,9%
08ª Região (PA/AP)	3.752	4.253	88,2%
09ª Região (PR)	16.026	20.425	78,5%
10ª Região (DF/TO)	7.194	7.890	91,2%
11ª Região (AM/RR)	3.582	2.603	137,6%
12ª Região (SC)	6.115	7.232	84,6%
13ª Região (PB)	2.233	3.296	67,7%
14ª Região (RO/AC)	1.472	1.530	96,2%
15ª Região (Campinas)	21.388	29.715	72,0%
16ª Região (MA)	997	1.188	83,9%
17ª Região (ES)	2.504	3.761	66,6%
18ª Região (GO)	4.186	4.962	84,4%
19ª Região (AL)	1.338	1.646	81,3%
20ª Região (SE)	3.033	1.976	153,5%
21ª Região (RN)	2.470	3.193	77,4%
22ª Região (PI)	3.397	1.903	178,5%
23ª Região (MT)	1.775	2.803	63,3%
24ª Região (MS)	1.755	2.269	77,3%
Justiça do Trabalho	205.078	248.216	82,6%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.10 - RxAl2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST



Glossário:

RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST

Finalidade: Indicar o número de recursos de agravo de instrumento interpostos ao Tribunal Superior do Trabalho em relação ao número de decisões denegatórias de seguimento a recursos proferidas pelo 2º Grau da Justiça do Trabalho.

Fórmula: $RxAI2^\circ = AI2^\circ / DA2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- AI2º - Agravos às Decisões Denegatórias de Admissibilidade de Recurso de Revista e Recurso Ordinário para o TST: Os recursos de agravos de instrumento interpostos contra as decisões proferidas pela Justiça do Trabalho de 2º Grau denegatórias de admissibilidade de recursos para o TST (de revista e recurso ordinário) no período-base (semestre).
- DA2º - Decisões denegatórias de admissibilidade de Recurso de Revista e de Recurso Ordinário para o TST: O número de decisões proferidas pela Justiça do Trabalho de 2º Grau denegatórias de seguimento a recursos de revista e a recursos ordinários para o TST no período-base (semestre).

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

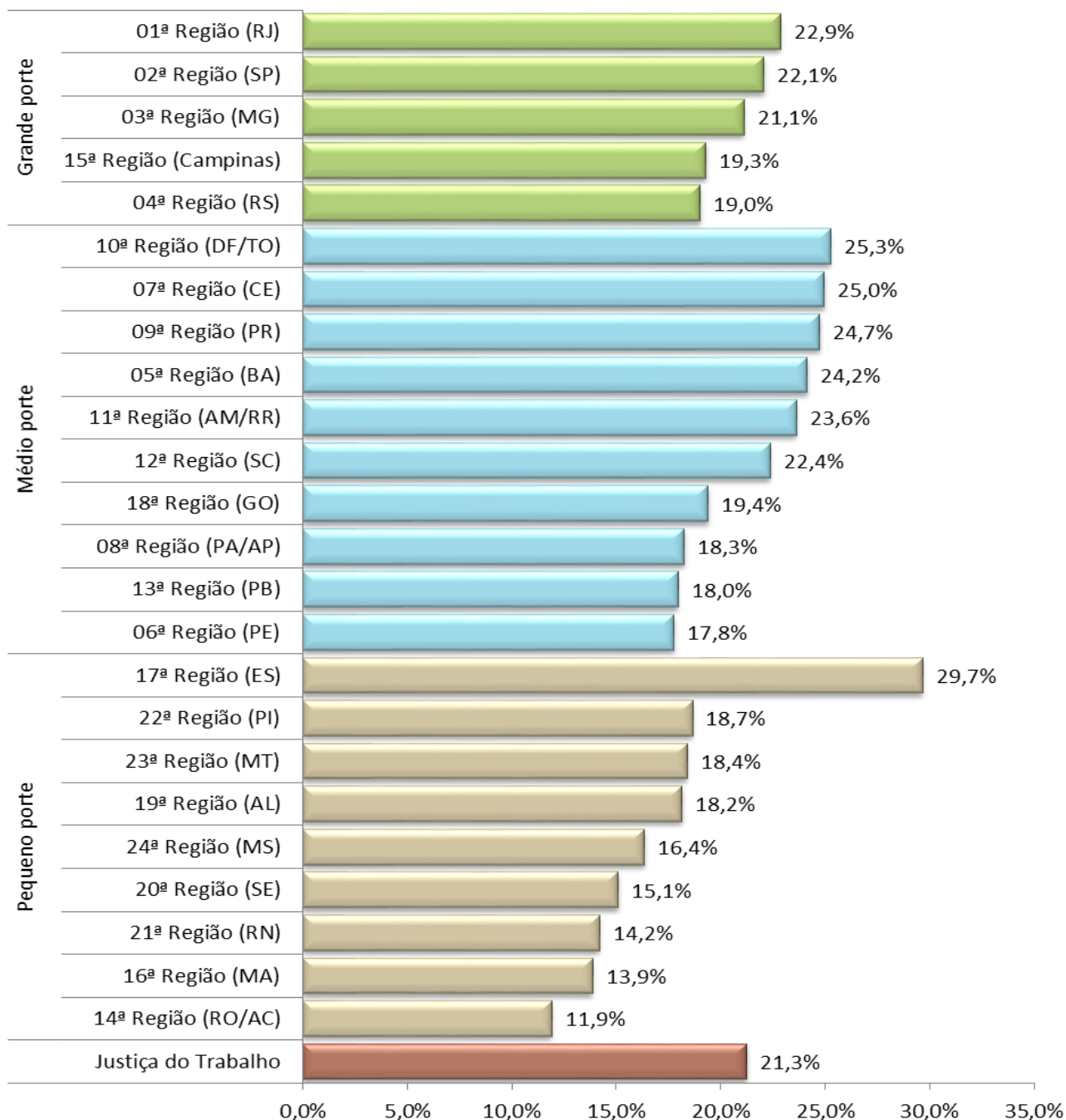
2.1.11. Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau

Tabela 2.11 - Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau	DeRInt2º - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau	Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau
01ª Região (RJ)	18.388	80.380	22,9%
02ª Região (SP)	31.134	141.011	22,1%
03ª Região (MG)	18.906	89.542	21,1%
04ª Região (RS)	13.024	68.406	19,0%
05ª Região (BA)	11.198	46.350	24,2%
06ª Região (PE)	4.501	25.312	17,8%
07ª Região (CE)	3.244	12.991	25,0%
08ª Região (PA/AP)	2.341	12.813	18,3%
09ª Região (PR)	12.439	50.259	24,7%
10ª Região (DF/TO)	4.399	17.415	25,3%
11ª Região (AM/RR)	2.545	10.775	23,6%
12ª Região (SC)	5.721	25.577	22,4%
13ª Região (PB)	2.044	11.369	18,0%
14ª Região (RO/AC)	681	5.708	11,9%
15ª Região (Campinas)	22.254	115.330	19,3%
16ª Região (MA)	830	5.975	13,9%
17ª Região (ES)	4.956	16.704	29,7%
18ª Região (GO)	2.368	12.201	19,4%
19ª Região (AL)	823	4.530	18,2%
20ª Região (SE)	841	5.565	15,1%
21ª Região (RN)	1.331	9.363	14,2%
22ª Região (PI)	1.338	7.170	18,7%
23ª Região (MT)	1.521	8.263	18,4%
24ª Região (MS)	1.373	8.396	16,4%
Justiça do Trabalho	168.200	791.405	21,3%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.11 - Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau



Glossário:

Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos internos interpostos na Justiça do Trabalho de 2º Grau em relação ao número de decisões proferidas pelo 2º Grau da Justiça do Trabalho.

Fórmula: $Rin2^\circ = RInt2^\circ / DeRint2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau:** Os recursos interpostos de decisão de 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período-base (semestre), abrangendo os embargos de declaração, os agravos regimentais e os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- **DeRint2º - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau:** As decisões, colegiadas e monocráticas, proferidas no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau, das quais caiba recurso (embargos de declaração, agravos regimentais, agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais) para o próprio Tribunal no período-base (semestre), incluídas as decisões proferidas nestes recursos.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

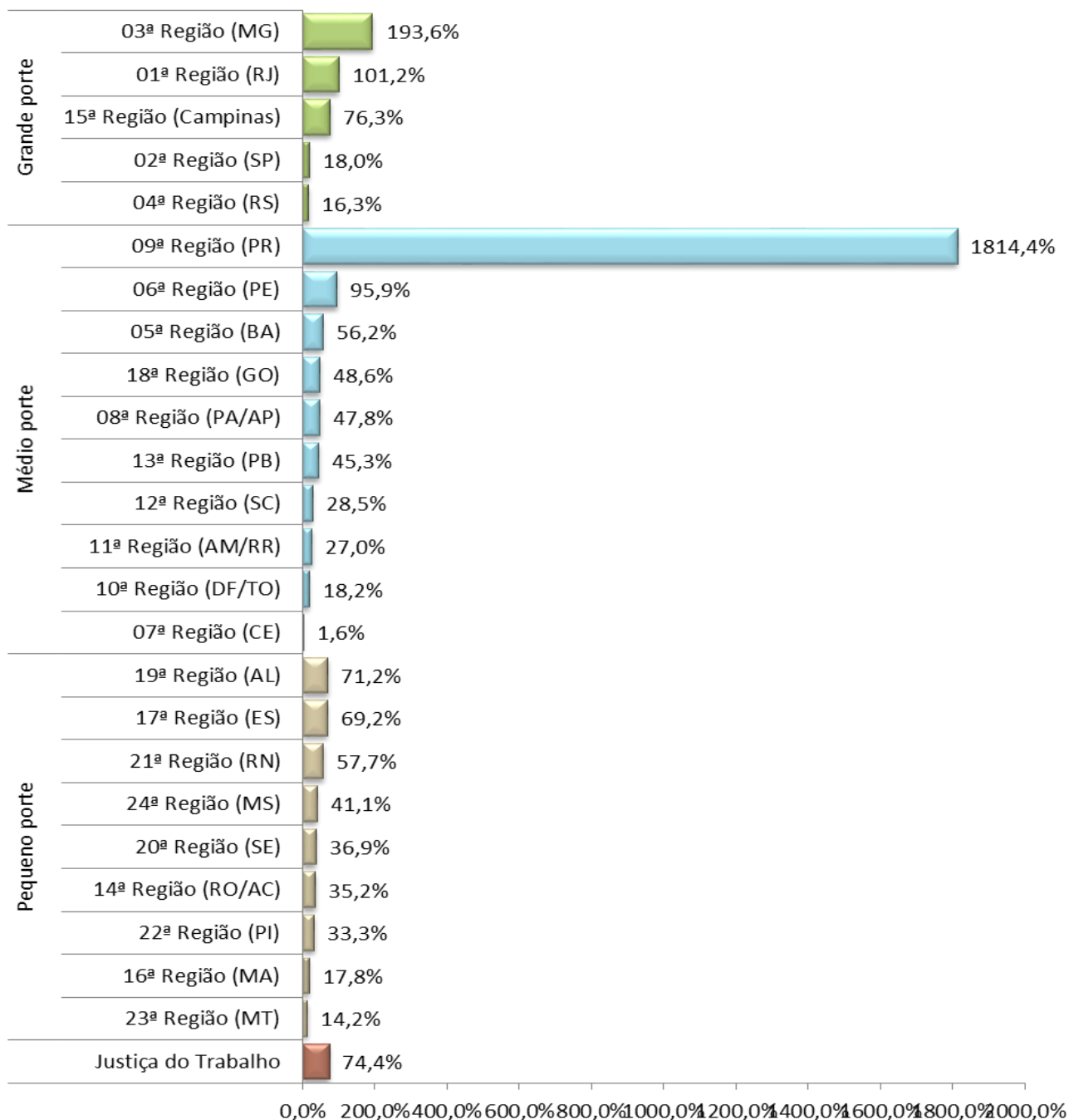
2.1.12. Rin2ª - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau

Tabela 2.12 - Rin2ª - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Ag2º - Agravos de Recursos e Agravos do art. 557 de 2º Grau	DeMono2º - Decisões Monocráticas no 2º Grau	Rin2ª - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau
01ª Região (RJ)	603	596	101,2%
02ª Região (SP)	155	862	18,0%
03ª Região (MG)	182	94	193,6%
04ª Região (RS)	202	1.236	16,3%
05ª Região (BA)	356	634	56,2%
06ª Região (PE)	210	219	95,9%
07ª Região (CE)	57	3.590	1,6%
08ª Região (PA/AP)	241	504	47,8%
09ª Região (PR)	5.933	327	1814,4%
10ª Região (DF/TO)	123	674	18,2%
11ª Região (AM/RR)	196	726	27,0%
12ª Região (SC)	170	596	28,5%
13ª Região (PB)	110	243	45,3%
14ª Região (RO/AC)	124	352	35,2%
15ª Região (Campinas)	682	894	76,3%
16ª Região (MA)	109	611	17,8%
17ª Região (ES)	90	130	69,2%
18ª Região (GO)	71	146	48,6%
19ª Região (AL)	47	66	71,2%
20ª Região (SE)	41	111	36,9%
21ª Região (RN)	75	130	57,7%
22ª Região (PI)	24	72	33,3%
23ª Região (MT)	51	359	14,2%
24ª Região (MS)	62	151	41,1%
Justiça do Trabalho	9.914	13.323	74,4%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.12 - Rin2ªa - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau



Glossário:

Rin2ºa - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos de agravos (regimentais ou do art. 557 do CPC) interpostos na Justiça do Trabalho de 2º Grau em relação ao número de decisões monocráticas proferidas pelo 2º Grau da Justiça do Trabalho.

Fórmula: $Rin2ºa = Ag2º / DeMono2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Ag2º - Agravos de Recursos e Agravos do art. 557 de 2º Grau: Os Agravos Regimentais e os Agravos do art. 557 interpostos na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os agravos regimentais em decisões correicionais.
- DeMono2º - Decisões Monocráticas no 2º Grau: As decisões monocráticas proferidas na Justiça do Trabalho de 2º Grau que solucionem processos originários ou recursos no período-base (semestre). Devem ser excluídas as decisões de natureza correicionais.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

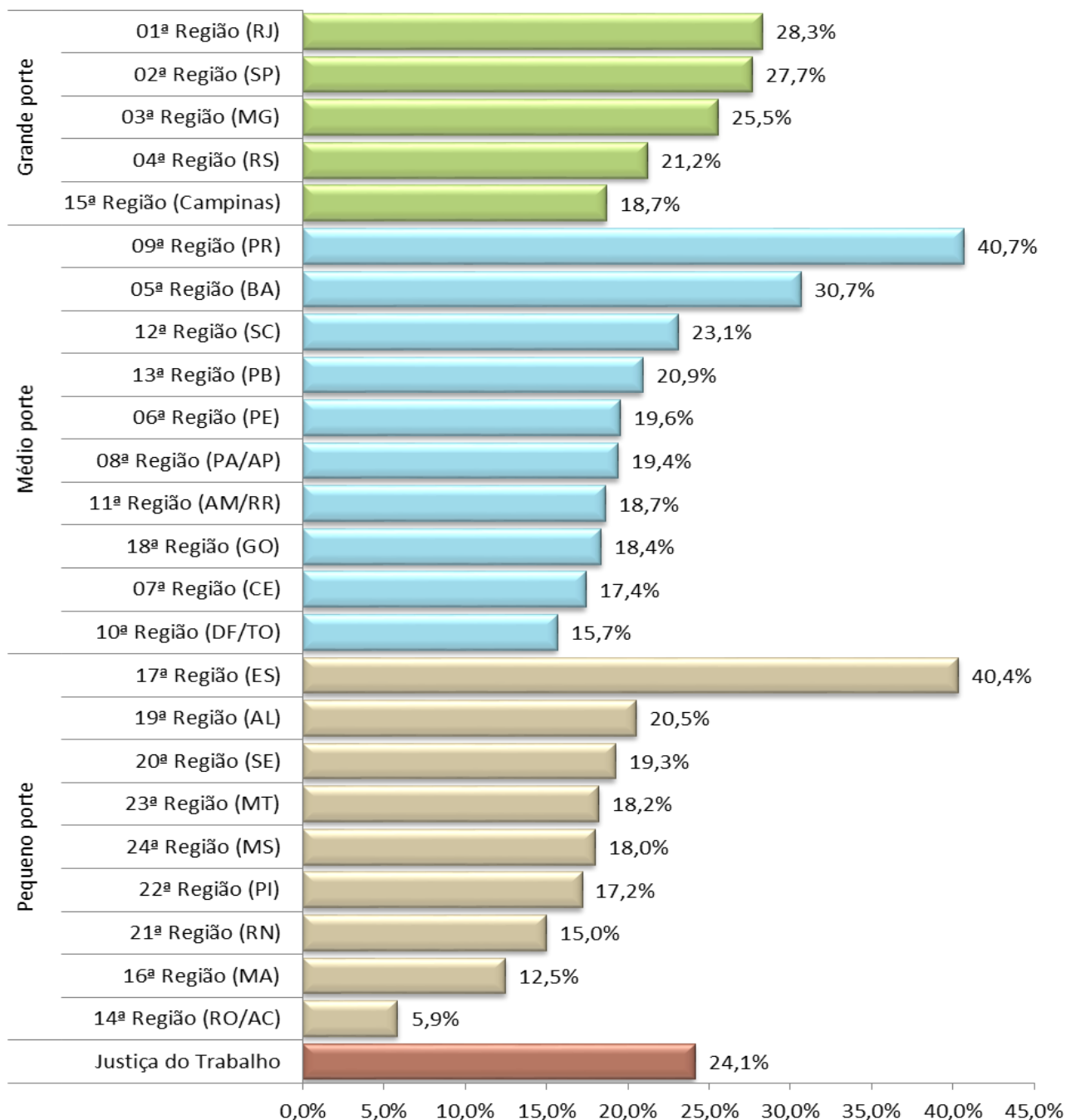
2.1.13. Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau

Tabela 2.13 - Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Ed2º - Embargos de Declaração no 2º Grau	DePub2º - Decisões no 2º Grau Publicadas	Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau
01ª Região (RJ)	17.768	62.804	28,3%
02ª Região (SP)	30.979	111.943	27,7%
03ª Região (MG)	18.295	71.629	25,5%
04ª Região (RS)	12.643	59.560	21,2%
05ª Região (BA)	10.883	35.452	30,7%
06ª Região (PE)	4.291	21.916	19,6%
07ª Região (CE)	2.229	12.790	17,4%
08ª Região (PA/AP)	2.101	10.812	19,4%
09ª Região (PR)	12.152	29.847	40,7%
10ª Região (DF/TO)	2.474	15.783	15,7%
11ª Região (AM/RR)	1.841	9.871	18,7%
12ª Região (SC)	4.801	20.751	23,1%
13ª Região (PB)	1.924	9.189	20,9%
14ª Região (RO/AC)	334	5.708	5,9%
15ª Região (Campinas)	18.273	97.736	18,7%
16ª Região (MA)	755	6.049	12,5%
17ª Região (ES)	4.866	12.054	40,4%
18ª Região (GO)	2.242	12.201	18,4%
19ª Região (AL)	776	3.779	20,5%
20ª Região (SE)	836	4.340	19,3%
21ª Região (RN)	1.228	8.188	15,0%
22ª Região (PI)	1.229	7.145	17,2%
23ª Região (MT)	1.477	8.104	18,2%
24ª Região (MS)	1.292	7.181	18,0%
Justiça do Trabalho	155.689	644.832	24,1%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.13 - Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau



Glossário:

Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos no 2º Grau em relação ao número de decisões monocráticas ou colegiadas proferidas pelo 2º Grau.

Fórmula: $Rin2ºb = ED2º / DePub2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Ed2º - Embargos de Declaração no 2º Grau: Os embargos de declaração opostos na Justiça do Trabalho de 2º Grau para julgamento no período-base (semestre).
- DePub2º - Decisões no 2º Grau Publicadas: As decisões, colegiadas ou monocráticas, proferidas no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau, publicadas no período-base (semestre). Excluem-se as decisões proferidas em embargos de declaração.

2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.14. Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau

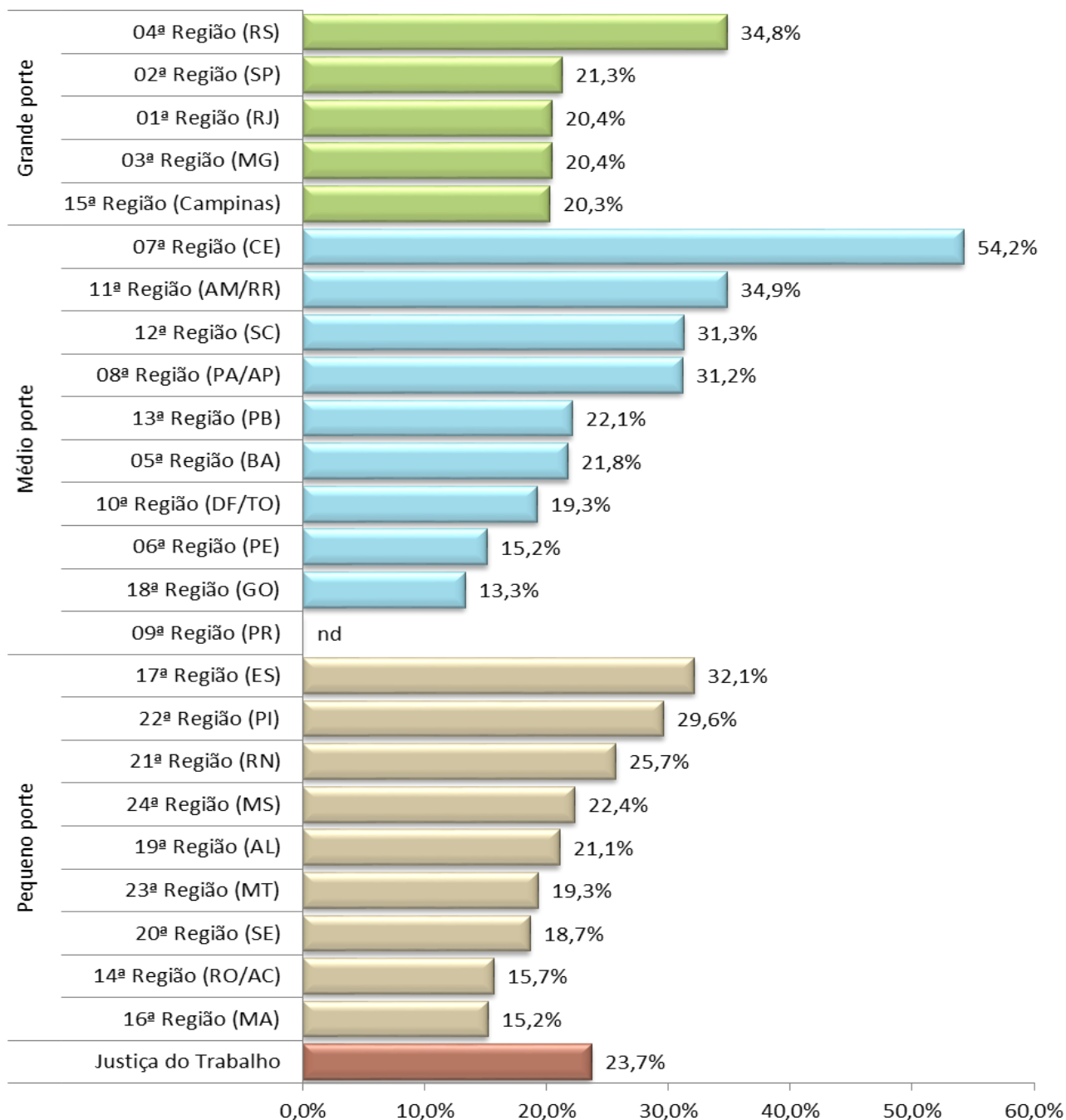
Tabela 2.14 - Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Rp2º - Recursos das Decisões de 2º Grau Providos pelo TST(ainda que parcialmente)	Rj2º - Recursos Julgados pelo TST	Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau
01ª Região (RJ)	2.840	13.893	20,4%
02ª Região (SP)	8.404	39.481	21,3%
03ª Região (MG)	4.952	24.231	20,4%
04ª Região (RS)	6.551	18.807	34,8%
05ª Região (BA)	2.709	12.423	21,8%
06ª Região (PE)	911	6.002	15,2%
07ª Região (CE)	1.833	3.379	54,2%
08ª Região (PA/AP)	1.343	4.306	31,2%
09ª Região (PR)	nd	nd	nd
10ª Região (DF/TO)	1.475	7.657	19,3%
11ª Região (AM/RR)	665	1.908	34,9%
12ª Região (SC)	2.276	7.269	31,3%
13ª Região (PB)	445	2.011	22,1%
14ª Região (RO/AC)	247	1.572	15,7%
15ª Região (Campinas)	4.379	21.608	20,3%
16ª Região (MA)	180	1.184	15,2%
17ª Região (ES)	1.655	5.150	32,1%
18ª Região (GO)	510	3.822	13,3%
19ª Região (AL)	256	1.214	21,1%
20ª Região (SE)	376	2.016	18,7%
21ª Região (RN)	909	3.534	25,7%
22ª Região (PI)	1.061	3.579	29,6%
23ª Região (MT)	306	1.585	19,3%
24ª Região (MS)	436	1.950	22,4%
Justiça do Trabalho	44.719	188.581	23,7%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.14 - Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau

Finalidade: Indicar a proporção de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 2º Grau e providos pelo TST, ainda que parcialmente, em relação ao número de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 2º Grau, no período-base (semestre).

Fórmula: $Rd2^\circ = (RpAI2^\circ + RpRR2^\circ + RpRO2^\circ) / (RjAI2^\circ + RjRR2^\circ + RjRO2^\circ)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· Rp2º - Recursos das Decisões de 2º Grau Providos pelo TST(ainda que parcialmente): Os acórdãos e decisões monocráticas julgados providos pelo TST, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).

$Rp2^\circ = (RpAI2^\circ + RpRR2^\circ + RpRO2^\circ)$

· Rj2º - Recursos Julgados pelo TST: O número total de acórdãos e de decisões monocráticas proferidos pelo TST no período-base (semestre).

$RJ2^\circ = (RjAI2^\circ + RjRR2^\circ + RjRO2^\circ)$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.1. CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau

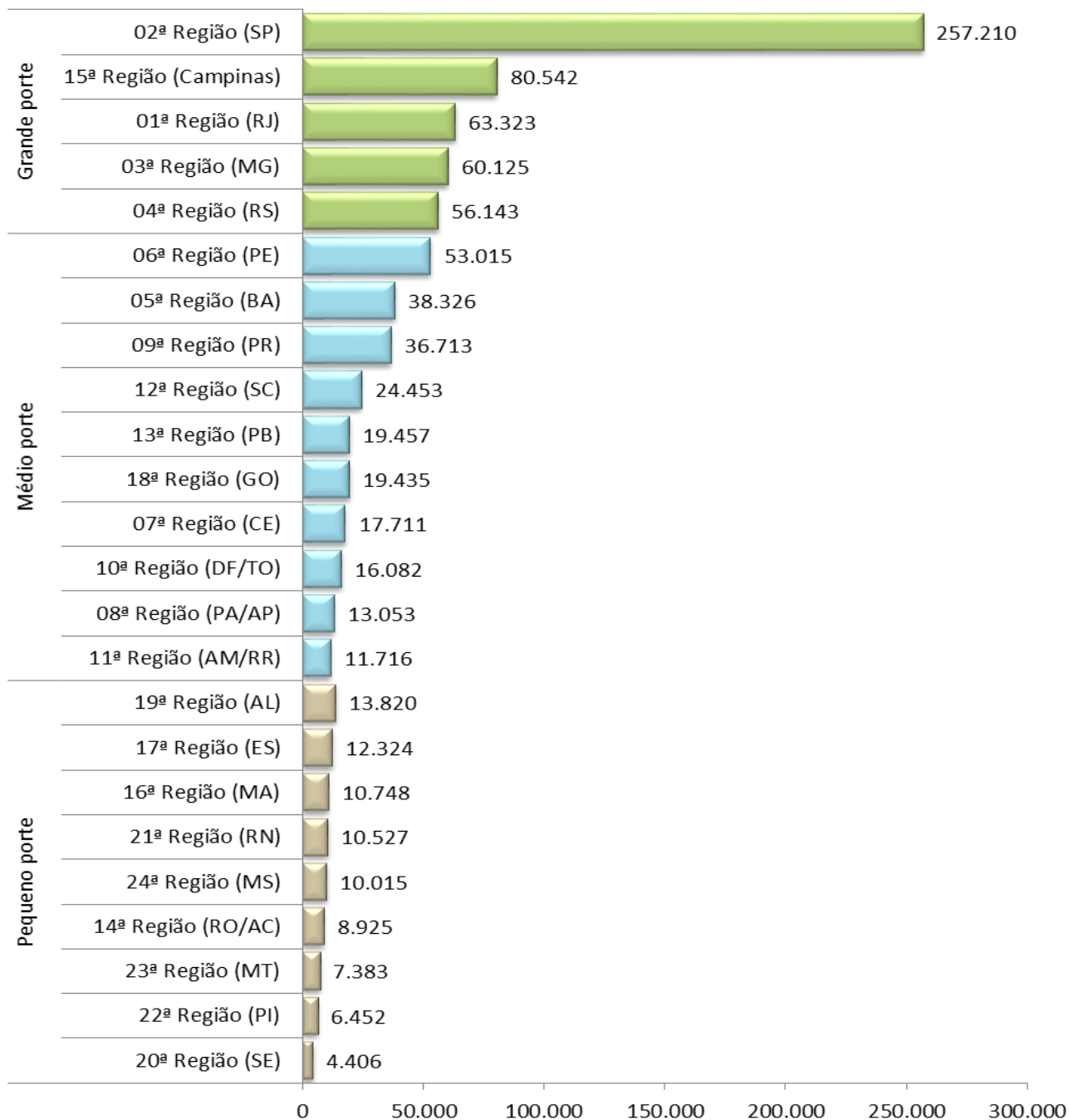
Tabela 2.15 - CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	ExeJud1º - Execuções Judiciais em 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	977	62.346	63.323
02ª Região (SP)	nd	257.210	257.210
03ª Região (MG)	993	59.132	60.125
04ª Região (RS)	526	55.617	56.143
05ª Região (BA)	348	37.978	38.326
06ª Região (PE)	539	52.476	53.015
07ª Região (CE)	322	17.389	17.711
08ª Região (PA/AP)	610	12.443	13.053
09ª Região (PR)	501	36.212	36.713
10ª Região (DF/TO)	798	15.284	16.082
11ª Região (AM/RR)	844	10.872	11.716
12ª Região (SC)	701	23.752	24.453
13ª Região (PB)	43	19.414	19.457
14ª Região (RO/AC)	93	8.832	8.925
15ª Região (Campinas)	1.239	79.303	80.542
16ª Região (MA)	339	10.409	10.748
17ª Região (ES)	130	12.194	12.324
18ª Região (GO)	316	19.119	19.435
19ª Região (AL)	116	13.704	13.820
20ª Região (SE)	50	4.356	4.406
21ª Região (RN)	83	10.444	10.527
22ª Região (PI)	181	6.271	6.452
23ª Região (MT)	378	7.005	7.383
24ª Região (MS)	218	9.797	10.015
Justiça do Trabalho	10.345	841.559	851.904

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.15 - CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais que iniciaram no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $CnEx1^\circ = CnExt1^\circ + ExeJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$
- $ExeJud1^\circ$ - Execuções Judiciais em 1º Grau: Os processos de execução de título judicial que ingressaram ou foram protocolizados no período-base (semestre), inclusive os decorrentes de certidões de crédito trabalhista. Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.2. CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

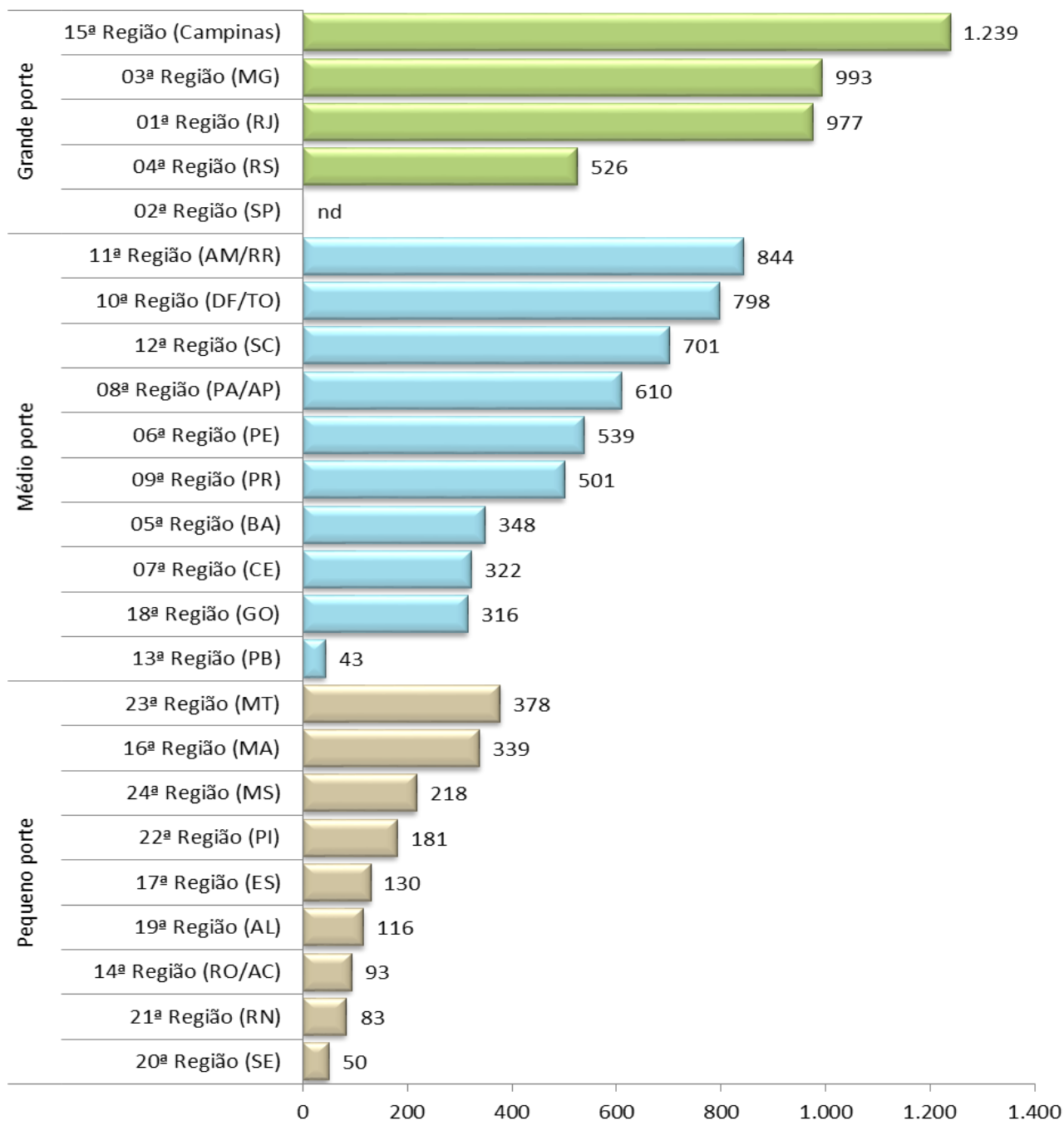
Tabela 2.16 - CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	CnExtNFisc1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau
01ª Região (RJ)	788	189	977
02ª Região (SP)	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	838	155	993
04ª Região (RS)	364	162	526
05ª Região (BA)	246	102	348
06ª Região (PE)	335	204	539
07ª Região (CE)	297	25	322
08ª Região (PA/AP)	544	66	610
09ª Região (PR)	406	95	501
10ª Região (DF/TO)	120	678	798
11ª Região (AM/RR)	773	71	844
12ª Região (SC)	216	485	701
13ª Região (PB)	13	30	43
14ª Região (RO/AC)	60	33	93
15ª Região (Campinas)	926	313	1.239
16ª Região (MA)	287	52	339
17ª Região (ES)	98	32	130
18ª Região (GO)	270	46	316
19ª Região (AL)	91	25	116
20ª Região (SE)	35	15	50
21ª Região (RN)	69	14	83
22ª Região (PI)	167	14	181
23ª Região (MT)	335	43	378
24ª Região (MS)	169	49	218
Justiça do Trabalho	7.447	2.898	10.345

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.16 - CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos de execução de títulos executivos extrajudiciais que iniciaram no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau: As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).
- CnExtNFisc1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais: As execuções de títulos executivos extrajudiciais (exceto execuções fiscais) que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.3. CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

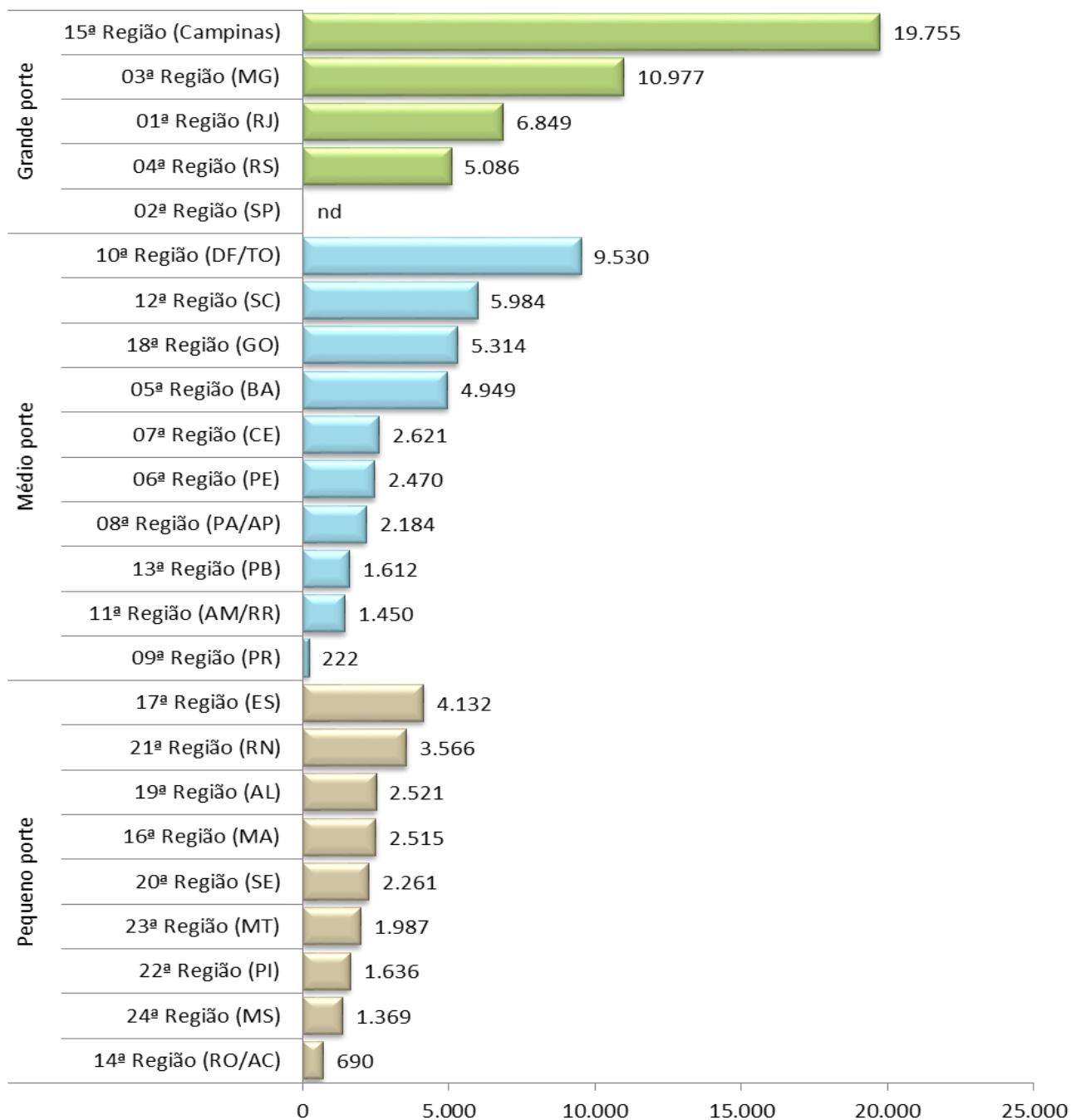
Tabela 2.17 - CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	CpExtNFisc1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau
01ª Região (RJ)	4.990	1.859	6.849
02ª Região (SP)	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	10.493	484	10.977
04ª Região (RS)	4.368	718	5.086
05ª Região (BA)	4.689	260	4.949
06ª Região (PE)	1.331	1.139	2.470
07ª Região (CE)	2.504	117	2.621
08ª Região (PA/AP)	1.112	1.072	2.184
09ª Região (PR)	153	69	222
10ª Região (DF/TO)	8.370	1.160	9.530
11ª Região (AM/RR)	1.450	0	1.450
12ª Região (SC)	5.475	509	5.984
13ª Região (PB)	1.539	73	1.612
14ª Região (RO/AC)	655	35	690
15ª Região (Campinas)	15.987	3.768	19.755
16ª Região (MA)	2.383	132	2.515
17ª Região (ES)	3.963	169	4.132
18ª Região (GO)	5.057	257	5.314
19ª Região (AL)	2.442	79	2.521
20ª Região (SE)	2.236	25	2.261
21ª Região (RN)	2.975	591	3.566
22ª Região (PI)	1.556	80	1.636
23ª Região (MT)	1.727	260	1.987
24ª Região (MS)	1.201	168	1.369
Justiça do Trabalho	86.656	13.024	99.680

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.17 - CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes de execução de títulos executivos extrajudiciais no 1º Grau da Justiça do Trabalho no início do período-base (semestre).

Fórmula: $CpExt1^\circ = CpExtFisc1^\circ + CpExtNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau: Saldo residual de processos de execução fiscal (inclusive os recebidos da Justiça Comum) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)
- CpExtNFisc1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais: Saldo residual de processos de execução de títulos executivos extrajudiciais, exceto execuções fiscais, (inclusive os recebidos da Justiça Comum) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.4. CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau

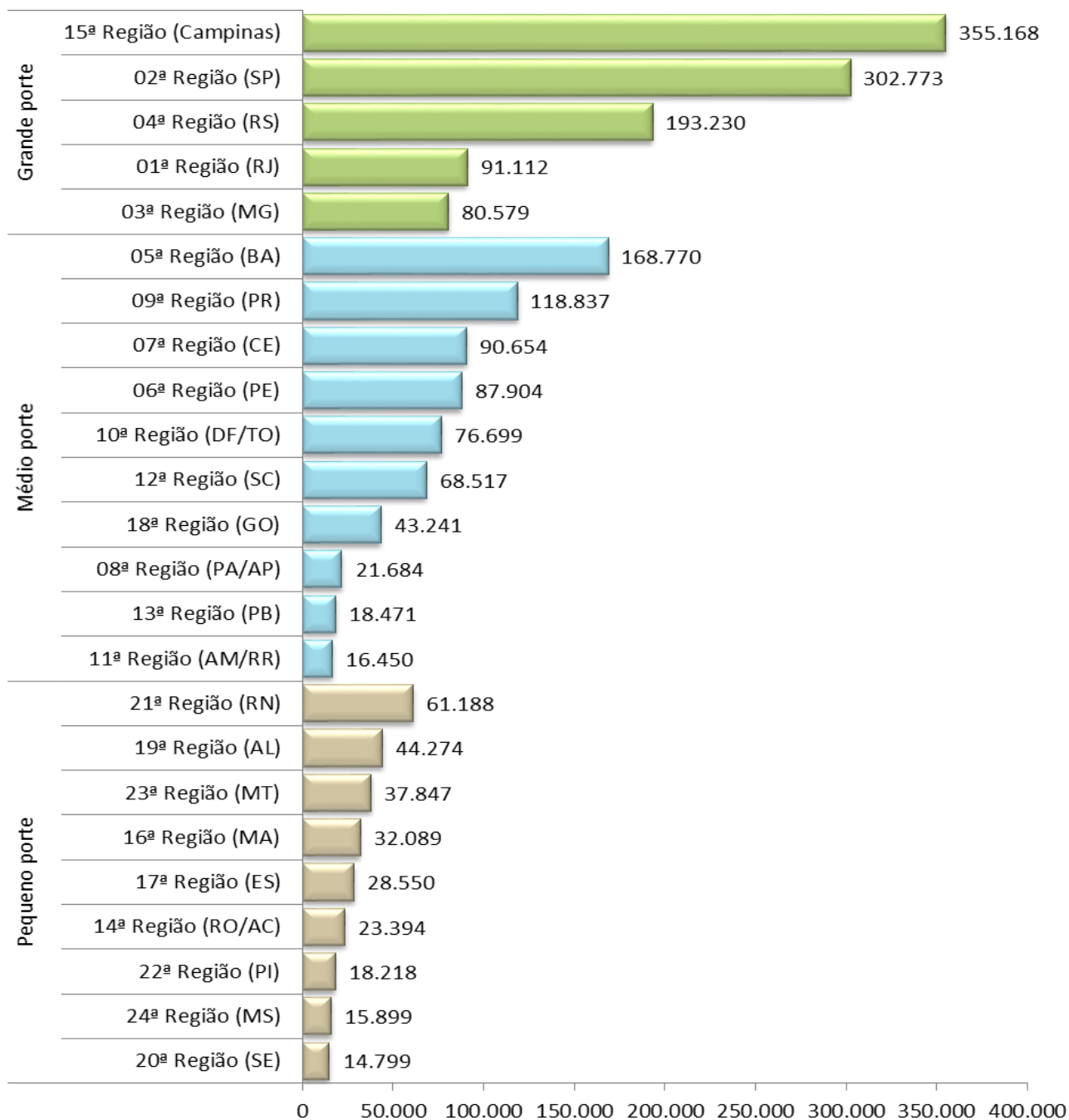
Tabela 2.18 - CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	ExeJudP1º - Execuções Judiciais pendentes em 1º Grau	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	6.849	84.263	91.112
02ª Região (SP)	nd	302.773	302.773
03ª Região (MG)	10.977	69.602	80.579
04ª Região (RS)	5.086	188.144	193.230
05ª Região (BA)	4.949	163.821	168.770
06ª Região (PE)	2.470	85.434	87.904
07ª Região (CE)	2.621	88.033	90.654
08ª Região (PA/AP)	2.184	19.500	21.684
09ª Região (PR)	222	118.615	118.837
10ª Região (DF/TO)	9.530	67.169	76.699
11ª Região (AM/RR)	1.450	15.000	16.450
12ª Região (SC)	5.984	62.533	68.517
13ª Região (PB)	1.612	16.859	18.471
14ª Região (RO/AC)	690	22.704	23.394
15ª Região (Campinas)	19.755	335.413	355.168
16ª Região (MA)	2.515	29.574	32.089
17ª Região (ES)	4.132	24.418	28.550
18ª Região (GO)	5.314	37.927	43.241
19ª Região (AL)	2.521	41.753	44.274
20ª Região (SE)	2.261	12.538	14.799
21ª Região (RN)	3.566	57.622	61.188
22ª Região (PI)	1.636	16.582	18.218
23ª Região (MT)	1.987	35.860	37.847
24ª Região (MS)	1.369	14.530	15.899
Justiça do Trabalho	99.680	1.910.667	2.010.347

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.18 - CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes de execução de títulos judiciais e extrajudiciais no 1º Grau da Justiça do Trabalho no início do período-base (semestre).

Fórmula: $CpEx1^\circ = CpExt1^\circ + ExeJudP1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CpExt1^\circ = CpExtFisc1^\circ + CpExtNFisc1^\circ$
- ExeJudP1º - Execuções Judiciais pendentes em 1º Grau: Saldo residual de processos de execução de título judicial que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), inclusive os decorrentes de certidões de crédito trabalhista, e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.5. TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

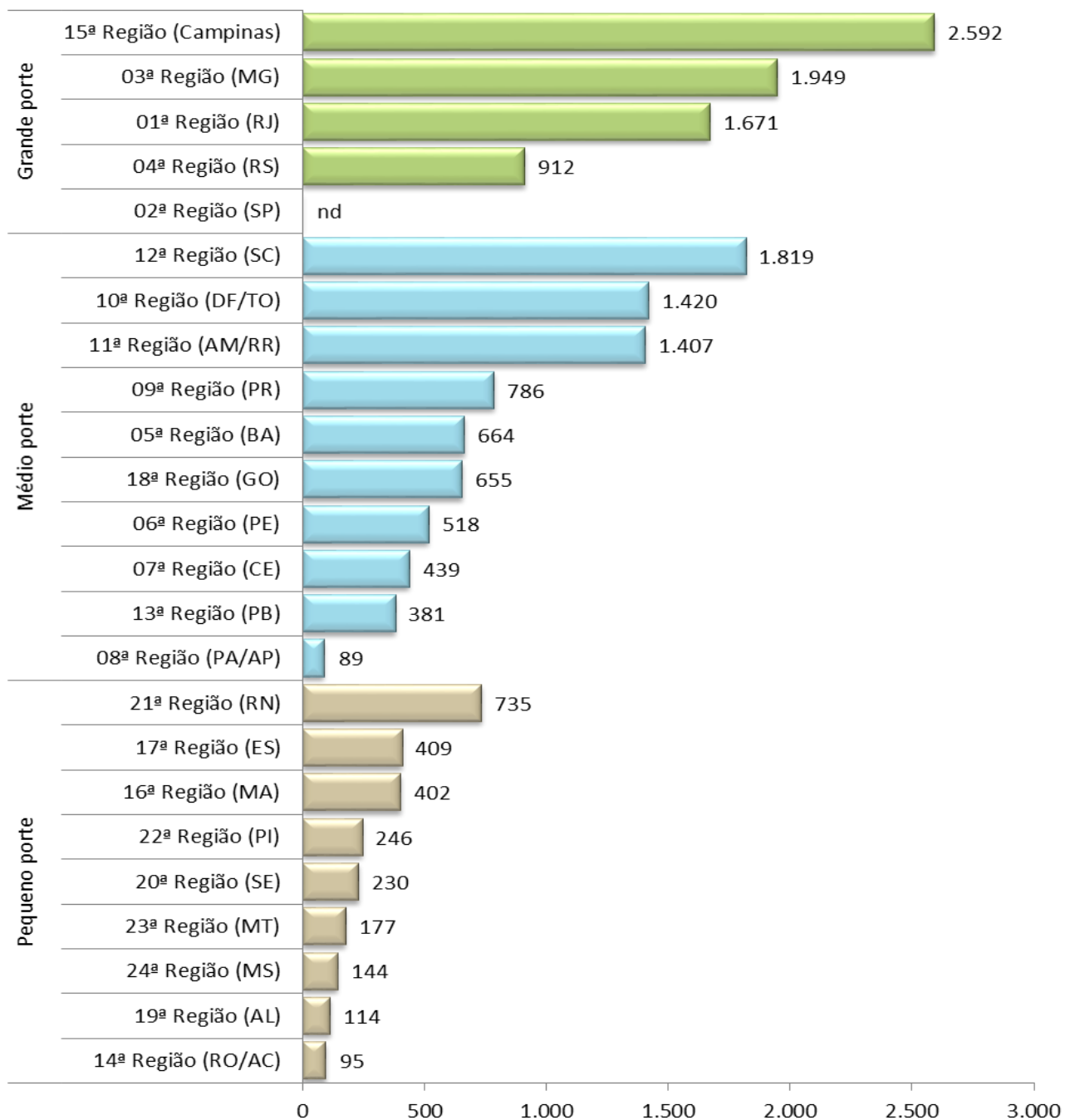
Tabela 2.19 - TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBAixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	TBAixExtNFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais	TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau
01ª Região (RJ)	1.139	532	1.671
02ª Região (SP)	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	1.763	186	1.949
04ª Região (RS)	726	186	912
05ª Região (BA)	620	44	664
06ª Região (PE)	360	158	518
07ª Região (CE)	423	16	439
08ª Região (PA/AP)	86	3	89
09ª Região (PR)	395	391	786
10ª Região (DF/TO)	1.247	173	1.420
11ª Região (AM/RR)	1.336	71	1.407
12ª Região (SC)	943	876	1.819
13ª Região (PB)	294	87	381
14ª Região (RO/AC)	83	12	95
15ª Região (Campinas)	1.893	699	2.592
16ª Região (MA)	388	14	402
17ª Região (ES)	362	47	409
18ª Região (GO)	558	97	655
19ª Região (AL)	101	13	114
20ª Região (SE)	222	8	230
21ª Região (RN)	662	73	735
22ª Região (PI)	240	6	246
23ª Região (MT)	145	32	177
24ª Região (MS)	109	35	144
Justiça do Trabalho	14.095	3.759	17.854

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.19 - TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TBaixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que foram baixados no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $TBaixExt1^\circ = TBaixExtFisc1^\circ + TBaixExtNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TBaixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau: Os processos de execuções fiscais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.
- TBaixExtNFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais: Os processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Excluem-se as execuções fiscais. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnEx1ºNFisc - Casos novos de execução de título extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.6. TBAixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau

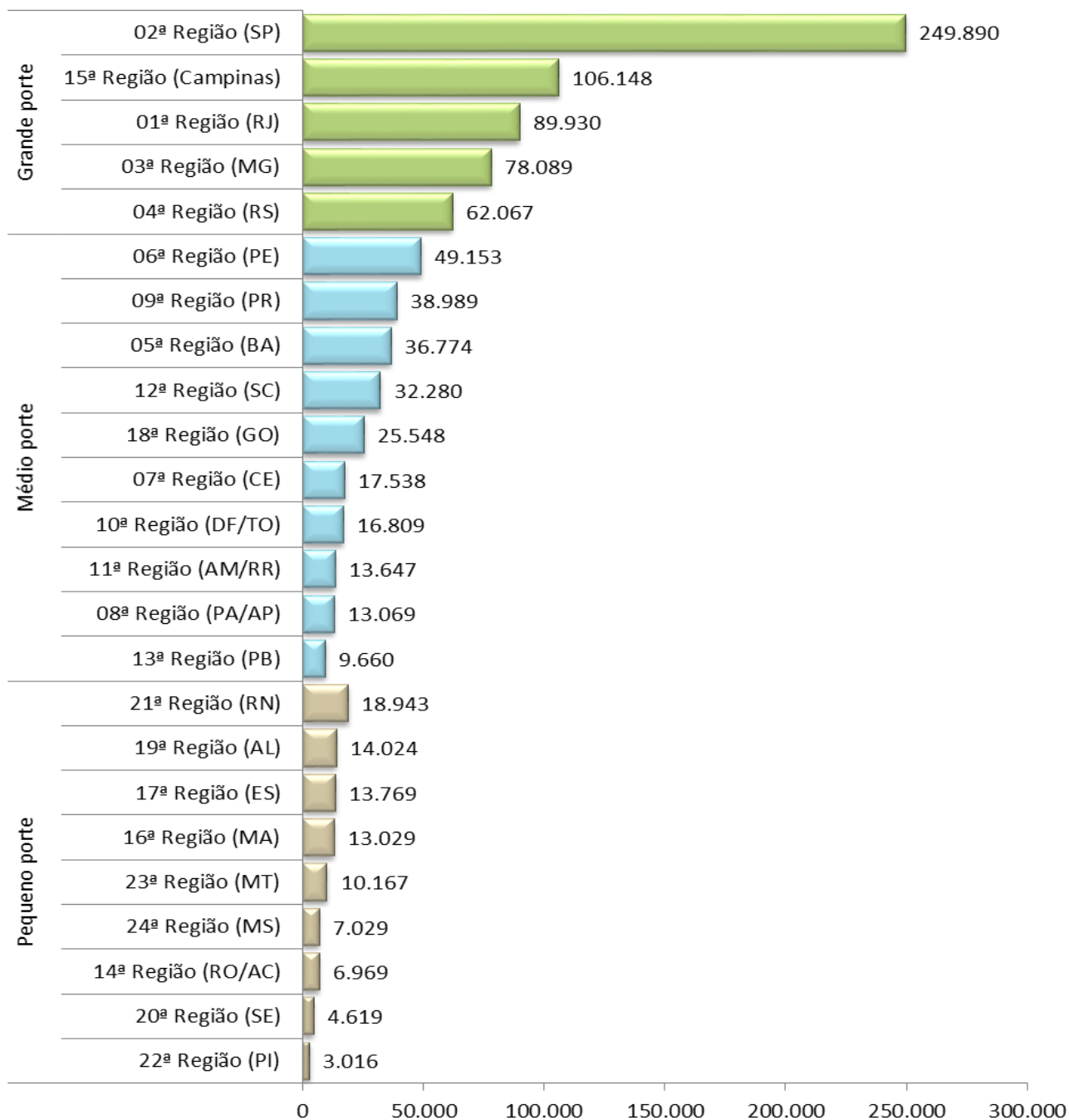
Tabela 2.20 - TBAixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	TBAixJud1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau	TBAixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	1.671	88.259	89.930
02ª Região (SP)	nd	249.890	249.890
03ª Região (MG)	1.949	76.140	78.089
04ª Região (RS)	912	61.155	62.067
05ª Região (BA)	664	36.110	36.774
06ª Região (PE)	518	48.635	49.153
07ª Região (CE)	439	17.099	17.538
08ª Região (PA/AP)	89	12.980	13.069
09ª Região (PR)	786	38.203	38.989
10ª Região (DF/TO)	1.420	15.389	16.809
11ª Região (AM/RR)	1.407	12.240	13.647
12ª Região (SC)	1.819	30.461	32.280
13ª Região (PB)	381	9.279	9.660
14ª Região (RO/AC)	95	6.874	6.969
15ª Região (Campinas)	2.592	103.556	106.148
16ª Região (MA)	402	12.627	13.029
17ª Região (ES)	409	13.360	13.769
18ª Região (GO)	655	24.893	25.548
19ª Região (AL)	114	13.910	14.024
20ª Região (SE)	230	4.389	4.619
21ª Região (RN)	735	18.208	18.943
22ª Região (PI)	246	2.770	3.016
23ª Região (MT)	177	9.990	10.167
24ª Região (MS)	144	6.885	7.029
Justiça do Trabalho	17.854	913.302	931.156

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.20 - TBAixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais que foram baixados no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $TBaixEx1^\circ = TBaixExt1^\circ + TBaixJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· $TBaixExt1^\circ = TBaixExtFisc1^\circ + TBaixExtNFisc1^\circ$

· **TBaixJud1º** - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau: Os processos de execução judicial que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJud1º - Execuções Judiciais no 1º Grau.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.7. SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

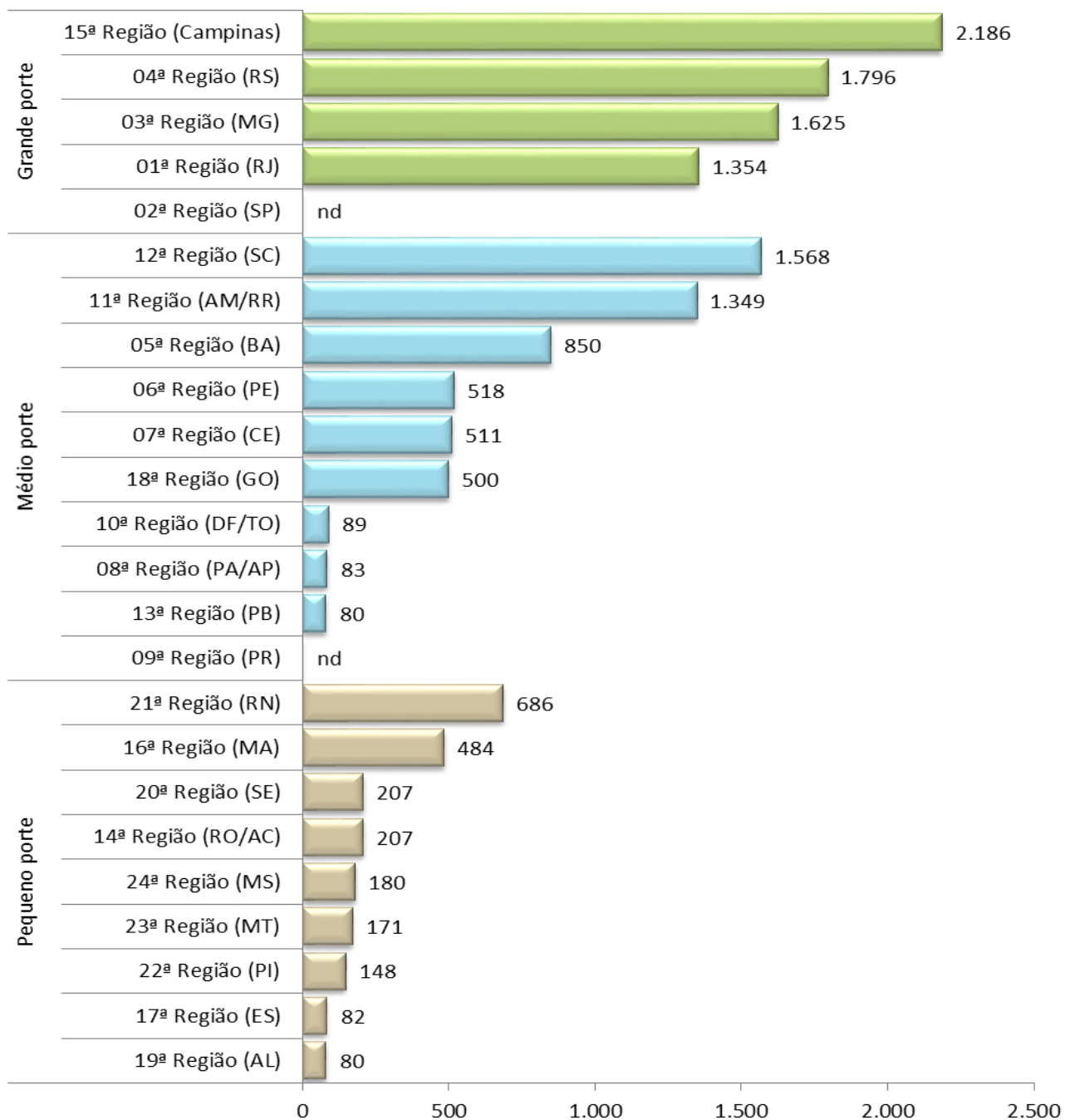
Tabela 2.21 - SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	SentExtFisc1º - Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	SentExtNFisc1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal	SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau
01ª Região (RJ)	965	389	1.354
02ª Região (SP)	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	1.411	214	1.625
04ª Região (RS)	1.600	196	1.796
05ª Região (BA)	792	58	850
06ª Região (PE)	360	158	518
07ª Região (CE)	498	13	511
08ª Região (PA/AP)	60	23	83
09ª Região (PR)	nd	nd	nd
10ª Região (DF/TO)	8	81	89
11ª Região (AM/RR)	1.349	0	1.349
12ª Região (SC)	714	854	1.568
13ª Região (PB)	48	32	80
14ª Região (RO/AC)	181	26	207
15ª Região (Campinas)	1.571	615	2.186
16ª Região (MA)	458	26	484
17ª Região (ES)	75	7	82
18ª Região (GO)	440	60	500
19ª Região (AL)	79	1	80
20ª Região (SE)	203	4	207
21ª Região (RN)	608	78	686
22ª Região (PI)	136	12	148
23ª Região (MT)	132	39	171
24ª Região (MS)	126	54	180
Justiça do Trabalho	11.814	2.940	14.754

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.21 - SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de sentenças em execução de títulos executivos extrajudiciais que foram proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{SentExt1º} = \text{SentExtFisc1º} + \text{SentExtNFisc1º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SentExtFisc1º - Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau: Todas as sentenças em execução fiscal proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas.
- SentExtNFisc1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal: Todas as sentenças em títulos executivos extrajudiciais proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Excluem-se as sentenças proferidas em execuções fiscais. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnExNFisc1º - Casos novos de execução de título extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais:

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.8. SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau

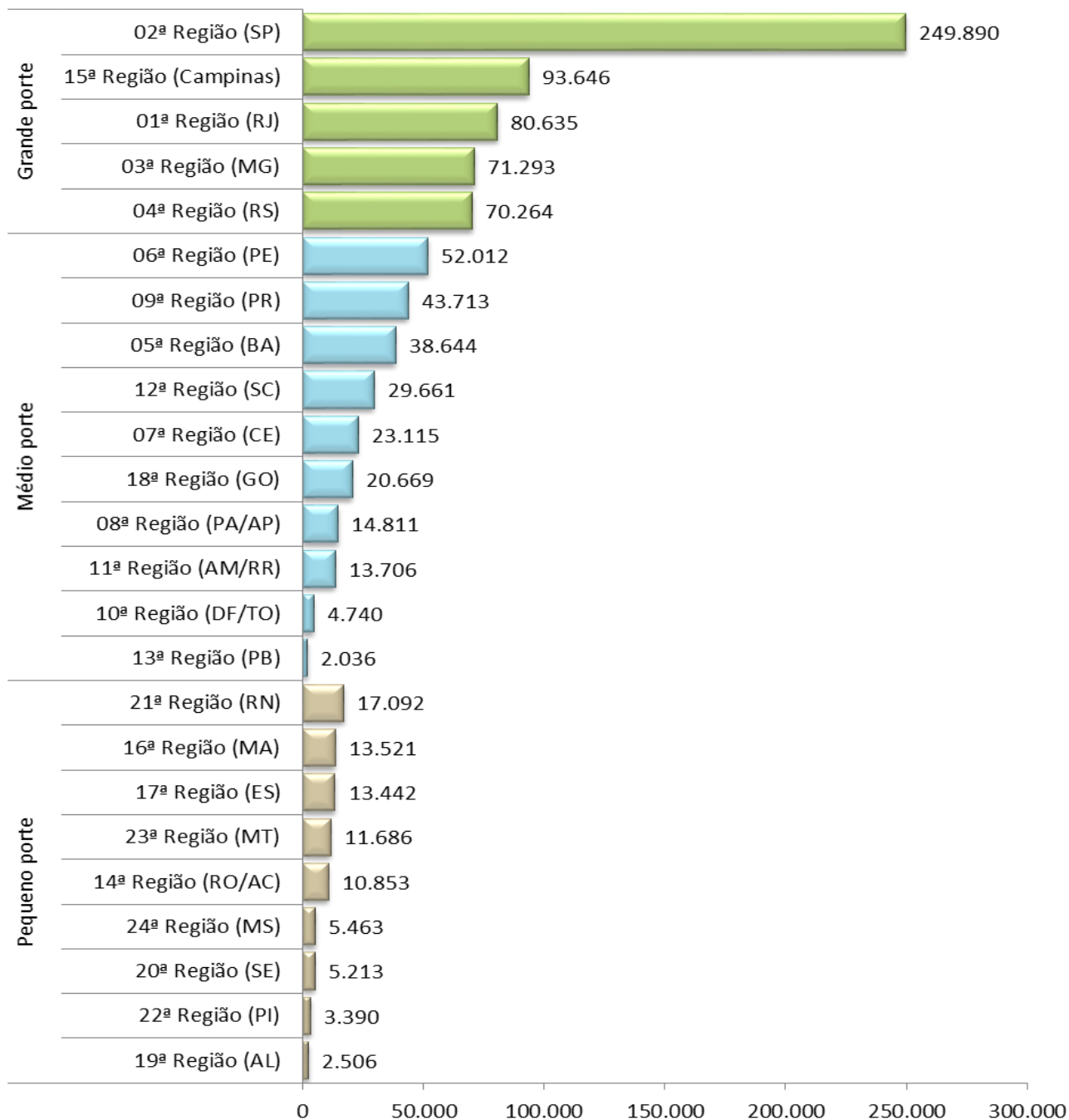
Tabela 2.22 - SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	SentJud1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º grau	SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	1.354	79.281	80.635
02ª Região (SP)	nd	249.890	249.890
03ª Região (MG)	1.625	69.668	71.293
04ª Região (RS)	1.796	68.468	70.264
05ª Região (BA)	850	37.794	38.644
06ª Região (PE)	518	51.494	52.012
07ª Região (CE)	511	22.604	23.115
08ª Região (PA/AP)	83	14.728	14.811
09ª Região (PR)	nd	43.713	43.713
10ª Região (DF/TO)	89	4.651	4.740
11ª Região (AM/RR)	1.349	12.357	13.706
12ª Região (SC)	1.568	28.093	29.661
13ª Região (PB)	80	1.956	2.036
14ª Região (RO/AC)	207	10.646	10.853
15ª Região (Campinas)	2.186	91.460	93.646
16ª Região (MA)	484	13.037	13.521
17ª Região (ES)	82	13.360	13.442
18ª Região (GO)	500	20.169	20.669
19ª Região (AL)	80	2.426	2.506
20ª Região (SE)	207	5.006	5.213
21ª Região (RN)	686	16.406	17.092
22ª Região (PI)	148	3.242	3.390
23ª Região (MT)	171	11.515	11.686
24ª Região (MS)	180	5.283	5.463
Justiça do Trabalho	14.754	877.247	892.001

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.22 - SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de sentenças em execução de títulos judiciais e extrajudiciais no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{SentEx1º} = \text{SentExt1º} + \text{SentJud1º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{SentExt1º} = \text{SentExtFisc1º} + \text{SentExtNFisc1º}$
- **SentJud1º** - Sentenças em Execução Judicial no 1º grau: Todas as sentenças em execução judicial proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável ExeJud1º - Execuções judiciais no 1º Grau.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.9. IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau

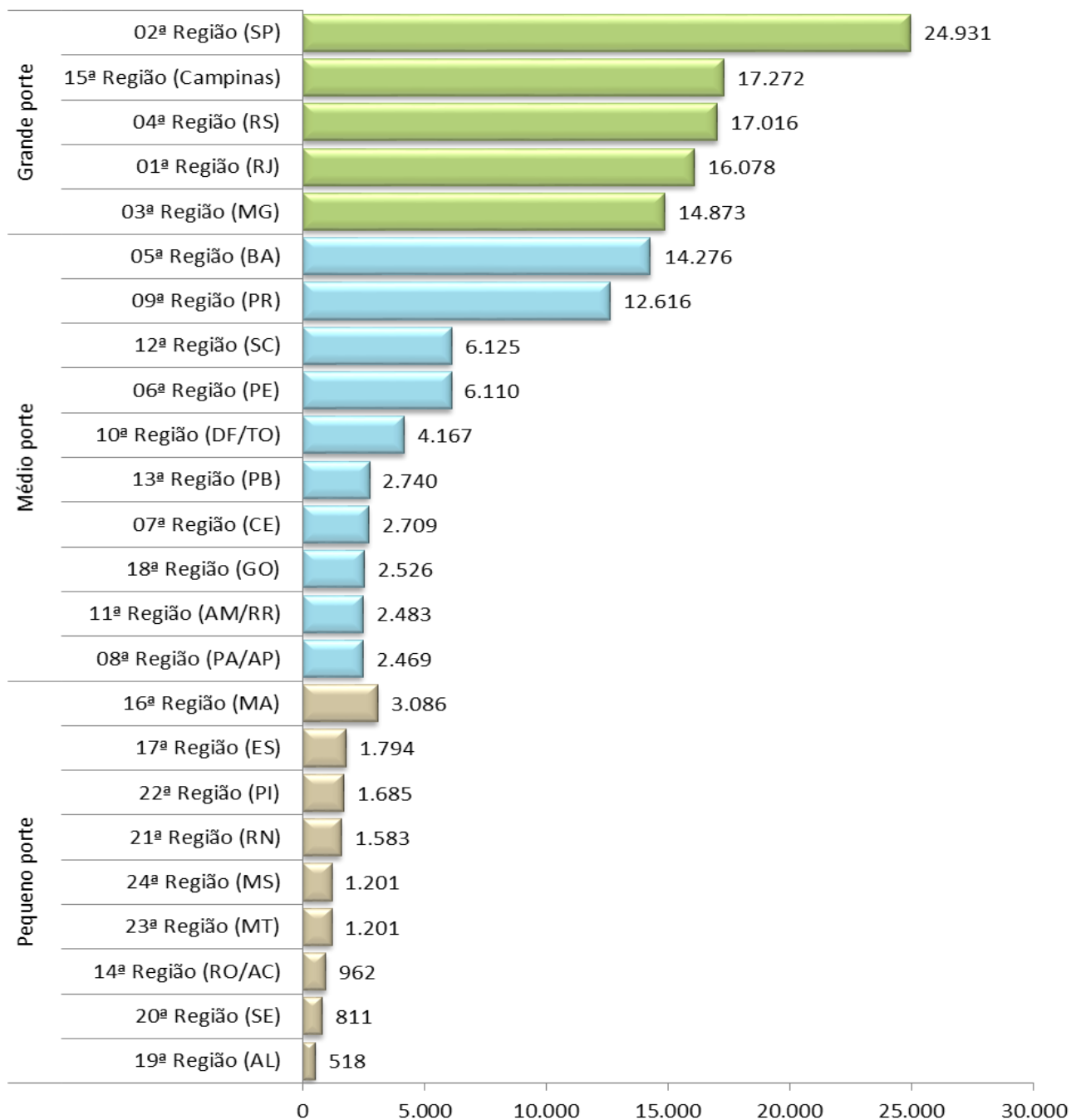
Tabela 2.23 - IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	IncExFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal no 1º Grau	IncExNFisc1º - Incidentes de Execução no 1º Grau, exceto em execuções fiscais	IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	4	16.074	16.078
02ª Região (SP)	nd	24.931	24.931
03ª Região (MG)	13	14.860	14.873
04ª Região (RS)	3	17.013	17.016
05ª Região (BA)	5	14.271	14.276
06ª Região (PE)	4	6.106	6.110
07ª Região (CE)	0	2.709	2.709
08ª Região (PA/AP)	28	2.441	2.469
09ª Região (PR)	nd	12.616	12.616
10ª Região (DF/TO)	8	4.159	4.167
11ª Região (AM/RR)	141	2.342	2.483
12ª Região (SC)	67	6.058	6.125
13ª Região (PB)	55	2.685	2.740
14ª Região (RO/AC)	0	962	962
15ª Região (Campinas)	9	17.263	17.272
16ª Região (MA)	1	3.085	3.086
17ª Região (ES)	64	1.730	1.794
18ª Região (GO)	6	2.520	2.526
19ª Região (AL)	0	518	518
20ª Região (SE)	0	811	811
21ª Região (RN)	9	1.574	1.583
22ª Região (PI)	4	1.681	1.685
23ª Região (MT)	2	1.199	1.201
24ª Região (MS)	1	1.200	1.201
Justiça do Trabalho	424	158.808	159.232

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.23 - IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de incidentes de execução no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{IncEx1º} = \text{IncExFisc1º} + \text{IncExNFisc1º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- IncExFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal no 1º Grau: Os embargos à adjudicação e os embargos à arrematação, ambos em relação às execuções fiscais, opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre).
- IncExNFisc1º - Incidentes de Execução no 1º Grau, exceto em execuções fiscais: Os embargos à execução de títulos judiciais, as impugnações ao cumprimento de sentença, os embargos à adjudicação e os embargos à arrematação opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os incidentes em execuções fiscais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.10. IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau

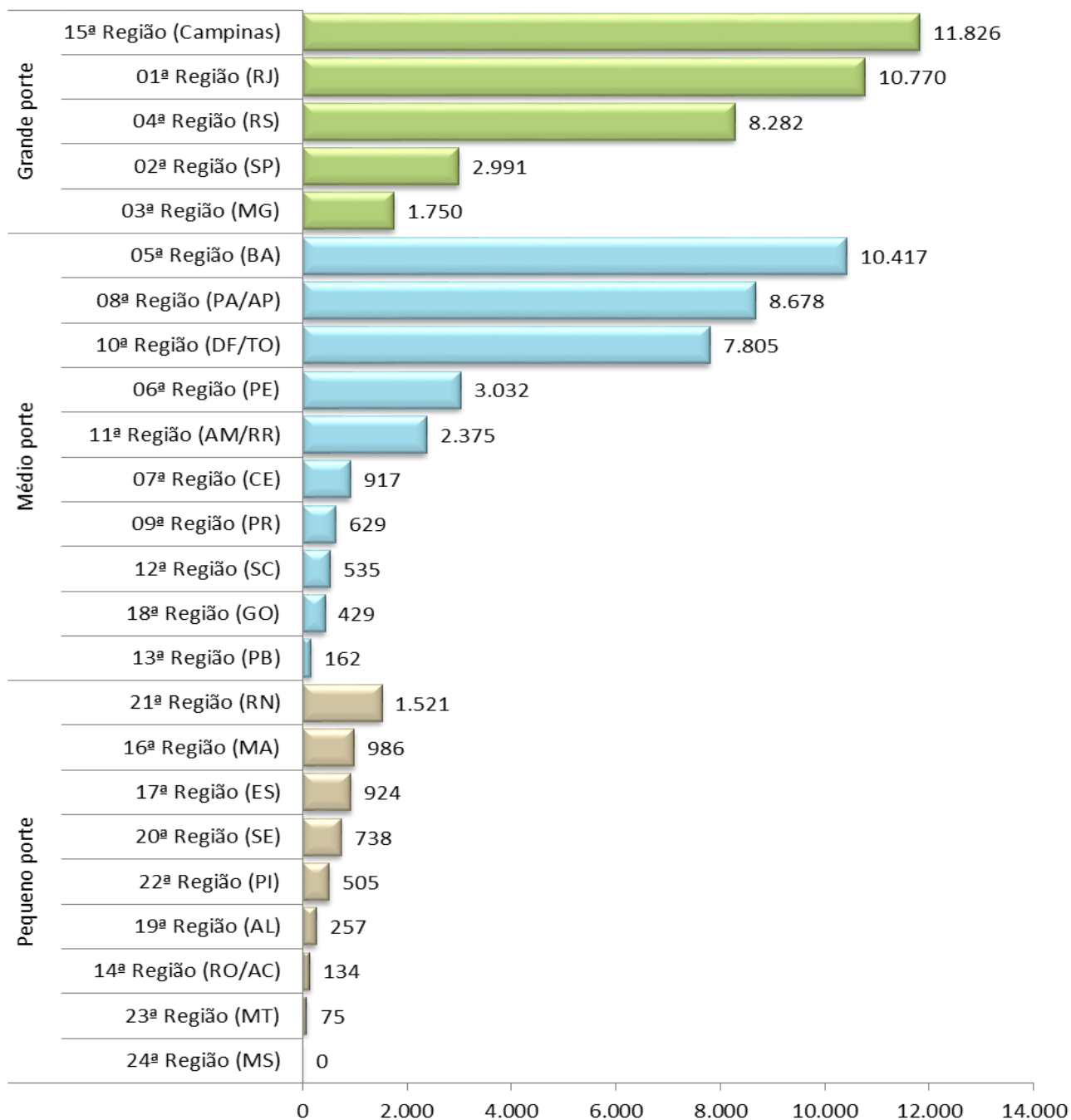
Tabela 2.24 - IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	IncExPFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau	IncExPNFisc1º - Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais	IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau
01ª Região (RJ)	2	10.768	10.770
02ª Região (SP)	nd	2.991	2.991
03ª Região (MG)	2	1.748	1.750
04ª Região (RS)	3	8.279	8.282
05ª Região (BA)	0	10.417	10.417
06ª Região (PE)	0	3.032	3.032
07ª Região (CE)	1	916	917
08ª Região (PA/AP)	97	8.581	8.678
09ª Região (PR)	nd	629	629
10ª Região (DF/TO)	70	7.735	7.805
11ª Região (AM/RR)	1.450	925	2.375
12ª Região (SC)	42	493	535
13ª Região (PB)	0	162	162
14ª Região (RO/AC)	0	134	134
15ª Região (Campinas)	9	11.817	11.826
16ª Região (MA)	0	986	986
17ª Região (ES)	229	695	924
18ª Região (GO)	14	415	429
19ª Região (AL)	0	257	257
20ª Região (SE)	0	738	738
21ª Região (RN)	6	1.515	1.521
22ª Região (PI)	10	495	505
23ª Região (MT)	4	71	75
24ª Região (MS)	0	0	0
Justiça do Trabalho	1.939	73.799	75.738

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.24 - IncExp1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de incidentes de execução pendentes no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{IncExP1}^\circ = \text{IncExPFisc1}^\circ + \text{IncExPNFisc1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- IncExPFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau: Saldo residual dos embargos à adjudicação e dos embargos à arrematação, ambos em relação às execuções fiscais, opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre).
- IncExPNFisc1º - Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais: Saldo residual dos embargos à execução de títulos judiciais, das impugnações ao cumprimento de sentença, dos embargos à adjudicação e dos embargos à arrematação opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os incidentes em execuções fiscais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.11. ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau

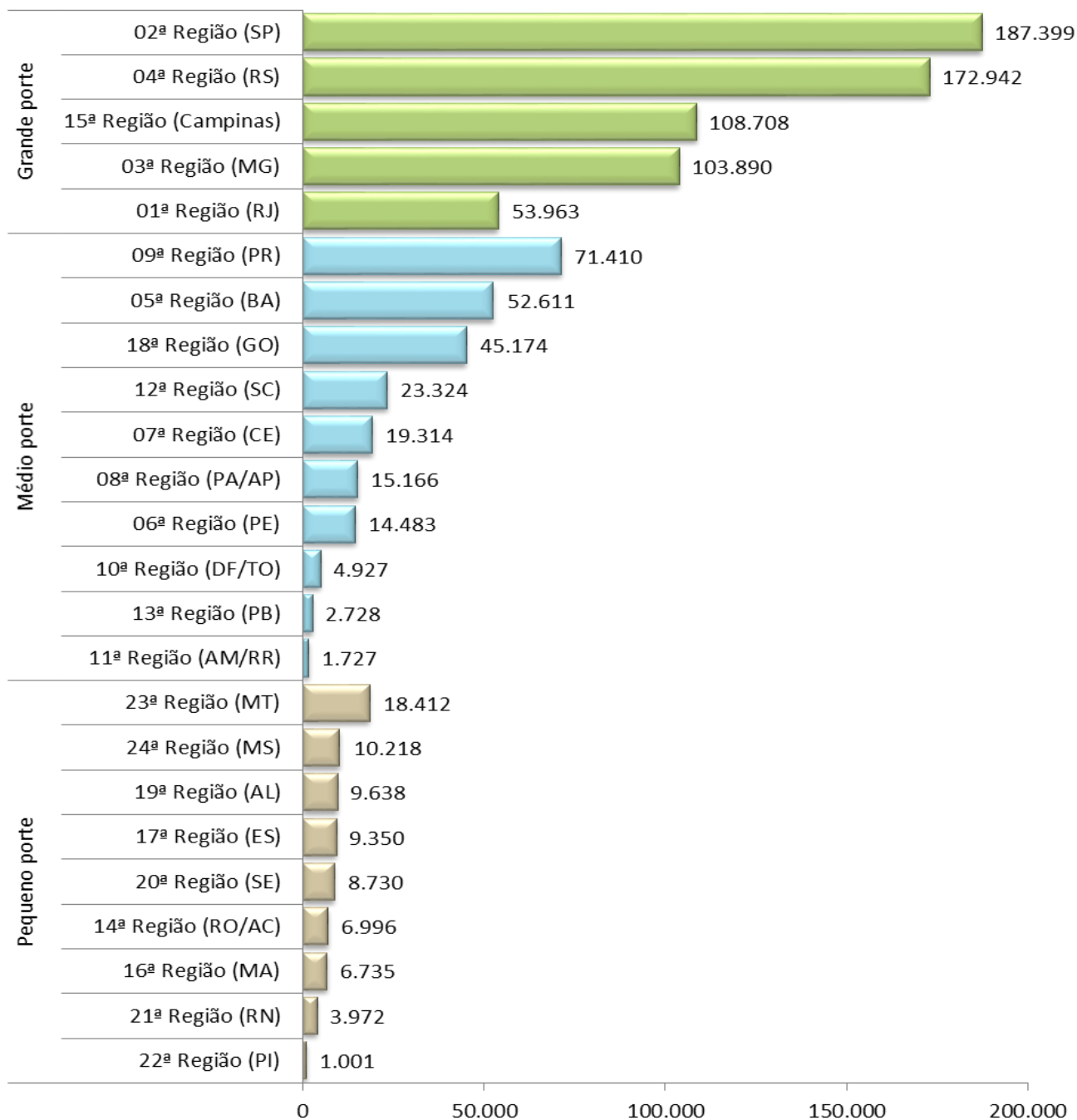
Tabela 2.25 - ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais	ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau
01ª Região (RJ)	1.696	52.267	53.963
02ª Região (SP)	nd	187.399	187.399
03ª Região (MG)	4.526	99.364	103.890
04ª Região (RS)	1.999	170.943	172.942
05ª Região (BA)	2.170	50.441	52.611
06ª Região (PE)	182	14.301	14.483
07ª Região (CE)	828	18.486	19.314
08ª Região (PA/AP)	150	15.016	15.166
09ª Região (PR)	294	71.116	71.410
10ª Região (DF/TO)	135	4.792	4.927
11ª Região (AM/RR)	0	1.727	1.727
12ª Região (SC)	2.861	20.463	23.324
13ª Região (PB)	295	2.433	2.728
14ª Região (RO/AC)	394	6.602	6.996
15ª Região (Campinas)	3.969	104.739	108.708
16ª Região (MA)	543	6.192	6.735
17ª Região (ES)	3.344	6.006	9.350
18ª Região (GO)	5.991	39.183	45.174
19ª Região (AL)	1.456	8.182	9.638
20ª Região (SE)	1.957	6.773	8.730
21ª Região (RN)	290	3.682	3.972
22ª Região (PI)	93	908	1.001
23ª Região (MT)	880	17.532	18.412
24ª Região (MS)	1.281	8.937	10.218
Justiça do Trabalho	35.334	917.484	952.818

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.25 - ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em arquivo provisório no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ExeSuS1º} = \text{ExeSuSFisc1º} + \text{ExeSuSNFisc1º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório: Os processos de execução fiscal ingressados na Justiça do Trabalho de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base.
- ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais: Os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais ingressados na Justiça do Trabalho de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base (semestre). Excluem-se as execuções fiscais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.12. Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

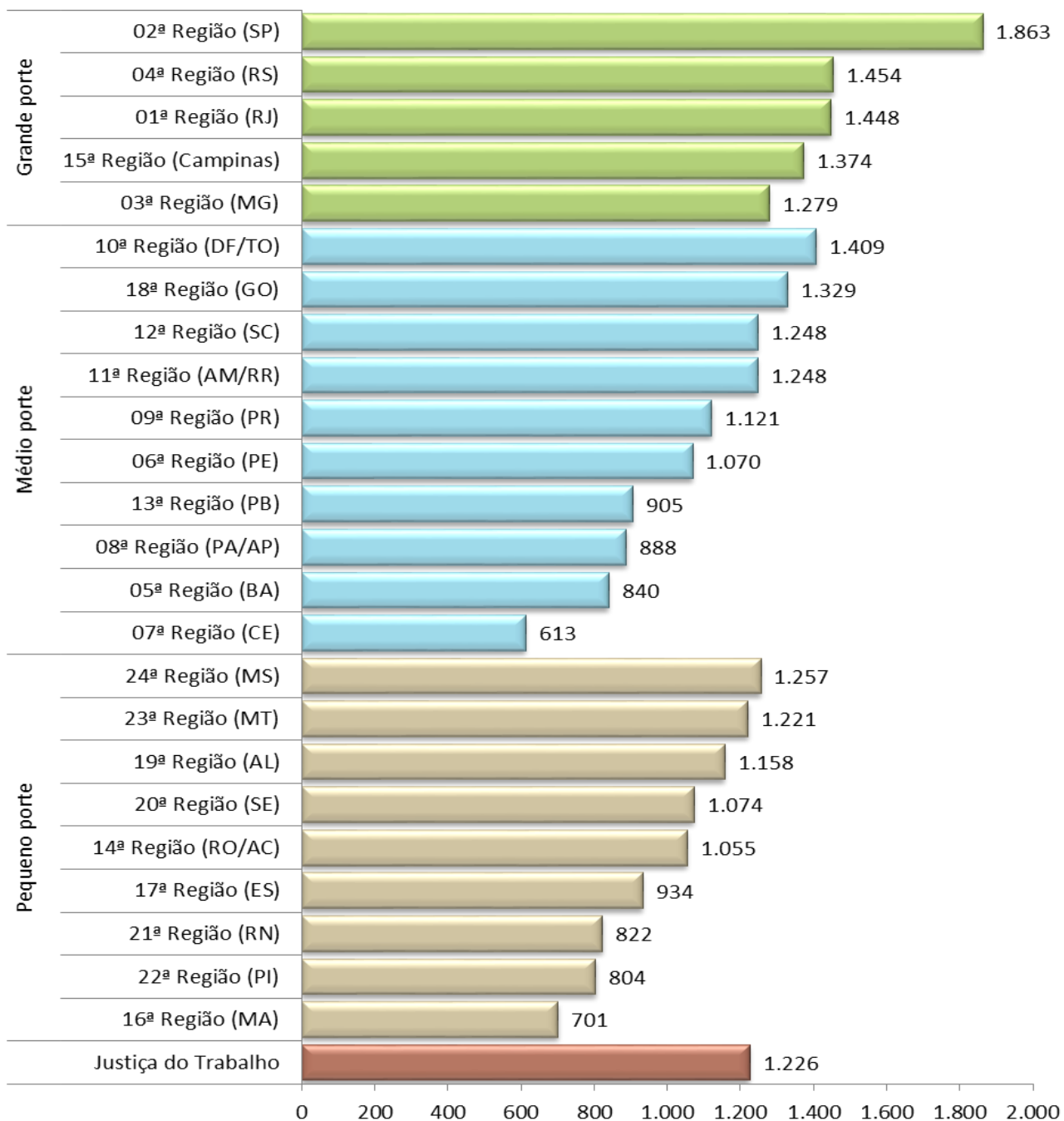
Tabela 2.26 - Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau
01ª Região (RJ)	236.002	977	164	1.448
02ª Região (SP)	413.930	nd	222	1.863
03ª Região (MG)	262.357	993	206	1.279
04ª Região (RS)	161.816	526	112	1.454
05ª Região (BA)	126.084	348	150	840
06ª Região (PE)	97.951	539	92	1.070
07ª Região (CE)	53.454	322	88	613
08ª Região (PA/AP)	76.934	610	87	888
09ª Região (PR)	122.823	501	110	1.121
10ª Região (DF/TO)	59.319	798	43	1.409
11ª Região (AM/RR)	52.768	844	43	1.248
12ª Região (SC)	82.115	701	66	1.248
13ª Região (PB)	35.372	43	39	905
14ª Região (RO/AC)	26.319	93	25	1.055
15ª Região (Campinas)	293.501	1.239	214	1.374
16ª Região (MA)	47.307	339	68	701
17ª Região (ES)	35.722	130	38	934
18ª Região (GO)	85.165	316	64	1.329
19ª Região (AL)	38.094	116	33	1.158
20ª Região (SE)	23.527	50	22	1.074
21ª Região (RN)	27.652	83	34	822
22ª Região (PI)	25.432	181	32	804
23ª Região (MT)	38.482	378	32	1.221
24ª Região (MS)	32.292	218	26	1.257
Justiça do Trabalho	2.454.418	10.345	2.011	1.226

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.26 - Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos na fase de conhecimento e de execução, que ingressaram no 1º Grau da Justiça do Trabalho para cada 100.000 habitantes da Região no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch1^\circ = (CnC1^\circ + CnExt1^\circ) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.13. Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau

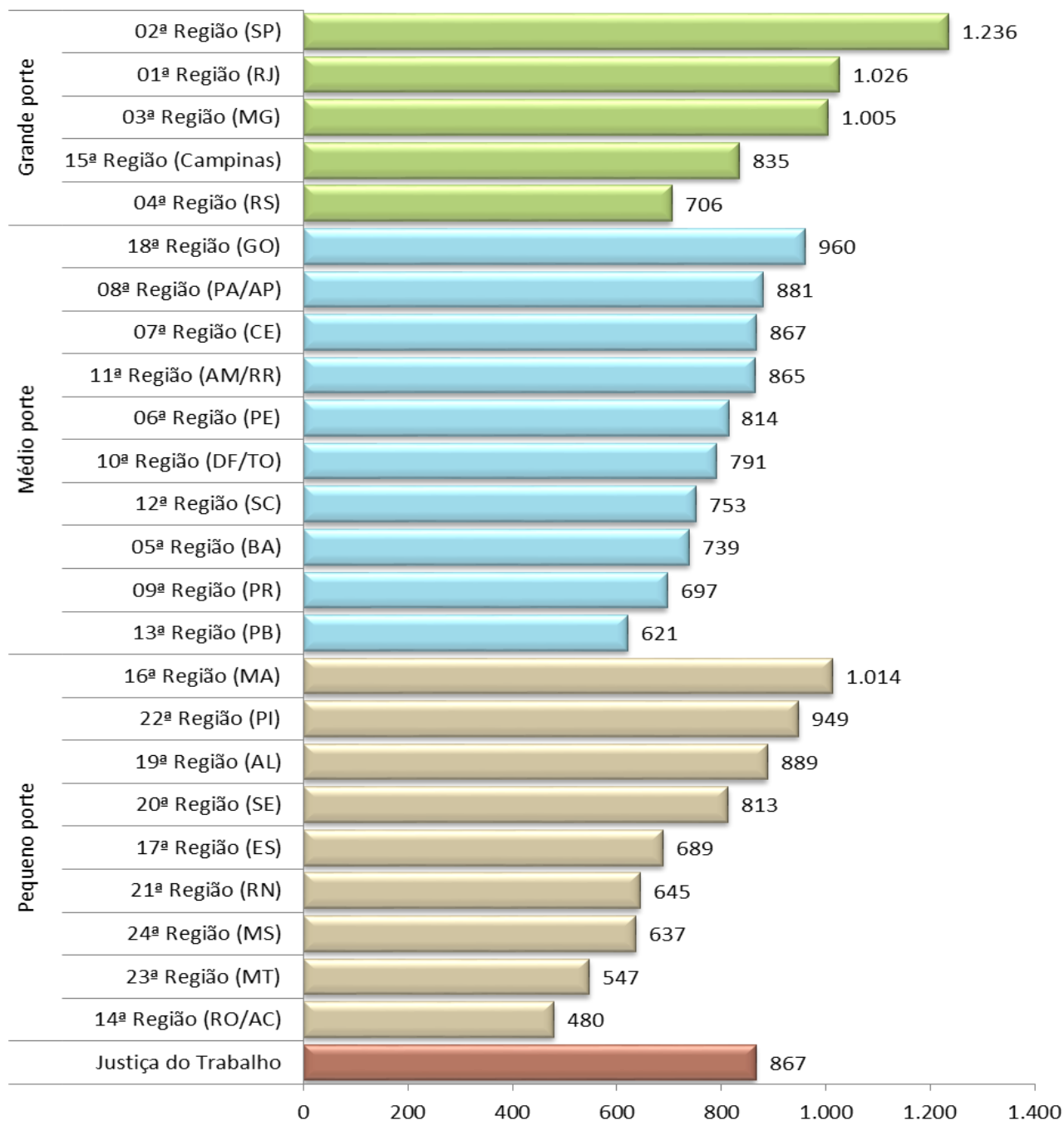
Tabela 2.27 - Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau
01ª Região (RJ)	236.002	977	231	1.026
02ª Região (SP)	413.930	nd	335	1.236
03ª Região (MG)	262.357	993	262	1.005
04ª Região (RS)	161.816	526	230	706
05ª Região (BA)	126.084	348	171	739
06ª Região (PE)	97.951	539	121	814
07ª Região (CE)	53.454	322	62	867
08ª Região (PA/AP)	76.934	610	88	881
09ª Região (PR)	122.823	501	177	697
10ª Região (DF/TO)	59.319	798	76	791
11ª Região (AM/RR)	52.768	844	62	865
12ª Região (SC)	82.115	701	110	753
13ª Região (PB)	35.372	43	57	621
14ª Região (RO/AC)	26.319	93	55	480
15ª Região (Campinas)	293.501	1.239	353	835
16ª Região (MA)	47.307	339	47	1.014
17ª Região (ES)	35.722	130	52	689
18ª Região (GO)	85.165	316	89	960
19ª Região (AL)	38.094	116	43	889
20ª Região (SE)	23.527	50	29	813
21ª Região (RN)	27.652	83	43	645
22ª Região (PI)	25.432	181	27	949
23ª Região (MT)	38.482	378	71	547
24ª Região (MS)	32.292	218	51	637
Justiça do Trabalho	2.454.418	10.345	2.842	867

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.27 - Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos, na fase de conhecimento e de execução, que ingressaram ou foram protocolizados no 1º Grau para cada magistrado da Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm1^\circ = (CnC1^\circ + CnExt1^\circ) / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **CnC1º** - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- **CnExt1º** = **CnExtFisc1º** + **CnExtNFisc1º**
- **Mag1º** = **MagP1º** - **MagAj1º**

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.14. Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau

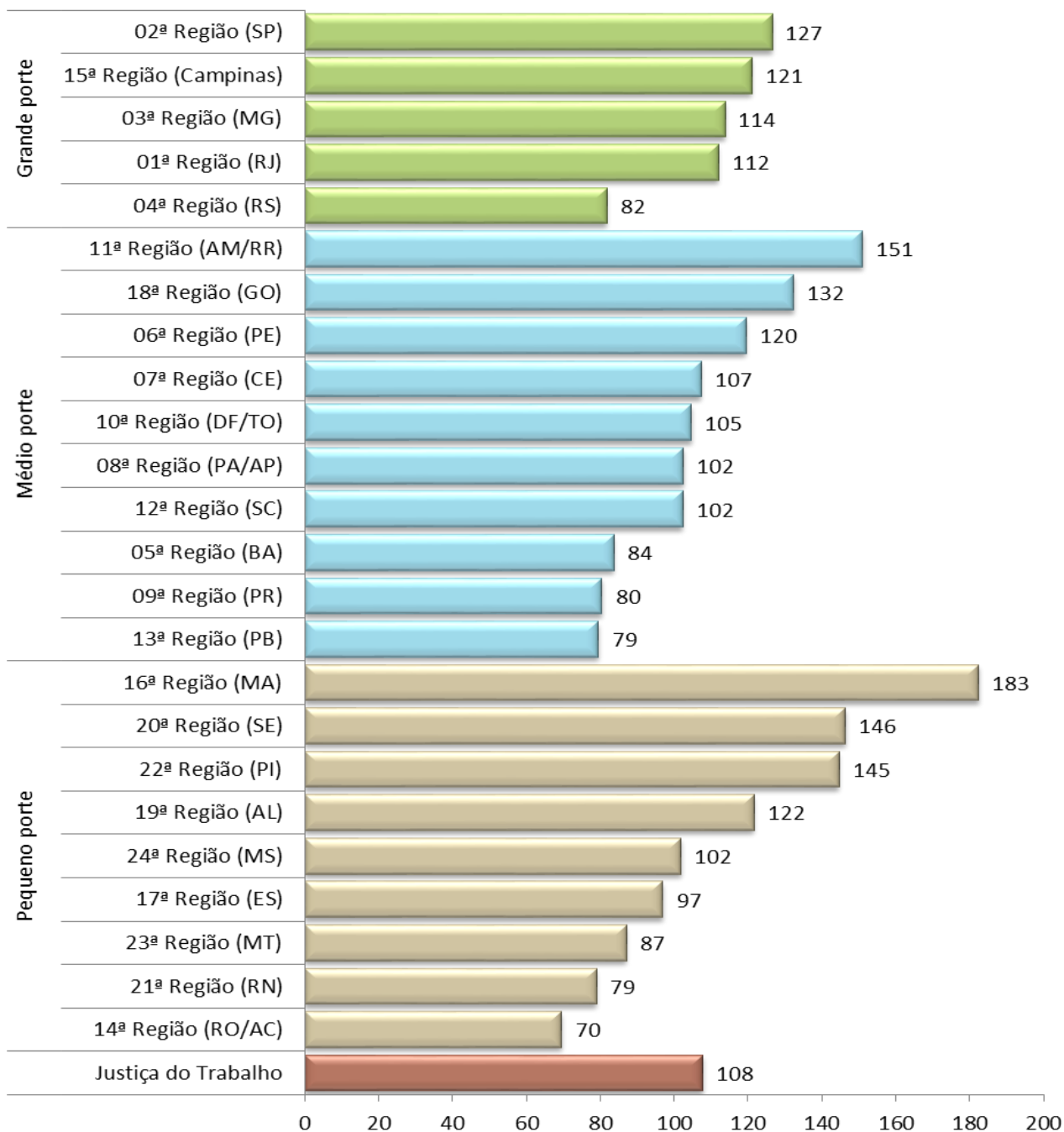
Tabela 2.28 - Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	SaJud1º - Número de Servidores da Área Judiciária no 1º Grau	Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau
01ª Região (RJ)	236.002	977	2.116	112
02ª Região (SP)	413.930	nd	3.271	127
03ª Região (MG)	262.357	993	2.314	114
04ª Região (RS)	161.816	526	1.986	82
05ª Região (BA)	126.084	348	1.512	84
06ª Região (PE)	97.951	539	824	120
07ª Região (CE)	53.454	322	501	107
08ª Região (PA/AP)	76.934	610	757	102
09ª Região (PR)	122.823	501	1.533	80
10ª Região (DF/TO)	59.319	798	574	105
11ª Região (AM/RR)	52.768	844	355	151
12ª Região (SC)	82.115	701	809	102
13ª Região (PB)	35.372	43	446	79
14ª Região (RO/AC)	26.319	93	380	70
15ª Região (Campinas)	293.501	1.239	2.435	121
16ª Região (MA)	47.307	339	261	183
17ª Região (ES)	35.722	130	370	97
18ª Região (GO)	85.165	316	646	132
19ª Região (AL)	38.094	116	314	122
20ª Região (SE)	23.527	50	161	146
21ª Região (RN)	27.652	83	351	79
22ª Região (PI)	25.432	181	177	145
23ª Região (MT)	38.482	378	446	87
24ª Região (MS)	32.292	218	319	102
Justiça do Trabalho	2.454.418	10.345	22.858	108

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.28 - Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau, por servidor lotado na área judiciária da Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs1^\circ = (CnC1^\circ + CnExt1^\circ) / SaJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$
- SaJud1º - Número de Servidores da Área Judiciária no 1º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária no 1º grau da Justiça do Trabalho, e que estão em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.15. PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau

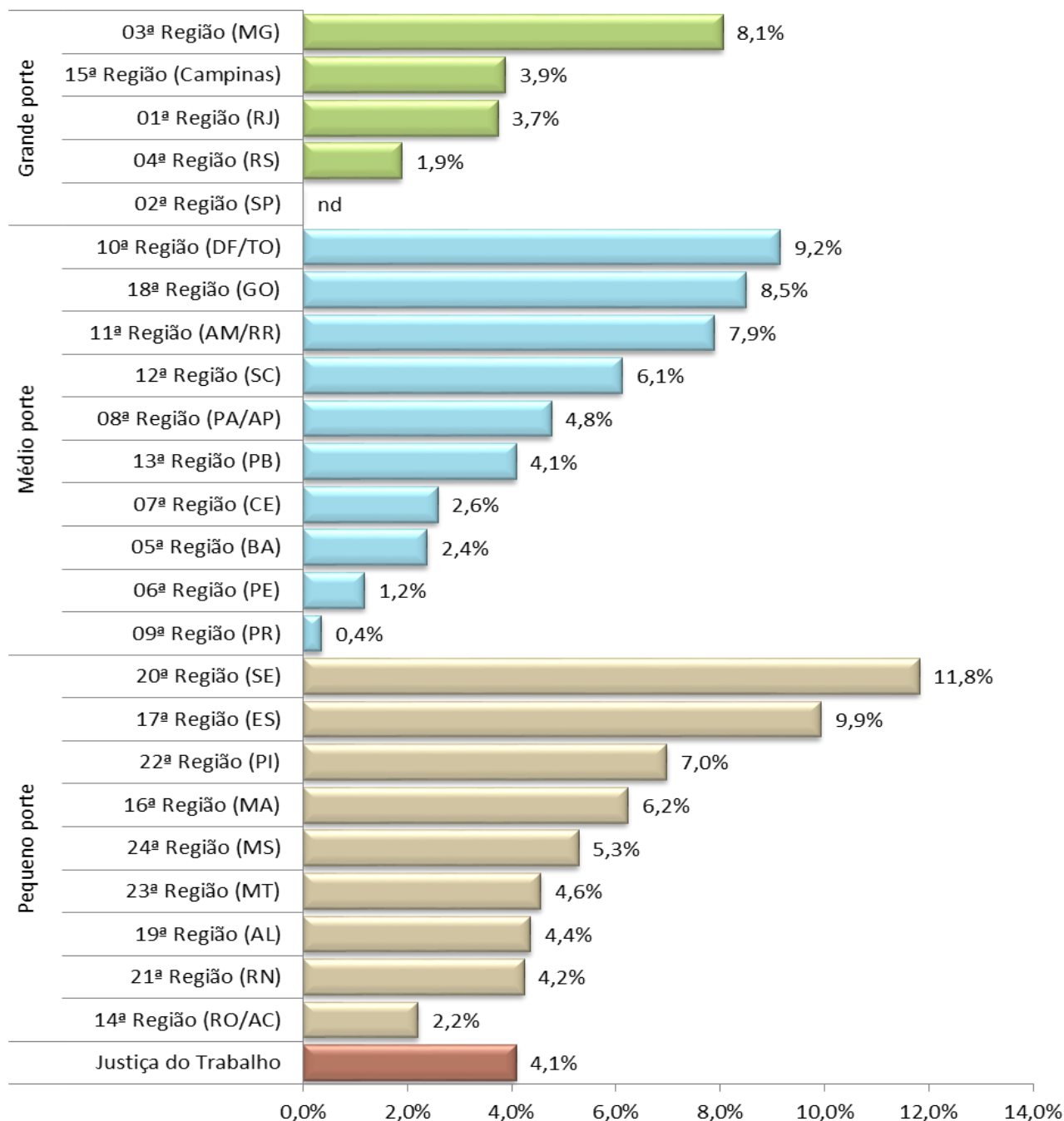
Tabela 2.29 - PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau
01ª Região (RJ)	788	4.990	63.323	91.112	3,7%
02ª Região (SP)	nd	nd	257.210	302.773	nd
03ª Região (MG)	838	10.493	60.125	80.579	8,1%
04ª Região (RS)	364	4.368	56.143	193.230	1,9%
05ª Região (BA)	246	4.689	38.326	168.770	2,4%
06ª Região (PE)	335	1.331	53.015	87.904	1,2%
07ª Região (CE)	297	2.504	17.711	90.654	2,6%
08ª Região (PA/AP)	544	1.112	13.053	21.684	4,8%
09ª Região (PR)	406	153	36.713	118.837	0,4%
10ª Região (DF/TO)	120	8.370	16.082	76.699	9,2%
11ª Região (AM/RR)	773	1.450	11.716	16.450	7,9%
12ª Região (SC)	216	5.475	24.453	68.517	6,1%
13ª Região (PB)	13	1.539	19.457	18.471	4,1%
14ª Região (RO/AC)	60	655	8.925	23.394	2,2%
15ª Região (Campinas)	926	15.987	80.542	355.168	3,9%
16ª Região (MA)	287	2.383	10.748	32.089	6,2%
17ª Região (ES)	98	3.963	12.324	28.550	9,9%
18ª Região (GO)	270	5.057	19.435	43.241	8,5%
19ª Região (AL)	91	2.442	13.820	44.274	4,4%
20ª Região (SE)	35	2.236	4.406	14.799	11,8%
21ª Região (RN)	69	2.975	10.527	61.188	4,2%
22ª Região (PI)	167	1.556	6.452	18.218	7,0%
23ª Região (MT)	335	1.727	7.383	37.847	4,6%
24ª Região (MS)	169	1.201	10.015	15.899	5,3%
Justiça do Trabalho	7.447	86.656	851.904	2.010.347	4,1%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.29 - PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos de execução fiscal (em tramitação) em relação ao total de processos de execução (em tramitação) na Justiça do Trabalho de 1º grau no período-base (semestre).

Fórmula: $PExtFisc1^\circ = ((CnExtFisc1^\circ + CPExtFisc1^\circ) / (CnEx1^\circ + CpEx1^\circ)) \times 100$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau: As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).
- CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau: Saldo residual de processos de execução fiscal (inclusive os recebidos da Justiça Comum) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)
- $CnEx1^\circ = CnExt1^\circ + ExeJud1^\circ$
- $CpEx1^\circ = CpExt1^\circ + ExeJudP1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.16. PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

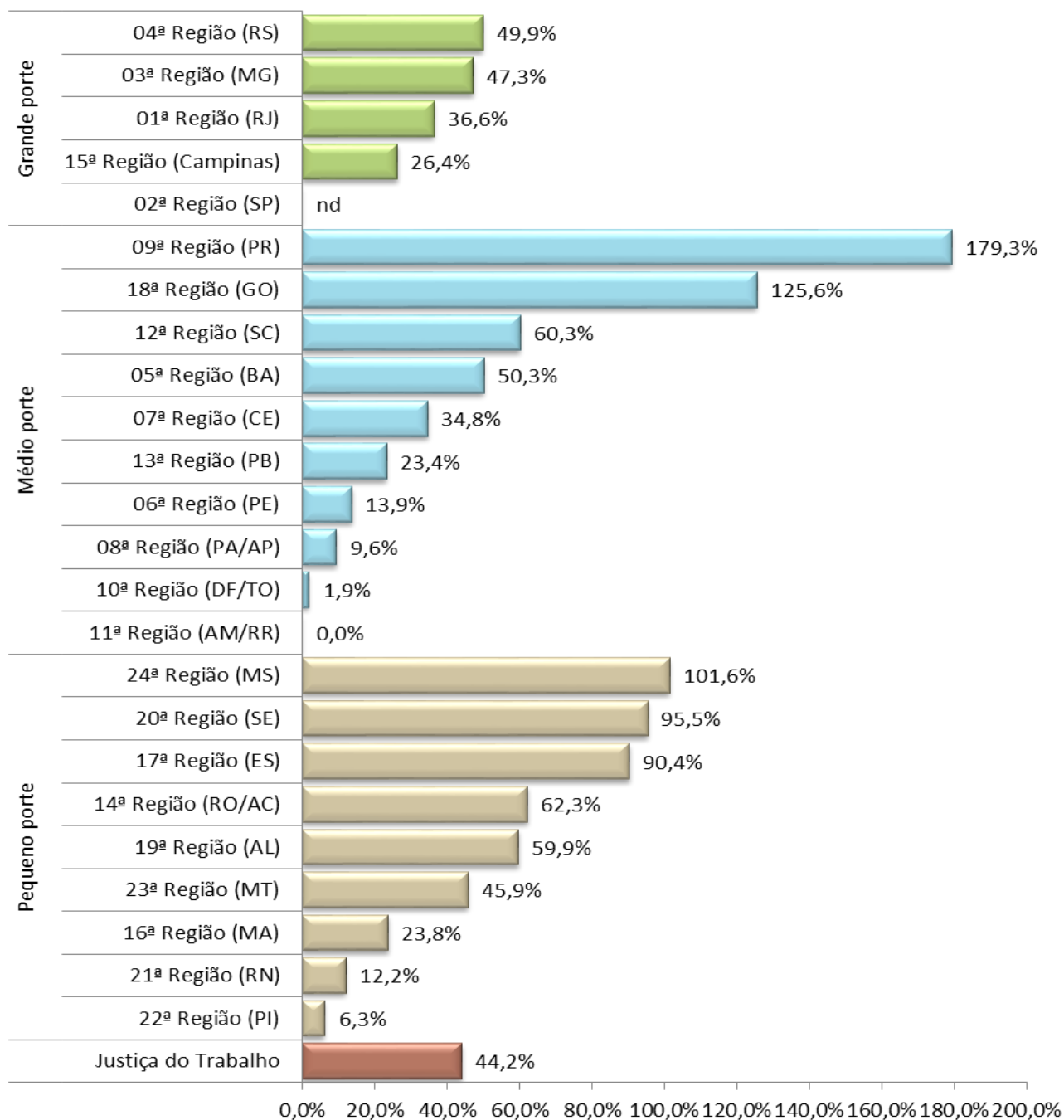
Tabela 2.30 - PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Tribunal Regional do Trabalho	ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	TBaixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	PEXSFISC1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau
01ª Região (RJ)	1.696	788	4.990	1.139	36,6%
02ª Região (SP)	nd	nd	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	4.526	838	10.493	1.763	47,3%
04ª Região (RS)	1.999	364	4.368	726	49,9%
05ª Região (BA)	2.170	246	4.689	620	50,3%
06ª Região (PE)	182	335	1.331	360	13,9%
07ª Região (CE)	828	297	2.504	423	34,8%
08ª Região (PA/AP)	150	544	1.112	86	9,6%
09ª Região (PR)	294	406	153	395	179,3%
10ª Região (DF/TO)	135	120	8.370	1.247	1,9%
11ª Região (AM/RR)	0	773	1.450	1.336	0,0%
12ª Região (SC)	2.861	216	5.475	943	60,3%
13ª Região (PB)	295	13	1.539	294	23,4%
14ª Região (RO/AC)	394	60	655	83	62,3%
15ª Região (Campinas)	3.969	926	15.987	1.893	26,4%
16ª Região (MA)	543	287	2.383	388	23,8%
17ª Região (ES)	3.344	98	3.963	362	90,4%
18ª Região (GO)	5.991	270	5.057	558	125,6%
19ª Região (AL)	1.456	91	2.442	101	59,9%
20ª Região (SE)	1.957	35	2.236	222	95,5%
21ª Região (RN)	290	69	2.975	662	12,2%
22ª Região (PI)	93	167	1.556	240	6,3%
23ª Região (MT)	880	335	1.727	145	45,9%
24ª Região (MS)	1.281	169	1.201	109	101,6%
Justiça do Trabalho	35.334	7.447	86.656	14.095	44,2%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.30 - PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos de execução fiscal que se encontram suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório em relação ao total de processos de execução fiscal no final do período-base (semestre).

Fórmula: $PexSFisc1^\circ = (ExeSuSFisc1^\circ / (CnExtFisc1^\circ + CpExtFisc1^\circ - TBaixExtFisc1^\circ)) \times 100$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório: Os processos de execução fiscal ingressados na Justiça do Trabalho de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base.
- CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau: As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).
- CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau: Saldo residual de processos de execução fiscal (inclusive os recebidos da Justiça Comum) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)
- TBaixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau: Os processos de execuções fiscais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.17. PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

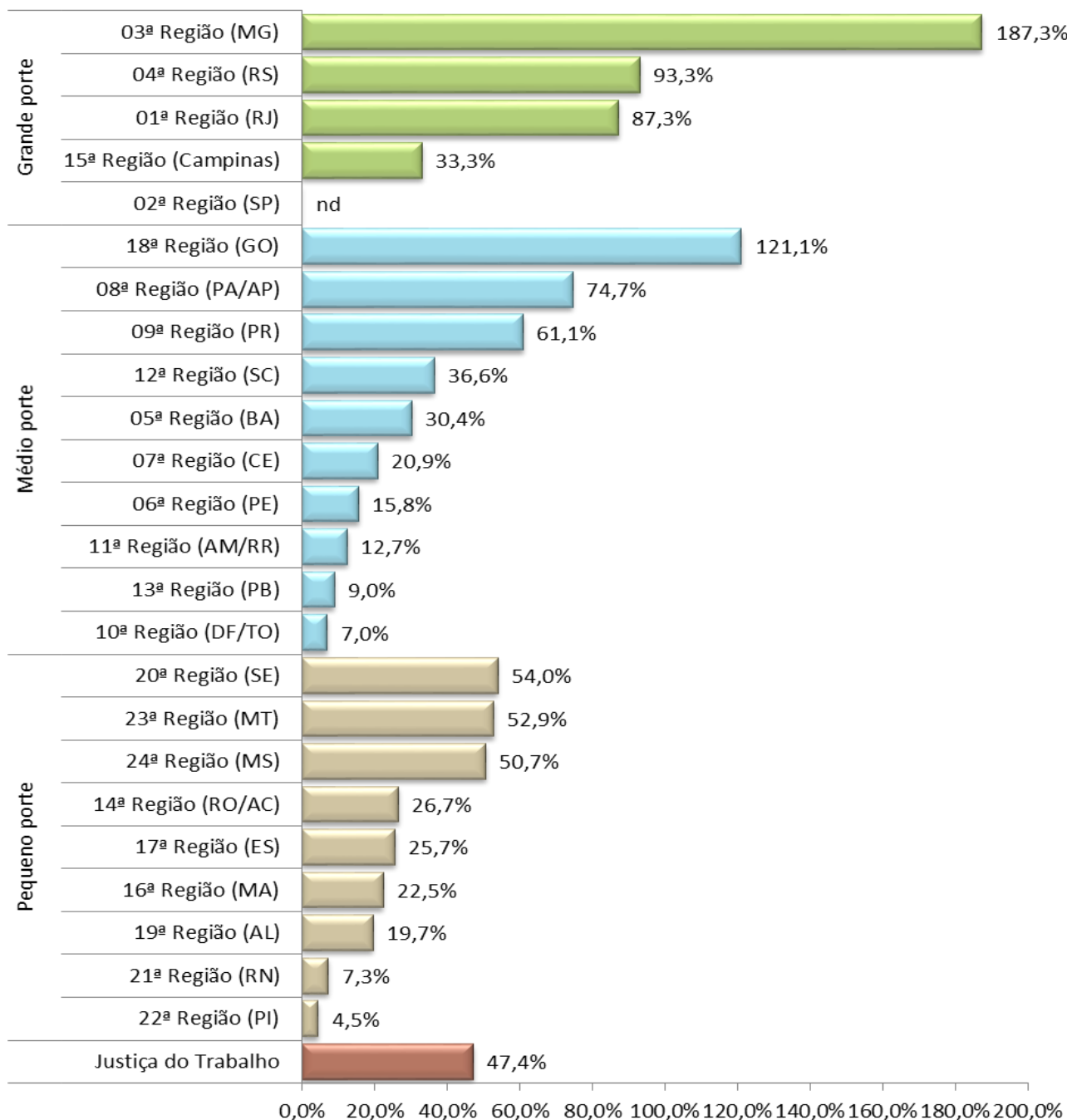
Tabela 2.31 - PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Tribunal Regional do Trabalho	ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais	Total de casos novos no 1º grau com exceção das execuções fiscais.	Total de casos pendentes no 1º grau com exceção das execuções fiscais.	Total de processos baixados no 1º grau com exceção das execuções fiscais.	PEXS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau
01ª Região (RJ)	52.267	62.535	86.122	88.791	87,3%
02ª Região (SP)	187.399	257.210	302.773	249.890	nd
03ª Região (MG)	99.364	59.287	70.086	76.326	187,3%
04ª Região (RS)	170.943	55.779	188.862	61.341	93,3%
05ª Região (BA)	50.441	38.080	164.081	36.154	30,4%
06ª Região (PE)	14.301	52.680	86.573	48.793	15,8%
07ª Região (CE)	18.486	17.414	88.150	17.115	20,9%
08ª Região (PA/AP)	15.016	12.509	20.572	12.983	74,7%
09ª Região (PR)	71.116	36.307	118.684	38.594	61,1%
10ª Região (DF/TO)	4.792	15.962	68.329	15.562	7,0%
11ª Região (AM/RR)	1.727	10.943	15.000	12.311	12,7%
12ª Região (SC)	20.463	24.237	63.042	31.337	36,6%
13ª Região (PB)	2.433	19.444	16.932	9.366	9,0%
14ª Região (RO/AC)	6.602	8.865	22.739	6.886	26,7%
15ª Região (Campinas)	104.739	79.616	339.181	104.255	33,3%
16ª Região (MA)	6.192	10.461	29.706	12.641	22,5%
17ª Região (ES)	6.006	12.226	24.587	13.407	25,7%
18ª Região (GO)	39.183	19.165	38.184	24.990	121,1%
19ª Região (AL)	8.182	13.729	41.832	13.923	19,7%
20ª Região (SE)	6.773	4.371	12.563	4.397	54,0%
21ª Região (RN)	3.682	10.458	58.213	18.281	7,3%
22ª Região (PI)	908	6.285	16.662	2.776	4,5%
23ª Região (MT)	17.532	7.048	36.120	10.022	52,9%
24ª Região (MS)	8.937	9.846	14.698	6.920	50,7%
Justiça do Trabalho	917.484	844.457	1.923.691	917.061	47,4%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.31 - PEXS1⁹ - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

PEXS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos de execução que se encontram suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório em relação ao total de processos de execução no final período-base (semestre). Não são consideradas as execuções fiscais.

Fórmula: $PexS1^\circ = (ExeSuSNFisc1^\circ / (CnExtNFisc1^\circ + ExeJud1^\circ + CpExtNFisc1^\circ + ExeJudP1^\circ - TBaixExtNFisc1^\circ - TBaixJud1^\circ)) \times 100$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais: Os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais ingressados na Justiça do Trabalho de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base (semestre). Excluem-se as execuções fiscais.
- $TcJud1^\circ = 1 - TBaixJud1^\circ / (ExeJud1^\circ + ExeJudP1^\circ)$
- $TcJud1^\circ = 1 - TBaixJud1^\circ / (ExeJud1^\circ + ExeJudP1^\circ)$
- $TcJud1^\circ = 1 - TBaixJud1^\circ / (ExeJud1^\circ + ExeJudP1^\circ)$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

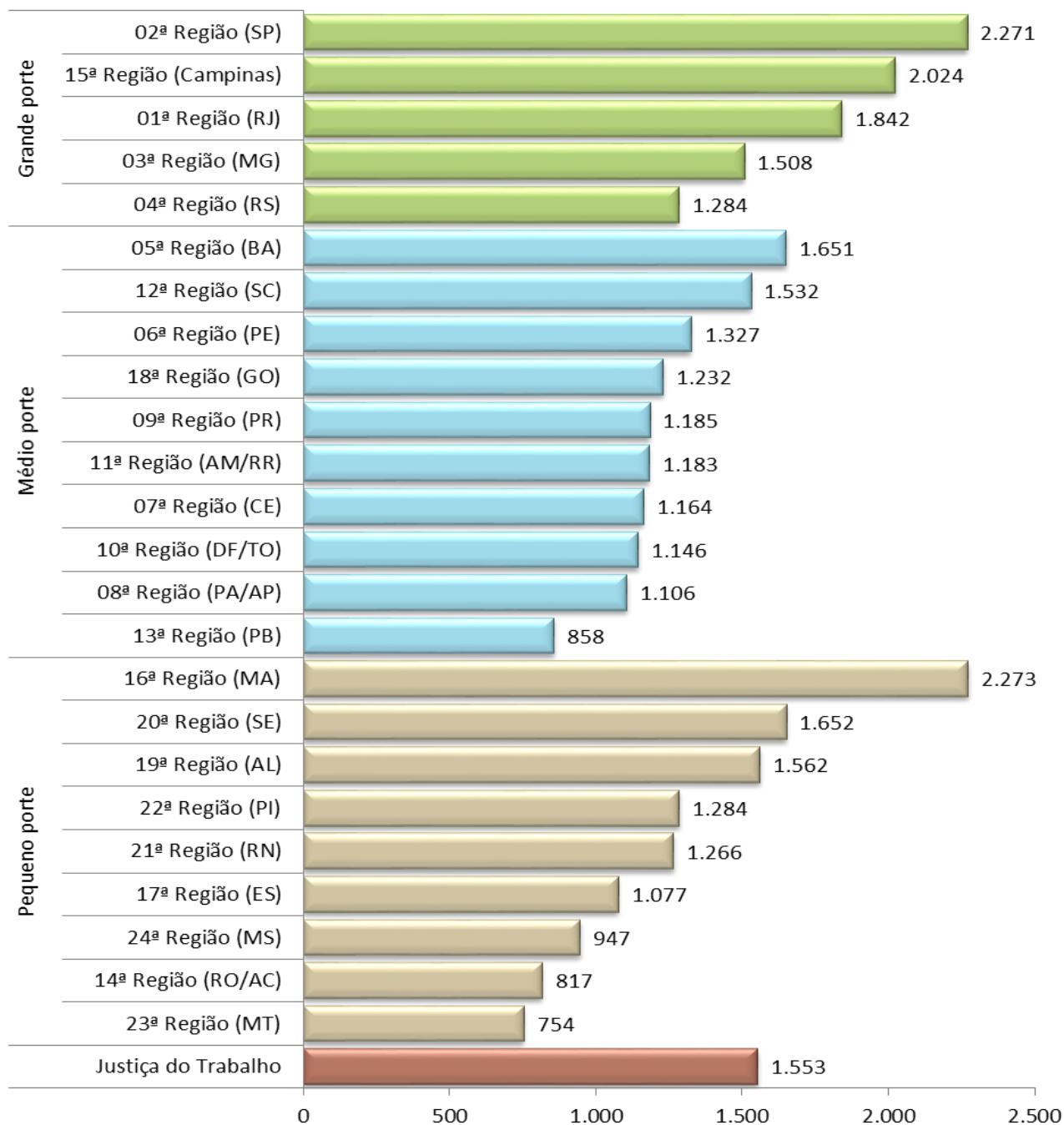
2.2.18. KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tabela 2.32 - KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau	RIntC1º - Recursos Internos da Fase de Conhecimento no 1º Grau	RIntCP1º - Recursos Internos Pendentes da Fase de Conhecimento no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau
01ª Região (RJ)	236.002	143.091	37.468	8.864	231	1.842
02ª Região (SP)	413.930	282.575	59.668	4.572	335	2.271
03ª Região (MG)	262.357	104.881	27.340	577	262	1.508
04ª Região (RS)	161.816	102.086	27.540	3.879	230	1.284
05ª Região (BA)	126.084	126.019	21.523	8.737	171	1.651
06ª Região (PE)	97.951	49.752	10.744	2.067	121	1.327
07ª Região (CE)	53.454	14.597	3.167	925	62	1.164
08ª Região (PA/AP)	76.934	16.438	3.672	320	88	1.106
09ª Região (PR)	122.823	67.167	19.306	524	177	1.185
10ª Região (DF/TO)	59.319	19.726	6.990	1.039	76	1.146
11ª Região (AM/RR)	52.768	18.360	1.463	732	62	1.183
12ª Região (SC)	82.115	78.242	7.088	1.057	110	1.532
13ª Região (PB)	35.372	9.769	3.552	187	57	858
14ª Região (RO/AC)	26.319	17.524	1.042	63	55	817
15ª Região (Campinas)	293.501	381.053	33.580	6.289	353	2.024
16ª Região (MA)	47.307	56.001	3.142	401	47	2.273
17ª Região (ES)	35.722	13.319	5.731	1.254	52	1.077
18ª Região (GO)	85.165	18.932	5.226	293	89	1.232
19ª Região (AL)	38.094	27.687	1.184	191	43	1.562
20ª Região (SE)	23.527	21.002	2.767	613	29	1.652
21ª Região (RN)	27.652	23.539	2.808	457	43	1.266
22ª Região (PI)	25.432	7.174	1.723	350	27	1.284
23ª Região (MT)	38.482	7.954	4.258	2.869	71	754
24ª Região (MS)	32.292	13.450	2.543	0	51	947
Justiça do Trabalho	2.454.418	1.620.338	293.525	46.260	2.842	1.553

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.32 - KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau



Glossário:

KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho na fase de conhecimento dos Magistrados de 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $KC1^\circ = (CnC1^\circ + CpC1^\circ + RIntC1^\circ + RIntCP1^\circ) / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **CnC1º** - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- **CpC1º** - Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau: Saldo residual de processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial, e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações à sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração); as cartas precatórias de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- **RIntC1º** - Recursos Internos da Fase de Conhecimento no 1º Grau: Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).
- **RIntCP1º** - Recursos Internos Pendentes da Fase de Conhecimento no 1º Grau: Saldo residual de embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau opostos até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre).
- **Mag1º** = **MagP1º** - **MagAj1º**

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

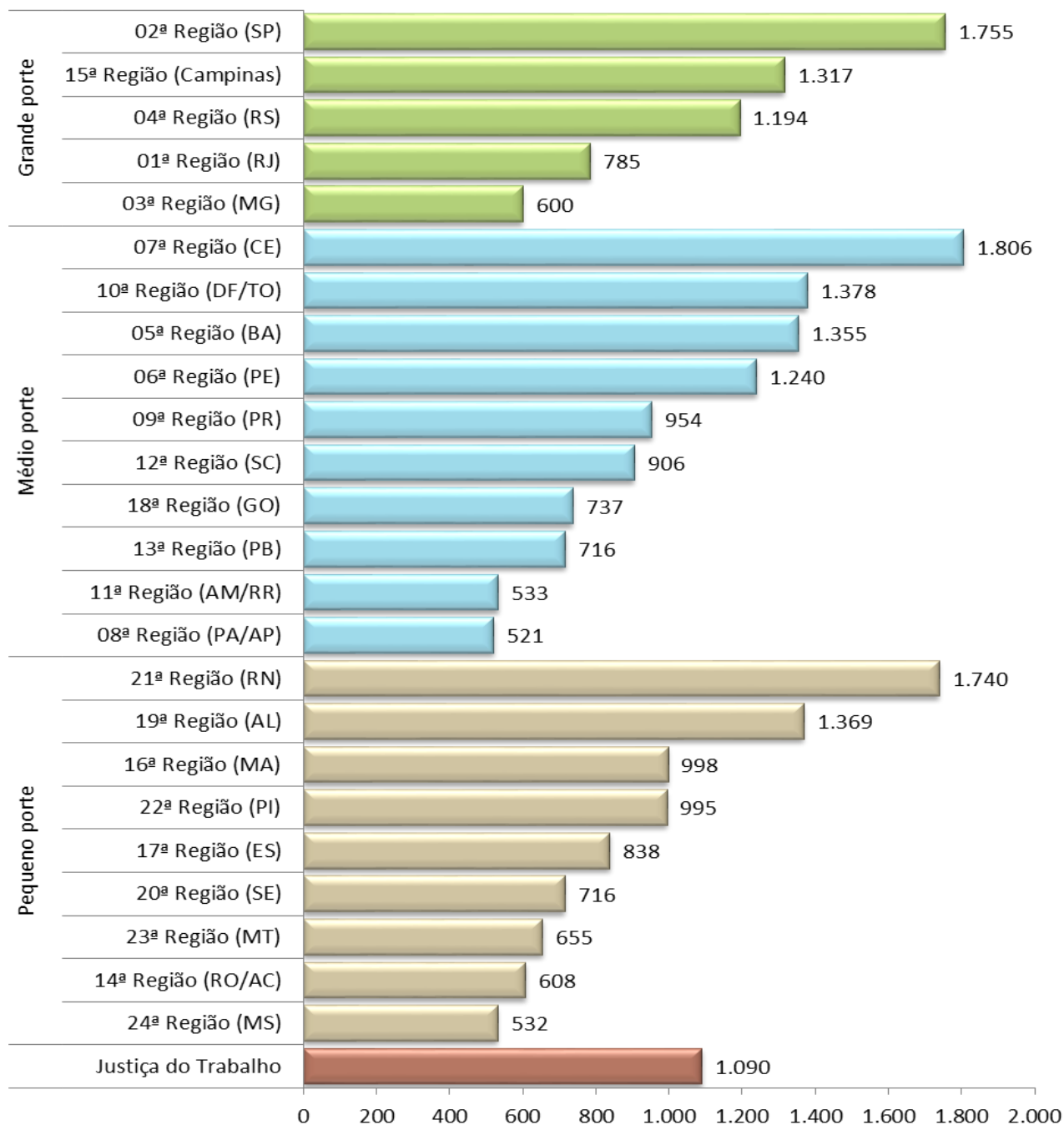
2.2.19. KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Tabela 2.33 - KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau	IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau
01ª Região (RJ)	63.323	91.112	16.078	10.770	231	785
02ª Região (SP)	257.210	302.773	24.931	2.991	335	1.755
03ª Região (MG)	60.125	80.579	14.873	1.750	262	600
04ª Região (RS)	56.143	193.230	17.016	8.282	230	1.194
05ª Região (BA)	38.326	168.770	14.276	10.417	171	1.355
06ª Região (PE)	53.015	87.904	6.110	3.032	121	1.240
07ª Região (CE)	17.711	90.654	2.709	917	62	1.806
08ª Região (PA/AP)	13.053	21.684	2.469	8.678	88	521
09ª Região (PR)	36.713	118.837	12.616	629	177	954
10ª Região (DF/TO)	16.082	76.699	4.167	7.805	76	1.378
11ª Região (AM/RR)	11.716	16.450	2.483	2.375	62	533
12ª Região (SC)	24.453	68.517	6.125	535	110	906
13ª Região (PB)	19.457	18.471	2.740	162	57	716
14ª Região (RO/AC)	8.925	23.394	962	134	55	608
15ª Região (Campinas)	80.542	355.168	17.272	11.826	353	1.317
16ª Região (MA)	10.748	32.089	3.086	986	47	998
17ª Região (ES)	12.324	28.550	1.794	924	52	838
18ª Região (GO)	19.435	43.241	2.526	429	89	737
19ª Região (AL)	13.820	44.274	518	257	43	1.369
20ª Região (SE)	4.406	14.799	811	738	29	716
21ª Região (RN)	10.527	61.188	1.583	1.521	43	1.740
22ª Região (PI)	6.452	18.218	1.685	505	27	995
23ª Região (MT)	7.383	37.847	1.201	75	71	655
24ª Região (MS)	10.015	15.899	1.201	0	51	532
Justiça do Trabalho	851.904	2.010.347	159.232	75.738	2.842	1.090

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.33 - KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau



Glossário:

KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho na fase de execução dos Magistrados de 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $KEx1^\circ = (CnEx1^\circ + CpEx1^\circ + IncEx1^\circ + IncExP1^\circ) / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnEx1^\circ = CnExt1^\circ + ExeJud1^\circ$
- $CpEx1^\circ = CpExt1^\circ + ExeJudP1^\circ$
- $IncEx1^\circ = IncExFisc1^\circ + IncExNFisc1^\circ$
- $IncExP1^\circ = IncExPFisc1^\circ + IncExPNFisc1^\circ$
- $Mag1^\circ = MagP1^\circ - MagAj1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

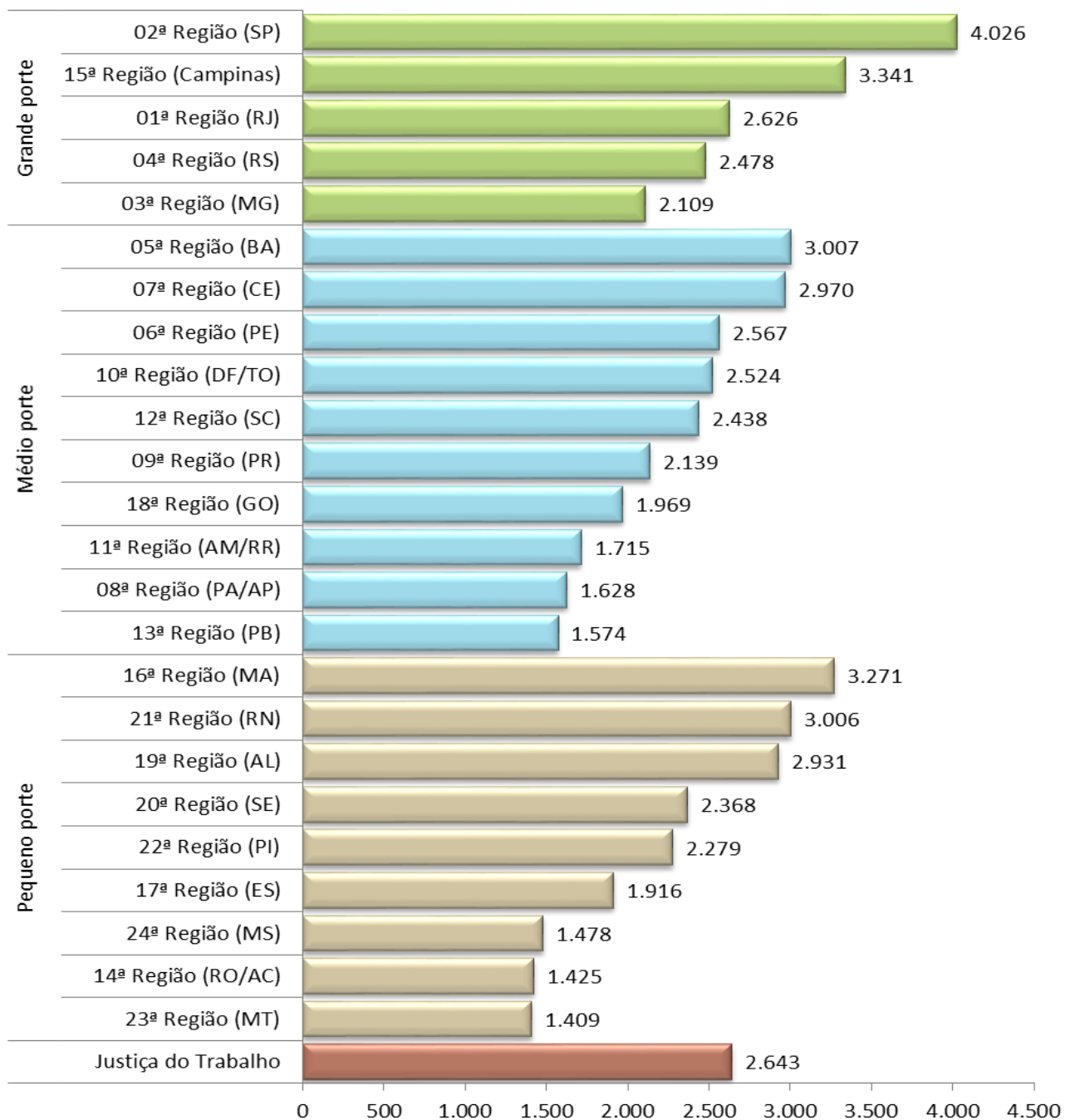
2.2.20. K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau

Tabela 2.34 - K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau
01ª Região (RJ)	1.842	785	2.626
02ª Região (SP)	2.271	1.755	4.026
03ª Região (MG)	1.508	600	2.109
04ª Região (RS)	1.284	1.194	2.478
05ª Região (BA)	1.651	1.355	3.007
06ª Região (PE)	1.327	1.240	2.567
07ª Região (CE)	1.164	1.806	2.970
08ª Região (PA/AP)	1.106	521	1.628
09ª Região (PR)	1.185	954	2.139
10ª Região (DF/TO)	1.146	1.378	2.524
11ª Região (AM/RR)	1.183	533	1.715
12ª Região (SC)	1.532	906	2.438
13ª Região (PB)	858	716	1.574
14ª Região (RO/AC)	817	608	1.425
15ª Região (Campinas)	2.024	1.317	3.341
16ª Região (MA)	2.273	998	3.271
17ª Região (ES)	1.077	838	1.916
18ª Região (GO)	1.232	737	1.969
19ª Região (AL)	1.562	1.369	2.931
20ª Região (SE)	1.652	716	2.368
21ª Região (RN)	1.266	1.740	3.006
22ª Região (PI)	1.284	995	2.279
23ª Região (MT)	754	655	1.409
24ª Região (MS)	947	532	1.478
Justiça do Trabalho	1.553	1.090	2.643

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.34 - K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau



Glossário:

K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos magistrados no 1º Grau.

Fórmula: $K1 = KC1 + KEx1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $KC1^o = (CnC1^o + CpC1^o + RIntC1^o + RIntCP1^o) / Mag1^o$
- $KEx1^o = (CnEx1^o + CpEx1^o + IncEx1^o + IncExP1^o) / Mag1^o$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

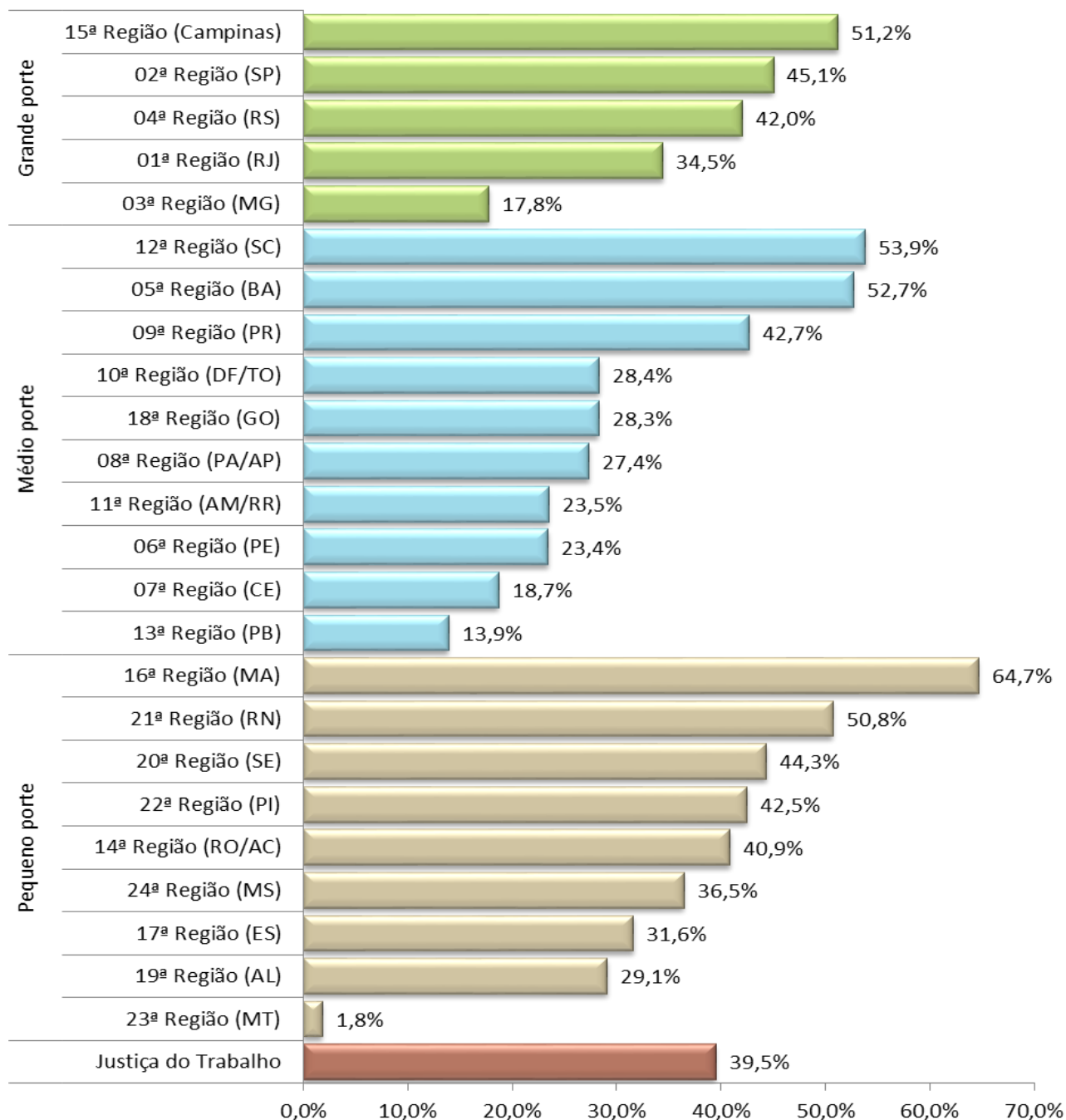
2.2.21. TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tabela 2.35 - TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaixC1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau	TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau
01ª Região (RJ)	248.383	236.002	143.091	34,5%
02ª Região (SP)	382.684	413.930	282.575	45,1%
03ª Região (MG)	301.874	262.357	104.881	17,8%
04ª Região (RS)	152.939	161.816	102.086	42,0%
05ª Região (BA)	119.249	126.084	126.019	52,7%
06ª Região (PE)	113.077	97.951	49.752	23,4%
07ª Região (CE)	55.327	53.454	14.597	18,7%
08ª Região (PA/AP)	67.811	76.934	16.438	27,4%
09ª Região (PR)	108.827	122.823	67.167	42,7%
10ª Região (DF/TO)	56.631	59.319	19.726	28,4%
11ª Região (AM/RR)	54.386	52.768	18.360	23,5%
12ª Região (SC)	73.982	82.115	78.242	53,9%
13ª Região (PB)	38.861	35.372	9.769	13,9%
14ª Região (RO/AC)	25.907	26.319	17.524	40,9%
15ª Região (Campinas)	328.987	293.501	381.053	51,2%
16ª Região (MA)	36.499	47.307	56.001	64,7%
17ª Região (ES)	33.522	35.722	13.319	31,6%
18ª Região (GO)	74.618	85.165	18.932	28,3%
19ª Região (AL)	46.608	38.094	27.687	29,1%
20ª Região (SE)	24.782	23.527	21.002	44,3%
21ª Região (RN)	25.205	27.652	23.539	50,8%
22ª Região (PI)	18.745	25.432	7.174	42,5%
23ª Região (MT)	45.580	38.482	7.954	1,8%
24ª Região (MS)	29.054	32.292	13.450	36,5%
Justiça do Trabalho	2.463.538	2.454.418	1.620.338	39,5%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.35 - TCC1^º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau



Glossário:

TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento na fase de conhecimento no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $TCC1^\circ = 1 - (TBaixC1^\circ / (CnC1^\circ + CpC1^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TBaixC1º** - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnC1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau.
- **CnC1º** - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- **CpC1º** - Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau: Saldo residual de processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial, e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações à sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração); as cartas precatórias de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

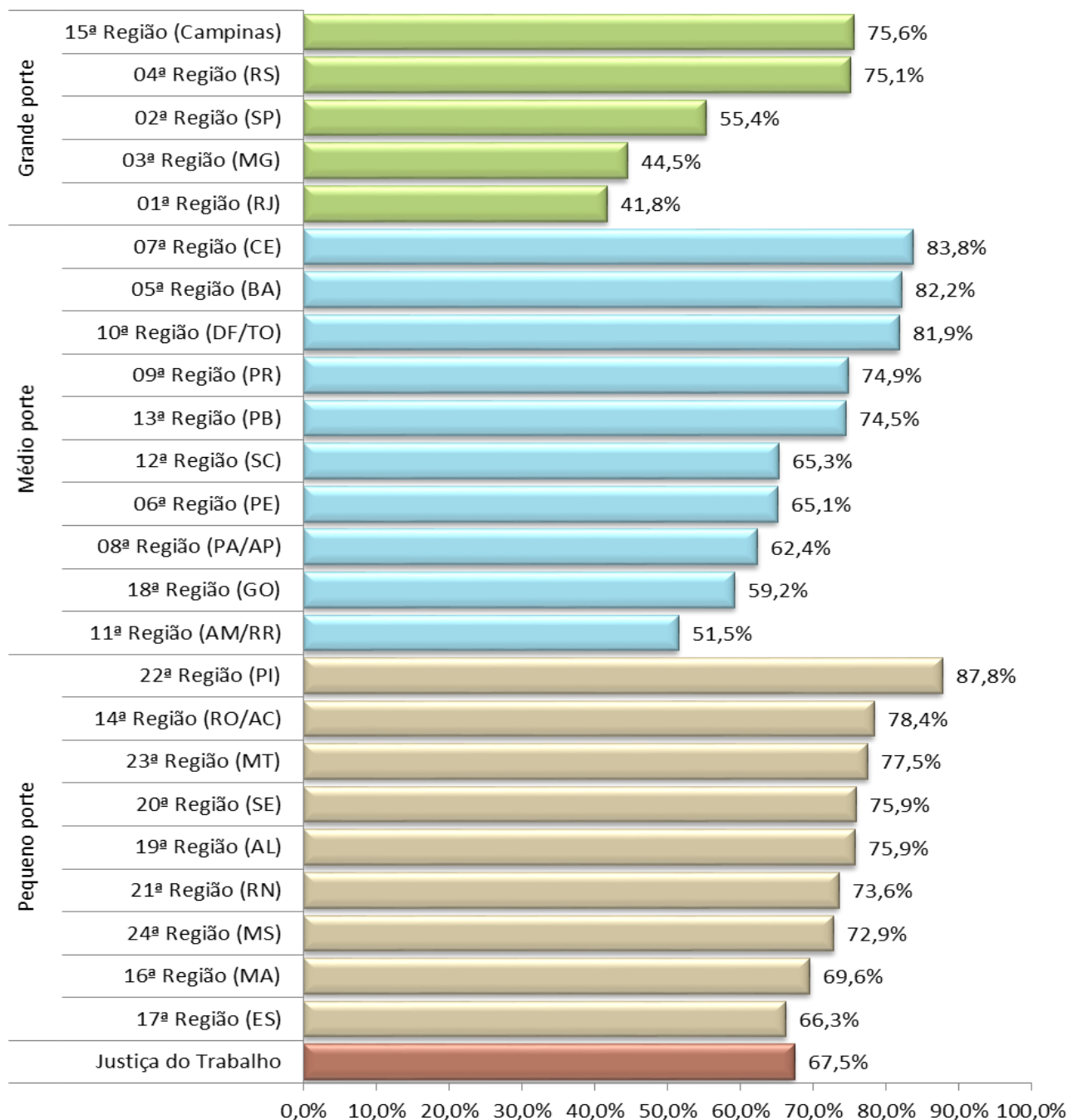
2.2.22. TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau

Tabela 2.36 - TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau
01ª Região (RJ)	89.930	63.323	91.112	41,8%
02ª Região (SP)	249.890	257.210	302.773	55,4%
03ª Região (MG)	78.089	60.125	80.579	44,5%
04ª Região (RS)	62.067	56.143	193.230	75,1%
05ª Região (BA)	36.774	38.326	168.770	82,2%
06ª Região (PE)	49.153	53.015	87.904	65,1%
07ª Região (CE)	17.538	17.711	90.654	83,8%
08ª Região (PA/AP)	13.069	13.053	21.684	62,4%
09ª Região (PR)	38.989	36.713	118.837	74,9%
10ª Região (DF/TO)	16.809	16.082	76.699	81,9%
11ª Região (AM/RR)	13.647	11.716	16.450	51,5%
12ª Região (SC)	32.280	24.453	68.517	65,3%
13ª Região (PB)	9.660	19.457	18.471	74,5%
14ª Região (RO/AC)	6.969	8.925	23.394	78,4%
15ª Região (Campinas)	106.148	80.542	355.168	75,6%
16ª Região (MA)	13.029	10.748	32.089	69,6%
17ª Região (ES)	13.769	12.324	28.550	66,3%
18ª Região (GO)	25.548	19.435	43.241	59,2%
19ª Região (AL)	14.024	13.820	44.274	75,9%
20ª Região (SE)	4.619	4.406	14.799	75,9%
21ª Região (RN)	18.943	10.527	61.188	73,6%
22ª Região (PI)	3.016	6.452	18.218	87,8%
23ª Região (MT)	10.167	7.383	37.847	77,5%
24ª Região (MS)	7.029	10.015	15.899	72,9%
Justiça do Trabalho	931.156	851.904	2.010.347	67,5%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.36 - TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau



Glossário:

TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento na fase de execução no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $TCEx1^\circ = 1 - (T\text{BaixEx}1^\circ / (CnEx1^\circ + CpEx1^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T\text{BaixEx}1^\circ = T\text{BaixExt}1^\circ + T\text{BaixJud}1^\circ$
- $CnEx1^\circ = CnExt1^\circ + ExeJud1^\circ$
- $CpEx1^\circ = CpExt1^\circ + ExeJudP1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

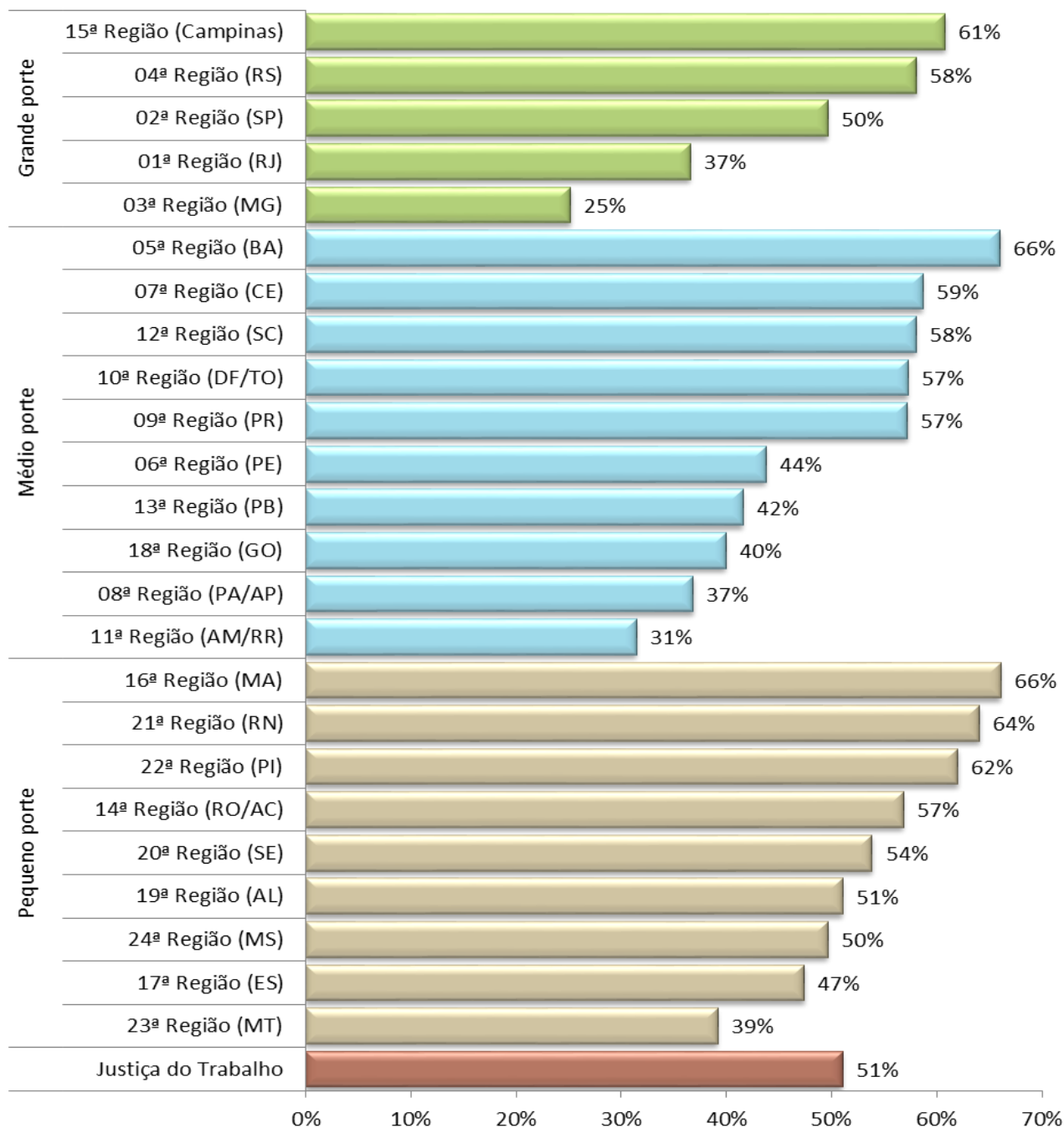
2.2.23. TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau

Tabela 2.37 - TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau	TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau
01ª Região (RJ)	338.313	299.325	234.203	37%
02ª Região (SP)	632.574	671.140	585.348	50%
03ª Região (MG)	379.963	322.482	185.460	25%
04ª Região (RS)	215.006	217.959	295.316	58%
05ª Região (BA)	156.023	164.410	294.789	66%
06ª Região (PE)	162.230	150.966	137.656	44%
07ª Região (CE)	72.865	71.165	105.251	59%
08ª Região (PA/AP)	80.880	89.987	38.122	37%
09ª Região (PR)	147.816	159.536	186.004	57%
10ª Região (DF/TO)	73.440	75.401	96.425	57%
11ª Região (AM/RR)	68.033	64.484	34.810	31%
12ª Região (SC)	106.262	106.568	146.759	58%
13ª Região (PB)	48.521	54.829	28.240	42%
14ª Região (RO/AC)	32.876	35.244	40.918	57%
15ª Região (Campinas)	435.135	374.043	736.221	61%
16ª Região (MA)	49.528	58.055	88.090	66%
17ª Região (ES)	47.291	48.046	41.869	47%
18ª Região (GO)	100.166	104.600	62.173	40%
19ª Região (AL)	60.632	51.914	71.961	51%
20ª Região (SE)	29.401	27.933	35.801	54%
21ª Região (RN)	44.148	38.179	84.727	64%
22ª Região (PI)	21.761	31.884	25.392	62%
23ª Região (MT)	55.747	45.865	45.801	39%
24ª Região (MS)	36.083	42.307	29.349	50%
Justiça do Trabalho	3.394.694	3.306.322	3.630.685	51%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.37 - TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau



Glossário:

TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento no 1º Grau.

Fórmula: $TC1 = 1 - (T_{Baix1} / (Cn1 + Cp1))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{Baix1º} = T_{BaixC1º} + T_{BaixEx1º}$
- $Cn1º = CnC1º + CnEx1º$
- $Cp1º = CpC1º + CpEx1º$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

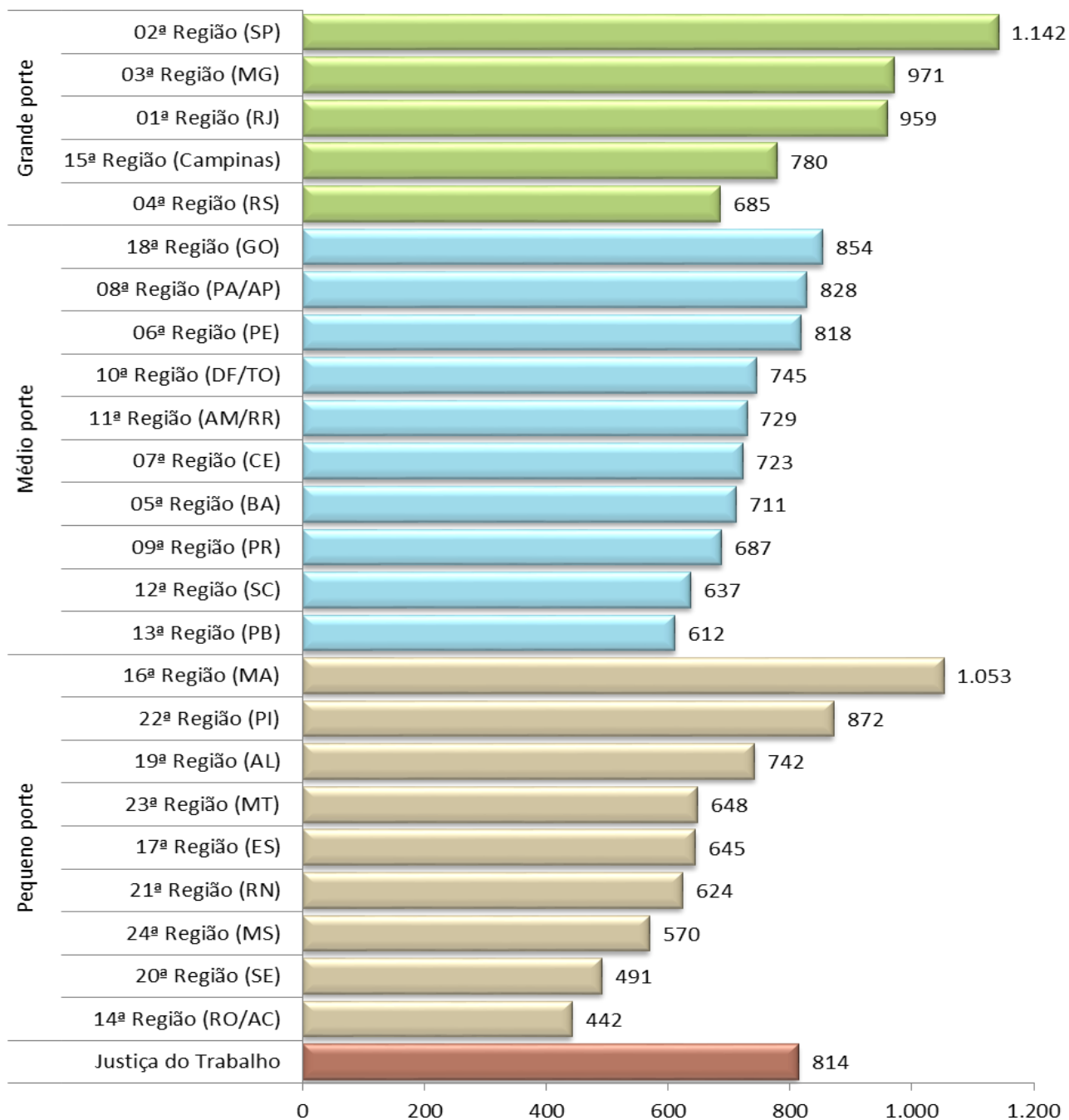
2.2.24. SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tabela 2.38 - SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau
01ª Região (RJ)	221.571	231	959
02ª Região (SP)	382.684	335	1.142
03ª Região (MG)	254.425	262	971
04ª Região (RS)	157.648	230	685
05ª Região (BA)	121.577	171	711
06ª Região (PE)	99.007	121	818
07ª Região (CE)	44.856	62	723
08ª Região (PA/AP)	72.880	88	828
09ª Região (PR)	121.682	177	687
10ª Região (DF/TO)	56.631	76	745
11ª Região (AM/RR)	45.228	62	729
12ª Região (SC)	70.115	110	637
13ª Região (PB)	34.862	57	612
14ª Região (RO/AC)	24.336	55	442
15ª Região (Campinas)	275.173	353	780
16ª Região (MA)	49.473	47	1.053
17ª Região (ES)	33.522	52	645
18ª Região (GO)	75.976	89	854
19ª Região (AL)	31.908	43	742
20ª Região (SE)	14.251	29	491
21ª Região (RN)	26.822	43	624
22ª Região (PI)	23.548	27	872
23ª Região (MT)	46.000	71	648
24ª Região (MS)	29.054	51	570
Justiça do Trabalho	2.313.229	2.842	814

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.38 - SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau



Glossário:

SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado de 1º Grau na fase de conhecimento da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $SMC1^\circ = \text{SentC1}^\circ / \text{Mag1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º grau: Todas as sentenças proferidas na fase de conhecimento no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnC1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau.
- $\text{Mag1}^\circ = \text{MagP1}^\circ - \text{MagAj1}^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

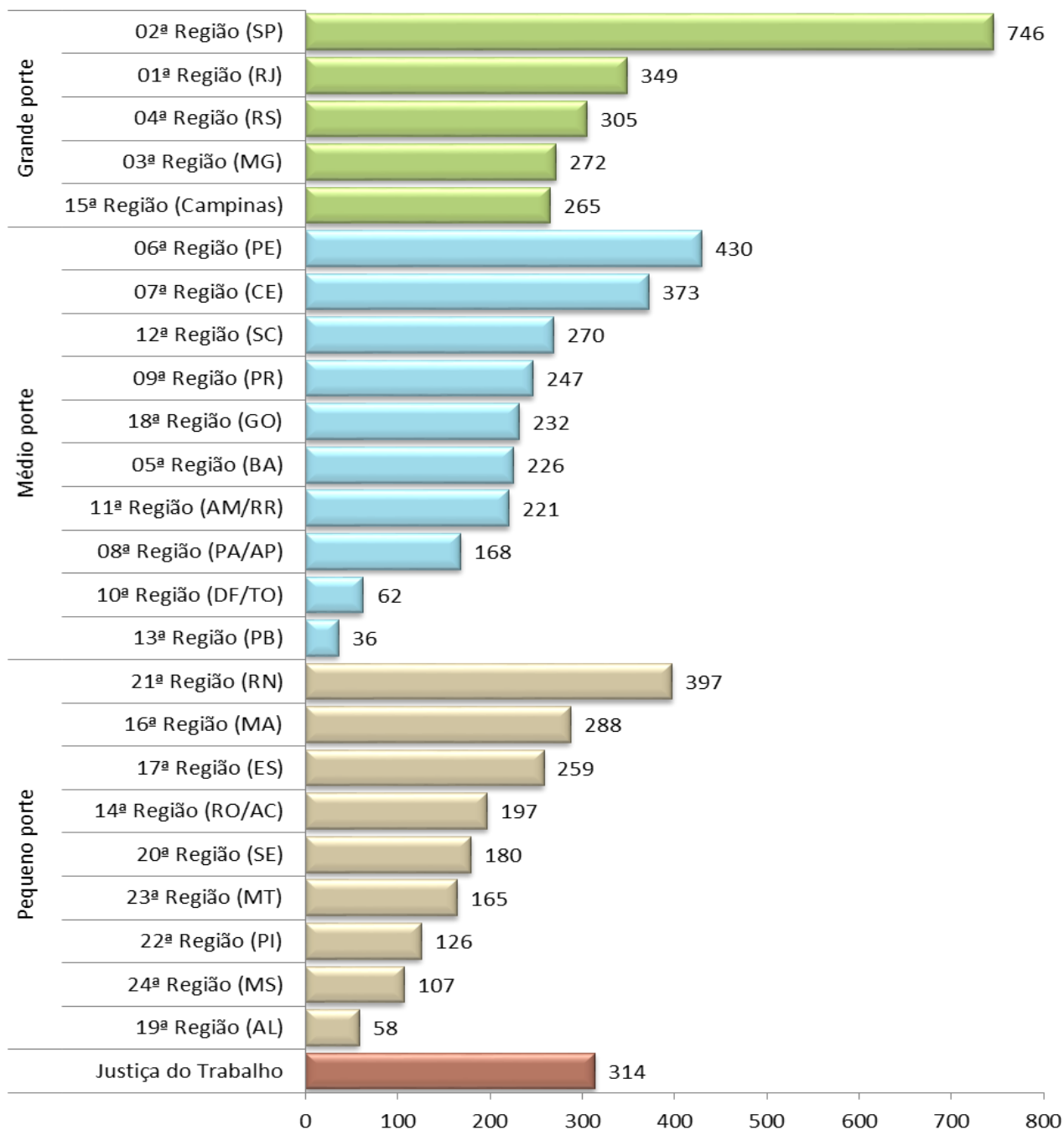
2.2.25. SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Tabela 2.39 - SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau
01ª Região (RJ)	80.635	231	349
02ª Região (SP)	249.890	335	746
03ª Região (MG)	71.293	262	272
04ª Região (RS)	70.264	230	305
05ª Região (BA)	38.644	171	226
06ª Região (PE)	52.012	121	430
07ª Região (CE)	23.115	62	373
08ª Região (PA/AP)	14.811	88	168
09ª Região (PR)	43.713	177	247
10ª Região (DF/TO)	4.740	76	62
11ª Região (AM/RR)	13.706	62	221
12ª Região (SC)	29.661	110	270
13ª Região (PB)	2.036	57	36
14ª Região (RO/AC)	10.853	55	197
15ª Região (Campinas)	93.646	353	265
16ª Região (MA)	13.521	47	288
17ª Região (ES)	13.442	52	259
18ª Região (GO)	20.669	89	232
19ª Região (AL)	2.506	43	58
20ª Região (SE)	5.213	29	180
21ª Região (RN)	17.092	43	397
22ª Região (PI)	3.390	27	126
23ª Região (MT)	11.686	71	165
24ª Região (MS)	5.463	51	107
Justiça do Trabalho	892.001	2.842	314

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.39 - SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau



Glossário:

SME_{Ex1º} - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado de 1º Grau na fase de execução da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $SME_{Ex1º} = SentEx1º / Mag1º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $SentEx1º = SentExt1º + SentJud1º$
- $Mag1º = MagP1º - MagAj1º$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

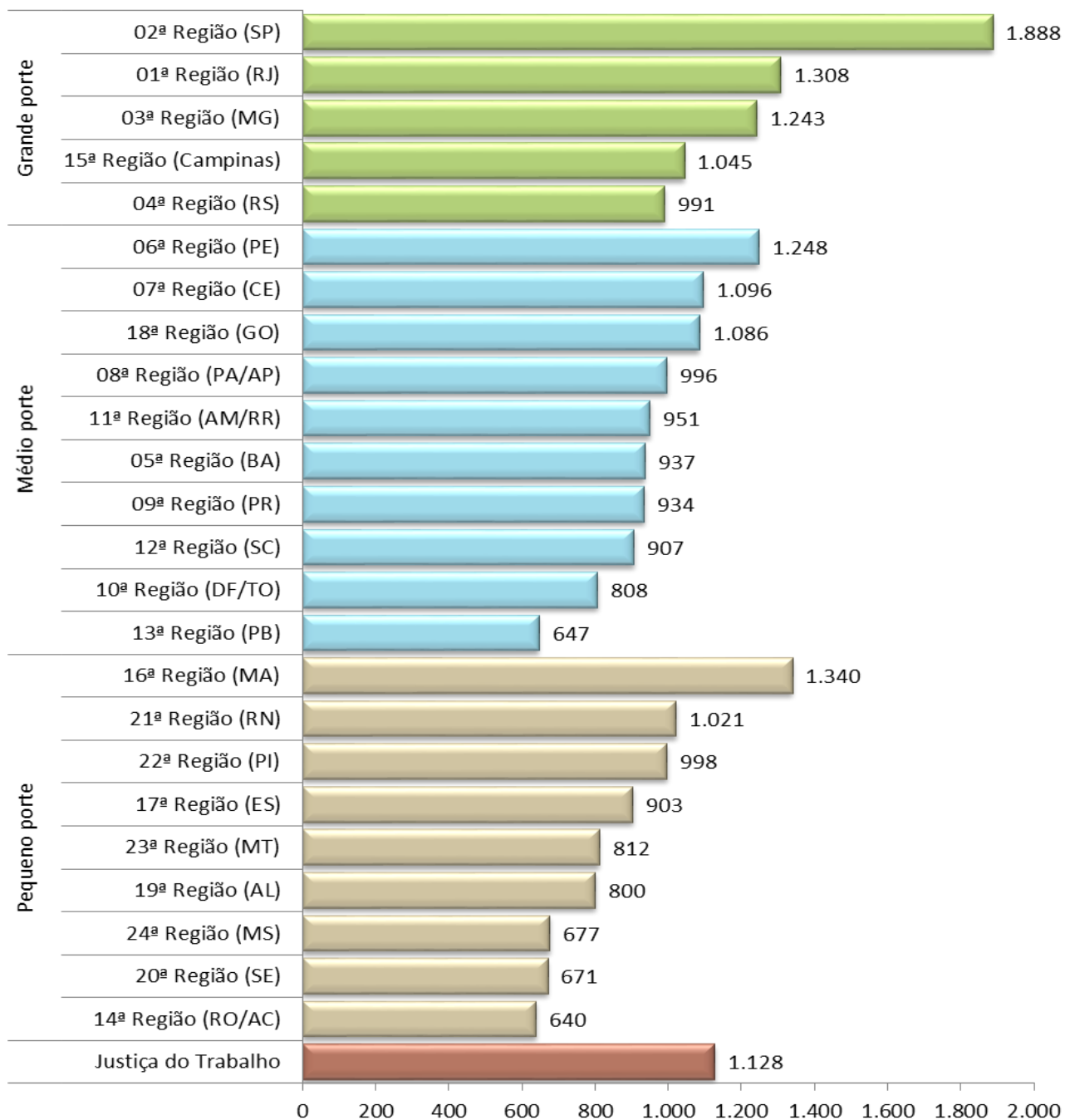
2.2.26. SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau

Tabela 2.40 - SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	SMEEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau
01ª Região (RJ)	959	349	1.308
02ª Região (SP)	1.142	746	1.888
03ª Região (MG)	971	272	1.243
04ª Região (RS)	685	305	991
05ª Região (BA)	711	226	937
06ª Região (PE)	818	430	1.248
07ª Região (CE)	723	373	1.096
08ª Região (PA/AP)	828	168	996
09ª Região (PR)	687	247	934
10ª Região (DF/TO)	745	62	808
11ª Região (AM/RR)	729	221	951
12ª Região (SC)	637	270	907
13ª Região (PB)	612	36	647
14ª Região (RO/AC)	442	197	640
15ª Região (Campinas)	780	265	1.045
16ª Região (MA)	1.053	288	1.340
17ª Região (ES)	645	259	903
18ª Região (GO)	854	232	1.086
19ª Região (AL)	742	58	800
20ª Região (SE)	491	180	671
21ª Região (RN)	624	397	1.021
22ª Região (PI)	872	126	998
23ª Região (MT)	648	165	812
24ª Região (MS)	570	107	677
Justiça do Trabalho	814	314	1.128

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.40 - SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau



Glossário:

SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado no 1º Grau.

Fórmula: $SM1 = SMC1 + SMEx1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $SMC1^o = SentC1^o / Mag1^o$
- $SMEx1^o = SentEx1^o / Mag1^o$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.27. ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

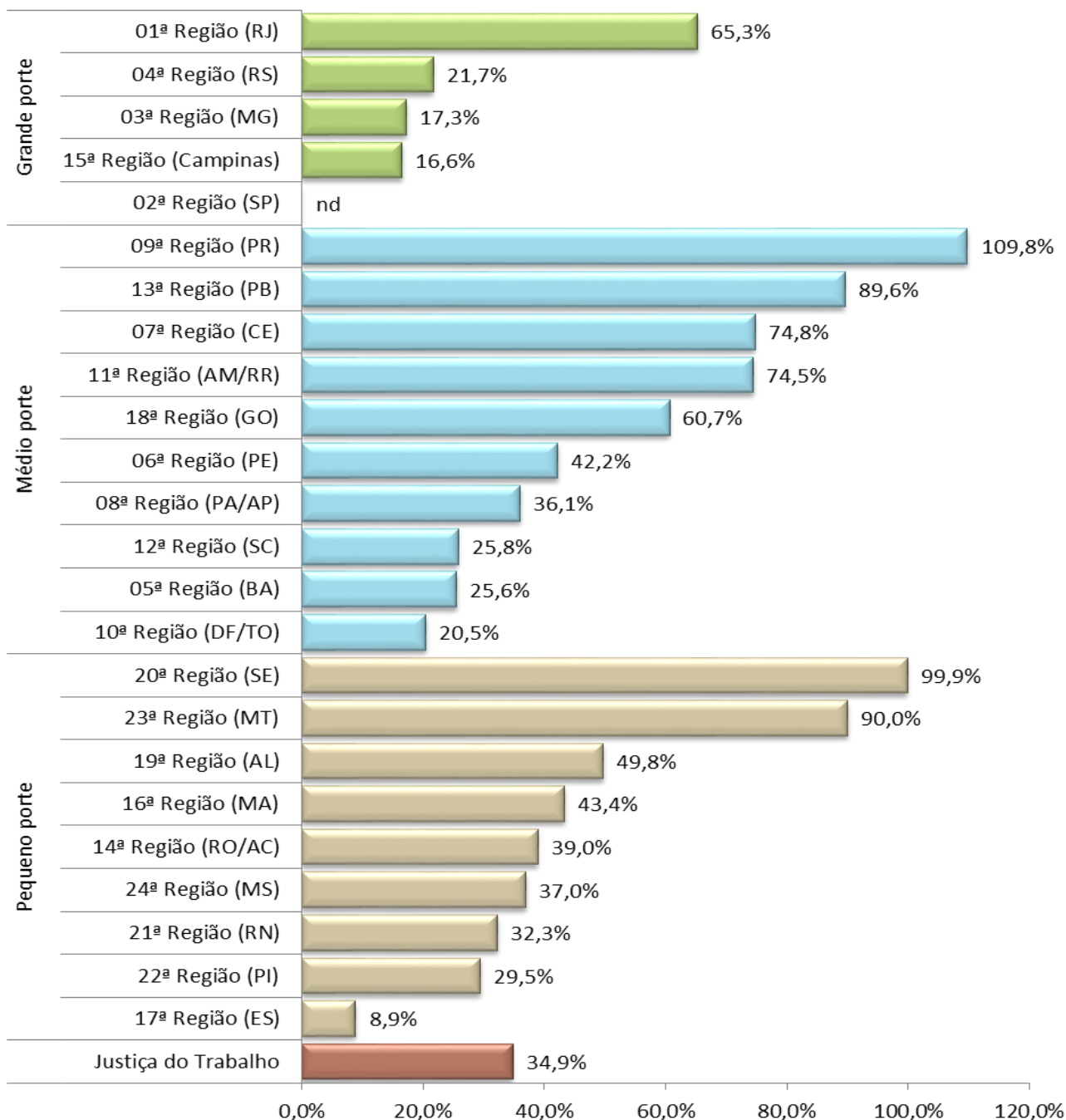
Tabela 2.41 - ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnElet1º - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau
01ª Região (RJ)	154.831	236.002	977	65,3%
02ª Região (SP)	67.597	413.930	nd	nd
03ª Região (MG)	45.655	262.357	993	17,3%
04ª Região (RS)	35.262	161.816	526	21,7%
05ª Região (BA)	32.359	126.084	348	25,6%
06ª Região (PE)	41.603	97.951	539	42,2%
07ª Região (CE)	40.206	53.454	322	74,8%
08ª Região (PA/AP)	28.000	76.934	610	36,1%
09ª Região (PR)	135.385	122.823	501	109,8%
10ª Região (DF/TO)	12.327	59.319	798	20,5%
11ª Região (AM/RR)	39.926	52.768	844	74,5%
12ª Região (SC)	21.389	82.115	701	25,8%
13ª Região (PB)	31.745	35.372	43	89,6%
14ª Região (RO/AC)	10.296	26.319	93	39,0%
15ª Região (Campinas)	48.926	293.501	1.239	16,6%
16ª Região (MA)	20.667	47.307	339	43,4%
17ª Região (ES)	3.177	35.722	130	8,9%
18ª Região (GO)	51.870	85.165	316	60,7%
19ª Região (AL)	19.028	38.094	116	49,8%
20ª Região (SE)	23.550	23.527	50	99,9%
21ª Região (RN)	8.972	27.652	83	32,3%
22ª Região (PI)	7.552	25.432	181	29,5%
23ª Região (MT)	34.983	38.482	378	90,0%
24ª Região (MS)	12.040	32.292	218	37,0%
Justiça do Trabalho	927.346	2.454.418	10.345	34,9%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.41 - ProcE11º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 1º grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEl1º} = \text{CnElet1º} / (\text{CnC1º} + \text{CnExt1º})$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnElet1º - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau: Os processos eletrônicos que ingressaram na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau; b) CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau; d) CnExtNFisc1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau.
- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $\text{CnExt1º} = \text{CnExtFisc1º} + \text{CnExtNFisc1º}$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

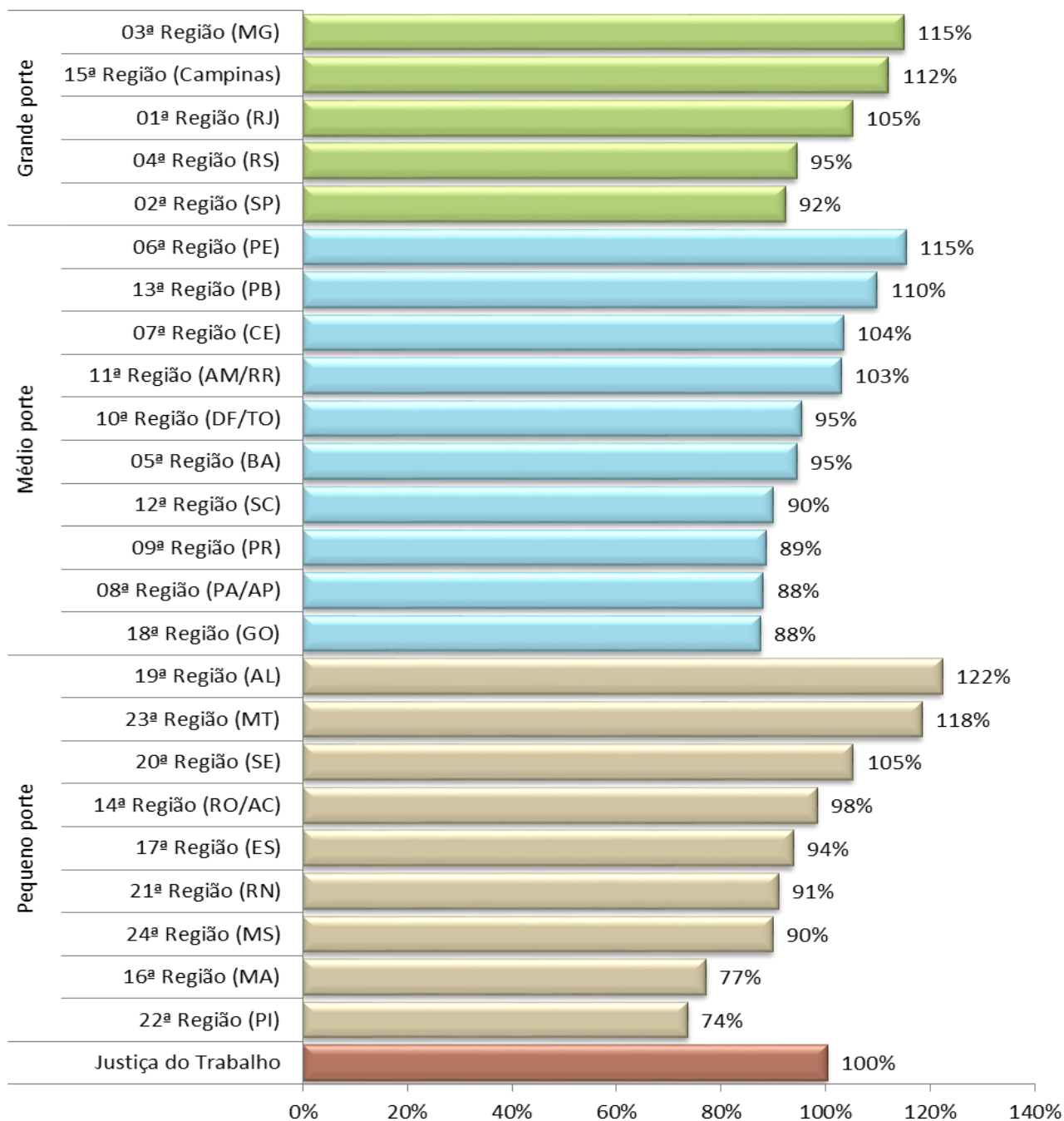
2.2.28. IADC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau

Tabela 2.42 - IADC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaixC1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	IADC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau
01ª Região (RJ)	248.383	236.002	105%
02ª Região (SP)	382.684	413.930	92%
03ª Região (MG)	301.874	262.357	115%
04ª Região (RS)	152.939	161.816	95%
05ª Região (BA)	119.249	126.084	95%
06ª Região (PE)	113.077	97.951	115%
07ª Região (CE)	55.327	53.454	104%
08ª Região (PA/AP)	67.811	76.934	88%
09ª Região (PR)	108.827	122.823	89%
10ª Região (DF/TO)	56.631	59.319	95%
11ª Região (AM/RR)	54.386	52.768	103%
12ª Região (SC)	73.982	82.115	90%
13ª Região (PB)	38.861	35.372	110%
14ª Região (RO/AC)	25.907	26.319	98%
15ª Região (Campinas)	328.987	293.501	112%
16ª Região (MA)	36.499	47.307	77%
17ª Região (ES)	33.522	35.722	94%
18ª Região (GO)	74.618	85.165	88%
19ª Região (AL)	46.608	38.094	122%
20ª Região (SE)	24.782	23.527	105%
21ª Região (RN)	25.205	27.652	91%
22ª Região (PI)	18.745	25.432	74%
23ª Região (MT)	45.580	38.482	118%
24ª Região (MS)	29.054	32.292	90%
Justiça do Trabalho	2.463.538	2.454.418	100%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.42 - IADC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau



Glossário:

IADC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau

Fórmula: $IADC1^\circ = TBaixC1^\circ / CnC1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TBaixC1º** - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnC1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau.
- **CnC1º** - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

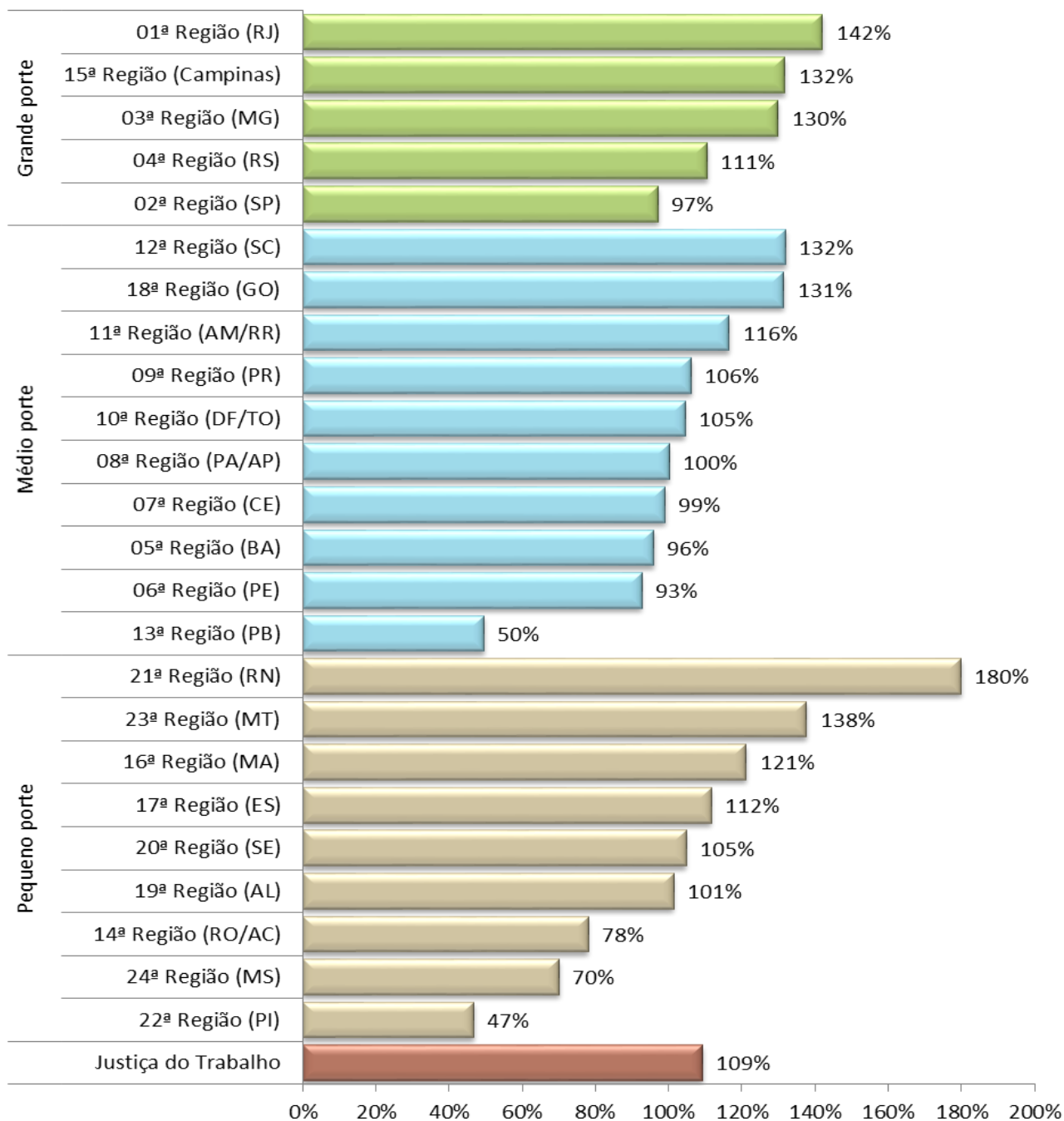
2.2.29. IADEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau

Tabela 2.43 - IADEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	IADEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau
01ª Região (RJ)	89.930	63.323	142%
02ª Região (SP)	249.890	257.210	97%
03ª Região (MG)	78.089	60.125	130%
04ª Região (RS)	62.067	56.143	111%
05ª Região (BA)	36.774	38.326	96%
06ª Região (PE)	49.153	53.015	93%
07ª Região (CE)	17.538	17.711	99%
08ª Região (PA/AP)	13.069	13.053	100%
09ª Região (PR)	38.989	36.713	106%
10ª Região (DF/TO)	16.809	16.082	105%
11ª Região (AM/RR)	13.647	11.716	116%
12ª Região (SC)	32.280	24.453	132%
13ª Região (PB)	9.660	19.457	50%
14ª Região (RO/AC)	6.969	8.925	78%
15ª Região (Campinas)	106.148	80.542	132%
16ª Região (MA)	13.029	10.748	121%
17ª Região (ES)	13.769	12.324	112%
18ª Região (GO)	25.548	19.435	131%
19ª Região (AL)	14.024	13.820	101%
20ª Região (SE)	4.619	4.406	105%
21ª Região (RN)	18.943	10.527	180%
22ª Região (PI)	3.016	6.452	47%
23ª Região (MT)	10.167	7.383	138%
24ª Região (MS)	7.029	10.015	70%
Justiça do Trabalho	931.156	851.904	109%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.43 - IADEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau



Glossário:

IAEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau

Fórmula: $IAEx1^\circ = TBaEx1^\circ / CnEx1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TBaEx1^\circ = TBaEx1^\circ + TBaJud1^\circ$
- $CnEx1^\circ = CnExt1^\circ + ExeJud1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

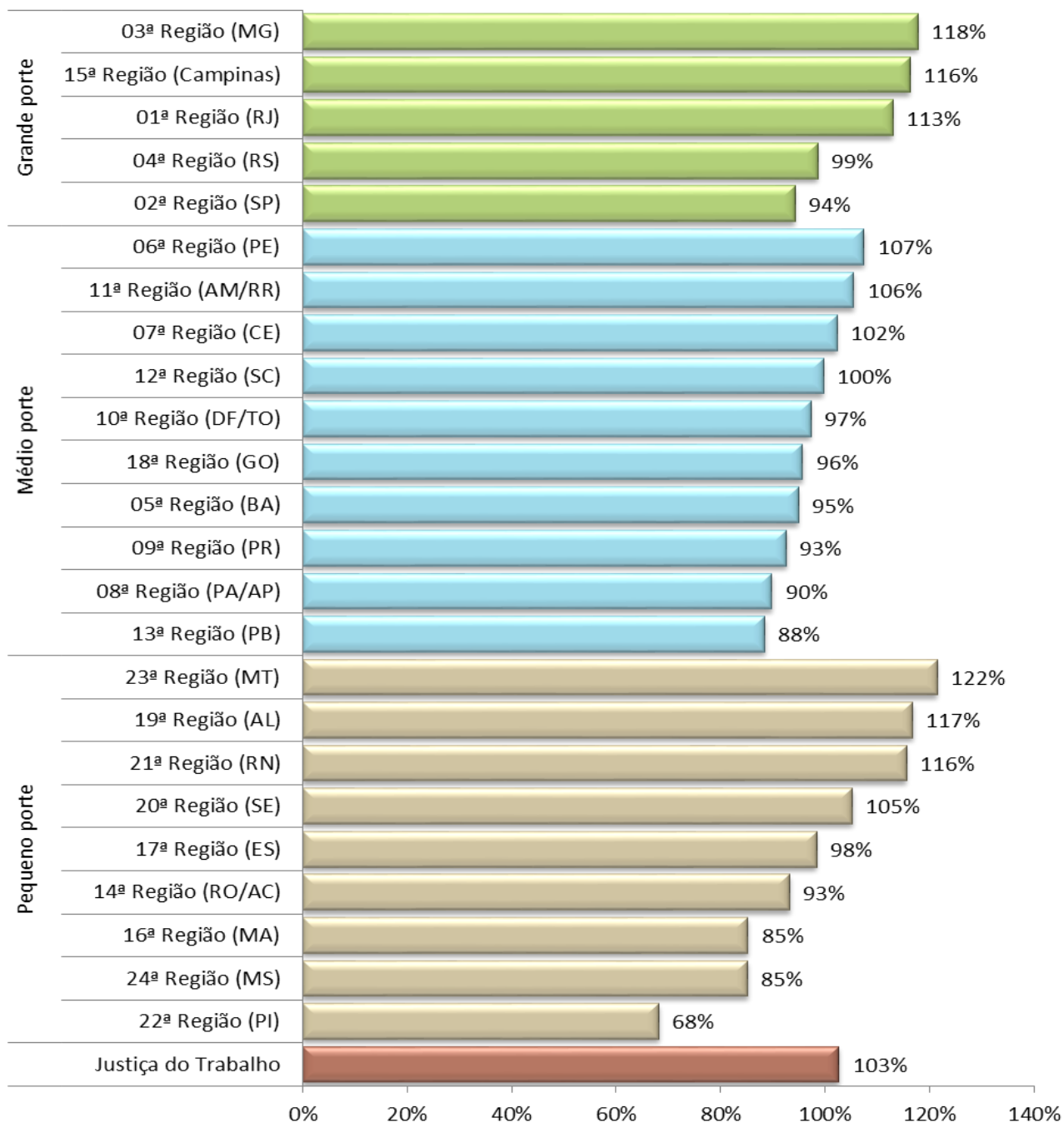
2.2.30. IAD1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

Tabela 2.44 - IAD1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaixC1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	IAD1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau
01ª Região (RJ)	248.383	89.930	236.002	63.323	113%
02ª Região (SP)	382.684	249.890	413.930	257.210	94%
03ª Região (MG)	301.874	78.089	262.357	60.125	118%
04ª Região (RS)	152.939	62.067	161.816	56.143	99%
05ª Região (BA)	119.249	36.774	126.084	38.326	95%
06ª Região (PE)	113.077	49.153	97.951	53.015	107%
07ª Região (CE)	55.327	17.538	53.454	17.711	102%
08ª Região (PA/AP)	67.811	13.069	76.934	13.053	90%
09ª Região (PR)	108.827	38.989	122.823	36.713	93%
10ª Região (DF/TO)	56.631	16.809	59.319	16.082	97%
11ª Região (AM/RR)	54.386	13.647	52.768	11.716	106%
12ª Região (SC)	73.982	32.280	82.115	24.453	100%
13ª Região (PB)	38.861	9.660	35.372	19.457	88%
14ª Região (RO/AC)	25.907	6.969	26.319	8.925	93%
15ª Região (Campinas)	328.987	106.148	293.501	80.542	116%
16ª Região (MA)	36.499	13.029	47.307	10.748	85%
17ª Região (ES)	33.522	13.769	35.722	12.324	98%
18ª Região (GO)	74.618	25.548	85.165	19.435	96%
19ª Região (AL)	46.608	14.024	38.094	13.820	117%
20ª Região (SE)	24.782	4.619	23.527	4.406	105%
21ª Região (RN)	25.205	18.943	27.652	10.527	116%
22ª Região (PI)	18.745	3.016	25.432	6.452	68%
23ª Região (MT)	45.580	10.167	38.482	7.383	122%
24ª Região (MS)	29.054	7.029	32.292	10.015	85%
Justiça do Trabalho	2.463.538	931.156	2.454.418	851.904	103%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.44 - IAD1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau



Glossário:

IAD1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos baixados em relação ao total de casos novos no 1º grau no período-base (semestre).

Fórmula: $IAD1^\circ = (TBaixC1^\circ + TBaixEx1^\circ) / (CnC1^\circ + CnEx1^\circ)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TBaixC1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau:** Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnC1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau.
- **TBaixEx1º = TBaixExt1º + TBaixJud1º**
- **CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau:** Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- **CnEx1º = CnExt1º + ExeJud1º**

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

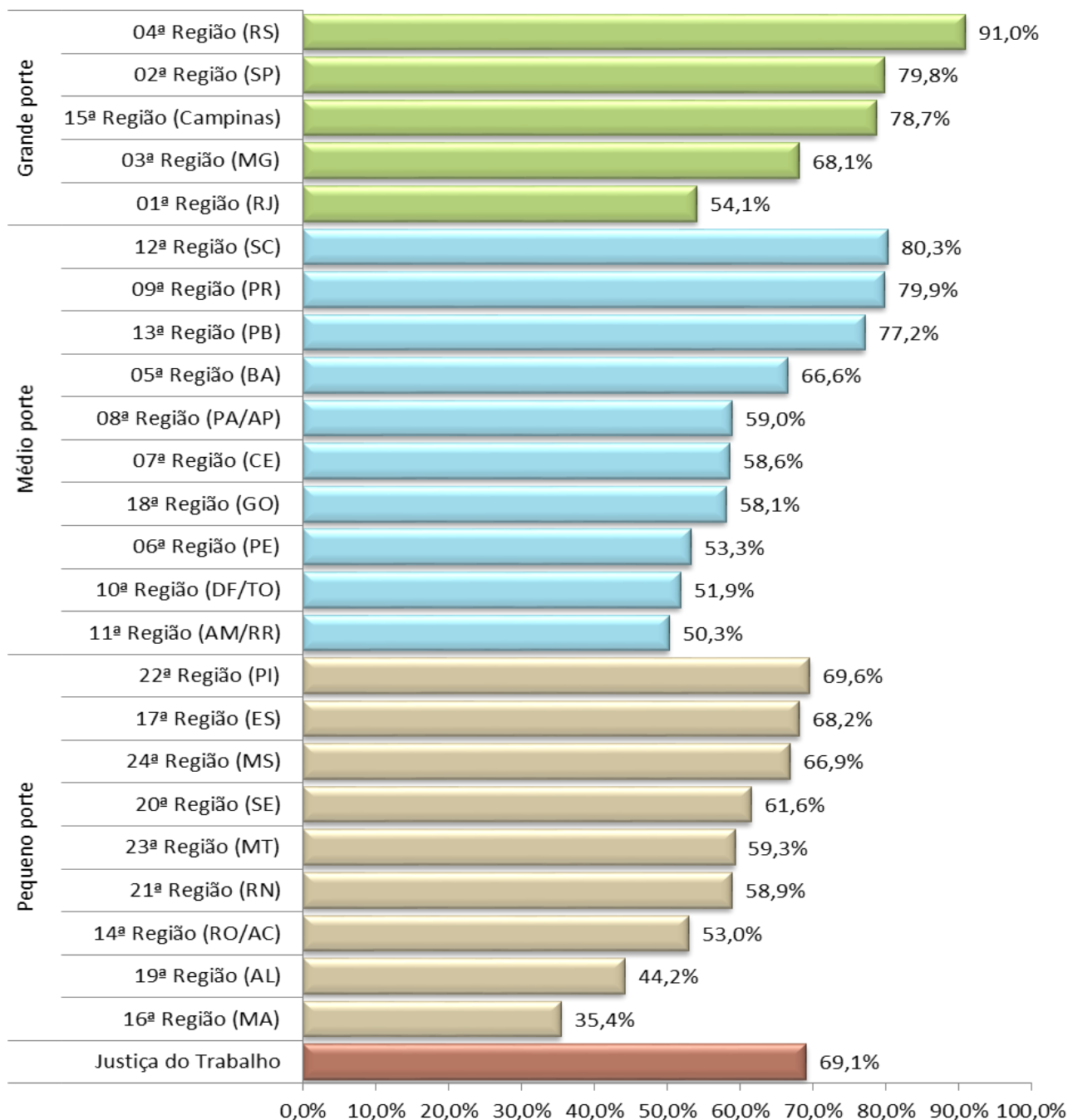
2.2.31. RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau

Tabela 2.45 - RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	ROROPS1º - Recursos Ordinários no 1º Grau	SeReC1º - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo	RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau
01ª Região (RJ)	57.356	106.013	54,1%
02ª Região (SP)	116.717	146.241	79,8%
03ª Região (MG)	70.288	103.220	68,1%
04ª Região (RS)	70.176	77.126	91,0%
05ª Região (BA)	41.293	61.971	66,6%
06ª Região (PE)	21.909	41.079	53,3%
07ª Região (CE)	9.306	15.890	58,6%
08ª Região (PA/AP)	10.351	17.558	59,0%
09ª Região (PR)	39.765	49.784	79,9%
10ª Região (DF/TO)	12.456	24.004	51,9%
11ª Região (AM/RR)	7.510	14.926	50,3%
12ª Região (SC)	25.155	31.339	80,3%
13ª Região (PB)	13.852	17.947	77,2%
14ª Região (RO/AC)	5.637	10.631	53,0%
15ª Região (Campinas)	104.355	132.593	78,7%
16ª Região (MA)	9.663	27.285	35,4%
17ª Região (ES)	11.492	16.860	68,2%
18ª Região (GO)	16.169	27.826	58,1%
19ª Região (AL)	3.742	8.463	44,2%
20ª Região (SE)	4.588	7.451	61,6%
21ª Região (RN)	8.340	14.167	58,9%
22ª Região (PI)	8.139	11.699	69,6%
23ª Região (MT)	10.497	17.696	59,3%
24ª Região (MS)	8.466	12.656	66,9%
Justiça do Trabalho	687.222	994.425	69,1%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.45 - RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau



Glossário:

RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos interpostos ao Tribunal Regional do Trabalho na fase de conhecimento em relação ao número de sentenças que põem fim à relação processual de conhecimento no 1º Grau com ou sem a análise do mérito, excluídas as decisões de homologação de acordo, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação e de arquivamento no período-base (semestre).

Fórmula: $RxRO1^\circ = (RO + ROPS) 1^\circ / SeReC1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ROROPS1º - Recursos Ordinários no 1º Grau: Os Recursos Ordinários e os Recursos Ordinários em Procedimento Sumaríssimo interpostos no 1º Grau no período-base (semestre).
- SeReC1º - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo: As decisões que põem fim à relação processual de conhecimento no 1º Grau com ou sem a análise do mérito, excluídas as decisões de homologação de acordo, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação, de arquivamento e as decisões em Embargos de Terceiros no período-base (semestre).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.32. RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau

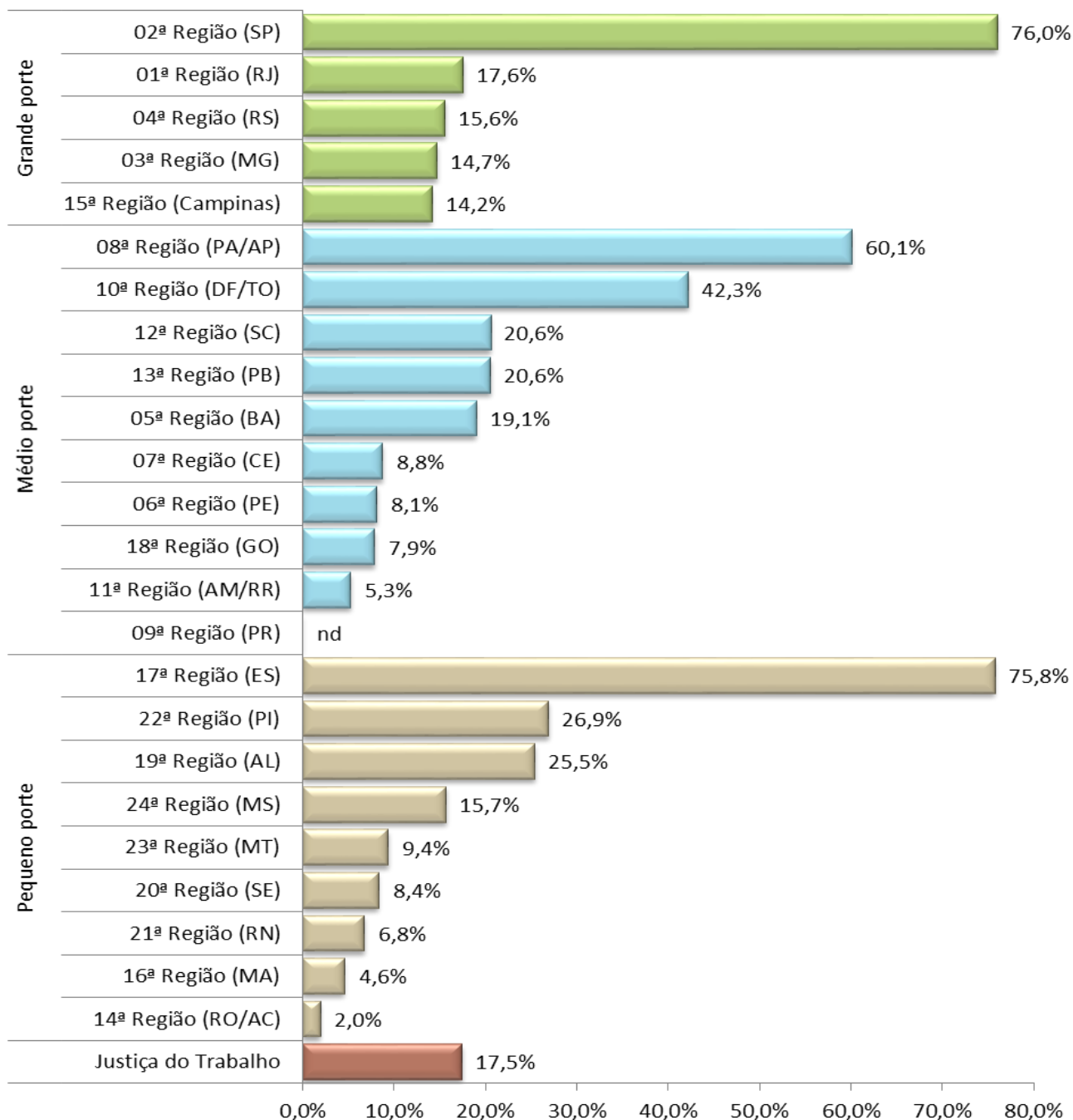
Tabela 2.46 - RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	AP1º - Agravos de Petição	SeReEx1º - Sentenças de Execução de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo	RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	14.139	80.380	17,6%
02ª Região (SP)	23.205	30.522	76,0%
03ª Região (MG)	10.540	71.585	14,7%
04ª Região (RS)	10.387	66.557	15,6%
05ª Região (BA)	7.476	39.233	19,1%
06ª Região (PE)	4.133	50.818	8,1%
07ª Região (CE)	2.008	22.900	8,8%
08ª Região (PA/AP)	1.552	2.582	60,1%
09ª Região (PR)	3.729	nd	nd
10ª Região (DF/TO)	1.847	4.369	42,3%
11ª Região (AM/RR)	979	18.490	5,3%
12ª Região (SC)	6.280	30.455	20,6%
13ª Região (PB)	1.142	5.554	20,6%
14ª Região (RO/AC)	216	11.067	2,0%
15ª Região (Campinas)	13.548	95.527	14,2%
16ª Região (MA)	622	13.488	4,6%
17ª Região (ES)	2.274	2.999	75,8%
18ª Região (GO)	1.627	20.642	7,9%
19ª Região (AL)	240	943	25,5%
20ª Região (SE)	432	5.171	8,4%
21ª Região (RN)	1.165	17.199	6,8%
22ª Região (PI)	922	3.426	26,9%
23ª Região (MT)	1.113	11.875	9,4%
24ª Região (MS)	848	5.399	15,7%
Justiça do Trabalho	110.424	611.181	17,5%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.46 - RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos interpostos ao Tribunal Regional do Trabalho na fase de execução em relação ao número de decisões proferidas pelo 1º Grau da Justiça do Trabalho na fase de execução, abrangendo as decisões em embargos à execução, embargos de terceiros, impugnação aos cálculos, embargos à adjudicação, embargos à arrematação.

Fórmula: $RxAP1^\circ = AP1^\circ / SeReEx1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- AP1º - Agravos de Petição: Os recursos de agravo de petição interpostos no 1º Grau no período-base (semestre).
- SeReEx1º - Sentenças de Execução de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo: As decisões proferidas na fase de execução, no período- base (semestre), pelo 1º Grau da Justiça do Trabalho, abrangendo as decisões em embargos à execução, embargos de terceiros, impugnação aos cálculos, embargos à adjudicação e embargos à arrematação.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

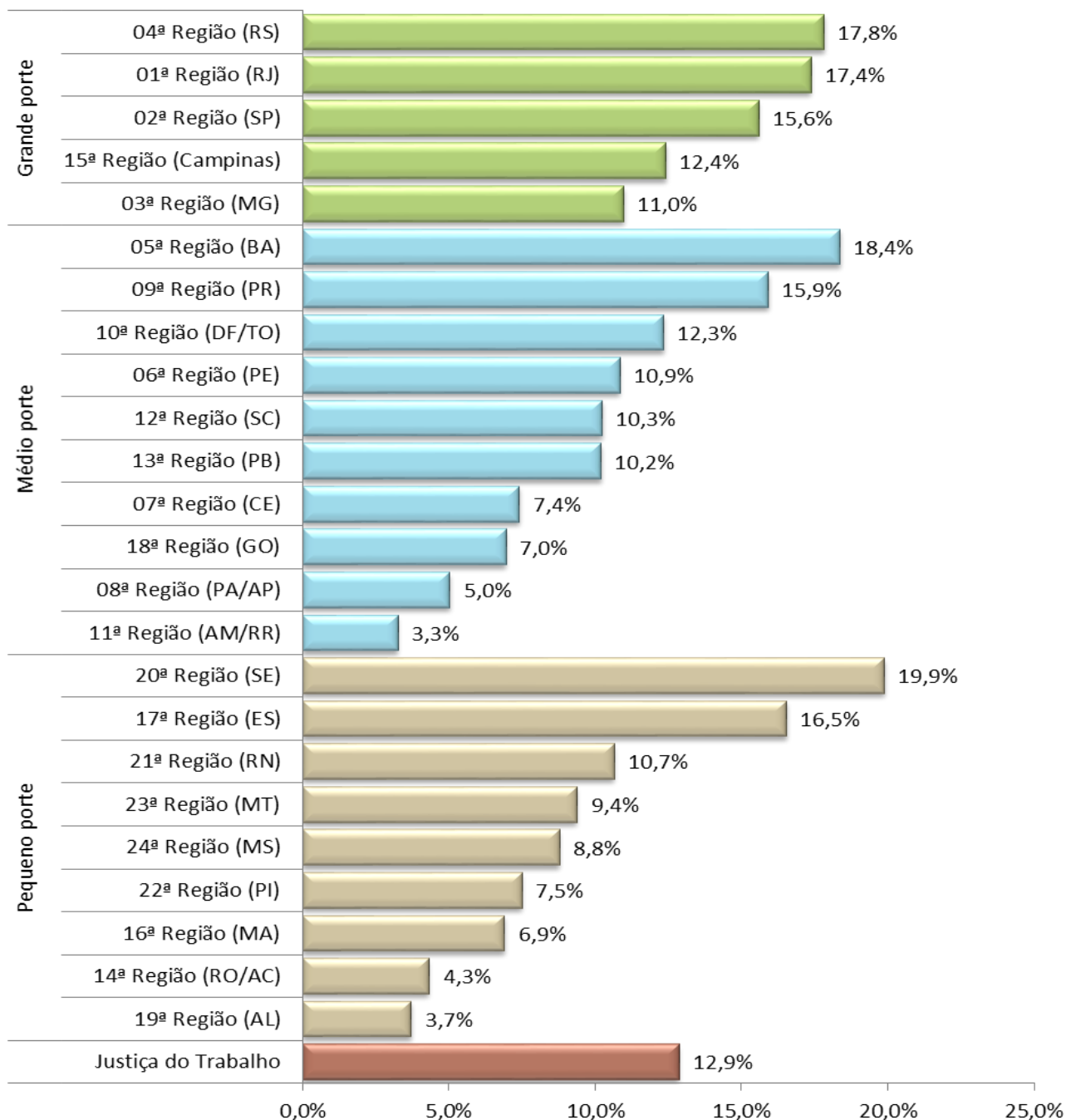
2.2.33. Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau

Tabela 2.47 - Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	RIntC1º - Recursos Internos da Fase de Conhecimento no 1º Grau	SeRIntC1º - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Interno	Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau
01ª Região (RJ)	37.468	215.441	17,4%
02ª Região (SP)	59.668	382.684	15,6%
03ª Região (MG)	27.340	248.963	11,0%
04ª Região (RS)	27.540	154.384	17,8%
05ª Região (BA)	21.523	117.106	18,4%
06ª Região (PE)	10.744	99.007	10,9%
07ª Região (CE)	3.167	42.776	7,4%
08ª Região (PA/AP)	3.672	72.880	5,0%
09ª Região (PR)	19.306	121.229	15,9%
10ª Região (DF/TO)	6.990	56.631	12,3%
11ª Região (AM/RR)	1.463	44.890	3,3%
12ª Região (SC)	7.088	69.146	10,3%
13ª Região (PB)	3.552	34.829	10,2%
14ª Região (RO/AC)	1.042	24.139	4,3%
15ª Região (Campinas)	33.580	270.201	12,4%
16ª Região (MA)	3.142	45.513	6,9%
17ª Região (ES)	5.731	34.646	16,5%
18ª Região (GO)	5.226	75.187	7,0%
19ª Região (AL)	1.184	31.893	3,7%
20ª Região (SE)	2.767	13.915	19,9%
21ª Região (RN)	2.808	26.333	10,7%
22ª Região (PI)	1.723	22.964	7,5%
23ª Região (MT)	4.258	45.419	9,4%
24ª Região (MS)	2.543	28.935	8,8%
Justiça do Trabalho	293.525	2.279.111	12,9%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.47 - Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau



Glossário:

Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau

Finalidade: Indicar a o número de recursos de embargos de declaração opostos no 1º Grau da Justiça do Trabalho em relação ao número de decisões proferidas no 1º Grau.

Fórmula: $Rin1^\circ = RIntC1^\circ / SeRInC1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **RIntC1º** - Recursos Internos da Fase de Conhecimento no 1º Grau: Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).
- **SeRInC1º** - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Interno: As decisões que põem fim à relação processual de conhecimento no 1º Grau com ou sem a análise do mérito, incluídas as decisões de homologação de acordo, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação, de arquivamento e as decisões em Embargos de Terceiros no período-base (semestre).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.34. Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

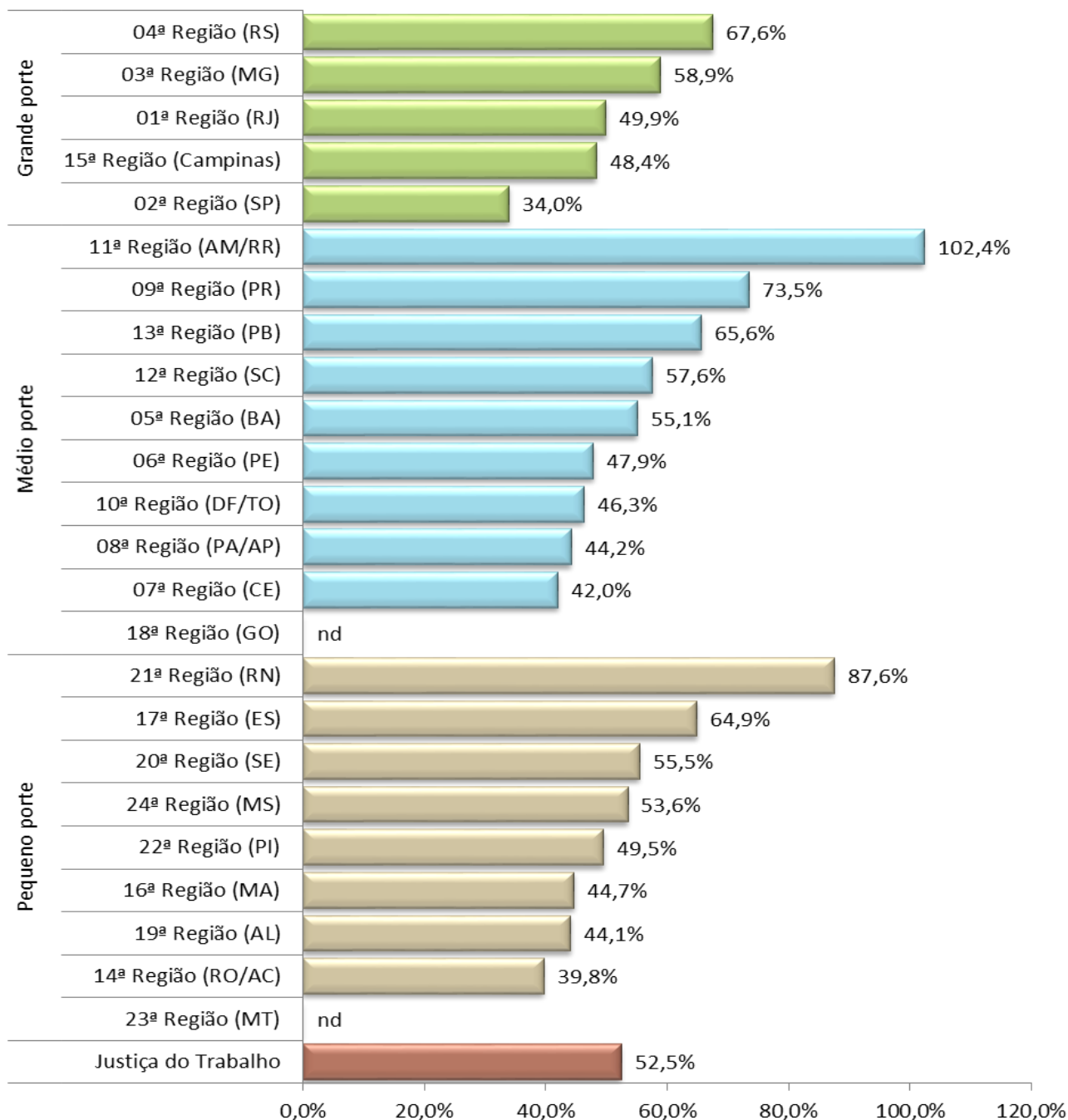
Tabela 2.48 - Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Rp1º - Recursos das decisões de 1º Grau providos pelo TRT (ainda que parcialmente)	Rj1º - Recursos julgados pelo TRT	Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau
01ª Região (RJ)	32.535	65.199	49,9%
02ª Região (SP)	37.211	109.387	34,0%
03ª Região (MG)	42.186	71.634	58,9%
04ª Região (RS)	39.099	57.830	67,6%
05ª Região (BA)	19.432	35.252	55,1%
06ª Região (PE)	9.661	20.166	47,9%
07ª Região (CE)	3.904	9.289	42,0%
08ª Região (PA/AP)	4.685	10.596	44,2%
09ª Região (PR)	27.319	37.170	73,5%
10ª Região (DF/TO)	6.790	14.675	46,3%
11ª Região (AM/RR)	3.817	3.729	102,4%
12ª Região (SC)	11.872	20.600	57,6%
13ª Região (PB)	6.339	9.656	65,6%
14ª Região (RO/AC)	2.739	6.890	39,8%
15ª Região (Campinas)	47.480	98.132	48,4%
16ª Região (MA)	2.528	5.658	44,7%
17ª Região (ES)	8.151	12.558	64,9%
18ª Região (GO)	6.558	11.640	nd
19ª Região (AL)	2.164	4.905	44,1%
20ª Região (SE)	2.695	4.855	55,5%
21ª Região (RN)	9.094	10.385	87,6%
22ª Região (PI)	3.969	8.013	49,5%
23ª Região (MT)	4.153	7.288	nd
24ª Região (MS)	3.929	7.336	53,6%
Justiça do Trabalho	338.310	642.843	52,5%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.48 - Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

Finalidade: Indicar a proporção de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 1º Grau e providos pelo Tribunal Regional do Trabalho, ainda que parcialmente, em relação ao número de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 1º Grau.

Fórmula: $Rd1^\circ = (RpAI1^\circ + RpRO1^\circ + RpROPS1^\circ + RpAP1^\circ) / (RjAI1^\circ + RjRO1^\circ + RjROPS1^\circ + RjAP1^\circ)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· Rp1º - Recursos das decisões de 1º Grau providos pelo TRT (ainda que parcialmente): Os acórdãos e decisões monocráticas julgados providos pelo TRT, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).

$Rp1^\circ = (RpAI1^\circ + RpRO1^\circ + RpROPS1^\circ + RpAP1^\circ)$

· Rj1º - Recursos julgados pelo TRT: O número total de acórdãos e de decisões monocráticas proferidos pelo TRT no período-base (semestre).

$Rj1^\circ = (RjAI1^\circ + RjRO1^\circ + RjROPS1^\circ + RjAP1^\circ)$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

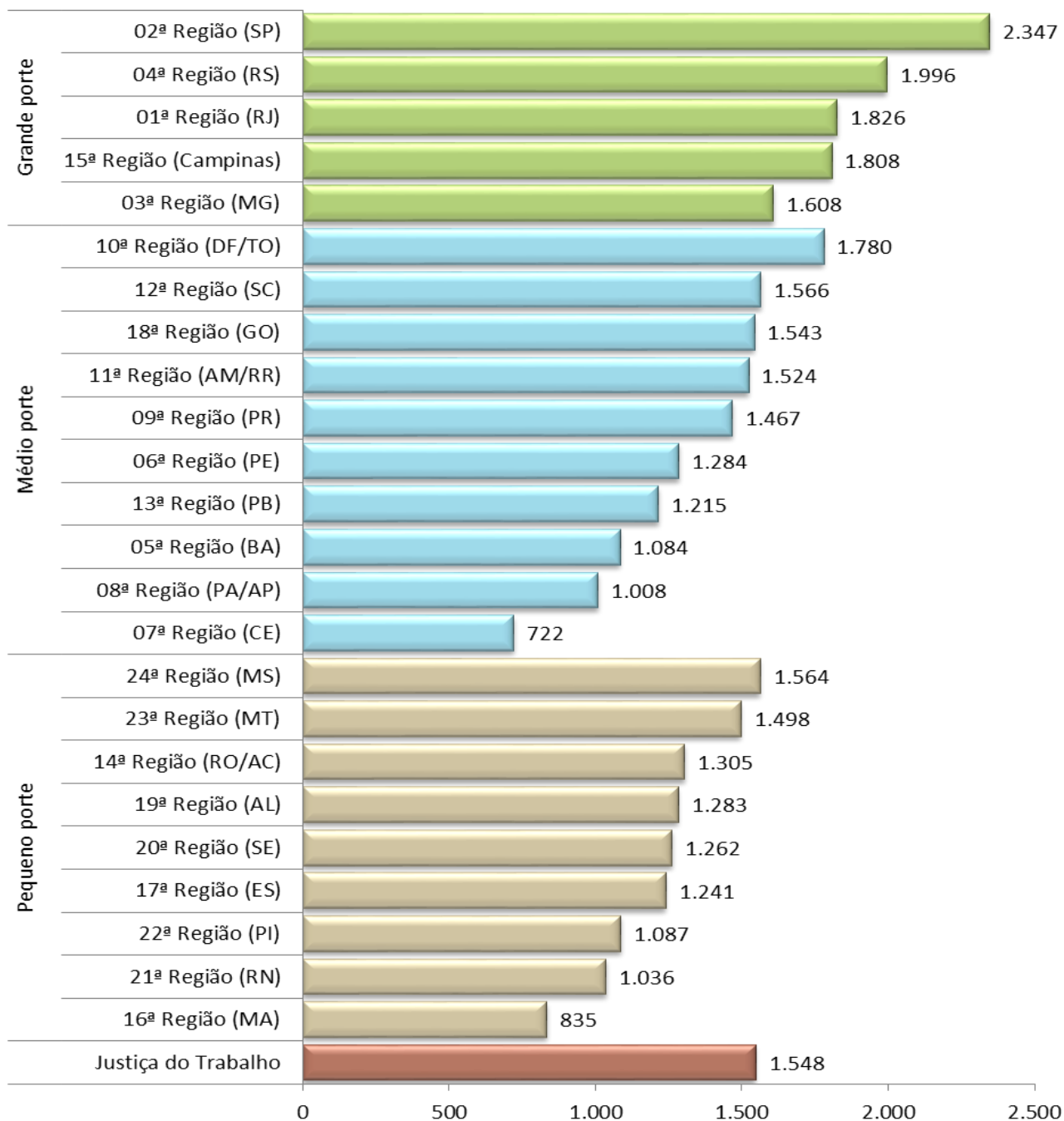
2.3.1. Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

Tabela 2.49 - Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	Total de casos novos (exceto execuções judiciais)	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	298.904	164	1.826
02ª Região (SP)	521.469	222	2.347
03ª Região (MG)	331.102	206	1.608
04ª Região (RS)	222.817	112	1.996
05ª Região (BA)	163.098	150	1.084
06ª Região (PE)	118.271	92	1.284
07ª Região (CE)	63.351	88	722
08ª Região (PA/AP)	88.080	87	1.008
09ª Região (PR)	161.373	110	1.467
10ª Região (DF/TO)	75.988	43	1.780
11ª Região (AM/RR)	65.468	43	1.524
12ª Região (SC)	103.894	66	1.566
13ª Região (PB)	47.547	39	1.215
14ª Região (RO/AC)	32.678	25	1.305
15ª Região (Campinas)	387.756	214	1.808
16ª Região (MA)	56.706	68	835
17ª Região (ES)	47.649	38	1.241
18ª Região (GO)	99.306	64	1.543
19ª Região (AL)	42.358	33	1.283
20ª Região (SE)	27.712	22	1.262
21ª Região (RN)	34.970	34	1.036
22ª Região (PI)	34.613	32	1.087
23ª Região (MT)	47.671	32	1.498
24ª Região (MS)	40.460	26	1.564
Justiça do Trabalho	3.113.241	2.011	1.548

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.49 - Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes



Glossário:

Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados para cada 100.000 habitantes do estado no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch = Cn / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Total de casos novos (exceto execuções judiciais) no período-base (semestre): É a soma de $Cn2^o + CnC1^o + CnExt1^o$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

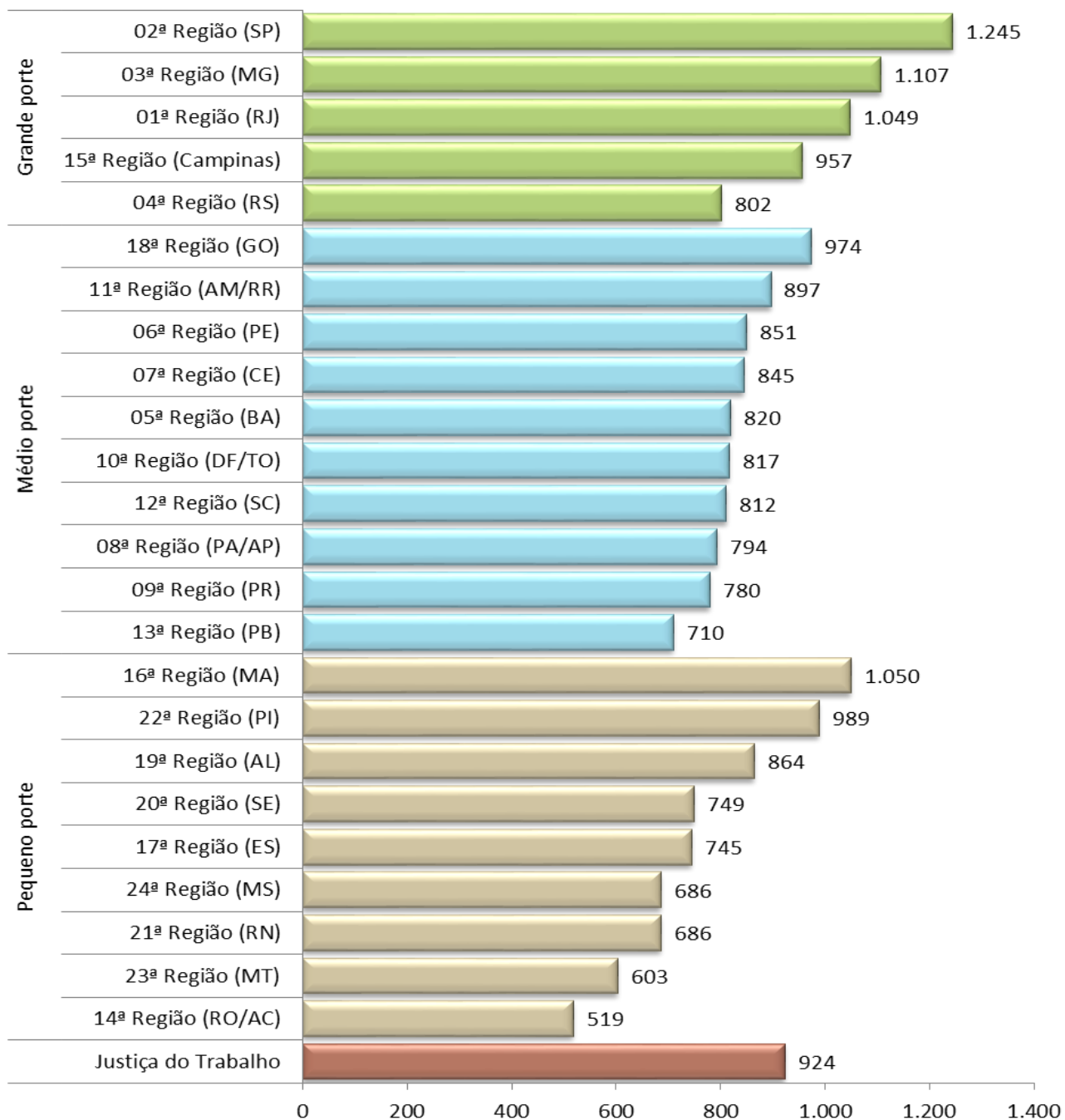
2.3.2. Cm - Casos Novos por Magistrado

Tabela 2.50 - Cm - Casos Novos por Magistrado

Tribunal Regional do Trabalho	Total de casos novos (exceto execuções judiciais)	Mag - Total de Magistrados	Cm - Casos Novos por Magistrado
01ª Região (RJ)	298.904	285	1.049
02ª Região (SP)	521.469	419	1.245
03ª Região (MG)	331.102	299	1.107
04ª Região (RS)	222.817	278	802
05ª Região (BA)	163.098	199	820
06ª Região (PE)	118.271	139	851
07ª Região (CE)	63.351	75	845
08ª Região (PA/AP)	88.080	111	794
09ª Região (PR)	161.373	207	780
10ª Região (DF/TO)	75.988	93	817
11ª Região (AM/RR)	65.468	73	897
12ª Região (SC)	103.894	128	812
13ª Região (PB)	47.547	67	710
14ª Região (RO/AC)	32.678	63	519
15ª Região (Campinas)	387.756	405	957
16ª Região (MA)	56.706	54	1.050
17ª Região (ES)	47.649	64	745
18ª Região (GO)	99.306	102	974
19ª Região (AL)	42.358	49	864
20ª Região (SE)	27.712	37	749
21ª Região (RN)	34.970	51	686
22ª Região (PI)	34.613	35	989
23ª Região (MT)	47.671	79	603
24ª Região (MS)	40.460	59	686
Justiça do Trabalho	3.113.241	3.371	924

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.50 - Cm - Casos Novos por Magistrado



Glossário:

Cm - Casos Novos por Magistrado

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados para cada magistrado no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm = Cn / Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Total de casos novos (exceto execuções judiciais) no período-base (semestre): É a soma de $Cn2^o + CnC1^o + CnExt1^o$
- $Mag = MagP2^o + MagP1^o - MagAJ1^o$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

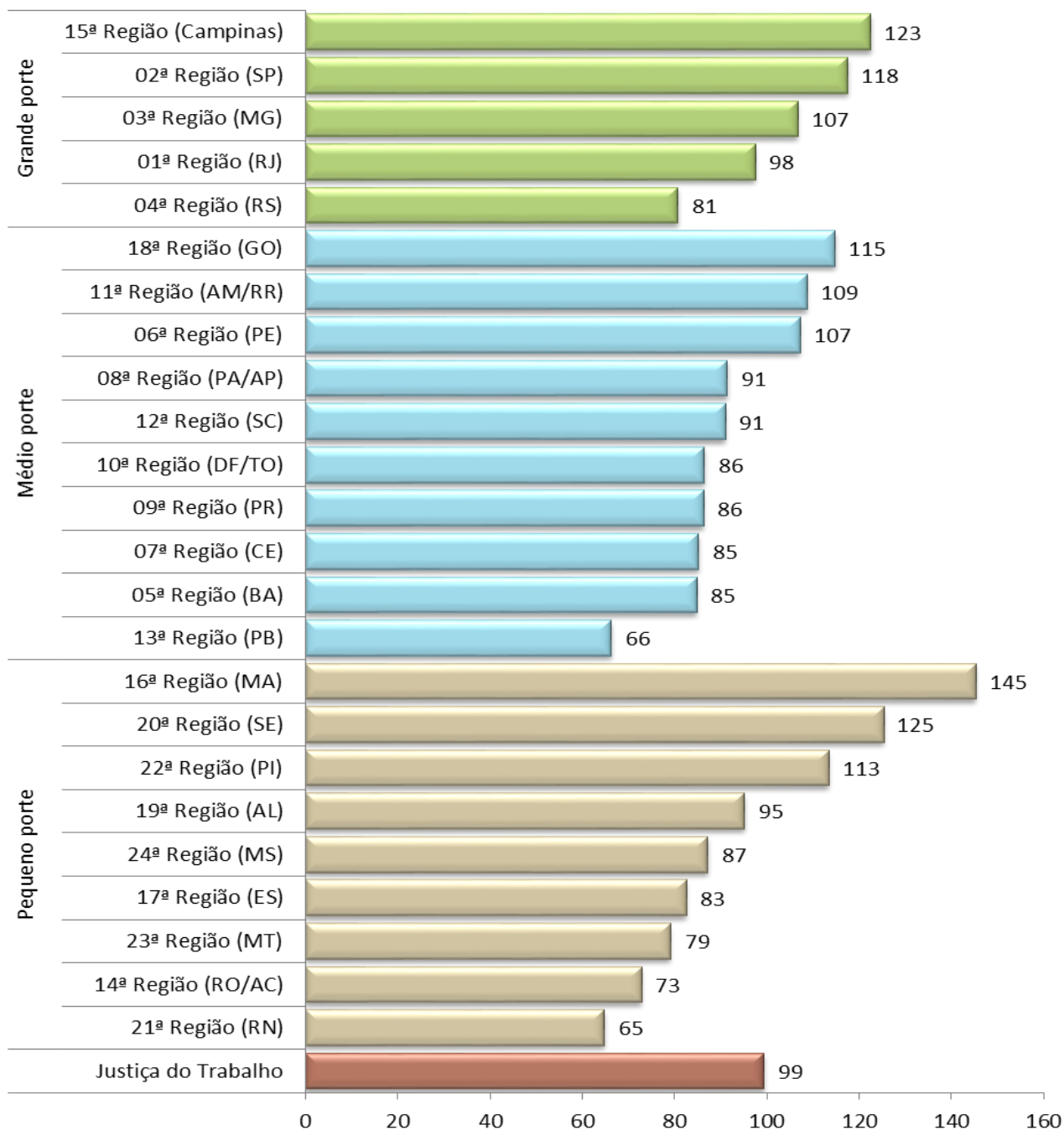
2.3.3. Cs - Casos Novos por Servidor

Tabela 2.51 - Cs - Casos Novos por Servidor

Tribunal Regional do Trabalho	Total de casos novos (exceto execuções judiciais)	SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária	Cs - Casos Novos por Servidor
01ª Região (RJ)	298.904	3.065	98
02ª Região (SP)	521.469	4.436	118
03ª Região (MG)	331.102	3.100	107
04ª Região (RS)	222.817	2.757	81
05ª Região (BA)	163.098	1.922	85
06ª Região (PE)	118.271	1.102	107
07ª Região (CE)	63.351	743	85
08ª Região (PA/AP)	88.080	963	91
09ª Região (PR)	161.373	1.869	86
10ª Região (DF/TO)	75.988	879	86
11ª Região (AM/RR)	65.468	602	109
12ª Região (SC)	103.894	1.141	91
13ª Região (PB)	47.547	717	66
14ª Região (RO/AC)	32.678	448	73
15ª Região (Campinas)	387.756	3.163	123
16ª Região (MA)	56.706	390	145
17ª Região (ES)	47.649	577	83
18ª Região (GO)	99.306	865	115
19ª Região (AL)	42.358	445	95
20ª Região (SE)	27.712	221	125
21ª Região (RN)	34.970	539	65
22ª Região (PI)	34.613	305	113
23ª Região (MT)	47.671	602	79
24ª Região (MS)	40.460	464	87
Justiça do Trabalho	3.113.241	31.315	99

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.51 - Cs - Casos Novos por Servidor



Glossário:

Cs - Casos Novos por Servidor

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados por servidor lotado na área judiciária no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs = Cn / SaJud$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Total de casos novos (exceto execuções judiciais) no período-base (semestre): É a soma de $Cn2^o + CnC1^o + CnExt1^o$
- $SaJud = SaJud2 + SaJud1$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

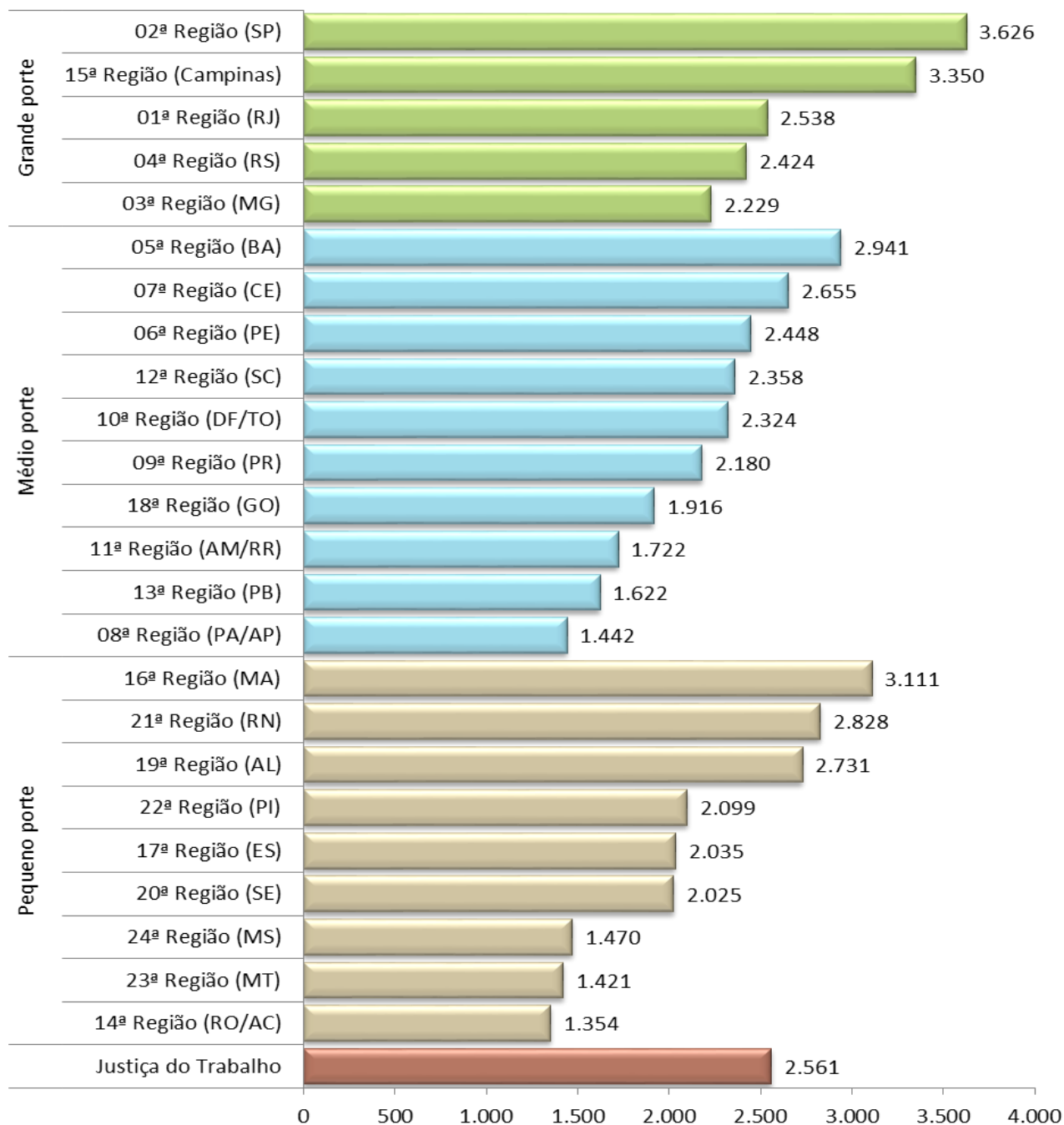
2.3.4. K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Tabela 2.52 - K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Tribunal Regional do Trabalho	Cn - Casos Novos	Cp - Casos Pendentes	RIntInc - Recursos Internos e Incidentes de Execução	RIntIncP - Recursos Internos e Incidentes de Execução Pendentes	Mag - Total de Magistrados	K - Carga de Trabalho dos Magistrados
01ª Região (RJ)	361.250	268.231	71.934	21.922	285	2.538
02ª Região (SP)	778.679	611.728	115.733	13.354	419	3.626
03ª Região (MG)	390.234	212.453	61.119	2.765	299	2.229
04ª Região (RS)	278.434	324.988	57.580	12.957	278	2.424
05ª Região (BA)	201.076	316.460	46.997	20.719	199	2.941
06ª Região (PE)	170.747	142.778	21.355	5.344	139	2.448
07ª Região (CE)	80.740	107.132	9.120	2.124	75	2.655
08ª Região (PA/AP)	100.523	41.742	8.482	9.343	111	1.442
09ª Região (PR)	197.585	200.629	44.361	8.703	207	2.180
10ª Região (DF/TO)	91.272	99.789	15.556	9.496	93	2.324
11ª Região (AM/RR)	76.340	39.751	6.491	3.107	73	1.722
12ª Região (SC)	127.646	152.549	18.934	2.740	128	2.358
13ª Região (PB)	66.961	32.512	8.336	893	67	1.622
14ª Região (RO/AC)	41.510	40.934	2.685	198	63	1.354
15ª Região (Campinas)	467.059	797.987	73.106	18.461	405	3.350
16ª Região (MA)	67.115	92.249	7.058	1.546	54	3.111
17ª Região (ES)	59.843	55.146	12.481	2.765	64	2.035
18ª Região (GO)	118.425	66.024	10.120	887	102	1.916
19ª Região (AL)	56.062	74.760	2.525	462	49	2.731
20ª Região (SE)	32.068	37.046	4.419	1.409	37	2.025
21ª Região (RN)	45.414	90.901	5.722	2.181	51	2.828
22ª Região (PI)	40.884	26.546	4.746	1.291	35	2.099
23ª Região (MT)	54.676	47.684	6.980	2.958	79	1.421
24ª Região (MS)	50.257	31.267	5.117	71	59	1.470
Justiça do Trabalho	3.954.800	3.911.286	620.957	145.696	3.371	2.561

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.52 - K - Carga de Trabalho dos Magistrados



Glossário:

K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos Magistrados no período-base (semestre).

Fórmula: $K = (Cn + Cp + RInt + RIntP) / Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn = Cn2 + Cn1$
- $Cp = Cp2 + Cp1$
- $RIntInc = RInt2 + RIntC1 + IncEx1$
- $RIntIncP = RIntP2 + RIntPC1 + IncExP1$
- $Mag = MagP2^o + MagP1^o - MagAJ1^o$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

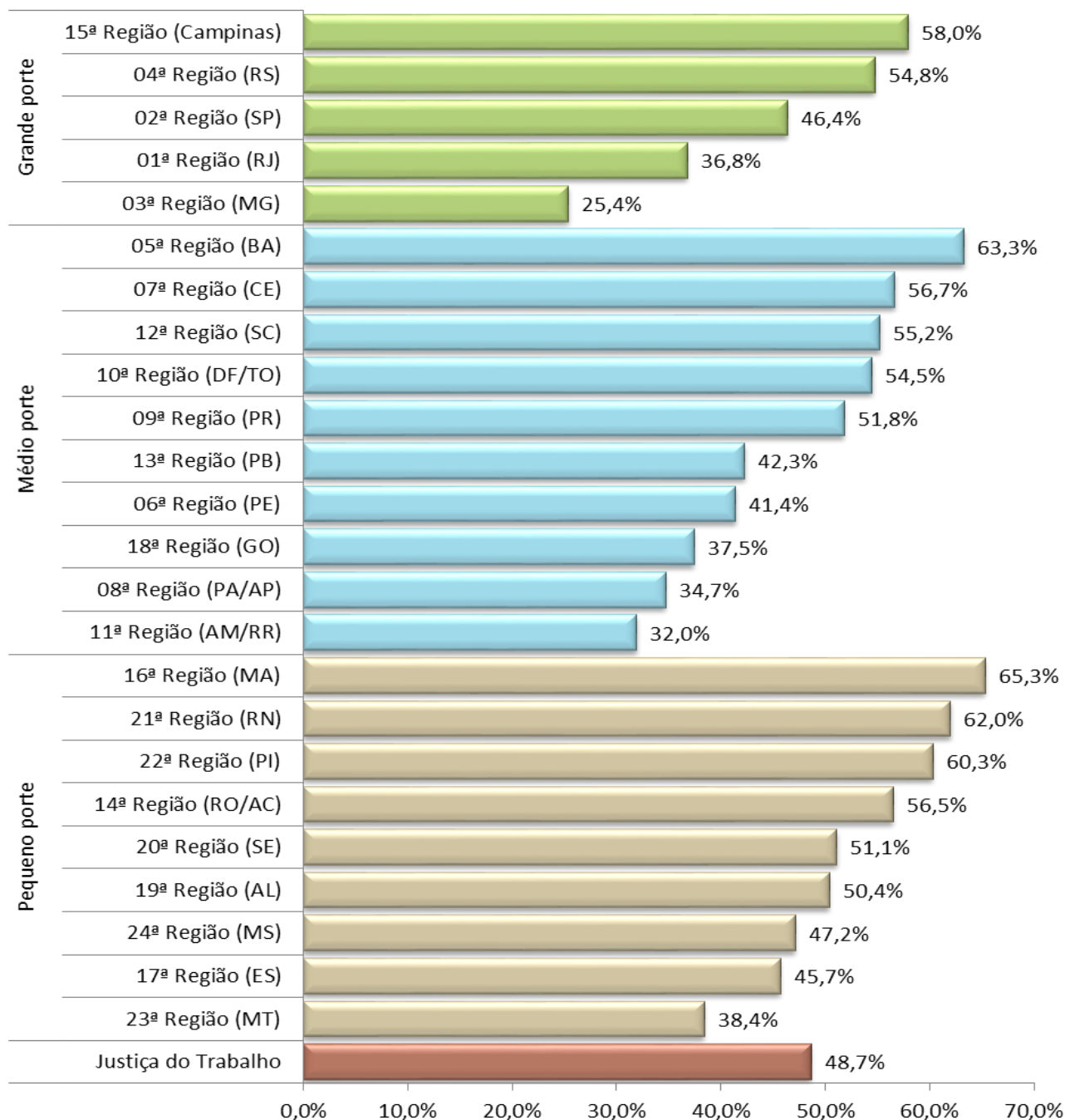
2.3.5. TC - Taxa de Congestionamento

Tabela 2.53 - TC - Taxa de Congestionamento

Tribunal Regional do Trabalho	TBaix - Total de Processos Baixados	Cn - Casos Novos	Cp - Casos Pendentes	TC - Taxa de Congestionamento
01ª Região (RJ)	397.762	361.250	268.231	36,8%
02ª Região (SP)	745.413	778.679	611.728	46,4%
03ª Região (MG)	449.367	390.234	212.453	25,4%
04ª Região (RS)	272.886	278.434	324.988	54,8%
05ª Região (BA)	189.918	201.076	316.460	63,3%
06ª Região (PE)	183.682	170.747	142.778	41,4%
07ª Região (CE)	81.428	80.740	107.132	56,7%
08ª Região (PA/AP)	92.843	100.523	41.742	34,7%
09ª Região (PR)	191.799	197.585	200.629	51,8%
10ª Região (DF/TO)	86.956	91.272	99.789	54,5%
11ª Região (AM/RR)	78.964	76.340	39.751	32,0%
12ª Região (SC)	125.421	127.646	152.549	55,2%
13ª Região (PB)	57.403	66.961	32.512	42,3%
14ª Região (RO/AC)	35.832	41.510	40.934	56,5%
15ª Região (Campinas)	531.606	467.059	797.987	58,0%
16ª Região (MA)	55.220	67.115	92.249	65,3%
17ª Região (ES)	62.396	59.843	55.146	45,7%
18ª Região (GO)	115.321	118.425	66.024	37,5%
19ª Região (AL)	64.838	56.062	74.760	50,4%
20ª Região (SE)	33.771	32.068	37.046	51,1%
21ª Região (RN)	51.756	45.414	90.901	62,0%
22ª Região (PI)	26.758	40.884	26.546	60,3%
23ª Região (MT)	63.031	54.676	47.684	38,4%
24ª Região (MS)	43.083	50.257	31.267	47,2%
Justiça do Trabalho	4.037.454	3.954.800	3.911.286	48,7%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.53 - TC - Taxa de Congestionamento



Glossário:

TC - Taxa de Congestionamento

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento no período-base (semestre).

Fórmula: $TC = 1 - (T_{Baix} / (C_n + C_p))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{Baix} = T_{Baix2} + T_{Baix1}$
- $C_n = C_{n2} + C_{n1}$
- $C_p = C_{p2} + C_{p1}$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

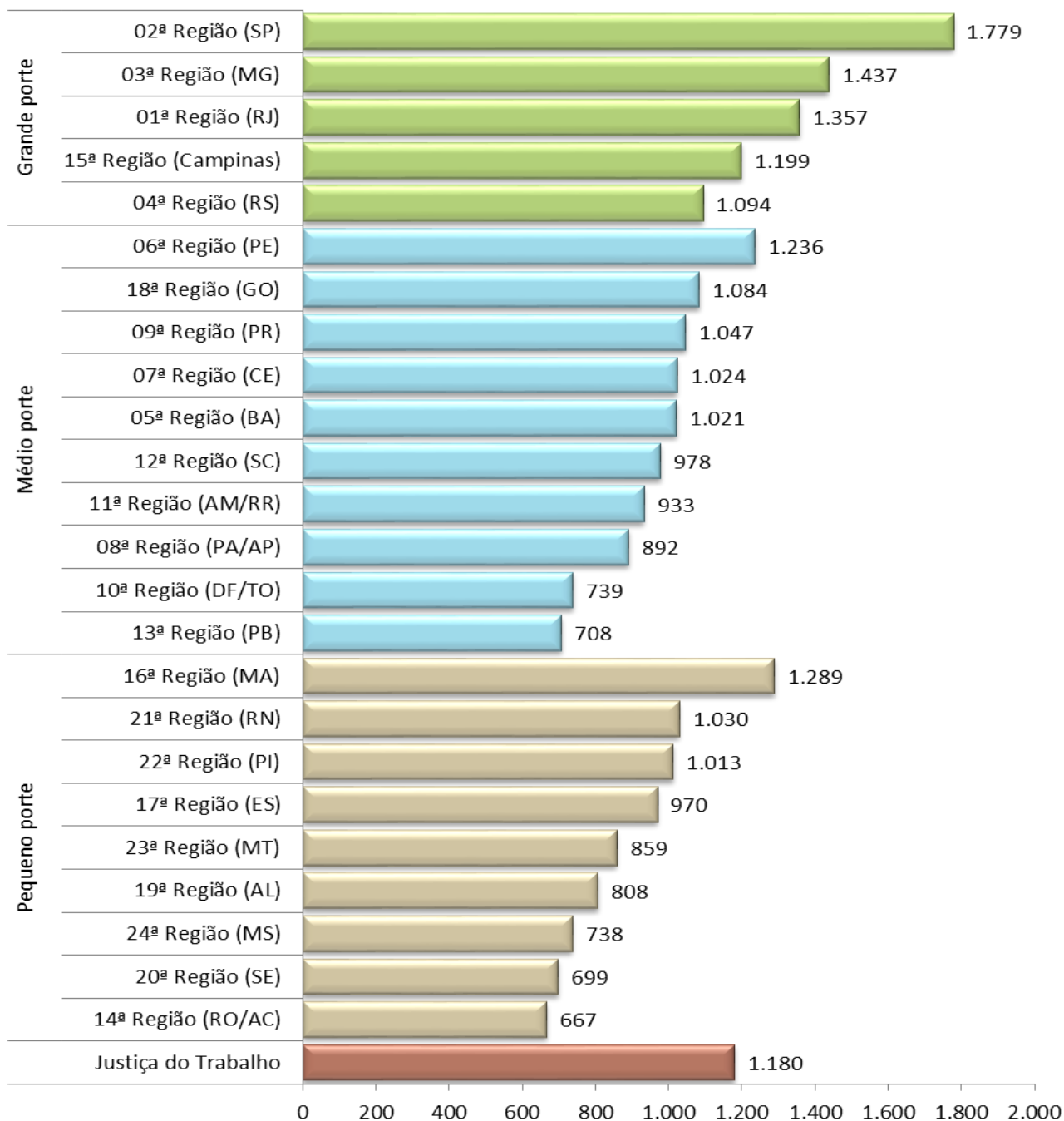
2.3.6. SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Tabela 2.54 - SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Tribunal Regional do Trabalho	Sent - Total de Sentenças / Decisões	Mag - Total de Magistrados	SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado
01ª Região (RJ)	386.875	285	1.357
02ª Região (SP)	745.413	419	1.779
03ª Região (MG)	429.789	299	1.437
04ª Região (RS)	304.270	278	1.094
05ª Região (BA)	203.241	199	1.021
06ª Região (PE)	171.858	139	1.236
07ª Região (CE)	76.763	75	1.024
08ª Região (PA/AP)	98.970	111	892
09ª Região (PR)	216.806	207	1.047
10ª Região (DF/TO)	68.745	93	739
11ª Região (AM/RR)	68.096	73	933
12ª Região (SC)	125.222	128	978
13ª Região (PB)	47.434	67	708
14ª Região (RO/AC)	42.032	63	667
15ª Região (Campinas)	485.458	405	1.199
16ª Região (MA)	69.617	54	1.289
17ª Região (ES)	62.069	64	970
18ª Região (GO)	110.588	102	1.084
19ª Região (AL)	39.581	49	808
20ª Região (SE)	25.847	37	699
21ª Região (RN)	52.544	51	1.030
22ª Região (PI)	35.444	35	1.013
23ª Região (MT)	67.857	79	859
24ª Região (MS)	43.524	59	738
Justiça do Trabalho	3.978.043	3.371	1.180

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.54 - SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado



Glossário:

SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Finalidade: Indicar a média de sentenças / decisões terminativas de processo por Magistrado no período-base (semestre).

Fórmula: $SM = \text{Sent} / \text{Mag}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{Sent} = \text{Sent2} + \text{Sent1}$
- $\text{Mag} = \text{MagP2}^\circ + \text{MagP1}^\circ - \text{MagAJ1}^\circ$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

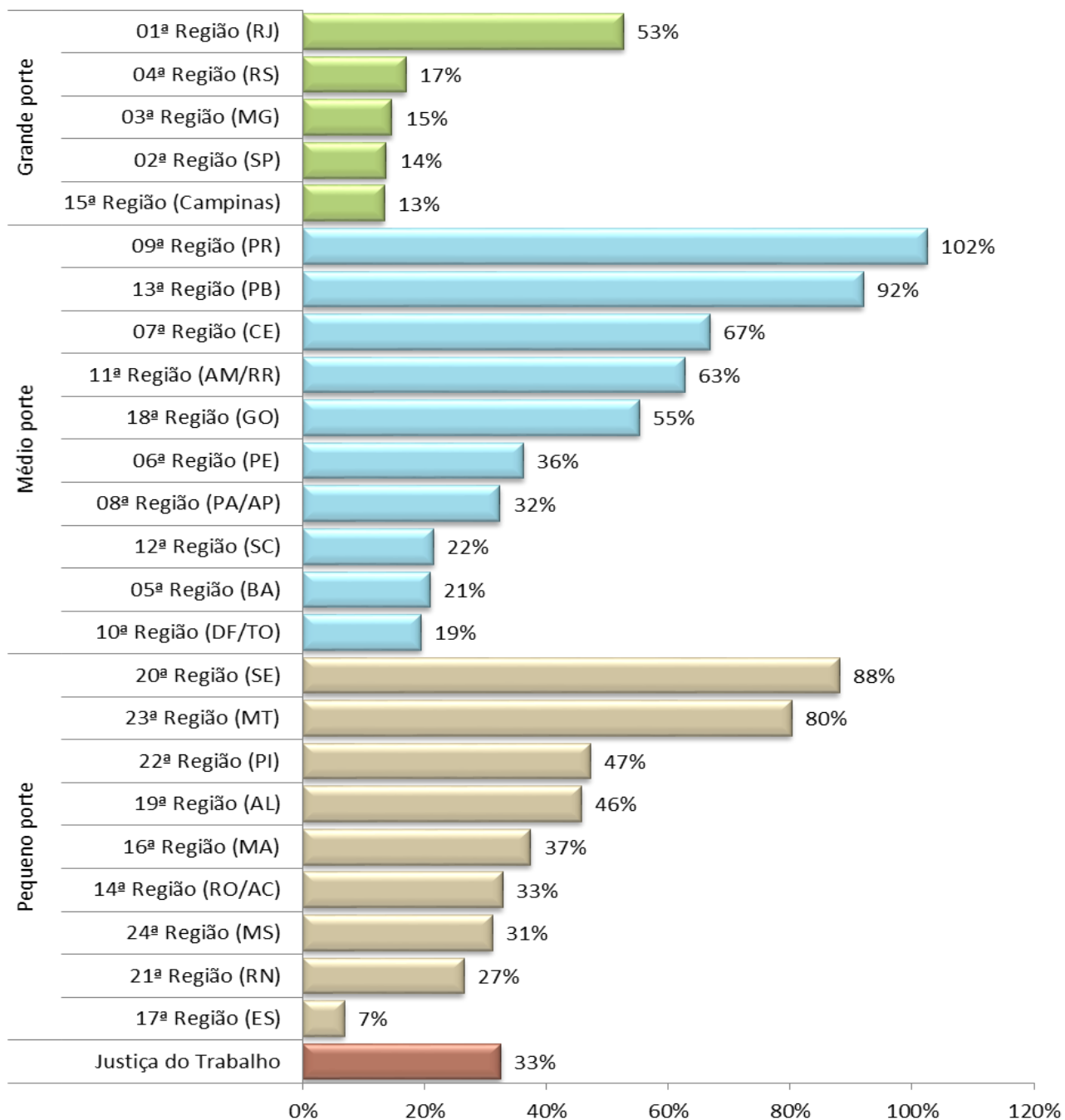
2.3.7. ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Tabela 2.55 - ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Tribunal Regional do Trabalho	CnElet - Casos Novos Eletrônicos	Total de casos novos (exceto execuções judiciais)	ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos
01ª Região (RJ)	157.549	298.904	53%
02ª Região (SP)	71.649	521.469	14%
03ª Região (MG)	48.585	331.102	15%
04ª Região (RS)	37.725	222.817	17%
05ª Região (BA)	34.241	163.098	21%
06ª Região (PE)	42.928	118.271	36%
07ª Região (CE)	42.386	63.351	67%
08ª Região (PA/AP)	28.543	88.080	32%
09ª Região (PR)	165.323	161.373	102%
10ª Região (DF/TO)	14.789	75.988	19%
11ª Região (AM/RR)	41.075	65.468	63%
12ª Região (SC)	22.364	103.894	22%
13ª Região (PB)	43.760	47.547	92%
14ª Região (RO/AC)	10.743	32.678	33%
15ª Região (Campinas)	52.145	387.756	13%
16ª Região (MA)	21.235	56.706	37%
17ª Região (ES)	3.261	47.649	7%
18ª Região (GO)	54.940	99.306	55%
19ª Região (AL)	19.414	42.358	46%
20ª Região (SE)	24.407	27.712	88%
21ª Região (RN)	9.271	34.970	27%
22ª Região (PI)	16.327	34.613	47%
23ª Região (MT)	38.261	47.671	80%
24ª Região (MS)	12.615	40.460	31%
Justiça do Trabalho	1.013.536	3.113.241	33%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.55 - ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos



Glossário:

ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEI} = \text{CnElet} / \text{Cn}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{CnElet} = \text{CnElet2} + \text{CnElet1}$
- Total de casos novos (exceto execuções judiciais) no período-base (semestre): É a soma de $\text{Cn2}^{\circ} + \text{CnC1}^{\circ} + \text{CnExt1}^{\circ}$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

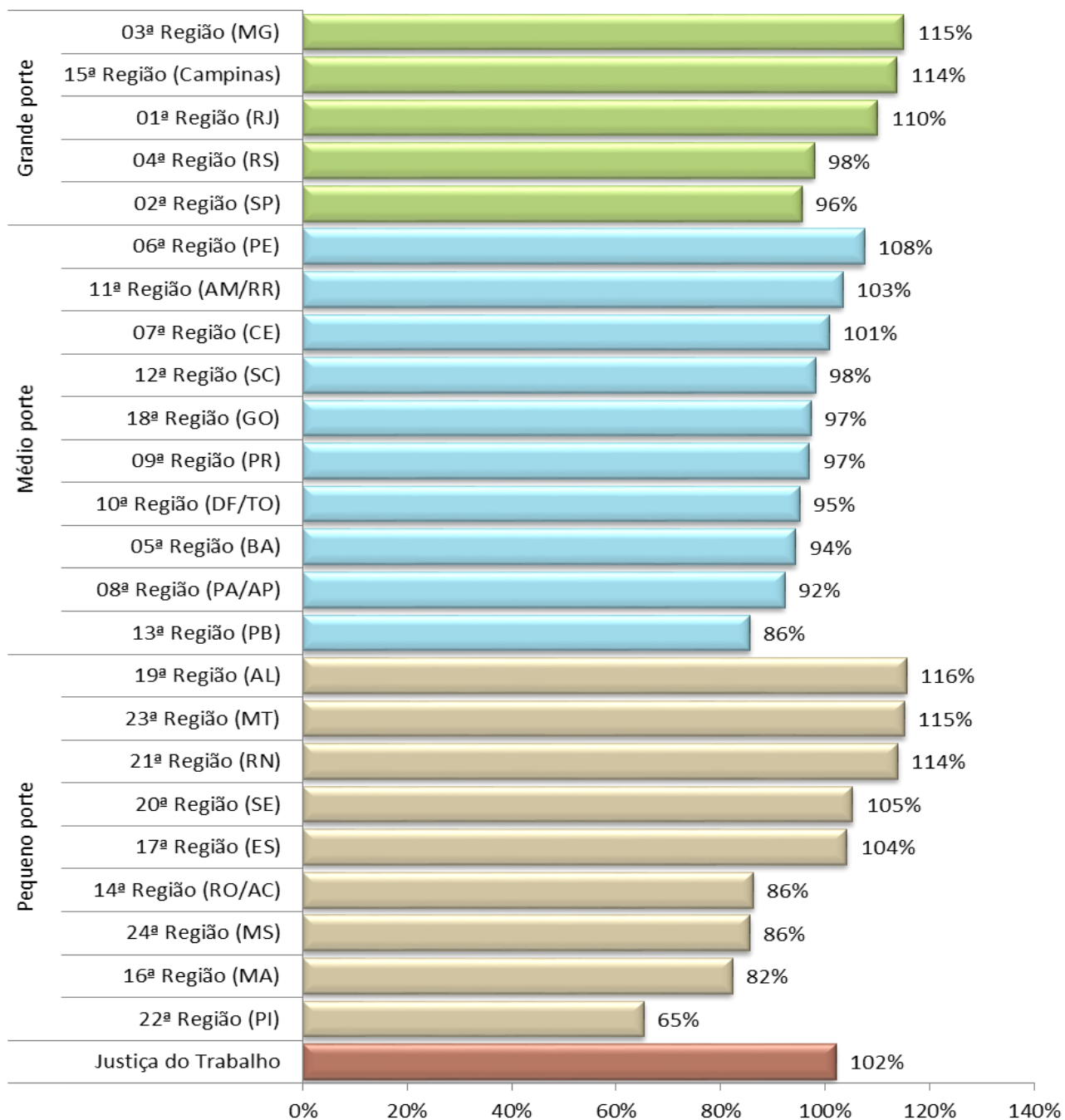
2.3.8. IAD - Processos Baixados por Caso Novo

Tabela 2.56 - IAD - Processos Baixados por Caso Novo

Tribunal Regional do Trabalho	TBaix - Total de Processos Baixados	Cn - Casos Novos	IAD - Processos Baixados por Caso Novo
01ª Região (RJ)	397.762	361.250	110%
02ª Região (SP)	745.413	778.679	96%
03ª Região (MG)	449.367	390.234	115%
04ª Região (RS)	272.886	278.434	98%
05ª Região (BA)	189.918	201.076	94%
06ª Região (PE)	183.682	170.747	108%
07ª Região (CE)	81.428	80.740	101%
08ª Região (PA/AP)	92.843	100.523	92%
09ª Região (PR)	191.799	197.585	97%
10ª Região (DF/TO)	86.956	91.272	95%
11ª Região (AM/RR)	78.964	76.340	103%
12ª Região (SC)	125.421	127.646	98%
13ª Região (PB)	57.403	66.961	86%
14ª Região (RO/AC)	35.832	41.510	86%
15ª Região (Campinas)	531.606	467.059	114%
16ª Região (MA)	55.220	67.115	82%
17ª Região (ES)	62.396	59.843	104%
18ª Região (GO)	115.321	118.425	97%
19ª Região (AL)	64.838	56.062	116%
20ª Região (SE)	33.771	32.068	105%
21ª Região (RN)	51.756	45.414	114%
22ª Região (PI)	26.758	40.884	65%
23ª Região (MT)	63.031	54.676	115%
24ª Região (MS)	43.083	50.257	86%
Justiça do Trabalho	4.037.454	3.954.800	102%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Gráfico 2.56 - IAD - Processos Baixados por Caso Novo



Glossário:

IAD - Processos Baixados por Caso Novo

Finalidade: Indicar o percentual do total de processos baixados em relação ao número de casos novos no período-base (semestre).

Fórmula: $IAD = T_{Baix} / Cn$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{Baix} = T_{Baix2} + T_{Baix1}$
- $Cn = Cn2 + Cn1$

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.1 A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho

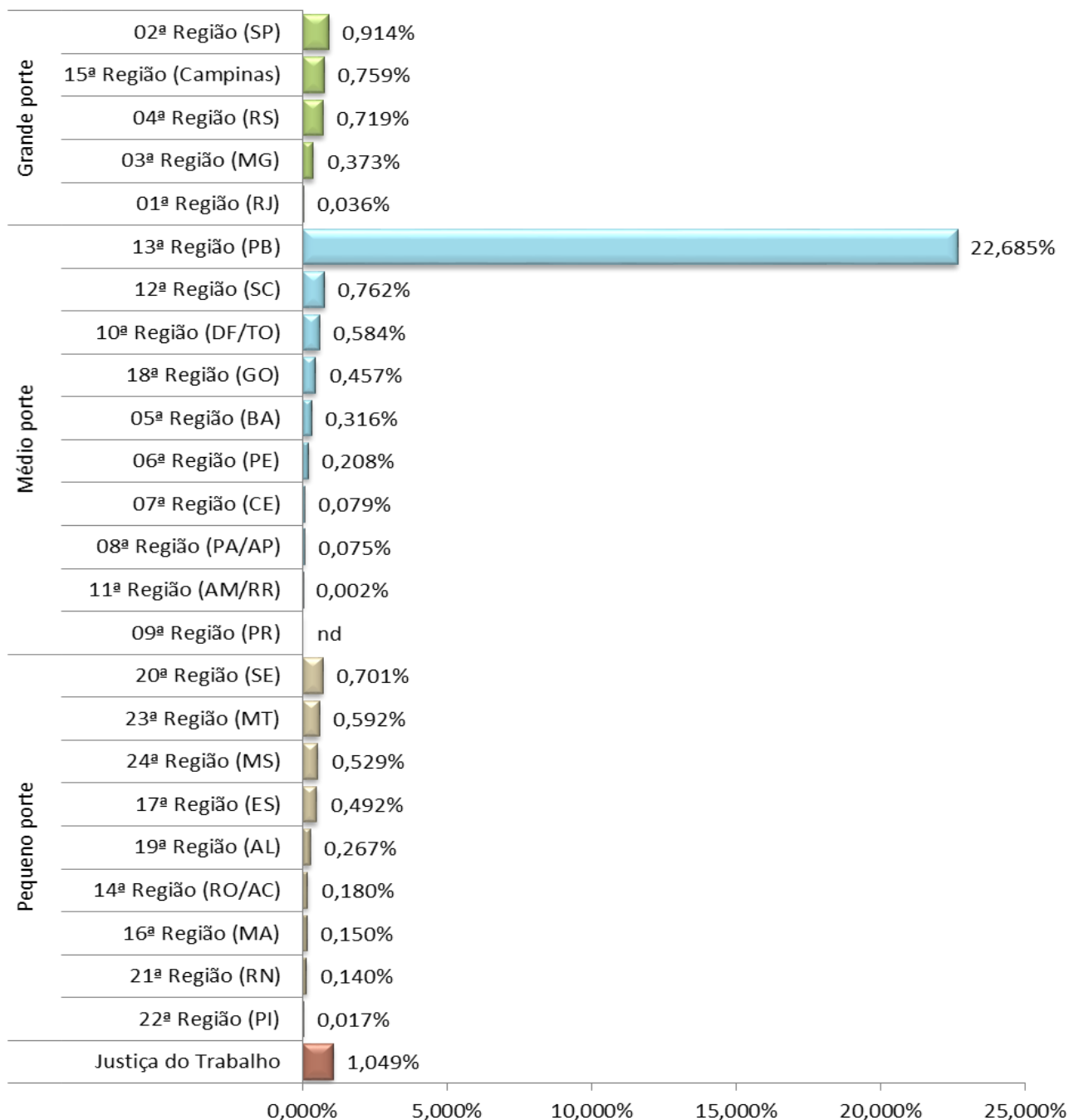
Tabela 3.1 A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho	JG - Assistência Judiciária Gratuita	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho
01ª Região (RJ)	500.000	1.388.891.644	0,036%
02ª Região (SP)	16.092.000	1.760.434.592	0,914%
03ª Região (MG)	4.730.670	1.268.486.704	0,373%
04ª Região (RS)	8.489.563	1.180.911.500	0,719%
05ª Região (BA)	2.445.624	773.148.696	0,316%
06ª Região (PE)	1.204.314	579.343.539	0,208%
07ª Região (CE)	230.846	291.089.407	0,079%
08ª Região (PA/AP)	327.954	435.505.662	0,075%
09ª Região (PR)	nd	748.178.277	nd
10ª Região (DF/TO)	2.485.191	425.200.486	0,584%
11ª Região (AM/RR)	7.738	359.557.528	0,002%
12ª Região (SC)	3.996.084	524.530.926	0,762%
13ª Região (PB)	73.877.126	325.672.239	22,685%
14ª Região (RO/AC)	436.246	242.866.956	0,180%
15ª Região (Campinas)	8.486.285	1.117.389.917	0,759%
16ª Região (MA)	235.223	156.497.118	0,150%
17ª Região (ES)	1.070.000	217.646.099	0,492%
18ª Região (GO)	1.604.158	351.193.382	0,457%
19ª Região (AL)	452.700	169.517.320	0,267%
20ª Região (SE)	871.768	124.291.886	0,701%
21ª Região (RN)	264.065	188.416.388	0,140%
22ª Região (PI)	23.899	136.935.166	0,017%
23ª Região (MT)	1.108.817	187.322.964	0,592%
24ª Região (MS)	893.334	169.006.376	0,529%
Justiça do Trabalho	129.833.605	13.122.034.771	1,049%

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.1 A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho

Finalidade: Indicar o que o gasto com assistência judiciária representa em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho no ano-base.

Fórmula: $A1 = JG / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- JG - Assistência Judiciária Gratuita: As despesas com assistência judiciária gratuita efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo remuneração de tradutor/intérprete e peritos. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em "restos a pagar". Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.2 A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)

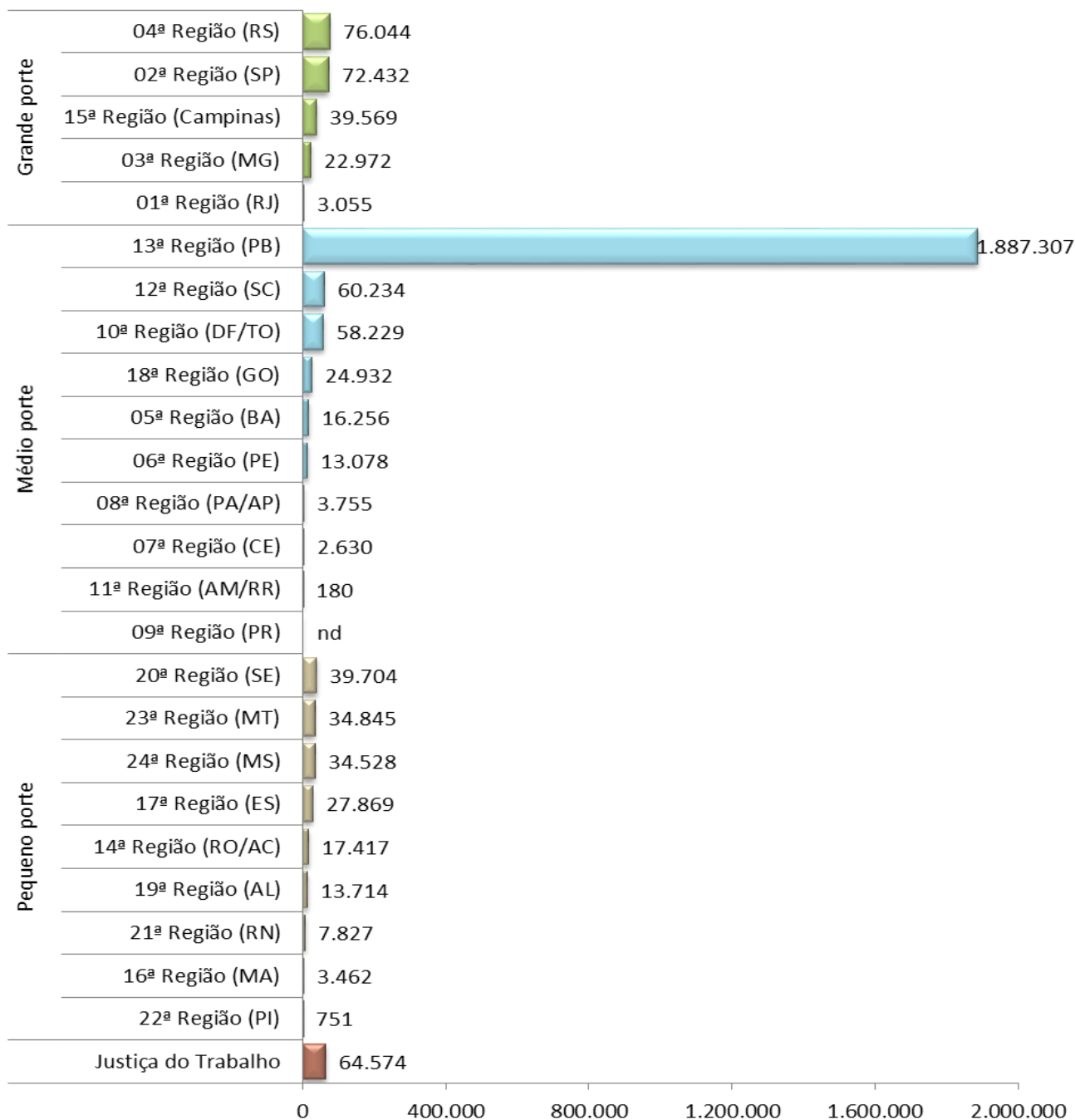
Tabela 3.2 A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)

Tribunal Regional do Trabalho	JG - Assistência Judiciária Gratuita	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)
01ª Região (RJ)	500.000	164	3.055
02ª Região (SP)	16.092.000	222	72.432
03ª Região (MG)	4.730.670	206	22.972
04ª Região (RS)	8.489.563	112	76.044
05ª Região (BA)	2.445.624	150	16.256
06ª Região (PE)	1.204.314	92	13.078
07ª Região (CE)	230.846	88	2.630
08ª Região (PA/AP)	327.954	87	3.755
09ª Região (PR)	nd	110	nd
10ª Região (DF/TO)	2.485.191	43	58.229
11ª Região (AM/RR)	7.738	43	180
12ª Região (SC)	3.996.084	66	60.234
13ª Região (PB)	73.877.126	39	1.887.307
14ª Região (RO/AC)	436.246	25	17.417
15ª Região (Campinas)	8.486.285	214	39.569
16ª Região (MA)	235.223	68	3.462
17ª Região (ES)	1.070.000	38	27.869
18ª Região (GO)	1.604.158	64	24.932
19ª Região (AL)	452.700	33	13.714
20ª Região (SE)	871.768	22	39.704
21ª Região (RN)	264.065	34	7.827
22ª Região (PI)	23.899	32	751
23ª Região (MT)	1.108.817	32	34.845
24ª Região (MS)	893.334	26	34.528
Justiça do Trabalho	129.833.605	2.011	64.574

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.2 A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)

Finalidade: Indicar qual a despesa da Justiça do Trabalho com assistência judiciária para cada 100.000 habitantes no ano-base.

Fórmula: $A2 = JG / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- JG - Assistência Judiciária Gratuita: As despesas com assistência judiciária gratuita efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo remuneração de tradutor/intérprete e peritos. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores.
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.3 Dem - Demandantes

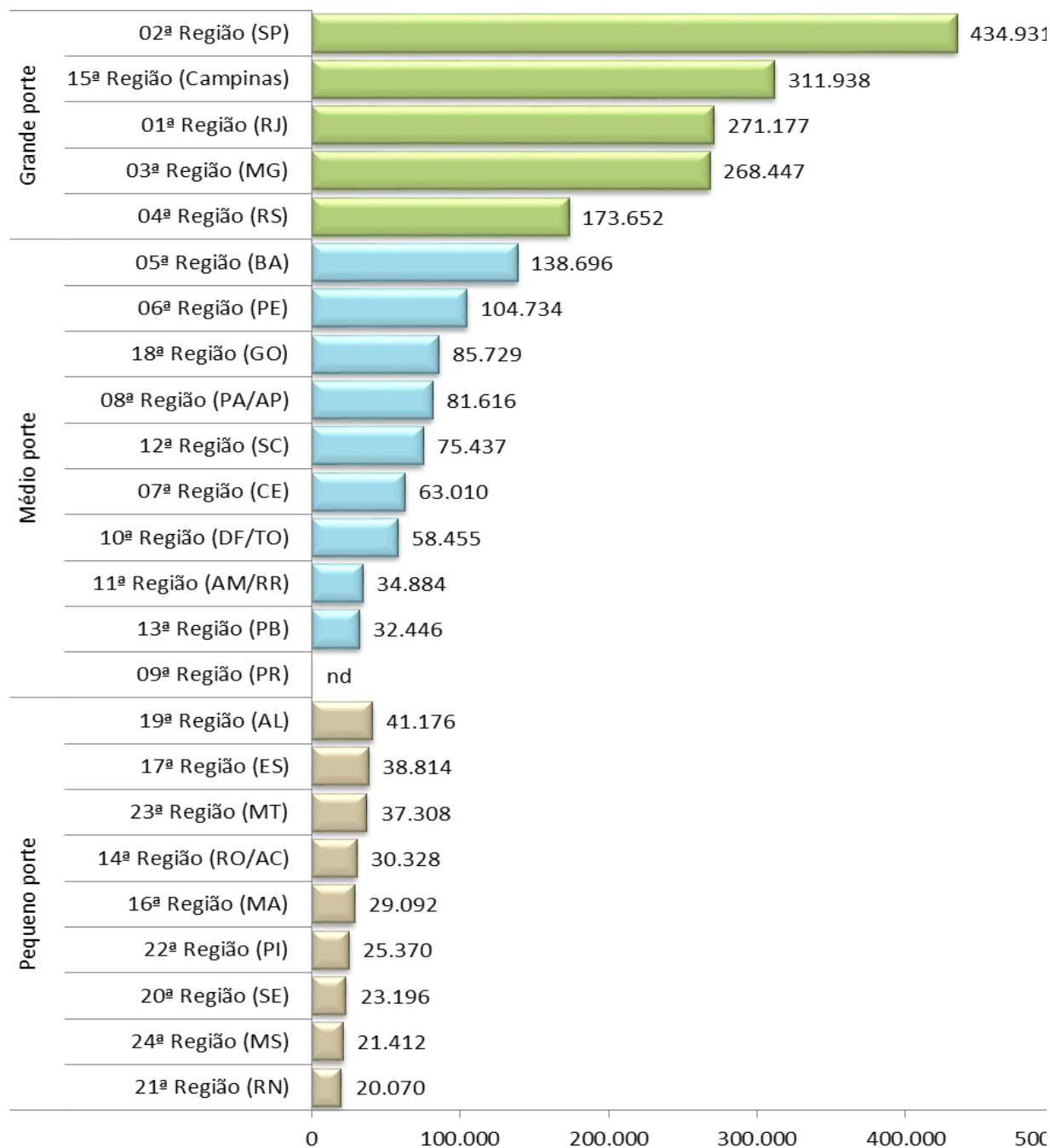
Tabela 3.3 Dem - Demandantes

Tribunal Regional do Trabalho	Dem - Demandantes
01ª Região (RJ)	271.177
02ª Região (SP)	434.931
03ª Região (MG)	268.447
04ª Região (RS)	173.652
05ª Região (BA)	138.696
06ª Região (PE)	104.734
07ª Região (CE)	63.010
08ª Região (PA/AP)	81.616
09ª Região (PR)	nd
10ª Região (DF/TO)	58.455
11ª Região (AM/RR)	34.884
12ª Região (SC)	75.437
13ª Região (PB)	32.446
14ª Região (RO/AC)	30.328
15ª Região (Campinas)	311.938
16ª Região (MA)	29.092
17ª Região (ES)	38.814
18ª Região (GO)	85.729
19ª Região (AL)	41.176
20ª Região (SE)	23.196
21ª Região (RN)	20.070
22ª Região (PI)	25.370
23ª Região (MT)	37.308
24ª Região (MS)	21.412
Justiça do Trabalho	2.401.918

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.3 Dem - Demandantes



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Dem - Demandantes

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de demandantes que tiveram acesso à Justiça do Trabalho no ano-base.

Fórmula: Dem = Demandantes

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dem - Pessoas Demandantes: O número de pessoas que ingressaram com alguma ação judicial na Justiça no ano-base, considerando como partes demandantes (Autores) pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado não governamental. Nos tribunais devem ser incluídos apenas os demandantes de ações originárias.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.4. Poder Público como Demandante.

3.4.1. DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:

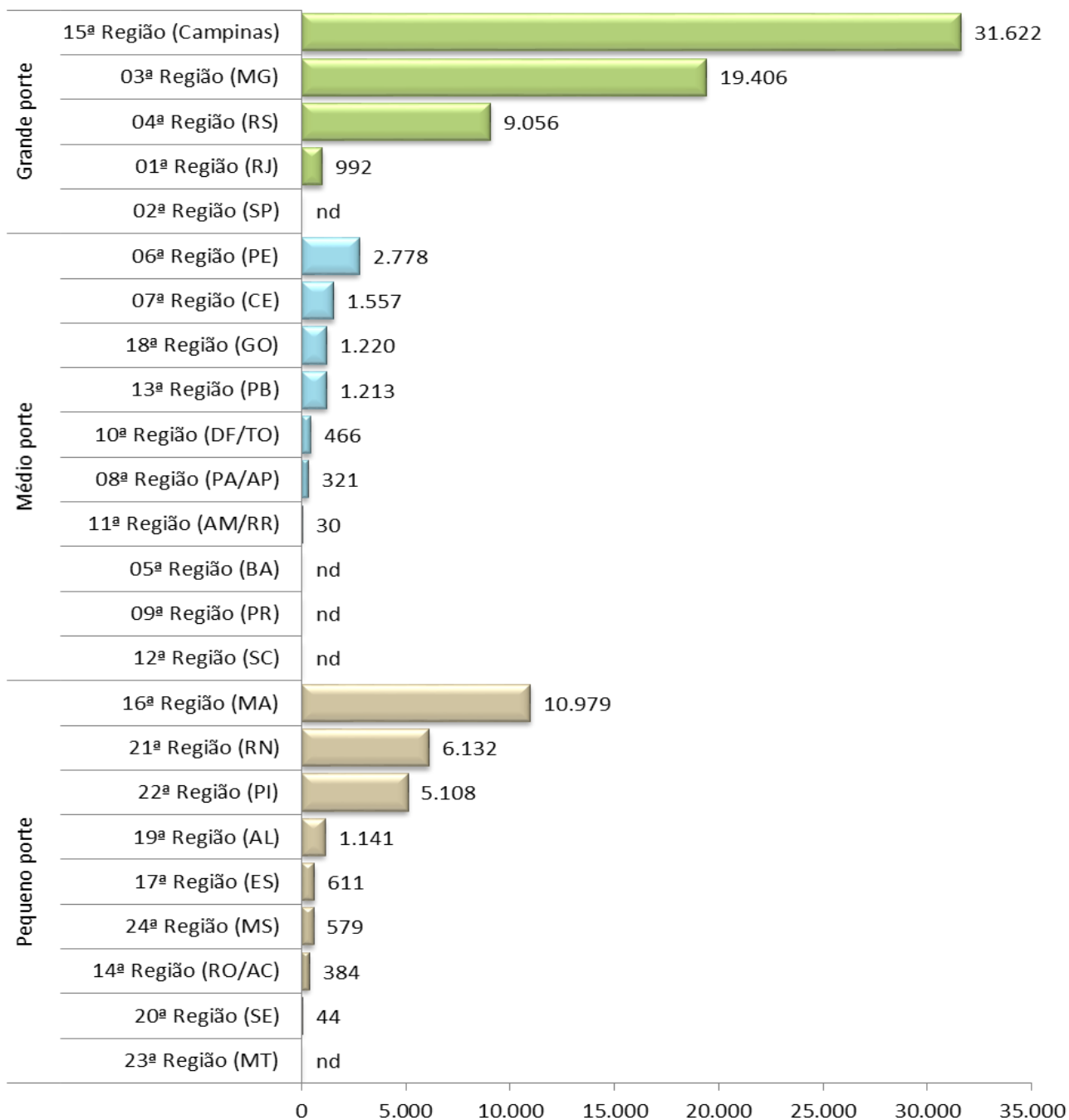
Tabela 3.4 DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:

Tribunal Regional do Trabalho	(CnPF2º + CpPF2º) Casos Novos e Pendentos no 2º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	(CnPE2º + CpPE2º) Casos Novos e Pendentos no 2º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	(CnPM2º + CpPM2º) Casos Novos e Pendentos no 2º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:
01ª Região (RJ)	349	76	567	992
02ª Região (SP)	nd	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	16.897	1.054	1.455	19.406
04ª Região (RS)	2.886	1.661	4.509	9.056
05ª Região (BA)	nd	nd	nd	nd
06ª Região (PE)	2.405	155	218	2.778
07ª Região (CE)	33	64	1.460	1.557
08ª Região (PA/AP)	188	82	51	321
09ª Região (PR)	nd	nd	nd	nd
10ª Região (DF/TO)	420	45	1	466
11ª Região (AM/RR)	30	0	0	30
12ª Região (SC)	nd	nd	nd	nd
13ª Região (PB)	533	59	621	1.213
14ª Região (RO/AC)	164	174	46	384
15ª Região (Campinas)	7.557	8.582	15.483	31.622
16ª Região (MA)	689	1.452	8.838	10.979
17ª Região (ES)	314	128	169	611
18ª Região (GO)	910	196	114	1.220
19ª Região (AL)	429	181	531	1.141
20ª Região (SE)	17	10	17	44
21ª Região (RN)	1.678	2.679	1.775	6.132
22ª Região (PI)	547	1.171	3.390	5.108
23ª Região (MT)	nd	nd	nd	nd
24ª Região (MS)	501	26	52	579
Justiça do Trabalho	36.547	17.795	39.297	93.639

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.4 DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas pelos entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau no ano-base.

Fórmula: $DGovP2^\circ = CnPF2^\circ + CnPE2^\circ + CnPM2^\circ + CpPF2^\circ + CpPE2^\circ + CpPM2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $(CnPF2^\circ + CpPF2^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- $(CnPE2^\circ + CpPE2^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- $(CnPM2^\circ + CpPM2^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.4. Poder Público como Demandante.

3.4.2. DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:

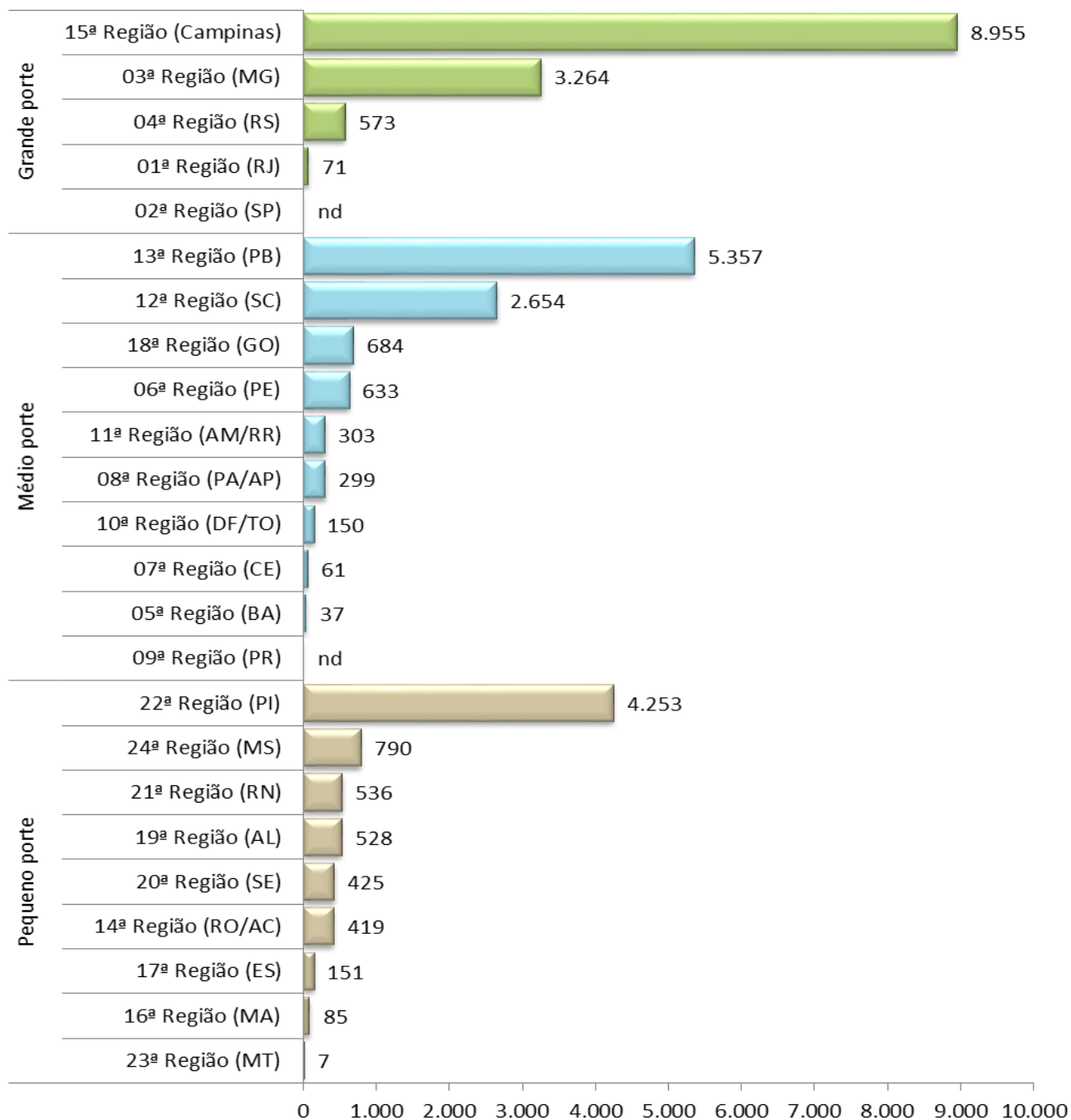
Tabela 3.5 DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:

Tribunal Regional do Trabalho	(CnPF1º + CpPF1º) Casos Novos e Pendentos no 1º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	(CnPE1º + CpPE1º) Casos Novos e Pendentos no 1º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	(CnPM1º + CpPM1º) Casos Novos e Pendentos no 1º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:
01ª Região (RJ)	50	4	17	71
02ª Região (SP)	nd	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	1.163	262	1.839	3.264
04ª Região (RS)	323	30	220	573
05ª Região (BA)	13	8	16	37
06ª Região (PE)	261	28	344	633
07ª Região (CE)	6	10	45	61
08ª Região (PA/AP)	192	30	77	299
09ª Região (PR)	nd	nd	nd	nd
10ª Região (DF/TO)	138	6	6	150
11ª Região (AM/RR)	303	0	0	303
12ª Região (SC)	2.609	24	21	2.654
13ª Região (PB)	5.259	13	85	5.357
14ª Região (RO/AC)	195	206	18	419
15ª Região (Campinas)	8.563	132	260	8.955
16ª Região (MA)	63	2	20	85
17ª Região (ES)	136	5	10	151
18ª Região (GO)	680	4	0	684
19ª Região (AL)	33	56	439	528
20ª Região (SE)	418	1	6	425
21ª Região (RN)	527	3	6	536
22ª Região (PI)	3.691	271	291	4.253
23ª Região (MT)	2	2	3	7
24ª Região (MS)	558	109	123	790
Justiça do Trabalho	25.183	1.206	3.846	30.235

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.5 DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas pelos entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º Grau no ano-base.

Fórmula: $DGovP1^\circ = CnPF1^\circ + CnPE1^\circ + CnPM1^\circ + CpPF1^\circ + CpPE1^\circ + CpPM1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $(CnPF1^\circ + CpPF1^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- $(CnPE1^\circ + CpPE1^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- $(CnPM1^\circ + CpPM1^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.5. Poder Público como Demandado.

3.5.1. DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:

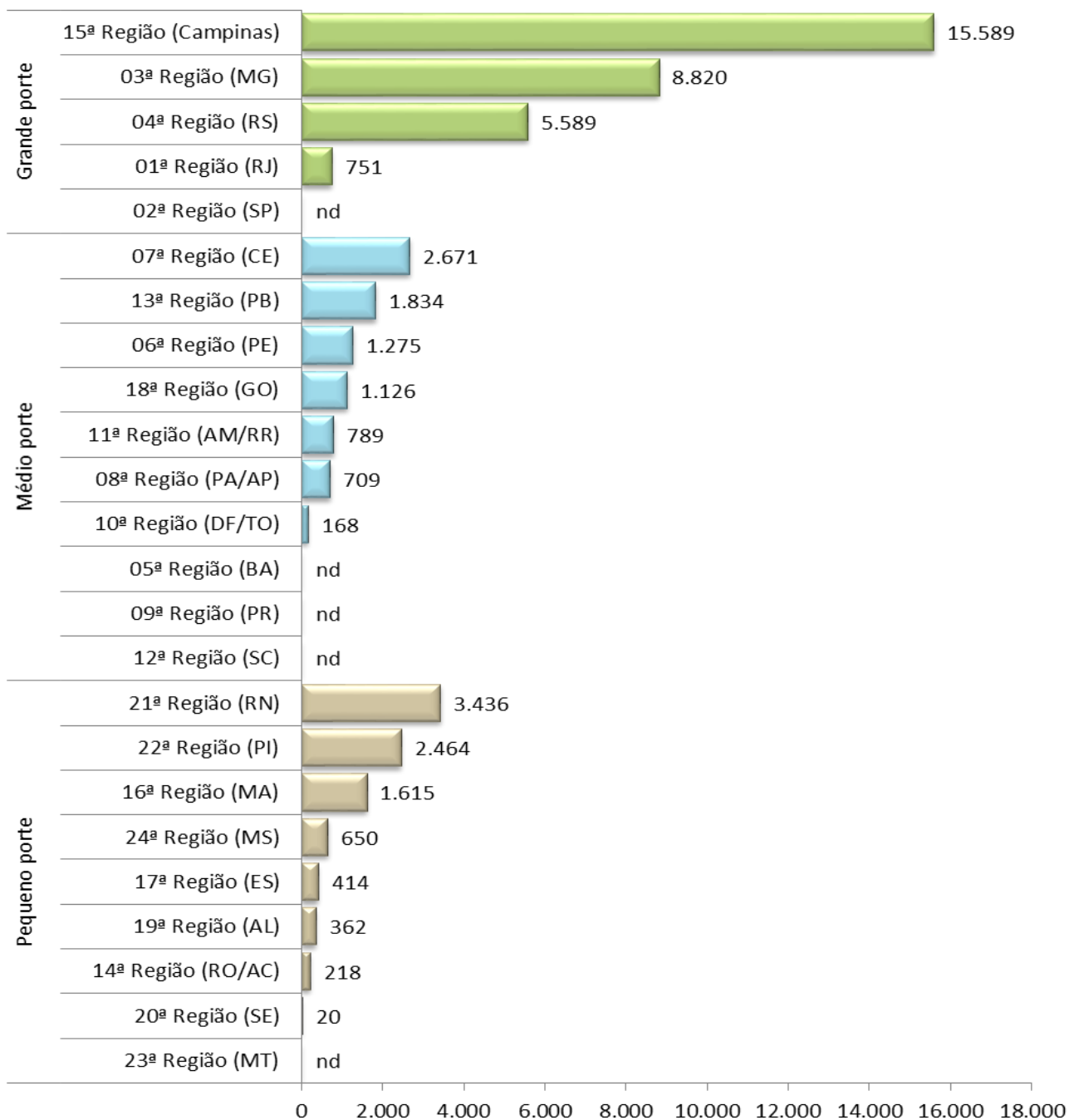
Tabela 3.6 DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:

Tribunal Regional do Trabalho	(CnCF2º + CpCF2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	(CnCE2º + CpCE2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	(CnCM2º + CpCM2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:
01ª Região (RJ)	300	69	382	751
02ª Região (SP)	nd	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	5.305	473	3.042	8.820
04ª Região (RS)	2.280	253	3.056	5.589
05ª Região (BA)	nd	nd	nd	nd
06ª Região (PE)	1.008	103	164	1.275
07ª Região (CE)	34	12	2.625	2.671
08ª Região (PA/AP)	620	38	51	709
09ª Região (PR)	nd	nd	nd	nd
10ª Região (DF/TO)	124	42	2	168
11ª Região (AM/RR)	86	143	560	789
12ª Região (SC)	nd	nd	nd	nd
13ª Região (PB)	1.319	97	418	1.834
14ª Região (RO/AC)	133	27	58	218
15ª Região (Campinas)	3.777	4.012	7.800	15.589
16ª Região (MA)	255	262	1.098	1.615
17ª Região (ES)	248	45	121	414
18ª Região (GO)	772	200	154	1.126
19ª Região (AL)	175	55	132	362
20ª Região (SE)	7	6	7	20
21ª Região (RN)	892	823	1.721	3.436
22ª Região (PI)	449	718	1.297	2.464
23ª Região (MT)	nd	nd	nd	nd
24ª Região (MS)	530	38	82	650
Justiça do Trabalho	18.314	7.416	22.770	48.500

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.6 DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas contra os entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau no ano-base.

Fórmula: $DGovC2^\circ = CnCF2^\circ + CnCE2^\circ + CnCM2^\circ + CpCF2^\circ + CpCE2^\circ + CpCM2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $(CnCF2^\circ + CpCF2^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- $(CnCE2^\circ + CpCE2^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- $(CnCM2^\circ + CpCM2^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.5. Poder Público como Demandado.

3.5.2. DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:

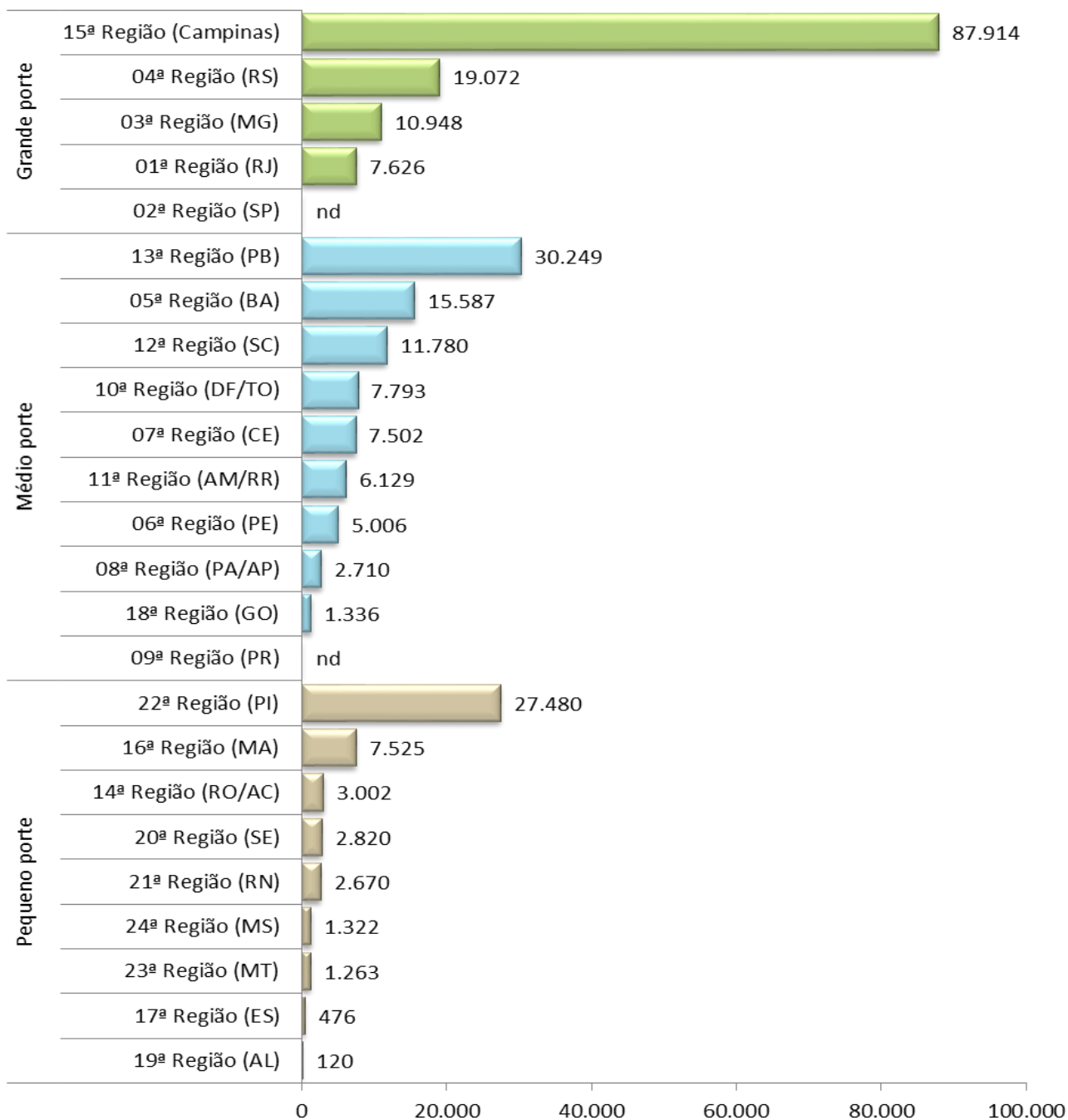
Tabela 3.7 DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:

Tribunal Regional do Trabalho	(CnCF1º + CpCF1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	(CnCE1º + CpCE1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	(CnCM1º + CpCM1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:
01ª Região (RJ)	1.372	733	5.521	7.626
02ª Região (SP)	nd	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	4.388	1.599	4.961	10.948
04ª Região (RS)	2.654	4.459	11.959	19.072
05ª Região (BA)	300	554	14.733	15.587
06ª Região (PE)	935	1.082	2.989	5.006
07ª Região (CE)	169	289	7.044	7.502
08ª Região (PA/AP)	599	460	1.651	2.710
09ª Região (PR)	nd	nd	nd	nd
10ª Região (DF/TO)	6.257	1.445	91	7.793
11ª Região (AM/RR)	399	547	5.183	6.129
12ª Região (SC)	2.026	1.456	8.298	11.780
13ª Região (PB)	6.235	2.583	21.431	30.249
14ª Região (RO/AC)	529	1.165	1.308	3.002
15ª Região (Campinas)	13.662	22.310	51.942	87.914
16ª Região (MA)	186	377	6.962	7.525
17ª Região (ES)	121	35	320	476
18ª Região (GO)	635	258	443	1.336
19ª Região (AL)	24	13	83	120
20ª Região (SE)	525	524	1.771	2.820
21ª Região (RN)	673	506	1.491	2.670
22ª Região (PI)	1.965	4.460	21.055	27.480
23ª Região (MT)	448	445	370	1.263
24ª Região (MS)	930	148	244	1.322
Justiça do Trabalho	45.032	45.448	169.850	260.330

Fonte: Justiça em Números 2013.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.7 DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas contra os entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º Grau no ano-base.

Fórmula: $DGovC1^\circ = CnCF1^\circ + CnCE1^\circ + CnCM1^\circ + CpCF1^\circ + CpCE1^\circ + CpCM1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $(CnCF1^\circ + CpCF1^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- $(CnCE1^\circ + CpCE1^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- $(CnCM1^\circ + CpCM1^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.